



ARTIGOS COMPLETOS	2039
RESUMOS DE PESQUISA	2200
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	2204

ARTIGOS COMPLETOS

A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TEODORO SAMPAIO – SP: SEU APOGEU E DECLÍNIO	2040
A ORIGINALIDADE E A IDENTIDADE DA ARQUITETURA HIGH TECH DE RICHARD ROGERS.....	2048
A PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO ESTUDO DE CASO DA TEORIA DO RESTAURO POR CESARE BRANDI	2056
A RELEVÂNCIA DE ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS LGBT MARGINALIZADAS DENTRO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	2063
AFLALO & GASPERINI: UM ESTOPIM SILENCIOSO	2073
ARQUITETURA APLICADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE HISTÓRIA	2080
ARQUITETURA MANEIRISTA NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DA CATEDRAL BASÍLICA PRIMACIAL DE SÃO SALVADOR	2087
AUDITÓRIO DO IBIRAPUERA: A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA DE OSCAR NIEMEYER EM SÃO PAULO	2093
DA PASSAGEM AO PERMANECER: APROPRIAÇÃO CIDADINA DO “BEIRA RIO” DE PIRAJU-SP.	2098
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTO ANASTÁCIO-SP: ARQUITETURA E HISTÓRIA	2115
MATERIALIDADE E FUNCIONALIDADE NAS OBRAS DE MIES VAN DER ROHE: O SEAGRAM BUILDING	2123
O ACONTECIMENTO NA TEMPORALIDADE DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	2135
O DESCASO COM A ARQUITETURA ART DECO NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP	2141
PLANO DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA MICROBACIA DO CÓRREGO AFONSO XIII EM TUPÃ-SP	2147
PROJETO URBANÍSTICO COMO IDENTIDADE URBANA - CONJUNTO HABITACIONAL JORGE DIB ABRAHÃO EM TEODORO SAMPAIO / SP	2153
RESPEITAR E INTERVIR: O EQUILÍBRIO DO PENSAMENTO DE CAMILLO BOITO	2164
SEVERIANO MÁRIO PORTO - RESIDÊNCIA ROBERT SCHUSTER	2170
UM ESTUDO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO HABITACIONAL SALVADOR COSTA, EM ÁLVARES MACHADO- SP.....	2178
UMA POSSÍVEL CENTRALIDADE URBANA – VILA MARCONDES EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP	2188
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL E LEGISLATIVA.....	2194

A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TEODORO SAMPAIO – SP: SEU APOGEU E DECLÍNIO

Ítalo Murilo De Souza Borges, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: italomsborges2010@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a importante ligação da ferrovia com a história do município de Teodoro Sampaio - SP, onde os efeitos positivos ao longo do tempo de seu funcionamento e também os efeitos negativos durante e após sua desativação permitiram a visualização da necessidade e importância da manutenção deste legado tanto para a história local, como para a representatividade individual e coletiva, visando primordialmente o respeito ao passado e a busca por uma reconexão e ressignificação do mesmo para com a atual sociedade, no qual o sistema ferroviário por ter sido um dos principais fatores que auxiliaram no desenvolvimento de cidades, regiões e principalmente do Brasil de um modo geral ao longo do século XIX e XX, representou a chegada da modernidade e do progresso, transformando o espaço social e físico no qual foi inserido, envolvendo tanto a paisagem como também a cultura, a política, a economia e a sociedade em um todo; onde com o declínio da ferrovia ao longo da segunda metade do século XX ocorreu uma grande falha quanto à manutenção do patrimônio material e imaterial férreo por parte do poder público, afetando grandemente a história, a memória e a identidade da sociedade ligada a ela. Sendo assim, a metodologia deste artigo baseou-se em pesquisas bibliográficas e documentais sobre a história ferroviária e também sua relação com a cidade em destaque, bem como levantamentos *in loco* do último remanescente ainda existente deste período.

Palavras-chave: Estação Ferroviária, Teodoro Sampaio, Oeste Paulista, Pontal do Paranapanema, Ferrovia.

TEODORO SAMPAIO - SP RAILWAY STATION: ITS APOGEE AND DECLINE

ABSTRACT

Because it was one of the main factors that helped the development of cities, regions and especially Brazil throughout the nineteenth and twentieth centuries, the rail system represented the arrival of modernity and progress, transforming the social and physical space in the which was inserted, involving both the landscape as well as the culture, politics, economy and society as a whole. However, with the decline of the railway from the second half of the twentieth century, there was a major failure regarding the maintenance of iron and material heritage by the public power, greatly affecting the history, memory and identity of the societies associated with it. Therefore, the present work intends to present the railroad's connection with the history of the municipality of Teodoro Sampaio - SP, the positive effects over its operation time and also the negative effects during and after its deactivation, thus emphasizing the need and importance of maintaining this moment both for local history and for individual and collective representativeness, aiming at respect for the past and the search for a reconnection and ressignification of it with the current society. Thus, the methodology of this article was based on bibliographic and documentary research on railway history and also its relationship with the highlighted city, as well as on-site surveys of the last remaining remnant of this period.

Keywords: Railway Station, Teodoro Sampaio, West Paulista, Pontal do Paranapanema, Railroad.

INTRODUÇÃO

Constituindo uma das conquistas da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XIX, o sistema ferroviário surgiu no mundo por volta de 1850 nas proximidades de Londres, capital Inglesa, sendo considerada a mais importante invenção para o meio de transporte de pessoas e mercadorias da época (FRANCISCO, 20--?).

No Brasil, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (201-?), a malha ferroviária teve início de suas atividades em 1854 com o intuito de incentivar a economia exportadora, pois diante da grande dificuldade de locomoção do interior do país para os portos, as primeiras linhas férreas surgiram para conectar os centros de produção agrícola e de mineração do interior ao litoral.

Sendo assim, localizado no Pontal do Paranapanema, na porção do extremo Oeste do Estado de São Paulo, o município de Teodoro Sampaio integra juntamente com outras cidades uma história marcada por conflitos e por dificuldades no que diz respeito a colonização da região, panorama este que começou a mudar somente da metade do século XX em diante com a cafeicultura e com a instalação de um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana chamado ramal de Dourados, este que foi primordial para o desenvolvimento do interior paulista e também da cidade em questão, que até então na época de início das atividades férreas em 1961 era apenas um distrito e obteve em 1965 sua emancipação político-administrativo graças ao fluxo econômico, desenvolvimento e expansão urbana gerada pela ferrovia(SOUZA, 2002).

Deste modo, o sistema férreo foi muito mais que um meio de transporte, pois o mesmo com o decorrer do tempo consolidou-se no cotidiano da população, representando um importante elemento simbólico integrante nas relações sociais, na memória coletiva e no sentimento de pertencimento que as comunidades desenvolveram com o lugar que residem (CAVALARI et al, 2017).

Portanto, o objetivo deste artigo visa apresentar a importante contribuição do Ramal de Dourados para a história de Teodoro Sampaio e as consequências negativas que ocorreram após o encerramento das atividades do mesmo, onde a memória social um dia solidificada enfrenta atualmente um contínuo enfraquecimento com relação ao passado, situação marcada pelo atual estado de ruínas em que se encontra o galpão do antigo armazém férreo, esclarecendo assim que caso não haja nenhum tipo de ação para salvaguardar a mesma, em um futuro não muito distante, o último remanescente do patrimônio ferroviário local irá ruir.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste artigo, a metodologia baseou-se em pesquisas exploratórias, bibliográficas e documentais com a finalidade de buscar o aprofundamento na temática em questão, realizados através de pesquisas em livros, artigos, teses, dissertações, materiais disponibilizados na internet, fotografias em acervos particulares, permitindo deste modo uma maior clareza e entendimento com relação a história da cidade de Teodoro Sampaio - SP e a ligação da ferrovia com a mesma.

Por fim, foram realizadas também visitas in loco à área de estudo visando apresentar o atual cenário de onde se localizava os edifícios ferroviários no município, além de suas transformações ao longo do tempo, seja pela ação humana, seja por intempéries naturais.

RESULTADOS

Até início do século XX, Queiroz (2004) afirma que o Oeste Paulista ainda era uma área não conquistada e praticamente desconhecida, onde a mata atlântica ainda se mantinha intacta e os donos das terras eram os indígenas. Entretanto, apesar do contínuo desbravamento desta porção do Estado, quase não se tinha interesse por parte das pessoas em instalar-se nesta localidade em vista da grande distância em relação aos centros urbanos e o difícil acesso à região, tendo deste modo uma povoação espalhada e quase inexistente, panorama este que começou a mudar somente com a cafeicultura e com a instalação da Estrada de Ferro Sorocabana (SOUZA, 2002).

Portanto, segundo Souza (2002), o Governo do Estado de São Paulo no início do século XX, fortemente incentivado pelo Governo Federal devido a razões políticas e militares, determinou o avanço dos trilhos da Sorocabana em direção ao chamado Sertão Paulista. Deste modo, a vinda da ferrovia para o Oeste Paulista como Nunes (2015) relata, significou mais do que uma evolução nos meios de transporte, mas principalmente um símbolo de modernidade para a região, beneficiando também a expansão da agricultura e trazendo novos investimentos a esta porção do Estado através da força e importância da malha férrea.

Todavia, na segunda metade do século XX, os Governos dos Estados que faziam parte da Bacia Paraná-Uruguaí – Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, debateram sobre a proposta para o projeto de implantação de um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana com o objetivo de interligar o Oeste Paulista com o então na época Estado do Mato Grosso (atual Mato

Grosso do Sul), passando pela cidade de Dourados e tendo fim em Ponta Porã na fronteira com o Paraguai (SOUZA, 2002).

Segundo Borges (2017), em 1947 ocorreu o início dos levantamentos e medições das áreas do Pontal do Paranapanema, no Oeste Paulista, com o objetivo de implantar o Ramal da Sorocabana. Sendo assim, a ideia visava abrir caminho (Figura 1) para a conexão do interior do então Estado do Mato Grosso e do Pontal do Paranapanema, região dentro do Oeste Paulista, ao trecho principal da Sorocabana, a fim de transportar mercadorias até os portos do litoral paulista (SOUZA, 2002).

Figura 1. Abertura do ramal de Dourados no pontal do Paranapanema pela CBPO

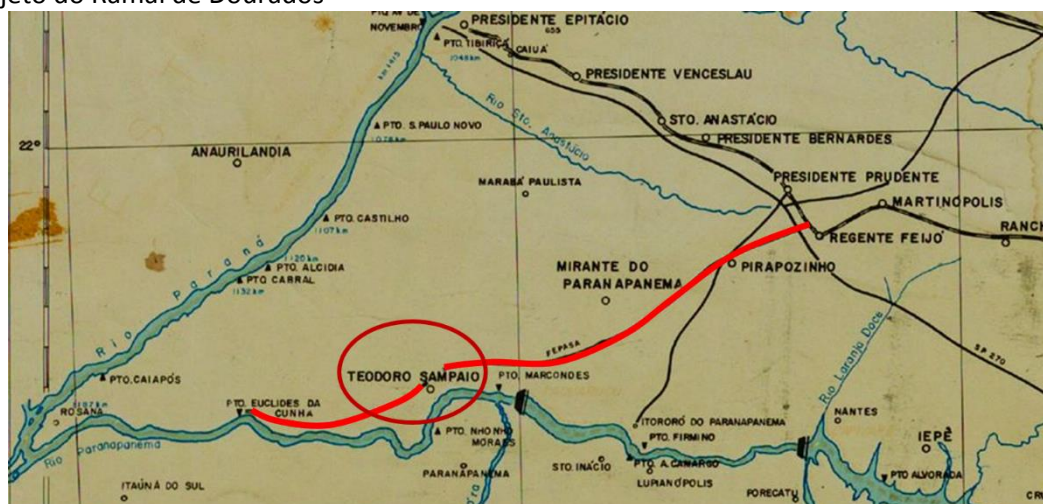


Fonte: Souza (2014).

Deste modo, em 1956 iniciou-se a instalação dos primeiros trilhos do Ramal de Dourados na cidade de Presidente Prudente pela empresa Camargo Corrêa e pela CBPO – Companhia Brasileira de Pavimentação e Obras, chegando em 18 de setembro de 1960 a Teodoro Sampaio, onde teve-se início ao transporte de cargas na estação ferroviária da cidade, enquanto em 1961 iniciou-se o transporte de passageiros em sua inauguração oficial (SOUZA, 2002).

Ainda segundo Borges (2017), a expansão da malha ferroviária para esta porção do estado de São Paulo possibilitou ainda a construção de distritos e vilas, além de favorecer um grandioso aumento na venda de lotes em áreas rurais e urbanas, consolidando o município de Teodoro Sampaio e favorecendo a ocupação da região por parte de imigrantes do Nordeste e do estado do Paraná.

Entretanto, Souza (2002) relata que o ramal nunca chegou até o seu destino final devido a questões políticas; entretanto, os seus 159 km de extensão (Figura 2) de Presidente Prudente a Euclides da Cunha Paulista, na época distrito de Teodoro Sampaio, foram de grande importância para o surgimento e desenvolvimento dos municípios do Pontal do Paranapanema.

Figura 2. Trajeto do Ramal de Dourados

Fonte: Souza (2013)

Deste modo, a ferrovia foi o meio de transporte mais eficiente para o Pontal do Paranapanema, no qual diariamente trens desde os movidos a vapor até os a diesel-elétricos circulavam pela região, possibilitando ao município de Teodoro Sampaio o acesso a serviços e outros bens que só eram possíveis em cidades maiores, como Presidente Prudente, além da possibilidade de locomoção com mais rapidez para outras cidades do Estado e para a capital estadual, São Paulo (SOUZA, 2002).

Ainda segundo Souza (2002), sua implantação também permitiu um grande impulso para o desenvolvimento e expansão da cidade, onde o então distrito de Teodoro Sampaio na época, ganhou cada vez mais força com a ferrovia implantada em seu território, obtendo em 28 de fevereiro de 1964, através da Lei nº 8.092 o título de município e tendo oficialmente sua emancipação político-administrativa em 21 de março de 1965.

Outro fator positivo no cenário local da época foi que bairro próximo da estação, acabou tornando-se um centro polarizador no qual foi construído um grande armazém no ramal de Teodoro para receber todo o café que era colhido na região e no norte do Paraná, além de transporte madeira, gado, milho, algodão dentre muitos outros produtos e bens, trazendo prosperidade ao seu entorno através da economia gerada com suas atividades, seja na concepção de emprego, seja na circulação de pessoas e bens (SOUZA, 2002).

Contudo, Souza (2002) afirma que o ramal de Dourados deixou de ser economicamente viável em meados dos anos 1970, onde ocorreu a desativação do transporte de pessoas em Teodoro Sampaio em 1978 e de mercadorias em 1981 (Figura 3), no qual os principais motivos para o encerramento das atividades foram a crise na economia local com o fim de muitas serrarias, a queda na produção agrícola, além da ascensão e expansão da malha rodoviária para a região, este que trouxe consecutivamente um meio de transporte muito mais ágil, deixando o sistema ferroviário defasado.

Figura 3. Edifícios desativados no ramal de Teodoro Sampaio

Fonte: Souza (2013).

Após o encerramento das atividades de transporte de pessoas no final da década de 1970, o pátio onde estava construído a estação de embarque e desembarque, este em estrutura de madeira, foi alvo de

vandalismo através de depredações e furtos, servindo como abrigo para andarilhos por algum tempo e sendo posteriormente demolida (Figura 4) (SOUZA, 2002).

Figura 4. Antes e depois da estação de embarque e desembarque



Fonte: Souza (2015).

Já o grande e imponente armazém em estrutura de alvenaria (Figura 5), assim como a estação de embarque e desembarque, também foi abandonado e com o passar do tempo sofreu um contínuo e impactante processo de deterioração de toda a sua estrutura (Figura 6), (SOUZA, 2002).

Figura 5. Armazém em funcionamento - 1967

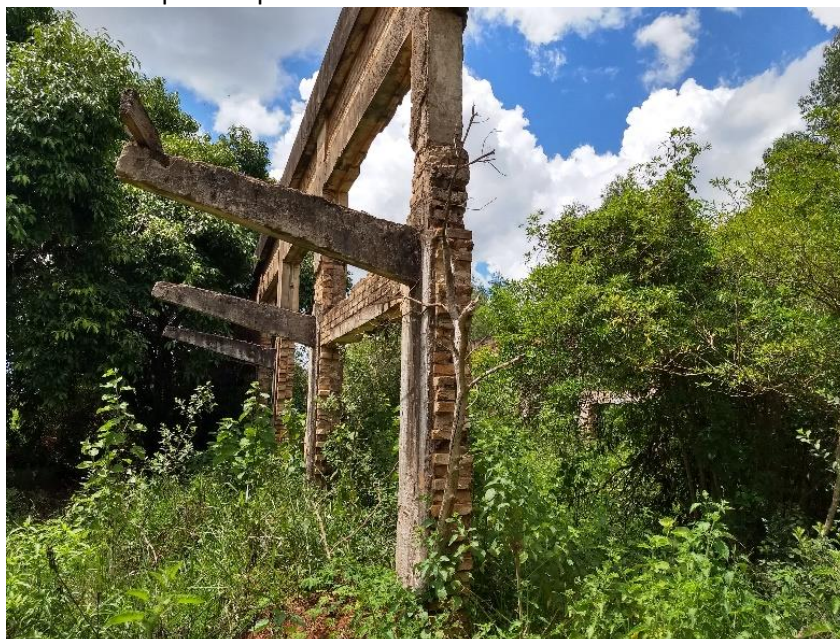


Fonte: Souza (2013).

Figura 6. Armazém desativado e em processo de deterioração - 1992

Fonte: Souza (2013).

Sendo assim, como Gazzinelli e Castriota (2015) afirmam, a ausência de um uso, a falta de manutenção, o abandono e o descaso de edifícios ou qualquer outro bem histórico, acabam favorecendo uma brutal e contínua degradação dos mesmos (Figura 7), no qual tanto o poder público como a população, muitas vezes pouco ou nada fazem no que diz respeito a preocupação com a preservação e valorização destes remanescentes, estes que exercem força na identidade, na memória coletiva e no sentimento de pertencimento de uma sociedade para o seu local.

Figura 7. Esqueleto estrutural luta por sua permanência - 2019

Fonte: o autor (2019).

Intimamente ligado com a história social, política e econômica regional e neste caso municipal o patrimônio ferroviário consiste, portanto, em uma grande herança cultural tanto material quanto imaterial, no qual seus aspectos físicos e vivenciais refletem hoje uma época anterior marcada pelo apogeu e consecutivamente a decadência, onde a memória continua, mesmo enfraquecendo-se com o passar do tempo, sendo um influente e forte instrumento que junto com a história, expõe elementos importantes para que bens relacionados a este período descrito sejam reconhecidos como patrimônio, estes que são uma narração do passado e a representação das mais diversas percepções, saberes e informações, nutrindo vínculos afetivos com a sociedade (RODRIGUES, 2010).

CONCLUSÃO

Portanto, é possível compreender que o ramal de Dourados foi um grande feito para a efetiva colonização e desenvolvimento do Pontal do Paranapanema ao longo do século XX, no qual proporcionou uma expansão urbana, política, cultural e social de Teodoro Sampaio. Contudo, apesar de ter sido um símbolo de modernidade e de progresso, características estas que se fixaram na memória e na identidade social local, quase todo o patrimônio ferroviário local foi perdido com o passar do tempo devido o descaso do poder público.

Sendo assim, apesar do Ramal de Dourados não mais existir, a sua efetiva importância está na grande contribuição para a história de Teodoro Sampaio e seu fortalecimento político, econômico e social, no qual a atual situação marcada pelo estado de ruínas em que se encontra o galpão do antigo armazém férreo, faz com que seja necessário refletir e agir para salvaguardar o patrimônio ferroviário material e imaterial através da sua ressignificação, restauração, preservação e valorização visando reafirmar uma nova possibilidade de conexão com a sociedade através do implemento de novas atividades e atrativos naquele local, sustentando deste modo a história e fortalecendo novamente a identidade da população, principalmente das novas gerações que não presenciaram o seu funcionamento e muitas vezes desconhecem a importância deste período na sociedade.

REFERÊNCIAS

BORGES, MARIA. C. **Movimentos Sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: de posseiros a assentados**. Curitiba: CRV, 2017.

QUEIROZ, P. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS; Ed. EDUSC, 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Queiroz2/publication/323029644_Uma_ferrovia_entre_dois_mundos_a_Estrada_de_Ferro_Noroeste_do_Brasil_na_primeira_metade_do_seculo_20/links/5a7d89dc0f7e9b9da8d869d5/Uma-ferrovia-entre-dois-mundos-a-Estrada-de-Ferro-Noroeste-do-Brasil-na-primeira-metade-do-seculo-20.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019

SOUZA, João. M. **Memorial Theodoro Sampaio: sua gente, sua história, sua geografia**. Teodoro Sampaio: Gráfica Gonçalves, 2002.

_____. **Nos trilhos do ramal de Dourados - Parque Estadual Morro do Diabo**. 2014. Disponível em: https://www.facebook.com/memorialteodoro.sampaio/media_set?set=a.655504031154216&type=3. Acesso em: 14 março. 2019

_____. **Memorial Ramal de Dourados**. Disponível em: https://www.facebook.com/memorialteodoro.sampaio/media_set?set=a.573608386010448&type=3. 2013 a 2018. Acesso em: 14 março. 2019

_____. **Ruína do Armazém da Fepasa - Teodoro Sampaio**. Disponível em: https://www.facebook.com/memorialteodoro.sampaio/media_set?set=a.1022532697784679&type=3. 2016. Acesso em: 14 março. 2019

RODRIGUES, M. **Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória**. Usjt – arq.urb, n. 3, 2010. Disponível em < https://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **História das Ferrovias no Brasil**. [201-?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/609>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FRANCISCO, C. W. **Transporte ferroviário: A ideia da criação do transporte ferroviário se espalhou rapidamente pelo mundo, já que foi um meio de transporte inovador para aquela época**. [20--?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transporte-ferroviario.htm>. Acesso em: 19 fev. 2019

CAVALARI, A. et al. **O patrimônio ferroviário na constituição da identidade cultural nas paisagens de Minas Gerais**. ICOMOS BRASIL. Rio de Janeiro. Simpósio Científico, maio. 2017. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59901.pdf>. Acesso em: 01 març. 2019.

GAZZINELLI, J.; CASTRIOTA, L. **PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: o caso da estação ferroviária de marinhos**. FORUM PATRIMONIO: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v.8, n.2. 2015. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/viewFile/207/167. Acesso em: 27 fev. 2019.

NUNES, B. A. MEMÓRIA E FERROVIA: **DIFERENTES GERAÇÕES RELEMBRANDO A EXPERIÊNCIA DA CIA. PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO EM RIO CLARO**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A ORIGINALIDADE E A IDENTIDADE DA ARQUITETURA HIGH TECH DE RICHARD ROGERS

Jean Guilherme Oliveira, Amanda Carolina Felicio Vantini, Joao Marcos Lourenco Bulzan, Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente - SP. E-mail: jeanguilioli@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a arquitetura tardo modernista de Richard Rogers, tendo em vista os novos conceitos de sustentabilidade na construção do High Tech à Eco Tech, para isso propondo uma discussão teórico-conceitual focando em dois projetos, o Bordeaux Law Courts e Antwerp Law Courts, contextualizando-as dentre o movimento high-tech e colocando em ênfase os conceitos da tectônica como parâmetro para as análises, as soluções tecnológicas e sustentáveis percussoras desse cenário, os materiais e técnicas construtivas com o objetivo de entendimento de seu resultado plástico, fomentando uma reflexão para compreender o anseio em se produzir uma arquitetura inovadora consoante os princípios de eficiência energética.

Palavras-chave: High-tech, Richard Rogers, Tecnolatria

ORIGINALITY AND IDENTITY OF RICHARD ROGERS HIGH TECH ARCHITECTURE

ABSTRACT

This article aims to guide Richard Rogers modernity, in view of the new concepts of sustainability in the construction of High Tech to Eco Tech. We propose a theoretical and conceptual discussion focused on two projects, the Bordeaux Law Courts and Antwerp. Law Courts, contextualizing them among the high-tech movements and putting into practice the concepts of tectonics as parameters to analyze, as technological and sustainable solutions, percussion of this scenario, materials and constructive techniques in order to understand them. plastic, fostering a reflection to understand the performance of an energy source, consolidating the principles of energy efficiency.

Keyword: Richard Rogers, High technology, Technology

INTRODUÇÃO

A arquitetura high-tech é considerada o movimento mais forte e expressivo do tardomodernismo, pela admiração e apologia da tecnologia (tecnolatria), chegando a uma fantasia tecnológica e marcado por uma vontade de expor seus componentes técnicos do edifício (CASTELNOU, 2015).

Uma Arquitetura pragmática, exibicionista e radical, criando o ultratecnicismo. Com a exposição do conteúdo tecnológico e apoiando se em sistemas de segurança e controle informatizado, exagerando se no uso de deflexões e reflexões, com o emprego de materiais industrializados, expondo os sistemas de instalações técnicas, estrutura, climatização e etc., além da ênfase circulatória, policromia e acontextualidade (CASTELNOU, 2015).

A diferenciação do edifício high-tech não é a “alta tecnologia” que utiliza, mas o fato de ostentar esta tecnologia, tornando-a seu discurso principal, método de projeto centrífugo, de dentro para fora, exaltando-se a tecnologia e do consumo através de um modo de vida tecnificado (CASTELNOU, 2015).

Baseado no teórico de Castelnou (2015) introduziu-se métodos e sistemas ecologicamente eficientes nos projetos, visando a conservação energética e a minimização do impacto ambiental, uma nova geração de edifício high-tech através da chamada Arquitetura Eco-tech. Mas, ao invés de se voltar ao passado resgatando práticas vernáculas, como arquitetos regionalistas, os tardomodernos exploram a chama ecotecnologia, interessados pelo futuro.

As aparências das obras dos arquitetos que aderiram a corrente high-tech aparecem a partir dos elementos da estrutura portante, das tubulações de infraestrutura, dos componentes da cobertura e dos equipamentos mecânicos para circulação. Adaptando os princípios teóricos e conceituais dos modernistas ao potencial tecnológico do mundo contemporâneo. Acreditando-se que às demandas contemporâneas só serão encontradas através de instalações de alto desempenho nos edifícios extremamente adaptáveis, inteligentes, que tenham vãos livres e que sejam industrializados devido a preocupação em inovação tecnológica e na aplicação de materiais sofisticados. Norman Foster, Richard Rogers, Renzo Piano, Jean Nouvel, dentre outros têm produzido trabalhos nessa direção (MALARD, 2003).

Pretendemos evidenciar características da arquitetura de Richard Rogers que a tornam única e original, focando nos projetos Bordeaux Law Courts e Antwerp Courts abordaremos uma reflexão para compreender a arquitetura nesse panorama.

MÉTODOS

Neste estudo, faz-se uso da análise qualitativa pois, de acordo com Minayo (2001) corresponde a questões particulares que se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Além disso, Minayo (2001) salienta da importância de se utilizar a objetivação, pois é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo e, por fim, analisar todo o material e forma específica e contextualizada. Para auxiliar na conclusão desta pesquisa, livros, documentários e outros escritos serão analisados a fim de servirem como referência. Este método chamado de levantamento bibliográfico, de acordo com Koche (1997) dá credibilidade ao trabalho, uma vez que, parte de observações feitas de forma singular das obras que tratam do mesmo assunto e por meio desta observação pode-se compreender a construção histórica, cultural e social dos objetos de estudo.

RESULTADOS

Após conflitos e tragédias causados pela Segunda Guerra Mundial, a Europa do final da década de 1940 e início dos anos 1950 foi marcada por um período de reconstrução, baseado por um novo pensamento racionalista que buscava economia, eficiência e funcionalidade. No entanto, de outro lado estava os EUA em busca de novas tipologias construtivas para edifícios de escritórios que modificassem a paisagem urbana romântica e/ou Déco das cidades (CASTELNOU, 2015).

Neste período, começa a ocorrer novas correntes, como o tecnicismo que propunha resolver problemas espaciais através de elementos e métodos altamente industrializados aliados a sistema técnicos recentes, tornando a tecnologia como partido principal para a resolução das condicionantes. Assim, através da Estética da Máquina, as obras seriam levadas ao extremo, resultada da perfeição técnica, em que os materiais e técnicas passaram a corresponder a funcionalidade e estética (CASTELNOU, 2015).

Como principal vertente do tardomodernista, a Arquitetura High-Tech caracteriza-se pela contemplação de novos materiais tecnológicos de forma que sejam expostos na obra. Assim, através das grandes exposições de elementos de alta tecnologia, prezando a segurança e o controle informativo, este momento exagera no uso de reflexões e deflexões diante do uso de materiais industriais (CASTELNOU, 2015).

Esta corrente arquitetônica que se fundamenta em ênfase tecnológica por maior parte era desenvolvida por elementos mais agressivos, duros e anti-humanos, comparados com as propostas apresentadas nas décadas de 1960 e 1970. Montaner (2001, p. 256) salienta que:

“[...] muitas obras high-tech são uma clara mostra de que esta arquitetura, projeto e construção não só formam parte de uma só unidade, senão que todo o projeto gira em torno da função, estrita de sua realização, da forma de construção e do momento épico de sua elevação”.

Com referências ao passado, a repetição modular do estilo High-tech embora apresentasse novos materiais, o sistema construtivo de repetição modular era básico na configuração: através da repetição simples em fila das colunas nas naves das igrejas góticas, houve uma adaptação para o contexto de forma que a mesma repetição modular atendia estruturas mais complexas em formas de colmeias, como as umbrelas complexas de concreto armado utilizado como modulo inicial por Félix Candela ou as estruturas portantes em forma de árvore do Aeroporto de Stansted, de Norman Foster (MONTANER, 2002).

O Centro Pompidou de Paris, fruto de um concurso nacional em que Richard Rogers e Renzo Piano foram vencedores, buscaram a fantasia da flexibilidade horizontal, destacando o movimento contínuo expresso na escada rolante, na inspiração do mundo da máquina e da tipologia do mundo industrial fabril. Assim, para vencer grandes vãos internos para se conceber uma planta livre, um dos preceitos da arquitetura moderna, os arquitetos deslocam a estrutura para o exterior e “as fachadas nos recordam a lógica de catedral gótica que liberava o máximo de espaço mediante o mecanismo de levar a estrutura de contrafortes e arcobotantes ao exterior (MONTANER, 2002).

Dentro deste contexto, encontramos atitudes distintas em relação a produção arquitetônica. Enquanto as obras do Norman Foster possuíam alta tecnologia concomitante a elegância no desenho, Richard Rogers em algumas obras predomina a própria agressividade dos elementos estruturais e instalações, distanciando da rigidez racionalista para explorar campos formais baseado no mundo de outras artes, como realiza Jean Nouvel (MONTANER, 2001).

A arquitetura tecnologia se suavizou, se domesticou, respeitando muito mais as preexistências naturais e adaptando-se às tramas urbanas onde se insere. A maior obsessão de alguns dos máximos representantes desta linguagem é a de rejeitar o qualitativo de alta tecnologia e sustentar que realizam uma arquitetura ecológica e de tecnologia suave e humana (MONTANER, 2001, p. 257).

No entanto, a partir da necessidade de reduzir o consumo energético e amenizar os impactos ambientais causados pelas edificações, surge nas últimas décadas do século XX uma nova geração de edifícios high tech que introduziam novos métodos e sistemas ecologicamente eficientes, chamados de Eco-tech.

Desde o Despertar Ecológico dos anos 1960/70, a preocupação ambiental passou a fazer parte da cartilha da arquitetura pós-moderna. Porém, ao invés de se voltar ao passado, resgatando práticas vernáculas, como faziam os arquitetos regionalistas, os tardomodernos interessam-se mais pelo futuro, explorando a chamada ecotecnologia (CASTELNOU, 2015).

Desta forma, suas principais características permeiam entre adotar princípios de sustentabilidade, que vão ajudar a vida útil da edificação, utilizando de fontes energéticas renováveis para a redução de desperdício energético até a aplicação de sistemas computadorizados, como forma de testar novos sistemas estruturais, materiais e acabamentos, apostando na tecnologia como recurso para a solução dos problemas ambientais (CASTELNOU, 2015).

Com a preocupação do mundo contemporâneo em que se encontram arquitetos que perderam toda sua expressão arquitetônica diante de uma cultura em massa, a tectônica se objetiva de maneira que a arquitetura não se tornasse cenografia. Os discursos de pensadores modernistas tornam preferível à noção de espaço arquitetônico, enquanto a materialidade da arquitetura e a função, em segundo plano, ofuscando assim, a tectônica. Entretanto, com a crise do movimento moderno a volta das discussões sobre aspectos simbólicos da arquitetura é retomada.

Com definição em diversas áreas, na arquitetura a palavra tectônica provém da edificação ou à construção em geral, atribuindo a ação de construir como um ato tectônico. Assim, Kate Nesbitt (1995, p. 560) ressalta que a tectônica “nos escrito de Karl Bötticher e Gottfried Semper indica não só a probidade material e estrutural de uma obra, mas também uma poética do construir subjacente à prática da arquitetura e das artes afins”.

Frampton em seus livros, buscava a compreensão da palavra e decorrente da complexidade surgiram cinco diferentes significados:

Num primeiro sentido, a palavra tectônica descreve a ‘construção considerada de modo artístico’. Em segundo sentido, o termo se refere à ossatura leve tencionada. Já no terceiro sentido, o termo é utilizado para designar toda forma construída, incluindo assim a categoria do ‘estereotômico’ que remete à idéia de peso, da compressão de uma alvenaria portante. Num quarto caso, tectônica é utilizada para descrever o modo de trabalhar e de montar um material, por último Frampton faz uso do termo ‘atectônico’, de expressão no qual a lógica estrutural de uma obra é escondida ou suprimida. (AMARAL, 2009, p.14).

Os arquitetos que se destacaram pela arquitetura High Tech e Eco Tech são Norman Foster, nascido em 1935, que também é considerado um dos maiores representantes da arquitetura High Tech, em que se propõe a desenvolver grandes obras, intensificando a distinção entre estrutura e vedação e explora todas as tecnologias disponíveis. No entanto, Renzo Piano, nascido em 1937, foi um grande arquiteto italiano tardo modernista, que busca a fundo explorar a tecnologia para a elaboração de edifícios mais sustentáveis. Sua singularidade é determinada nas obras através da estética peculiar e do uso de estruturas ousadas e inovadoras, sendo o aço principal elemento. A primeira obra de notoriedade do arquiteto foi Centre Pompidou em Paris, projetado em parceria com Richard Rogers, que culminou ao seu reconhecimento internacional. (BENEVOLO, 2007).

O Jean Nouvel, arquiteto francês que assim como os outros arquitetos tardomodernistas procura desfrutar de todos os potenciais tecnológicos disponíveis para criar edifícios inteligentes. Sua forma de desenvolver o conceito de projeto o diferenciava dos demais, antes de dar maior importância aos desenhos se preocupava em analisar e refletir sobre o programa que determina cada obra, sendo assim para ele “cada objeto pede uma arquitetura diferente”. (BENEVOLO, 2007, p.188).

DISCUSSÃO

Richard Rogers, Arquiteto britânico, nascido no ano de 1933 em Florença, que estudou em Londres e em Yale, nos EUA. Juntamente com sua primeira esposa, Sue e o casal Wendy e Norman Foster, formou o TEAM 4 de 1963 a 1966, que se dedicou desde o início à alta tecnologia. O Centre Georges Pompidou de Paris, o qual projetou com o italiano Renzo Piano, estabeleceu sua reputação internacional, graças à exposição estrutural e mecânica de seu conteúdo. Herdeiro da tradição funcionalista, Rogers leva a tecnologia ao virtuosismo de sua imagem e função, inclusive sendo considerado gótico pela busca do sentido puro da estrutura. Obras: Fábrica Reliance Controls de 1966/67, Swidon, Witls, Lloyd’s Bank de 1979/84, Londres, Fábrica INMOS, New Port de 1980/82, S. de Gales, Mercado de Valores de Billingsgate de 1985/89, Londres e Tribunal Europeu de Direitos Humanos de 1989, Strasburg, França (CASTELNOU, 2015).

Qualidade da arquitetura para Rogers refere-se a preocupação em produzir uma arquitetura além da aparência estética, ou seja, representada nos espaços internos, nas conexões das partes, formando um todo harmonioso e funcional com a paisagem. O bem-estar social, levando em consideração a adequação da edificação no lugar, um edifício que dialogasse com o indivíduo. E a responsabilidade ambiental traduz-se pela utilização de tecnologia de ponta aplicada nos elementos construtivos para dar suporte a construção de edifícios inteligentes.

São os três fatores que para Rogers o desenvolvimento urbano sustentável depende, sua flexibilidade, a sustentabilidade e a preocupação em projetar de forma que o ambiente urbano se integre ao social é a característica marcante de sua arquitetura, quesitos fundamentais para a concepção arquitetônica e estrutural do seu projeto terminal. Suas extensas fachadas de vidro permitem aos visitantes aproveitarem as vistas para as montanhas e aeronaves. As formas onduladas da cobertura aproximam de formas naturais da paisagem externa e horizontal de Madrid. A usabilidade do terminal apresenta uma clara progressão linear dos espaços, para facilitar o fluxo de chegada e saída de passageiros (BANDEIRA, 2009).

Uma arquitetura flexível que perfure as mudanças temporais, propõe soluções espaciais a curto e longo prazo, para Rogers, velocidade, eficiência energética e custo imprimem soluções formais de leveza, transparência e clareza do desenho (BANDEIRA, 2009).

BORDEAUX LAW COURTS

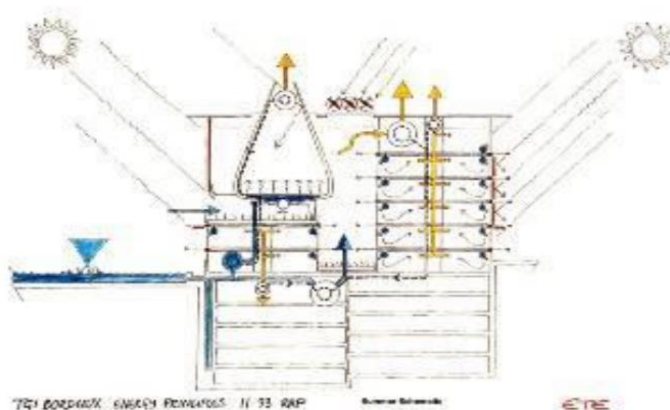
Um prédio que, através da transparência e abertura, cria-se uma percepção positiva da acessibilidade do sistema judicial francês. Exigindo completa separação entre circulação pública e judicial, a transparência resultante insita um senso de orientação, tornando a instituição mais imponente e mais acessível. A entrada pública do edifício é através de um lance de escadas colocado ao lado, levando à Salle des Pas Perdus no núcleo do edifício, onde advogados, seus clientes e público se encontram. Usando formas irregulares e materiais sensíveis, o edifício tem seus arredores sensíveis, incluindo uma parte da muralha medieval da cidade (ROGERS, 2018).

A orientação do edifício no local protege os espaços envidraçados vulneráveis do sol quente de verão, enquanto maximiza a luz natural do dia (fig.1) . Uma estratégia de energia passiva, sem ar-condicionado convencional. O átrio atua como amortecedor do ruído e da má qualidade do ar do ambiente

urbano circundante. Uma cascata projetada como reservatório de ar limpo, resfria e umidifica o ar. A piscina funciona como um dissipador de calor e o ar passa através de um trocador de calor, extraindo ar dos escritórios. A átrio é atraído para os escritórios através de nervuras ocas na laje de concreto, aproveitando ao máximo a massa térmica do concreto para fornecer resfriamento e aquecimento, dependendo da estação. (ROGERS,2018)

Os sete elementos do tribunal são revestidos de cedro, erguidos em pilotis acima do pedestal de calcário, dentro de uma grande cortina de vidro sob um telhado de cobre ondulante (figura 1). Os escritórios administrativos são alcançados por pontes que cobrem o átrio - a clareza do plano, garantindo que diferentes rotas seguras (ROGERS, 2018)

Figura 1. Law Courts Boudeaux em corte e volume construído.



Fonte: Rogers, 2018.

Uma forte ênfase é colocada em sistemas de controle passivos efetivos. As vagens são sombreadas pelo grande telhado e as janelas com brises operadas manualmente ao longo da fachada oeste reduzem o ganho solar. Os volumes semelhantes aos frascos permitem que a luz do dia entre nas salas da corte e, através de sua altura, garantem o controle da temperatura por meio da estratificação (ROGERS, 2018).

A forma do edifício reflete a pesquisa ambiental que informou todo o processo de design. Richard Rogers (2018) diz que a sua equipe de design estava comprometida em adotar uma estratégia de energia passiva, que, no entanto, proporcionaria espaços de trabalho confortáveis e baixos custos de operação. Assim, a orientação do edifício no local protege os espaços envidraçados vulneráveis do sol quente de verão, enquanto maximiza a luz natural do dia. Ao mesmo tempo, a colocação da ala do escritório ao longo do Cours d Albert filtra o ruído e a poluição da rua movimentada.

Rogers (2018) propôs nas fachadas, as janelas de abertura e as persianas de alumínio operadas manualmente fornecem sombra e limitam a entrada de ganho solar indesejado nos espaços do escritório. As aberturas são ventiladas pelo efeito de pilha de ar quente que sobe e sai ao nível do telhado, um processo que é proporcionado pelas formas cônicas, com ar fresco introduzido mecanicamente em velocidade muito baixa ao nível do solo. Além disso, as superfícies de madeira texturizada dos interiores de paredes côncavas proporcionam condições acústicas perfeitas.

Portanto, estamos frente a uma obra que busca conciliar a exploração de novas tecnologias construtivas de uma Europa que estava se reerguendo decorrente aos conflitos territoriais e empregando elementos característicos e simbólicos da região, pertinente ao contexto histórico. Os volumes semelhantes aos frascos de vinho permitem que a luz do dia entre nas salas da corte e, através de sua altura, garantem o controle da temperatura por meio da estratificação. A caixa envidraçada que envolve as câmaras, com seus sistemas de peneiramento e ventilação incorporados ao teto, funciona como um recipiente para respiração. Além disso, o pódio e os escritórios são construídos em concreto, um componente passivo muito eficaz no sistema de controle de calor (ROGERS, 2018).

A construção dos tribunais utilizou a tecnologia de construção e materiais do século XX, bem como o conhecimento e as habilidades dos construtores artesãos. Para dar forma à estrutura de viga laminada, a geometria das quadras foi reduzida a uma simples equação matemática. Em contraste, o exterior dos

tribunais, revestido de tiras de cedro vermelho ocidentais, era posicionado e fixado no local por carpinteiros artesãos para produzir as estruturas acabadas elegantes e arrebatadoras (ROGERS, 2018).

Em contraste com a Salle des Pas Perdus aberta e envidraçada e o telhado de aço leve, as próprias quadras são espaços contidos, naturalmente iluminados por cima (fig. 3). Cravadas na seção e arredondadas no plano, as formas das salas de audiência ecoam a massa das torres medievais adjacentes, bem como lembram as casas de campo de Kentish e a tradicional construção de barcos. Suportados em pilotis, eles ficam atrás de uma parede de cortina de vidro quase invisível, seu perfil cônico penetra no teto para facilitar a ventilação natural (ROGERS, 2018).

Figura2. detalhe do edifício Law Courts Boudeaux.



Fonte: Rogers, 2018.

ANTWERP LAW COURTS

Antwerp Law Courts fica localizado no extremo sul da área central da Antuérpia, no qual o tecido urbano é quebrado por um enorme intercâmbio rodoviário, cortando a avenida que leva à cidade. O edifício, foi concebido como um portal para a cidade, criando um elo entre a autoestrada e centro da cidade e o canal do rio Schelde (ROGERS, 2018).

O conjunto se resume em um agrupamento de oito edifícios, dentre seis são alas lineares e os outros dois são responsáveis pela ligação entre eles, juntos somam uma área bruta de construção 77.000 m², distribuídos em salas de tribunais, câmaras para juízes e advogados, escritórios, biblioteca, salas de jantar e salas de audiência dentre outros ambientes (ROGERS, 2018).

A linguagem do projeto, como muitos outros de Rogers, refletem uma visão da cidade como um lugar social, humanizado e democrático na qual busca resgatar a regeneração da vida urbana, trazendo um forte apelo cultural do entorno, onde parte do conceito para a construção, são as linhas do telhado em formato de velas marítima geradas a partir da perspectiva das pinturas flamengas de barcaças que passam pelos canais localizados no interior da cidade (ROGERS, 2018).

O ambiente construído que nos cerca é, em nossa opinião, a representação física de sua história e o modo pelo qual acumulou diferentes níveis de significados para compor a qualidade específica do local, não só pelo que aparenta ser em termos perceptuais, mas pelo que é em termos estruturais. (NESBITT, 1995, p. 565)

Todos os espaços foram projetados para aproveitar a máxima eficiência energética, a começar por suas salas que usufruem dos ventos para manter uma temperatura agradável durante seu uso, e se estendem até o telhado ondulado (fig. 2), protegido por laminais de aço inox, responsáveis pela proteção da madeira existente em seu interior, contendo uma orientação voltada para Noroeste, no qual suas aberturas possam se dispor da máxima incidência solar; os espaços de serviços mais “informais” ficaram locados entre as salas de audiência e os escritórios abaixo, respondendo a uma necessidade funcional de fornecer

planta descentralizada, enquanto arquitetonicamente separa os espaços em dois níveis, no qual as salas de audiências simulam flutuar sobre o edifício; seus painéis de vidro estabelecem a permeabilidade visual entre escritórios com os pátios ajardinados dando conexão interior e exterior, com o viés de realçar o quanto a justiça deve ser transparente perante seu povo (ROGERS, 2018).

Figura 3. Antwerp Law Courts



Fonte: Rogers, 2018.

Sua composição estrutural é feita por meio de concreto pré-moldado e aço, o teto é composto por quatro formas geométricas hiperbólicas paraboloides, que consiste em uma grade retangular simples com os cantos puxados para cima ou para baixo para criar curvas, com dois paraboloides puxados para cima, apoiados sobre dois inferiores criando um formato de veleiro, assim fornecendo espaço para abertura em seu meio, permitir a entrada de luz natural cumprindo a função de uma claraboia. Para suportar essas estruturas do telhado foi pensado em um arranjo de vigas laminadas que foram fixadas por longos comprimentos de madeira assim conectando as estruturas de aço permitindo assim que a madeira acompanhasse sua geometria, visto que a madeira é resistente flexível e leve (ROGERS, 2018).

A arquitetura é condicionada e condicionante: como um fato coletivo, a arquitetura é inseparável da sociedade, mas os seus princípios são de uma natureza específica; eles derivam da própria arquitetura” como escreve Aldo Rossi (DAVIDOVICI, p. 241 apud Handem, 2016, p. 131).

Rogers exhibe seu domínio sobre o metal e o concreto armado como técnica construtiva dando formas orgânicas para esses materiais rígidos, onde consegue estabelecer uma forma de traduzir seu contexto geográfico e ao mesmo tempo fazendo alusão ao passado histórico da Antuérpia, trazendo para cobertura claraboias curvas que remetem as velas dos barcos que cruzavam a cidade, resultando na funcionalidade e eficiência energética, atrelados com o conceito dos grandes vãos envidraçados para evidenciar o conceito sobre diafaneidade da justiça (HANDEM, 2016).

A flexibilidade, e sustentabilidade provinda da estrutura, mostram a preocupação em projetar de forma que o ambiente urbano se integre ao social, quesitos fundamentais para a concepção arquitetônica e estrutural do projeto, contendo um alto grau de liberdade para reconfiguração, como pode ser necessário durante a vida útil do edifício perante ao tempo, a simplicidade das rotas causada pela sua descentralização na planta, que auxiliam na interpretação do espaço (HANDEM, 2016).

CONCLUSÃO

Por fim, pode se observar a construção do pensamento dele ao conceito Eco Tech, evidente no condicionamento térmico do edifício Law Courts Bordeaux, com a eficiência energética, combinando sistemas mecânicos de ventilação com estratégias de condicionamento passivo como o uso do espelho d'água para trocas de calor em regime isoentálpico.

A iluminação natural encontrada na Law Courts Bordeaux em dispositivos reversíveis a cada estação e aparatos de proteção das faces envidraçadas a leste e a oeste contra excessos de radiação enquanto na Antwerp Law Courts sob uma série ondulada de telhados de aço inoxidável, orientados para aproveitar a luz do norte, dois paraboloides hiperbólicos são puxados para cima e apoiados sobre dois

inferiores, criando uma abertura no meio, que por sua vez é envidraçada para maximizar a luz natural nos tribunais, tudo isso, junto com o perfeccionismo e uso da tectônica com uma forma de telhado gerada a partir de linhas de perspectiva e inspirada por pinturas flamengas de barcaças que passam pelos canais do interior, não apenas como detalhe decorativismo, mas como algo em que se adequa a sua arquitetura através da inovação, sustentabilidade e detalhes; assim o tornando-o um dos arquitetos mais citados da contemporaneidade com a sua sensualidade maquínica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Izabel. **Quase tudo que você queria saber sobre tectônica, mas tinha vergonha de perguntar.** Pós. *Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP*, 148-167. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i26p148-167> Acesso: set de 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i26p148-167>

BANDEIRA, Camilla Ramos Cardoso. **A monumentalidade arquitetônica dentro do planejamento estratégico de cidades: a arquitetura rentista e a grife Richard Rogers.** 2009 <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i12p67-78>

BENÉVOLO, Leonardo. **A arquitetura no novo milênio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CASTELNOU, Antônio. **Arquitetura Contemporânea.** 2015.

HADM. Cláudia de Almeida. **Tectônica e arquitetura contemporânea.** 2016. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

MALARD, Maria Lucia. **Forma, Arquitetura.** Interpretar Arquitetura, V. 6, 2003.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno. Arquitetura da segunda metade do século XX.** Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, Josep Maria. **As formas do século XX.** Barcelona, Gustavo Gili, 2002.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura.** Cosac Naify, 1995

ROGERS. Rogers StirkHarbour + Partners. **Antwerp Law Courts.** 2018. Disponível em <https://www.rsh-p.com/projects/antwerp-law-courts/>. Acesso em setembro de 2018.

ROGERS. Rogers StirkHarbour + Partners. **Bordeaux Law Courts.** 2018. Disponível em <https://www.rsh-p.com/projects/bordeaux-law-courts/>. Acesso em setembro de 2018.

A PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMO ESTUDO DE CASO DA TEORIA DO RESTAURO POR CESARE BRANDI

Ana Carolina Remondini Cardoso, Ana Elisa Sayuri Kobata e Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente prudente – SP. .
carolynne142@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explicar como a teoria do restauro crítico, idealizado por Cesare Brandi foi estabelecida tal como e porque recebe um processo particular para cada obra. O artigo ainda traz uma análise de como a teoria brandiana é empregada num estudo de caso que tem como projeto a restauração realizado na Pinacoteca do Estado de São Paulo, pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e sua equipe. Identificando o reconhecimento do caráter científico empregado na restauração que mais do que habilidade artística requer competência histórica e técnica. Baseando em um levantamento filológico crítico da arte que objetiva uma leitura clara e historicamente exata do patrimônio material.

Palavras-chave: Restauro crítico, Cesare Brandi, Patrimônio Histórico, Teoria do Restauro, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

THE PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO AS A CASE STUDY OF THE RESTORE THEORY BY CESARE BRANDI

ABSTRACT

This article aims to explain how the theory of critical restoration, which was idealized by Cesare Brandi was established by a particular process for each work. The article also provides an analysis of how Brandi's theory was used in a Brazilian study that had as a project the restoration realized in São Paulo's "Pinacoteca", which was made by the architect Paulo Mendes and his team. It identifies the recognition of the scientific aspect used in the restoration, which besides the artistic ability also requires historical and technical competence. Based on a critical philological survey of art that aims a clear and historically accurate interpretation of material heritage.

Keywords: Critical Restoration, Cesare Brandi, Historical Heritage, Restoration Theory, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A história do restauro é marcada pela II Guerra Mundial que afetou a Europa no século XX e deixou arrasadas muitas cidades e conseqüentemente grande parte das construções existentes. Algumas completamente arruinadas e outras com marcas de destruição profunda, provocadas pelos incêndios e efeitos bélicos. Conseqüentemente, o sentimento pelo valor artístico do monumento destruído superou o valor histórico. (LUSO, LOURENÇO, ALMEIDA, 2004)

Com essas perdas, houve um amadurecimento da consciência da restauração dos edifícios históricos e das obras de arte. Neste âmbito, haviam pontos de vista diferentes:

[...] os favoráveis à reconstrução exata dos monumentos deteriorados; os que insistiam em uma conservação pura, recusando qualquer reconstrução de figuras perdidas como um "pastiche"; e aqueles que achavam que a restauração de edifícios que ainda ontem encontravam-se intactos, chamaram para novos conceitos não previstos nas primeiras diretrizes. Em alguns casos, considerou-se necessário ir além dos limites antes estabelecidos e permitir a reconstituição do caráter artístico dos edifícios históricos, mesmo se isto implicasse a reconstrução de decorações artísticas perdidas. (JOKILEHTO, 1986, p.5)

É nesse contexto que Cesare Brandi atua tanto na prática como no desenvolvimento de uma teoria para o restauro que culmina em 1967, numa compilação de seus estudos com o livro *Teoria da Restauração*, texto base que norteia a análise realizada com o estudo de caso do restauro realizado na Pinacoteca do Estado de São Paulo referente a este artigo.

Objetiva-se assim um aprofundamento na teoria do restauro brandiana, visando compreender se a intervenção realizada por Paulo Mendes da Rocha na Pinacoteca do Estado de São Paulo foi realizada em concordância com os norteamentos brandianos.

METODOLOGIA

Como supracitado, o artigo baseia-se na leitura, compreensão e explanação do livro *Teoria da Restauração* (1963) de autoria de Cesare Brandi, bem como na revisão bibliográfica, principalmente a partir da pesquisa e leitura de artigos científicos que possuem relação com a temática do restauro aqui desenvolvida.

DISCUSSÃO

VIDA E OBRA DE CESARE BRANDI

Cesare Brandi faz parte de um dos principais teóricos da restauração do século XX. Nasceu em Siena, na Itália em 1906, e foi licenciado em direito e letras. Trabalhou na Administração das Antiguidades e Belas Artes de Siena em 1930, e foi diretor do Instituto Central de Restauro de Roma - ICR - entre os anos de 1939 a 1960. Em 1948, Brandi iniciou seus trabalhos junto à Unesco como especialista e após deixar a diretoria do ICR, lecionou na Universidade de Palermo.

Ao deixar o ICR, Brandi passou a se dedicar às “reflexões sobre a arte, a literatura das obras e monumentos de arte” (DO CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016). Desenvolvendo as linhas gerais da teoria do restauro crítico que em 1963, culminaria no livro *Teoria da Restauração*. Brandi também teve através da sua linha de pensamento, influencia na elaboração da Carta de Restauro Italiana de 1972, contribuindo para a formulação das atuais filosofias relacionadas a restauração (DO CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016).

A TEORIA DO RESTAURO: CONCEITOS, DIRETRIZES E CONCEPÇÕES.

Cesare Brandi começa seu livro *Teoria do Restauro* definindo o conceito mais comum de restauro que entende-se por “qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana” (BRANDI, 1963, p. 25). O autor ressalta o enfoque do restauro dentro da atividade humana, explicitando que se terá uma restauração relativa aos manufatos industriais, que tem como escopo devolver a funcionalidade do produto; e uma relativa às obras de arte, que mesmo quando relacionada a um objeto funcional, como é o caso da arquitetura, “o restabelecimento da funcionalidade, representará definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte” (BRANDI, 1963, p. 26).

Desta forma, o autor acredita na ligação direta do restauro com o reconhecimento da obra de arte como tal, definindo restauro como o “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 1963, p.30). Ou seja, existe uma “ligação indissolúvel entre a restauração e a obra de arte, pelo fato da obra de arte condicionar a restauração e não o contrário” (BRANDI, 1963, p. 29) É no momento do reconhecimento da obra de arte como tal que irá se entender suas premissas que condicionaram o ato do restauro.

Brandi (1963, p. 29) ainda destaca que “como produto da atividade humana” a obra de arte possui uma dúplici instância

[...] a instância estética que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra [...]
(BRANDI, 1963, p. 29)

O autor ainda propõe dois princípios a serem seguidos no momento do restauro. No primeiro sugere que “restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 1963 p. 31) isto por que, Brandi

entende a obra de arte como um ato mental sobre o qual é impossível intervir. Este ato mental se manifesta sobre a matéria e é sobre ela que a intervenção restaurada irá agir (CUNHA, 2004).

Já o segundo princípio propõe que o restauro alcance a unidade do conjunto da obra de arte, sem contudo “cometer um falso artístico ou falso histórico”. Toda intervenção deve ser feita respeitando o “traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 1963, p. 33). Esta passagem do tempo é marcada por uma dúplice historicidade, a qual, seja ela

[...] aquela que coincide com o ato de sua formulação, o ato da criação, e se refere, portanto, a um artista, a um tempo e um lugar, e uma segunda historicidade que provém do fato de insistir no presente de uma consciência, e portanto, uma historicidade que se refere ao tempo e ao lugar em que está naquele momento [...] (BRANDI, 1963, p. 32)

Entende-se assim, que Brandi deseja que a intervenção não seja feita de modo a tentar reconstituir a obra de arte tal qual como era quando foi concebida, pois isso caracterizaria-se como “falso histórico” ou “falso artístico”. Deste modo, a intervenção deve ser feita respeitando a dupla historicidade da obra de arte. Pois ao mesmo tempo em que a obra de arte marca um momento histórico em que foi concebida, a intervenção restauradora deve preservar as marcas da passagem do tempo nela contidas, porém, marcando também o momento presente da obra, desta forma, atingindo o conceito de restauro. Já que ambos irão ficar marcados para o tempo futuro, sendo assim “a ação de restauro deverá se dar de modo pontual, como evento histórico, por ser uma ação humana e se inserir no processo de transmissão da obra de arte no futuro” (BRANDI, 1977, p. 26; apud OLIVEIRA, 2009, p. 77).

INFLUÊNCIAS

O Teoria da Restauração (1963) é na verdade uma compilação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos pelo autor, a partir do estudo e do entendimento de restauro de outros autores contemporâneos seus ou que o precederam. Recebeu influências de teóricos como John Ruskin (1819-1900), Camillo Boito (1834-1914) e Alois Riegl (1858-1905).

John Ruskin (1819-1900) entendia que a manutenção periódica prolongaria a vida do edifício, porém, admitia a possibilidade de perdas de determinado bem. Já Camilo Boito (1834-1914) “se contrapôs à prática difusa de tentativas de voltar a um suposto estado original ou unidade de estilo” da obra (KÜHL, 2006, p. 19), criando uma vertente classificada como restauro filológico, dando ênfase ao valor documental da obra e que acreditava no respeito à matéria original da pré-existência; na manutenção das marcas da passagem do tempo na obra; na mínima intervenção, na reversibilidade e na distinguibilidade da ação contemporânea em relação à obra de arte (KÜHL, 2006).

Alois Ried (1858-1905) também entendia a importância do valor documental da obra de arte tanto na teoria como na prática e contribuiu em seus aspectos normativos e na elaboração de projetos de leis (KÜHL, 2006).

Brandi ainda recebeu influências no campo filosófico da fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938), bem como de estudos sobre o restauro crítico, temas que abordados a seguir.

A TEORIA DO RESTAURO CRÍTICO

As grandes perdas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial, em termos construtivos de grandes áreas urbanas e monumentos, levaram não apenas a necessidade da reconstrução desses espaços agregados de valor histórico e simbólico, mas levaram também, o pensar no modo em que deveriam ocorrer essas intervenções. Segundo Dos Reis (200-?), as diversas formas de intervir tiveram seus resultados suscitados por um amplo debate em território europeu, tendo este contexto formado os conselhos e postulados do restauro crítico pelos arquitetos e historiadores de arquitetura Roberto Pane (1897-1987) e Renato Bonelli (1911-2004) (DOS REIS, 200-?).

Segundo Carbonara (1997; apud KÜHL, 2007) Brandi aprofundou as ideias a respeito da teoria do restauro crítico no intuito de se contrapor ao empirismo com que o restauro estava sendo tratado naquele segundo pós guerra. E sobre tal teoria, o autor ainda o caracteriza como entendimento de que “toda intervenção constitui um caso em si, não possível de classificar em categorias, [...] nem responde a regras prefixadas ou a dogmas de qualquer tipo” (CARBONARA, 1997, p. 285-286; apud KÜHL, 2007, p. 198-199).

Ou seja, não existem regras claras que ditam metodicamente o passo a passo do restauro, mas que, antes disto, o restauro

[...] deve ser reinventado com originalidade, de vez em vez, caso a caso, em seus critérios e métodos. Será a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida (CARBONARA, 1997, p. 285-286; apud KÜHL, 2007, p. 198-199)

ESCOLA FILOSÓFICA FENOMENOLÓGICA

Segundo Do Carmo, a obra de Cesare Brandi recebe uma grande influência da filosofia Fenomenológica idealizada por Edmund Husserl (DO CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016). Tal filosofia consiste em entender o mundo sob a perspectiva do empirismo, em como o fato se apresenta à nossa consciência. Isto é, seu procedimento central a “redução eidética” trata de um método adotado por Husserl que busca a compreensão da essência das coisas como um fenômeno, voltando a atenção aos fatos e não na teoria. Acreditando na construção científica baseada no direcionamento pelos próprios fatos à seu sentido o reduzindo a essência daquilo que o torna algo em sua maneira inconfundível (CHAUÍ, 2000, p.6; apud CARVALHO, NASCIMENTO, SOARES, 2012).

A relação estabelecida dessa filosofia com o restauro crítico de Brandi, é apresentada na busca pela compreensão fenomenológica para o entendimento de restauro que desprende de conceitos e definições para compreender o que se mostra como fato.

Diferentemente das teorias anteriores acerca do restauro, que são pré-concebidas por normas fixas ou dogmas fragmentadores que generalizam os monumentos, Brandi sugere um “método para se chegar ao conhecimento” onde a percepção do objeto estudado se dá em sua totalidade e a formulação do juízo de valor que é determinante nas escolhas para a preservação (DO CARMO, VICHNEWSKI, PASSADOR, TERRA, 2016).

ANÁLISE DE OBRA: PINACOTECA DE SÃO PAULO

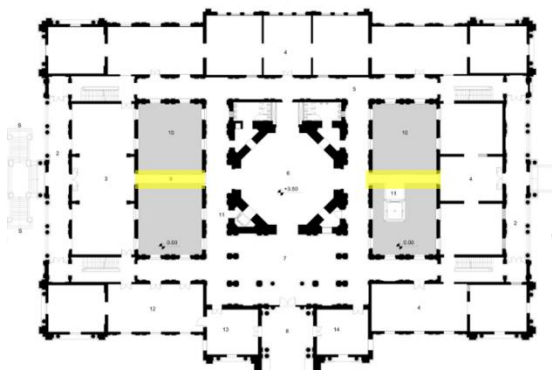
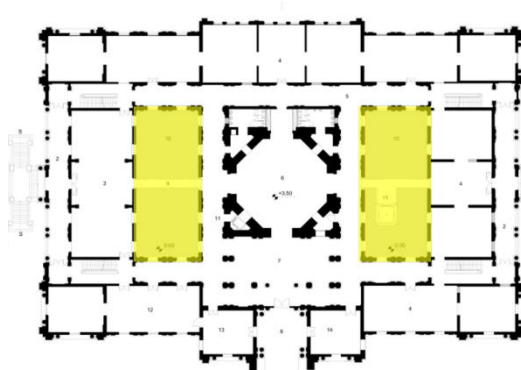
O projeto original, que hoje denomina-se por Pinacoteca do Estado de São Paulo, foi idealizado para abrigar o antigo Liceu de Artes e Ofícios do estado, em fins do século XIX, e é de autoria do escritório de arquitetura de Ramos e Azevedo. No entanto, tal projeto nem chegou a ser concluído. Passou por estágios de abandono, agressões e adaptações, quando em 1993, Paulo Mendes da Rocha e sua equipe assumiu o projeto de intervenção objetivando trazer de volta à cidade um edifício histórico que encontrava-se esquecido pelo próprio estrangulamento de seu entorno. (ARCHDAILY BRASIL, 2015)

De acordo com a equipe de projeto (ARCHDAILY BRASIL, 2015) o projeto de intervenção no prédio do Antigo Liceu de Artes do estado precisava propor soluções para os problemas detectados na análise preliminar do edifício. O prédio apresentava más condições de umidade interna consequentes de patologias na estrutura do edifício; uma complexa distribuição interna que prejudicava os eixos de visitação das obras; e um mau posicionamento de seu plano de acesso, consequente do estrangulamento do ponto ao longo do tempo devido ao desenvolvimento da Avenida Tiradentes.

A proposta de Paulo Mendes da Rocha foi a dupla solução dos problemas de umidade e distribuição interna. Adicionou-se ao edifício uma cobertura tipo clarabóia envidraçada (FIGURA 1) que detém as águas pluviais mas que permite também a entrada de iluminação natural em seus pátios internos adquirindo assim dois novos ambientes de exposição para a Pinacoteca. Nesses mesmos espaços foram inseridos “passarelas metálicas que cruzam os pátios internos em dois níveis, rompendo com a verticalidade de 22m de pé-direito e estabelecendo a horizontalidade como seqüência de percepção” (Müller, 2000). Desta forma, a adição destas passarelas solucionaram os problemas de fluxos e de distribuição interna das exposições (FIGURAS 2 E 3).

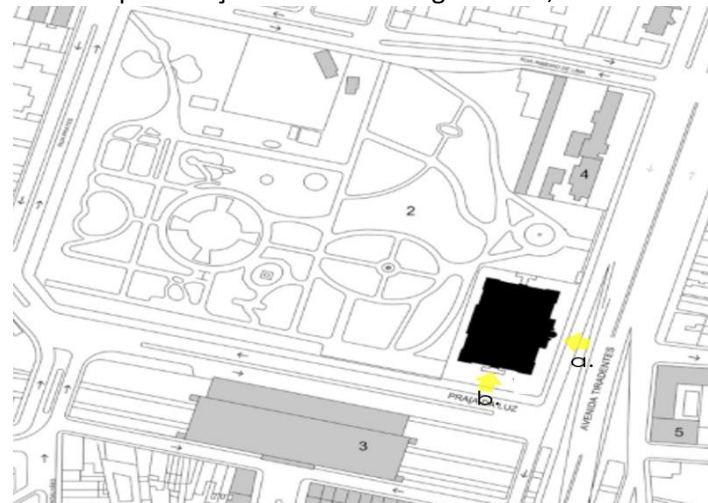
Figura 1. Novo Cobertura Adiciona ao Edifício

Fonte: Archdaily Brasil (2015), editado pelas autoras.

Figura 2. Vazios Internos**Figura 3.** Adição das Passarelas

Fonte: Archdaily Brasil (2015), editado pelas autoras.

Ao solucionar a distribuição interna através da adição das passarelas que vencem os vãos dos pátios internos deu-se uma nova compreensão dos espaços sendo então possível a transferência da entrada do museu da Avenida Tiradentes para a Praça da Luz (FIGURA 4). Desta forma deu-se uma nova implantação do edifício em relação da cidade.

Figura 4. Novo Acesso ao Edifício pela Praça da Luz - a - Antigo acesso; b - Novo acesso;

Fonte: Archdaily Brasil (2015), editado pelas autoras.

Destaca-se como a solução dos problemas tirou partido da teoria brandiana para ser executada primamente. A escolha dos novos materiais - vidro e aço - em contraposição com a alvenaria de tijolos

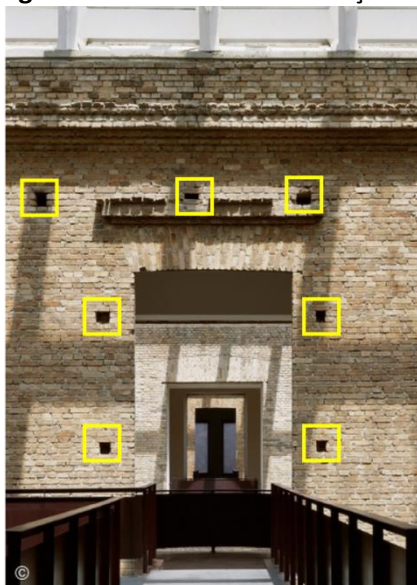
aparentes pré-existente evidencia a busca da distinguibilidade entre o novo e o antigo. A cartela de materiais escolhida (FIGURA 5) para a intervenção, no que diz respeito a leveza, tons e textura, confere unidade ao projeto sem contudo o novo destacar-se mais que o antigo ou ser sendo omitido pela mimetização. Evitou-se a ocorrência do falso histórico.

As fachadas da Pinacoteca apresentavam-se marcadas pela ação do tempo e por patologias que prejudicavam sua conservação. A equipe de projeto optou pela limpeza e neutralização dos agentes agressivos, porém manteve intocáveis os “meandros dos ornamentos esculpidos nos tijolos, muito desgastados” protegendo-os “quimicamente de forma adequada” (ARCHDAILY, 2015). As marcas da passagem do tempo nessa fachada histórica representativa da cidade de São Paulo foram assim preservadas.

A equipe de projeto destaca ainda o respeito pela preservação da construção original e reversibilidade das intervenções propostas destacando que,

A construção original foi essencialmente mantida como encontrada, conservadas, inclusive, as marcas dos antigos andaimes (FIGURA 6) e as das ocupações e intervenções anteriores. Todas as intervenções propostas pelo projeto foram justapostas e tornadas evidentes. (ARCHDAILY, 2015)

Figura 5. Unidade da Intervenção



Fonte: Archdaily Brasil (2015), editado pelas autoras.

Figura 6. Preservação das Marcas do Tempo



Paulo Mendes da Rocha executa a mínima intervenção. Müller (2010) se dirigindo a Pinacoteca, enfatiza que “aqui nada é silencioso, nada é sutil, e embora seja mínimo, é enfático, é gestual”. Observa que embora “resultando uma simplicidade aparente” é, no entanto, a “solução da tensão intrínseca colocada pela complexidade das exigências arquitetônicas contemporâneas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria do Restauro (1963) de Cesare Brandi se destaca em relação à sua época por ser uma unidade metodológica e conceitual que filia-o ao pensamento crítico e às ciências, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao empirismo que prevalecia até então, bem como, por entender o restauro de forma crítica, dando ênfase às instâncias estéticas e histórica da obra de arte em detrimento de seu caráter filológico sem, no entanto, guardar a devida importância de seu caráter documental (KÜHL, 2007).

Cesare Brandi não escreveu sua Teoria do Restauro (1963) objetivando a arquitetura em si, porém, torna-se evidente pelos motivos aqui explanados a total consciência em relação a teoria do restauro de Paulo Mendes da Rocha ao executar o projeto da Pinacoteca do Estado de São Paulo. A intervenção em edifícios históricos é justificada no momento em que entende-se aquele bem como patrimônio a ser preservado para a sociedade atual e futuras, e ajustando-se o programa anterior a uma nova função, há a revisitação do passado, o cuidado do presente e a preservação para o futuro.

O projeto de intervenção da Pinacoteca do Estado de São Paulo é apenas um dos muitos projetos de Paulo Mendes da Rocha que prova a relação da teoria com a prática arquitetônica deixando evidente que não é possível de conceber uma arquitetura de qualidade sem o conhecimento do arcabouço teórico.

Apesar de ser dotada da mesma função para aquela que foi inicialmente pensada, a Pinacoteca evidencia a dinamicidade da arquitetura em relação a cidade e em relação a sua própria função. Nas palavras de Müller (2010)

[...]procuraremos demonstrar como se pode gerar uma obra de arquitetura que parta do essencial da preexistência e, no ponto zero de simplificação, faça uma leitura atenta dos aspectos que o velho conclama para instituir um diálogo simultâneo e necessário com o novo, um discurso atual que transforma a Arquitetura em uma resposta adequada ao momento contemporâneo (MÜLLER, 2010)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a professora orientadora que com muito conhecimento, simpatia e paciência, nos orientou no desenvolvimento do artigo. Agradecemos também aos familiares e amigos pela compreensão e assistência e principalmente a Deus, que nos concebeu a dádiva do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Pinacoteca do Estado de São Paulo**: Paulo Mendes da Rocha + Eduardo Colonelli + Weliton Ricoy Torre, 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/787997/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo-paulo-mendes-da-rocha>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. 3.ed. São Paulo: Artes&Ofícios, tradução Beatriz Mugayar Kühl, 2008. 261 p.

DO CARMO, F. H.; VICHNEWSKI, H.; PASSADOR, J.; TERRA, L. Cesare Brandi. Uma releitura da teoria do restauro crítico sob a ótica da fenomenologia. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.01, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5946>. Acesso em 10 out. 2018.

DOS REIS CUNHA, C. Restauração e Referenciais Teóricos. **Fórum Patrimônio**, Uberlândia, v. 0, n. 0, [200-]. Disponível em http://www.forumpatrimonio.com.br/view_full.php?articleID=164&modo=1#_ftnref41. Acesso em 05 out. 2019.

JOKILEHTO, J. I. Princípios da conservação e suas bases teóricas. Tese de doutorado na Universidade de York, set. 1986.

KÜHL, B. M. Cesare brandi e a teoria da restauração. **Pós**, São Paulo, n. 21, p. 198-211, jun. 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i21p197-211>

KÜHL, B. M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p16-40>

LUSO, E.; LOURENÇO, P. B.; ALMEIDA, M. **Breve história da teoria da conservação e do restauro**. 2004.

MÜLLER, F. Velha-nova Pinacoteca: de espaço a lugar. **Arquitextos**, São Paulo, ano 01, n. 007.11, Vitruvius, dez. 2000. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/951>. Acesso em 14 out. 2018.

OLIVEIRA, R. D. Teoria e Prática da Restauração. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**. Santos, v. 6, n. 7, p. 75-91, jul./ago./set. 2009.

A RELEVÂNCIA DE ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS LGBT MARGINALIZADAS DENTRO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Felipe Gasquez de Moraes, Yeda Ruiz Maria, Victor Martins de Aguiar

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente - SP. E-mail: felipeg_morais@hotmail.com

RESUMO

A não aceitação das minorias sexuais se propaga por todo o mundo e, cada vez mais pessoas LGBT estão sendo marginalizadas e se encontram em situação de vulnerabilidade social. É justamente por conta dessas questões que se torna cada vez mais importante a existência de espaços que representem a resistência dessa comunidade dentro das cidades contemporâneas, que se desenvolvem como um reflexo de valores dominantes, isto é, assimila a heterossexualidade como norma sexual legítima e moralmente constituída. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a relevância de espaços que acolham o público LGBT que por anos foram negligenciadas dentro desse cenário “heteronormativo” das cidades, levando em consideração à ausência de políticas públicas voltadas para esse grupo em específico que afeta diretamente na vivência dessas pessoas na sociedade atual. O artigo se desenvolveu por meio de consultas em fontes de dados secundárias, buscando abordar sobre a relevância desses espaços dentro do contexto urbano, que se consolidam como ambientes que rejeitam as demais sexualidades e identidades de gênero que não seguem esta norma sexual imposta.

Palavras-chave: LGBT; Espaços de Acolhimento; Políticas Públicas.

THE RELEVANCE OF HOST SPACES FOR MARGINALIZED LGBT PEOPLE WITHIN CONTEMPORARY CITIES

ABSTRACT

The non-acceptance of sexual minorities is spreading worldwide, and more and more LGBT people are being marginalized and socially vulnerable. It is precisely because of these issues that the existence of spaces that represent the resistance of this community within contemporary cities, which develop as a reflection of dominant values, that is, assimilates heterosexuality as a legitimate and morally sexual norm, is becoming increasingly important. incorporated. This research aims to understand the relevance of spaces that welcome the LGBT public that for years have been neglected within this "heteronormative" scenario of cities, taking into account the absence of public policies aimed at this particular group that directly affects the experience of these people. in today's society. The article was developed through consultations in secondary data sources, seeking to address the relevance of these spaces within the urban context, which consolidate themselves as environments that reject other sexualities and gender identities that do not follow this imposed sexual norm.

Keywords: LGBT; Host Spaces; Public Governments.

INTRODUÇÃO

Para dar início à discussão, é necessário contextualizar sobre o surgimento do grupo LGBT na sociedade, de modo a ressaltar a forma como eles conquistaram o seu espaço na cidade e como se encontra a atual situação dessa comunidade. De acordo com São Paulo (2017) LGBT¹ é uma sigla internacionalmente utilizada para se referir aos cidadãos e cidadãs Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans. Consta que a situação atual do grupo LGBT nas cidades

¹ De acordo com Facchini (2005) não há consensos no que refere aos modos de se nominar o movimento social organizado em torno de questões relativas às homossexualidades, travestilidades e transexualidades, no Brasil. Utiliza-se aqui, provisoriamente, a expressão LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), uma vez que esta tem sido muito utilizada por estudos recentes, desde que foi aprovada na I Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, em 2008.

contemporâneas é resultado de um processo histórico com bastante resistência e que já não diz respeito mais somente à esfera privada, mas também a pública e tem se revelado cada vez mais em manifestações políticas pela busca da cidadania nos espaços urbanos (MOTA, 2017).

Segundo Nascimento (2015), no Brasil, os primeiros grupos de militância surgiram na década de 1970 e se fortaleceram somente na década de 1990, quando diversos ativistas começaram a lutar pelos direitos desta parcela da população, entretanto o movimento realmente ganhou força em 2005, quando a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo passou a contar com a participação de sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Questões como direito à assistência médica, indenizações trabalhistas, uso em comum dos espaços sociais como clubes, colônias, entre outros, já são comuns em várias categorias profissionais. No entanto, garantir direitos básicos não quer dizer que mudam, necessariamente, as relações de poder, segregação e domínio nas relações de trabalho junto aos LGBT.

Conforme Cortés (2010) o final da década de 60 e o início da de 70 foram anos de grande importância no que se refere à construção de questionamentos e das hierarquias patriarcais que regiam a vida cotidiana. Portanto, durante as últimas três ou quatro décadas, foram desenvolvidas uma série de propostas que questionavam os valores sociais, as identidades sexuais ou a política do corpo e a sua relação com o espaço.

Segundo Ramos e Carrara (2006) desde a década de 80, o movimento homossexual brasileiro tem dado visibilidade aos crimes motivados pela orientação sexual, divulgando o termo homofobia para designar tais atos. Leony (2006, p.1 apud CARDOSO e FERRO, 2012) caracteriza a homofobia como o ódio explícito, persistente e generalizado; manifesta-se numa escala de violência desde as agressões verbais subsumidas nos tipos penais contra a honra até os extremados episódios de violência física, consumados com crueldade.

A condição de vulnerabilidade social da comunidade LGBT é visível a partir de dados do Grupo Gay da Bahia – GGB (2015), que informam que 318 gays foram mortos em 2015 em todo o país. Conta-se ainda que desse total de vítimas, 52% são gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. Os estados onde ocorreram mais casos em números absolutos foram São Paulo, com 55 assassinatos, e Bahia, com 33².

Não é um exagero ou um clichê dizer que o movimento LGBT é o único de minorias que não tem apoio dentro da própria casa. A não aceitação familiar e o despreparo da educação brasileira mais tradicional em trabalhar a diversidade e de evitar o bullying dentro das salas de aula fazem com que muitos homossexuais e principalmente transexuais abandonem os estudos precocemente.

É válido ressaltar que não existe nenhum lugar do mundo no qual as minorias sexuais sejam aceitas em plenitude de igualdade com os demais cidadãos. E que por mais que em alguns países o processo de reconhecimento da igualdade no acesso ao casamento civil, à adoção, entre outros, por pessoas do mesmo sexo, esteja gradativamente acontecendo, este não é um movimento globalmente uniforme.

De acordo com Carvalho e Junior (2017), essas questões são resultado sacralização heterossexual dos espaços, por meio dos discursos pró-família e pró-moralização do ambiente urbano, que excluem pessoas que não se identificam com esse discurso desses determinados lugares.

Assim cumpre-se identificar quais são os principais motivos que levam a comunidade LGBT enfrentar a marginalização e consequentemente explicar sobre a representatividade que possuem espaços que acolham essas pessoas dentro de cidades embasadas em conceitos heteronormativos³.

MÉTODOS

A pesquisa se deu por meio de consultas em fontes de dados secundárias, como teses, dissertações, periódicos e sites da internet, com o intuito de ressaltar que estes espaços sejam vistos como política pública para o público LGBT.

RESULTADOS

Mekari (2016) afirma que de acordo com uma pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia de 2016, 37% dos brasileiros dizem não aceitar conviver com filhos gays, lésbicas,

² Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2019.

³ Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos.

bissexuais e transexuais em suas casas. Essa não aceitação tem levado esse grupo à situação de marginalidade e vulnerabilidade⁴.

De acordo com Brasil (2008, p. 571 apud CARDOSO e FERRO, 2012) a população LGBT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Diante dessa realidade, o Ministério da Saúde reconhece que a identidade sexual e a identidade de gênero são constituintes de um processo complexo de discriminação e de exclusão, do qual derivam os fatores de vulnerabilidade, tais como a violação do direito à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento (BRASIL, 2008, p. 571 apud CARDOSO e FERRO, 2012).

A soma da baixa escolaridade com os preconceitos sociais se torna uma barreira para a empregabilidade, e o resultado é a forte presença de travestis e transexuais na informalidade e na prostituição. Estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2016) apontam que apenas 10% do grupo trabalham registrados.

Com relação à esfera do trabalho, Garcia et. al. (2010) observam que, a orientação homossexual e a identidade de transgênero acabam sendo elementos intensificadores das dificuldades para se conseguir e/ou manter o emprego.

Em pesquisa realizada por Carvalho e Philippi (2013) no Distrito Federal, foram entrevistadas 60 pessoas, cuja faixa etária varia entre 18 e 50 anos. Foi levantado que o grau de escolaridade do público LGBT se concentrava em nível superior incompleto e 2º grau completo, apresentando respectivamente 35% e 28,33% do total (Tabela 1). Enquanto, a renda mensal dos participantes da pesquisa concentrava-se entre 1 e 3 salários mínimos.

⁴ Disponível em: < <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/11/11/campanha-coletiva-quer-construir-espaco-de-acolhimento-lgbt-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da população LGBT participante de pesquisa no Distrito Federal em 2013

Variável	Opções	F	%
Faixa Etária	18 a 28 anos	42	70,00
	29 a 39 anos	11	18,33
	40 a 50 anos	7	11,67
Gênero	Masculino	35	58,33
	Feminino	25	41,67
União Estável	Sim	17	28,33
	Não	43	71,67
Identidade Sexual	Gay	28	46,67
	Lésbica	23	38,33
	Bissexual	8	13,33
	Transexual	0	0
	Travesti	1	1,67
Escolaridade	Superior Completo	12	20,00
	Superior Incompleto	21	35,00
	2º Grau Completo	17	28,34
	2º Grau Incompleto	5	8,33
	1º Grau Completo	5	8,33
	1º Grau Incompleto	0	0
Profissão	Diversas	58	96,67
	Desempregado	2	3,33
Renda Mensal	1 a 3 salários mínimos	32	53,33
	Mais de 3 salários mínimos	19	31,67
	1 salário mínimo	06	10,00
	Menos de 1 salário mínimo	02	3,33
	Não possui renda	01	1,67

Fonte: Carvalho et al., 2013, p.87. Editado pelos autores, 2019.

É perceptível que existe uma lacuna no grau de escolaridade do público LGBT, o que afeta em suas carreiras profissionais e acaba se tornando um viés para o processo de marginalização. Garcia et al (2010) afirmam em pesquisas internacionais que jovens homeless5 LGBTs são mais sujeitos à diversos tipos de violência na família de origem e quando moram nas ruas, ao abuso de substâncias ilícitas e à discriminação por parte dos outros moradores em situação de rua e da polícia.

Cortés (2010) aponta que o público LGBT lutou por décadas para alcançar visibilidade em determinados pontos da cidade, opondo-se à proibição formal ou informal que pesava sobre eles, já que são constantemente sujeitos às ameaças da vigilância e com o medo de sofrerem qualquer tipo de agressão.

Por essas razões, nos últimos anos, diferentes casas de acolhimento foram implantadas ou estão em processo de implantação no país, por meio de iniciativas particulares e voluntárias, como meio de atribuir outra perspectiva para este grupo e sem criar um vínculo de dependência social.

Isso se deve à ausência de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT, resultando em medidas alternativas que o próprio meio desenvolveu para amparar uns aos outros, como é o caso das casas de acolhimento voltadas para esse público marginalizado, tendo como objetivo principal a reinserção destes na sociedade, uma vez que ainda nos dias de hoje o preconceito contra a comunidade LGBT é algo latente.

Vale ressaltar que a cidade de Presidente Prudente – SP não foge dessa realidade. A própria Casassa⁵ é um exemplo de que se vêm estruturando, mesmo que informalmente, projetos que buscam amparar esse público.

Segundo Stucky (1997) as políticas públicas para a população LGBT no Brasil estão vinculadas às ações do Estado, envolvendo suas iniciativas, seus investimentos, suas prioridades e os grupos atingidos em uma determinada área ou setor. Porém, essas ações não surgem da necessidade do Estado, mas são decorrentes de demandas da sociedade.

Assim, pode-se dizer que políticas públicas emergem de um contexto social, envolvendo os grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais componentes da sociedade civil. [...] Dessa forma, política pública é mais do que um conjunto de normas administrativas ou burocráticas. Ela é uma manifestação de um jogo de forças, de conflito de interesses (STUCKY, 1997, p. 52).

Sendo assim, o entendimento da condição atual dos movimentos sociais, do grupo LGBT, requer a apresentação de um breve contexto histórico, para que o mesmo seja compreendido enquanto movimento social e de luta pela busca de igualdade.

Segundo Franco (2017) a Rebelião de Stonewall (Stonewall Riot) é considerada como o marco inicial do movimento contemporâneo de libertação da identidade gay e da luta pelos direitos LGBT, a nível internacional.

No dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn localizado em Greenwich Village, nos Estados Unidos, gays, lésbicas, travestis e drag queens se rebelaram contra a polícia que fazia cercos violentos a bares gays da cidade de Nova York (FRANCO, 2017, p. 2).

Franco (2017) ainda afirma que o movimento feminista lésbico, surgiu na segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970, com base nos mesmos pressupostos e exigências do movimento gay em função da semelhança de causa, sendo que machismo já se mostrava como sendo o principal obstáculo para estes grupos, assim como, em contrapartida, conquistar um espaço político e direitos civis se tornaram os principais objetivos.

É importante ressaltar que a violência apontada naquela época decorreu pelas gerações posteriores, sendo hoje, um dos principais motivos pelos quais a luta pela sobrevivência e emancipação dos direitos LGBT na sociedade brasileira se mantém.

De acordo com Farah (2004), as políticas públicas desempenham um importante papel, seja na manutenção ou superação das opressões de gênero e sexuais.

Podem reforçar as desigualdades, quando objetivam atender as necessidades supostamente universais, desconsiderando as demandas de um determinado grupo. Do mesmo modo, podem contribuir para a redução de tais desigualdades por meio da formulação e implementação de ações e programas específicos (FRANCO, 2017, p. 3).

De acordo com Franco (2017) é compreensível que exista um caráter de cunho político e jurídico nas relações existentes entre o Movimento, o Estado e a Sociedade. Ele ainda afirma que esse elemento, controla socialmente, pune e regula o comportamento daquelas pessoas julgadas enquanto “desviantes da norma”.

Torna-se um tabu, justamente porque o Estado, que regula a disseminação desse tipo de discurso, não trabalha de maneira aberta e sincera com a sociedade para que assuntos desconhecidos não sejam tratados de maneira irrisória. A lógica existente no plano jurídico do sexo seria paradoxal, de uma lei que

⁵ A Casassa é um projeto que foi idealizado por um grupo independente em 2017 e que visa acolher temporariamente homossexuais, transexuais e travestis, que sofram qualquer tipo de violência e/ou estejam em situação de vulnerabilidade social na cidade de Presidente Prudente – SP. Válido ressaltar que o projeto é uma Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos e não é patrocinada por nenhuma outra instituição. A Casassa está implantada na Rua Fernão Dias, 150, bairro Vila Santa Tereza, local tradicionalmente familiar e afastado em torno de 2km do quadrilátero central.

enuncia quase que como influência de inexistência, o assunto sexo se tornaria invisível, inexistente perante a justiça (FRANCO, 2017, p. 6).

Franco (2017) destaca que além de relativamente recente, a atuação do Estado com as políticas públicas para a população LGBT no Brasil sofre com uma estrutura de dominação hegemônica, responsável pela ligação restrita entre tais políticas e a esfera social. Essas políticas públicas tiveram início apenas em 2004 com projetos como o “Programa Brasil sem Homofobia”, articulado com o movimento LGBT e que promove ações educacionais coexistentes com o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”, sendo contemplados por pesquisas promovidas pelo Ministério da Educação.

De acordo com os autores Mello e Avelar (2012), uma segunda iniciativa que apresenta impacto expressivo para a evolução dos debates de gênero no país, é a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, convocada em novembro de 2007 e realizada de 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília.

Sob o tema ‘Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais’, a conferência objetivou propor as diretrizes necessárias para a implementação de políticas públicas e do plano nacional de promoção da cidadania e dos direitos humanos, além de reavaliar e recomendar estratégias para fortalecer o Plano Brasil sem Homofobia (FRANCO, 2017, p. 7).

No entanto, o documento apenas foi apresentado em Brasília, ou seja, não foi disponibilizado na página da Secretaria de Desenvolvimento Humano ou divulgado. O Plano Nacional LGBT não foi instituído pelo governo na forma de decreto ou portaria, assim como ocorreu com o Plano Brasil Sem Homofobia, caindo assim na inexistência da formalidade (MELLO e AVELAR, 2012).

Segundo Franco (2017) muito se fala na efetivação das políticas públicas para essa minoria em questão, mas o que deve ser de fato considerado são os avanços que essas políticas atingiram. Observar que elas possuem limites e reconhecer quais são esses limites é de extrema importância para que sejam traçadas as propostas de combate, tal como, o Estado pode se articular a partir da confirmação da existência dessas barreiras para que continue dando a atenção necessária à agenda LGBT.

Portanto, tais políticas ainda não demonstram resultados estáveis, que revertam as taxas apresentadas pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2016, em que:

As violências ocorridas cotidianamente contra os LGBTs são infelizmente muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público. Salienta-se que a falta de um marco legal que regulamente a punição de atos discriminatórios contra a população LGBT aprofunda a dificuldade de realização de diagnósticos estatísticos desta natureza (MMIRDH, 2016, p. 3).

Ou seja, as políticas públicas atuais ainda não refletem em uma diminuição dos assassinatos, e toda e qualquer forma de torturas e assédios, que continuam presentes de forma intensiva na história das pessoas LGBT na sociedade brasileira. Essas políticas precisam surtir efeitos no cotidiano das pessoas, nos ambientes de educação, trabalho e em casa (FRANCO, 2017).

Admite-se, portanto, que, as conquistas alcançadas pelo Movimento foram significativas e representaram grandes vitórias no sentido de liberdade de expressão, de reconhecimento e afirmação enquanto ser, bem como, em algumas áreas da saúde. Contudo, a aproximação do Movimento com a Sociedade Civil se encontra estancado estruturalmente frente ao sistema estatal que é considerado pelo Movimento como sendo composto de forma patriarcal, misógina, racista, ultraconservadora e heteronormativa, culminando no sistema político brasileiro, podendo ser considerado por si só, um entrave para a continuidade dos avanços alcançados pelo Movimento. Fato é que, a população LGBT ainda se sente de certa maneira insegura, não possui bem-estar social perante a sociedade brasileira contemporânea (FRANCO, 2017, p. 13).

A reivindicação de políticas públicas de segurança constitui, na atualidade, uma das principais demandas do movimento LGBT brasileiro. A Constituição Federal Brasileira (1988, artigo 144), reconhece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

De acordo com Brito et al (2014) é preciso ir além do embasamento constitucional, quando se foca o olhar sobre a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT. Questões como violência e segurança pública, segundo Brito et al (2014), passam a ser dificultadas a partir da noção de homofobia, que tem sido conduzida pelo movimento social com a intenção de reivindicar políticas públicas nessas áreas.

E é justamente por conta dessas questões que o Supremo Tribunal Federal Brasileiro (STF) começou este ano de 2019 o julgamento para discutir a criminalização da homofobia, lesbofobia e transfobia. Discriminação e ataques ao público LGBT que devem ser criminalizados⁶. A deliberação teve início no dia 13 de fevereiro de 2019.

A Corte voltou a discutir o tema no dia 21 de fevereiro no qual, quatro dos onze ministros tinham votado a favor da pauta⁷. No dia 23 de maio de 2019, a maioria dos ministros do STF decidiu considerar a homofobia e a transfobia como crime de racismo até que o Congresso Nacional legisle sobre o assunto⁸.

Ao exigir que a violência contra a população LGBT se torne crime, tem-se como objetivo igualar a proteção penal. A atual Lei de Racismo (Lei 7716/89) protege negros(as)/brancos(as), religiosos(as), grupos étnicos e estrangeiros (as) /migrantes regionais ao criminalizar a discriminação por cor, etnia, procedência nacional e religião. Propõe-se que essa proteção se estenda a pessoas LGBT pela inclusão das expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” na Lei de Racismo⁹.

A ausência de Leis Federais que protejam a população LGBT contra preconceitos é um dos principais empecilhos para o combate à homofobia e à transfobia no Brasil. Até o atual momento, nenhum projeto de lei que criminalize preconceito e discriminação por causa de orientação sexual ou identidade de gênero conseguiu ser aprovado nas duas casas do Congresso Nacional¹⁰.

Pode-se admitir que os avanços obtidos até o presente momento na área dos direitos voltados para essa minoria em questão ainda não podem ser considerados uma grande transformação no âmbito do convívio social. Acredita-se que ações de violência, preconceito e repressão estejam arraigados na sociedade civil brasileira tornando-se assim os fatores que impossibilitam os avanços das demandas LGBT (FRANCO, 2017).

O conjunto das políticas públicas, como medida a longo prazo, poderão afastar a marginalização da comunidade LGBTI, na medida em que promoverá a participação social dessas minorias. Desfrutar os direitos sociais, como a cidadania, não é uma programação apenas cidadã, mas principalmente constitucional, cujo pilar é o chamamento das políticas sociais (SANTOS et. al., 2018, p. 5).

De acordo com Santos et. al (2018) o Estado, enquanto democrático e assegurador de direitos e garantias fundamentais, tem o poder/dever de intervir e promover aquilo para o qual ele se propõe, o bem-estar social de todos, erradicando as desigualdades e reduzindo as discriminações.

A “proteção” oferecida à essa população ainda não é concreta. O medo que um LGBT tem de viver na sociedade brasileira, faz com que também deva ser considerado em debates sociais o alto índice de depressão nessa população específica. Assim como é real a falta de resposta/resultados por parte do Estado, quando o Brasil continua a amargar a primeira posição como praticante da LGBTfobia⁶.

A partir deste panorama social se torna cada vez mais evidente a importância de um espaço que atue como abrigo para essa população, assim como as casas de acolhimento LGBT que estão surgindo gradativamente no Brasil.

Desde o ano de 2015, diferentes casas de acolhimento LGBT foram implantadas ou estão em processo de implantação no país, como medida alternativa de auxílio à comunidade em questão, através de iniciativas particulares ou voluntárias, como meio de atribuir outra perspectiva para este grupo, mas sem criar um vínculo de dependência social.

Projetos desse viés se caracterizam pela sua organização e principalmente quanto às formas de manutenção (doações, campanhas online, parcerias com empresas) sabendo que a participação do poder público nesses espaços é basicamente nula. Foram analisados quatro estudos de caso (Tabela 2), visando compreender a forma que estes espaços de acolhimento estão contribuindo na minimização da violência e da marginalização do grupo LGBT, e quais as principais semelhanças na maneira que ocorre a administração e gerenciamento delas.

⁶ A LGBTfobia é um ato ou manifestação de ódio ou rejeição a homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Tabela 2. Análise geral de casas de acolhimento para pessoas LGBT no Brasil.

CASA	LOCALIZAÇÃO	OBJETIVOS DO PROJETO
CASA 1	São Paulo (SP)	O espaço, além de república de acolhimento para quem está em situação de risco, também é um centro de cultura que fornece atividades e cursos para os abrigados, com a pretensão de reinserção dos mesmos na sociedade ⁷ . Cada pessoa acolhida pode permanecer por até três meses no projeto, período que pode ser estendido conforme as necessidades individuais. E para ser morador, é preciso ter mais de 18 anos, ter sido expulso de casa por ser LGBT ou estar em situação de violência psicológica ⁸ .
CASA NEM	Rio de Janeiro (RJ)	É um espaço onde transexuais, travestis e transgêneros encontram acolhimento, por meio de oficinas, debates, festas e shows. O espaço independente e horizontal busca empoderar o público LGBT em situação de vulnerabilidade social ⁹ e é gerido somente por ativistas trans voluntários. Além de acolhimento, o local oferece cursos ao público LGBT, como de alfabetização, fotografia, gastronomia e o “PreparaNem”, que envolve aulas preparatórias para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ¹⁰ .
CASA TRANSVEST	Belo Horizonte (MG)	O projeto começou como curso pré-vestibular em 2016, no bairro de Santa Tereza e atualmente é uma casa de acolhimento exclusivamente para transexuais desabrigadas ¹¹ . Com ações educacionais e profissionalizantes, a casa mineira sobrevive com doações e a renda de eventos, mesmo assim, busca se expandir para áreas periféricas da região metropolitana ¹² .
CASA LGBT+	Manaus (AM)	A iniciativa ainda em estruturação prevê que a casa de acolhimento funcione durante um ano com recursos arrecadados de doações voluntárias sendo depois transferida para o poder público. Assim, difere nesse aspecto das outras casas de acolhimento citadas que ainda não são vistas como políticas públicas ¹³ . Além de acolher o público LGBT, a ideia é que no abrigo manauense os acolhidos sejam capacitados para o mercado de trabalho e recebam assistência social, jurídica e psicológica.

Fonte: Dos Autores, 2019.

As casas de acolhimento localizadas nas metrópoles do país, como a Casa 1, em São Paulo - SP, e a Casa Nem, no Rio de Janeiro - RJ, hoje são sinônimos de um modelo, no que se refere à programação, período de estadia, gestão e estão influenciando a organização de outras iniciativas independentes como a Casassa em Presidente Prudente – SP.

⁷ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casa-1-por-que-lgbts-precisam-de-uma-republica-de-acolhimento>>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/lgbt_/noticias-lgbt/casa-1-por-que-lgbts-precisam-de-uma-republica-de-acolhimento/>. Acesso em: 03 de agosto de 2019

⁹ Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2016/08/casa-nem-e-um-exemplo-de-amor-acolhimento-e-apoio-a-transexuais-travestis-e-transgneros-no-rj/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

¹⁰ Idem 4

¹¹ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/bh/educacao-3/gratis/projeto-cria-curso-pre-vestibular-gratuito-para-comunidade-trans-de-bh/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2019

¹² Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/abrigos-lgbt-se-espalham-e-reunem-historias-de-orgulho-e-superacao>>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

¹³ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/campanha-arrecada-recursos-para-criar-casa-de-acolhimento-lgbt-em>>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

No entanto, é preciso ressaltar as dificuldades que esses projetos sofrem devido à ausência de suporte por parte do poder público, já que as casas de acolhimento LGBT citadas anteriormente acabam tendo a sua função social limitada pelo espaço físico disponível e a falta de renda.

Martinelli (2019) ressalta o caso da Casa 1, que em 2019, três anos após a sua inauguração, está fechando as portas. Isso se deve ao número de doações de colaboradores que diminuíram exponencialmente e ao fato de que empresas que eram parceiras desde o início do projeto encerraram a associação¹⁴.

Martinelli (2019) ainda salienta que o projeto é oficialmente uma Organização Não-Governamental (ONG), conta com algumas isenções fiscais mas, para se manter, depende de doações, parcerias com a iniciativa privada e editais de financiamento. Atualmente, existem 8 voluntários que trabalham na Casa cerca de 12 horas por dia, 7 dias por semana, e recebem uma ajuda de custo de R\$ 800 reais por mês, o que está sendo inviável. E para que o projeto não se encerre oficialmente, está sendo realizada uma arrecadação de dinheiro por meio de doações online.

Situação similar está acontecendo com a ONG Transvest de Belo Horizonte. Fórneas (2019) afirma que a Transvest, corre o risco de acabar. Em uma publicação nas redes sociais, os responsáveis pela ONG alegaram, nessa terça-feira (30), que o alto custo para manter o projeto é o fator determinante para o possível encerramento das atividades. O alto custo para manter as atividades tem feito com que os organizadores do projeto estudem a possibilidade de fechar o espaço, visto a falta de verba.

O que está acontecendo com a Casa 1 e a ONG Transvest é o exemplo perfeito, de que por mais relevante que o caráter social de um projeto desse perfil seja para a sociedade, a ausência de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT marginalizada acaba sendo crucialmente prejudicial para a sua estruturação.

A Casassa, casa de acolhimento LGBT da cidade de Presidente Prudente – SP, assim como os outros centros de acolhimento analisados, também carece de espaço físico ampliado.

CONCLUSÃO

Levando em consideração esse contexto de enorme preconceito e falta de direitos fundamentais para a população LGBT, pode-se concluir que os espaços de acolhimento para pessoas LGBT marginalizadas possuem grande relevância dentro das cidades contemporâneas, onde esse preconceito é perpetuado, tendo em vista essa reinserção dessas pessoas na sociedade, promovida por esses espaços, que acolhem e visam incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional desses indivíduos.

Casas de acolhimento e centros culturais voltados para esse público em específico, promovem mudanças estruturais tanto na sociedade quanto no espaço urbano, e repensar os modos de produção e reprodução desse espaço, muitas vezes, se mostra tarefa por demasiado complexa, uma vez que a cidade possui diversas vias de acesso. As cidades se consolidaram como ambientes que rejeitam as demais sexualidades e identidades de gênero que não seguem esta norma sexual posta.

A partir da análise dos quatro projetos de casas de acolhimento LGBT em andamento no Brasil, percebe-se que estes possuem pontos em comum na sua organização, principalmente quanto às formas de manutenção (doações, campanhas online, parcerias com empresas) e que a participação do poder público nesses espaços é basicamente nula. Justamente por conta disso que os exemplos citados estão encontrando empecilhos para a consolidação do projeto.

É válido ressaltar a importância que estas casas de acolhimento agregam às cidades, se revelando significativas para a luta LGBT na sociedade, logo não apenas como equipamento de acolhimento provisório, mas também para a transformação de pessoas em vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Michelle R. e FERRO, Luís Felipe. **Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão** Psicol. cienc. prof. vol.32 no.3 Brasília, 2012 <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>

CARVALHO, Laudenize e PHILIPPI, Miriam May. **Percepção de Lésbicas, Gays e Bissexuais em Relação aos Serviços de Saúde** Universitas: Ciências da Saúde, Brasília, 2013 <https://doi.org/10.5102/ucs.v11i2.1837>

¹⁴ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/casa-1-fechamento-como-doar_br_5c893ba0e4b038892f49c93c/>. Acesso em: 28 de julho de 2019

CARVALHO, Claudio Oliveira e JUNIOR, Gilson Santiago Macedo. **‘Isto é Um Lugar de Respeito!’: A Construção Heteronormativa da Cidade-armário Através da Invisibilidade e Violência no Cotidiano Urbano**, Revista de Direito da Cidade 9 (1), 103-116 <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356>

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**, São Paulo: Editora Senac, 2008

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Revista: Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC, V. 12, Nº 1, jan.-abr. 2004 - pág. 47-71. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>

FRANCO, Lucas Nascimento. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. 2017. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GARCIA, Marcos R. Vieira et. al. **“Vida Loka”: Estilo de Vida e Vulnerabilidade à Violência e ao Abuso de Drogas Entre Jovens Lgbt em Situação de Rua**, 2010

LEONY, M. C. **Homofobia, Controle Social e Políticas Públicas de Atendimento**. Pernambuco, 2006

MELLO, Luiz; AVELAR, Resende Bruno de. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. Revista Sociedade e Estado. Vol 27, nº 2. Maio/agosto de 2012. Pág. 289-312. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>

MOTA, Murilo Peixoto. **Do espetáculo da diversidade sexual à performatividade do corpo identitário: olhares sobre a XX Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**. Revista Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 10, n. 15, p. 60-74, 2017.

NASCIMENTO, Andrew Feitosa do. **Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo**. albuquerque – revista de história. vol. 7, n. 13. jan.- jun./2015, p. 62-84.

RAMOS, Silvia e CARRARA, Sérgio. **A Constituição da Problemática da Violência Contra Homossexuais: A Articulação Entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas**. Physis [online]. 2006, vol.16, n.2, pp.185-205. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>

SÃO PAULO, Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 2ª ed. São Paulo: IMESP, 2017. p. 48.

STUCKY, Rosane M. Michel. **As Políticas Públicas e a Exclusão na Conquista do Direito Universal à Saúde**. In: BONETI, Lindomar Wessler (coord.). Educação, exclusão e cidadania. Ijuí

AFLALO & GASPERINI: UM ESTOPIM SILENCIOSO

Tiago Bonfim Dias, Talita Cristina Yoshino, Korina Aparecida Teixeira Ferreira Da Costa.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente – SP. E-mail: tiagobonfimdias57@hotmail.com

RESUMO

A ditadura militar foi um período de triste memória para a política e toda a sua produção cultural nacional. Inclusive para a arquitetura brasileira que, após o golpe militar, vai se fechar na defensiva em torno de seus feitos passados. Quando em 1964 a arquitetura passou a ser vista pelo novo estamento no poder como esquerdista, com tudo, criticar o modernismo passou a ser de direita, nesse cenário intensificava-se o apego a produção modernista e era calada a crítica. Não é casual uma pesquisa arquitetônica norteada em receitas ou esquemas formais, mais sim em resgatar os conteúdos culturais, ideológicos, e estéticos que, a partir de um momento histórico, mostraram ao mundo a criatividade do nosso país. Com um estudo aprofundado na Biblioteca de São Paulo, obra do escritório Aflalo & Gasperini conectamos a linguagem da sua arquitetura com os conceitos de identidade nacional.

Palavras-chave: Identidade, Ideologia, Sustentabilidade, Nacionalidade.

AFLALO & GASPERINI: A SILENT FUSE

ABSTRACT

The military dictatorship was a period of sad memory for politics and all its national cultural production. Even for Brazilian architecture that, after the military coup, will close on the defensive around its past deeds. When architecture came to be seen by the new ruling power in 1964 as a leftist, however, criticizing modernism became rightist, in this scenario the attachment to modernist production intensified and criticism was silent. It is not by chance an architectural research based on recipes or formal schemes, but on rescuing the cultural, ideological and aesthetic contents that, from a historical moment, showed to the world the creativity of our country. With an in-depth study at the São Paulo Library, by Aflalo & Gasperini, we connect the language of its architecture with the concepts of national identity.

Keywords: Identity, Ideology, Sustainability, Nationality.

INTRODUÇÃO

Militares, tanques de guerra e manifestantes eram os personagens que compunham o cenário das principais cidades brasileiras no ano de 1964. Em pouco tempo, os militares tomaram o poder e, antes mesmo do General Humberto de Alencar Castelo Branco assumir a presidência, foi decretado, em 9 de abril de 1964, o primeiro Ato Institucional que deveria ser o único. Para os gestores da ditadura, o Ato Institucional era a fórmula para assegurar plenos poderes ao presidente e reestruturar o país via Poder Executivo, com o intuito de “restaurar” a democracia livre da corrupção e do comunismo. (SADAIKE, 2004)

“Me interessava o problema geral do transe latino-americano e não somente o transe brasileiro. Queria abrir o tema transe, ou seja, a instabilidade das consciências.” (ROCHA, 1997 *apud* PRYSTHON, 2002, p.168) A temática do “transe” assinalada por Glauber Rocha para as condições sócio-políticas da produção cultural, é uma ideia que se apresenta como sendo uma situação arriscada dentro da qual é possível experimentar um estado de liberdade, que mesmo sendo provisório ou artificial possibilita o acesso a novos conteúdos e outras percepções sobre uma mesma realidade. É numa condição de transe que a produção da arquitetura brasileira pode ser tomada, entre 1960 e 1985, situando-se entre a exitosa experiência do campo arquitetônico brasileiro que culmina em Brasília e as instâncias da condição pós-Brasília, até atingir os limites de uma incerta e incipiente pós-modernidade em meados dos anos 80. (ROSSETTI, 2007)

A história da produção arquitetônica nacional e mundial, foi sempre condicionada pelas contradições dos processos socioeconômicos. Com a transformação do mundo rural em urbano, se perdeu a busca de equilíbrio entre ambiente natural e construído, na conjuntura com esse contexto especialmente nos países de Terceiro Mundo, desapareceu do sistema cultural da sociedade, perdendo a sua significação icônica e simbólica. A arquitetura brasileira nos anos 30 e 60 valorizava a criatividade e a originalidade, o posterior processo até os dias atuais é de crise, anonimato e descaso no contexto mundial, a visão do que acontece na atualidade não pode ser registrada em preto e branco, negando a totalidade da produção nacional, mas a procura a existência de iniciativas que abram caminhos, com uma perspectiva dialética e pluralista. (SEGRE, 2004)

Com a organização da Associação Internacional de Arquitetos – UIA, Plínio Croce, Roberto Aflalo e Gian Carlo Gasperini se uniram para participar do maior concurso internacional realizado em 1962, com o desafio de projetar a maior torre de escritórios da América do Sul, que seria erguida em Buenos Aires. Vencedores desse concurso os jovens arquitetos apostaram na criação de um escritório focado nos aspectos tecnológicos da arquitetura, onde estivessem sempre dentro de uma linguagem clara e honesta, a equipe ao longo desses 50 anos une sempre tradição e inovação na busca de suas soluções arquitetônicas. (AFLALO & GASPERINI, 2019)

No projeto da Biblioteca São Paulo a antítese é forte e a metáfora se torna óbvia. Onde antes funcionava uma prisão, agora há a liberdade: de conhecimento, das idéias, e dos livros. Pois é neste lugar, que poderia carregar para sempre uma soturna memória. Todo o espaço do Complexo Presidiário do Carandiru mudou de cara: agora se chama Parque da Juventude. A biblioteca colaborou para que o impacto urbano desta revitalização extrapolasse os limites do bairro, trazendo gente de toda a cidade para aproveitar esse novo parque que além de lazer possui espaços de educação e cultura com acesso livre a todos. (AFLALO & GASPERINI, 2019)

METÓDOS

Foi utilizado a metodologia de pesquisa qualitativa com a finalidade de analisar os caminhos da arquitetura contemporânea brasileira, com a finalidade de entender o desaparecimento da arquitetura no sistema cultural da sociedade, questionando a dimensão do movimento moderno. Partindo de uma revisão bibliográfica composta pela produção arquitetônica do escritório Aflalo & Gasperini, foi feito um estudo aprofundado sobre a Biblioteca de São Paulo, obra que faz parte da 3ª parte da resignificação do Parque da Juventude na capital paulista. Assim o trabalho transcorrerá a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os nossos objetivos, para a construção de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo.

RESULTADOS

Ao longo da história, a arquitetura sempre buscou alternativas que respondessem as contradições sociais e espelhassem os processos socioeconômicos. Assim foi com o milagre econômico iniciado por Juscelino Kubitschek, onde numerosas grandes obras foram concebidas para representar e enaltecer os aspectos do governo (SEGRE, 2004). A ditadura militar, com o mesmo intuito, deu continuidade a esta monumentalidade, mas dessa vez, devido à confinamento social, o Brasil não participa da discussão pós-modernista internacional. Tal isolamento culmina na ausência de observações críticas na produção nacional, perpetuando uma visão modernista já obsoleta (ROSETTI, 2007).

Com a redemocratização da república, o país entra em dívida externa e a pobreza assola a população. Quando valores como a minimização da funcionalidade e do custo falam mais alto, o papel do arquiteto entra em declínio na esfera cultural, o que faz com que a produção vá para a mão de grandes empreiteiras e construtoras. A produtividade perde sua homogeneidade normativa, e gratifica pela primeira vez a criatividade e o diferente, assim, a arquitetura se torna um tema de nicho (SEGRE, 2004). Essa circunstância retrata o inverso das conquistas da arquitetura moderna brasileira, que colocava o arquiteto como solucionador de problemas da sociedade e que fez com que a arquitetura brasileira fosse tão aclamada mundialmente (FICHER, 2014).

Neste novo contexto, o diferencial clama por soluções únicas e a produção, apesar de diminuta, não pode passar despercebida pelo seu caráter qualitativo. A pluralidade e o equilíbrio arquitetônico e urbanístico tomam lugar na discussão, onde estabelece-se uma crítica a projetos utópicos como de Niemeyer e Lúcio Costa. Arquitetos como Aflalo & Gasperini, Álvaro Siza, Éolo Maia, Sidônio Porto e

Gustavo Penna agora se aliavam a novo temas e atribuíam a leveza, a complexidade, o contextualismo e a desmaterialização em suas criações, assim se adaptando a contemporaneidade (SEGRE, 2004).

DISCUSSÃO

Poucos profissionais conseguem garantir a autonomia e a excelência arquitetônica de seus projetos, ainda em uma cidade como São Paulo, onde os bairros inteiros são demolidos e reconstruídos rapidamente. O patrimônio de técnico, e o conhecimento profundo de arquitetura são umas das características adquiridas pelo renomado escritório Aflalo&Gasperini, consolidado por um trio de arquitetos que vem a contramão de inúmeras construções da grande metrópole, com projetos conceituais sendo adequados seu meio urbano (FRANKLIN,2012)

Entre os sócios, Gian Carlo Gasperini, foi o único nascido fora que se fixou pelo fascínio da grande cidade. Dizia sobre o Brasil: “Eu tinha a possibilidade de levar uma vida profissional mais aberta e livre”, sendo nato italiano e refugiado da guerra (MELENDEZ, 2010). Já o arquiteto Plinio Croce, nasceu no próprio interior da grande metrópole, graduado na Mackenzie, demonstra seu forte dinamismo e entusiasmo. Trabalhou em vários escritórios inclusive com seu companheiro de universidade Roberto Aflalo, arquiteto e designer de produtos (FORTE, 2010) A identidade das nossas propostas foca no projeto e no que ele pode trazer para o urbano. Isso inclui a integração ao local”, diz Roberto Aflalo (AFLALO&GASPERINI,2019).

O escritório Aflalo&Gasperini, foi consolidado em 1962, é considerado um dos mais antigos em atividade no país. Com mais de 50 anos de idade, o escritório possui seu reconhecimento estabelecido por inúmeros projetos, e mesmo após tanto tempo, suas obras apresentam diversas inovações ao conceito sustentável (MARTIN,2010). Segundo Gian Carlo Gasperini “trabalhar sem limites para a imaginação para a imaginação, pode alçar grandes vôos e libertar-se das rígidas amarras da Bauhaus” (MARTINS,2010).

O escritório é reconhecido por projetar edifícios que se tornaram marcos nas cidades em que foram construídos, como o edifício-sede da IBM, o complexo Rochaverá Corporate Towers, o edifício eTower, em São Paulo e o Auditório Claudio Santoro, em Campos do Jordão. Além de empreendimentos transformadores, a exemplo da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro – o Porto Maravilha – com projetos como o Trump Towers Rio, entre outros. (AFLALO&GASPERINI,2019)

Eles operam em todo o território nacional, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo também participado de projetos no exterior. Atuam em arquitetura e urbanismo, abrangendo os setores comercial, de serviços, residencial, hoteleiro, público e social, recreacional e industrial. (AFLALO&GASPERINI,2019)

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO

A Biblioteca São Paulo está localizada no antigo complexo penitenciário do Carandiru (Figura 1), “o presídio modelo até a tragédia” (CALLIARI, 2007) ocorrida no ano de 1992, onde 111 presos foram executados.

Em 2002, o presídio foi finalmente fechado. Os presos remanescentes foram transferidos para outros locais e o Governo de Estado decidiu construir um parque no local dos prédios a serem implodidos. (CALLIARI, 2007, p.02).

Figura 1. Processo de transformação do Carandiru na Biblioteca de São Paulo.

Fonte: Aflalo & Gasperini

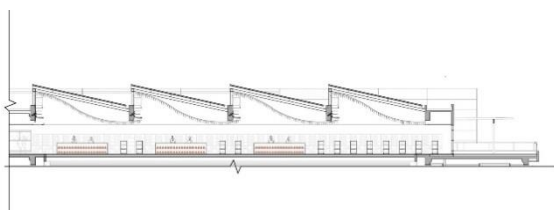
O projeto do parque apresentou três fases, na primeira foram construídas as áreas esportivas com quadras, a segunda parte:

[...] inaugurada no final de 2004, engloba o centro do parque, onde estão situadas, envoltas por resquícios de mata ativa, as construções históricas do complexo – desenhadas por Ramos de Azevedo e protegidas por órgãos de patrimônio histórico. Nessa gleba, foram preservados alguns trechos das muralhas. (SERAPIÃO,2005, p.108)

A partir do ano de 2007 foi iniciada a fase três, a Institucional, mantendo dois blocos do complexo, destinados a implantação de ETECs. Essa última fase incluía também a biblioteca, construída do zero pelos arquitetos Aflalo e Gasparini. “Um projeto-piloto que poderá ser replicado em outras cidades do Estado” (MELLO,2019).

A biblioteca, antes pensada para ser apenas um pavilhão de exposições, teve de ser modificada estruturalmente, entres essas alterações está, segundo Tais Mello “o reforço das paredes internas, para que pudessem sustentar as prateleiras”. Com uma ideia de ser uma livraria acessível para todos, o edifício tem um esqueleto estrutural que permite o uso de plantas livres, com 10 vigas principais dispostas a 10 m uma da outra sustentadas por 20 pilares, cada uma com 15 metros de vão, além do uso de lajes alveolar (MIRANDA, 2016).

Com uma grande área o local é claro e possui aberturas zenitais (Figura 2 e 3). No térreo figuram paredes de vidro recuadas da fachada, o que garante sombreamento calculado, farta iluminação natural e consequente economia de energia, garantindo grande flexibilidade ao layout interno (Figura 3) (AFLALO&GASPERINI,2019).

Figura 2. Cobertura com elementos em shed.

Fonte: Archdaily

Figura 3. Térreo com ampla iluminação e monilário.

Fonte: Archdaily

A biblioteca possui dois andares, o pavimento térreo, onde seu programa de necessidades abriga uma recepção, parte do acervo, um terraço, um auditório com capacidade para 90 pessoas e módulos destinados a leitura de crianças e adolescentes (SAMBIASI, 2012).

“O terraço existente neste pavimento foi coberto por uma estrutura tensionada (Figura 04), que lembra “tendas náuticas”, e abrigará uma cafeteria, áreas de estar e espaço para performances” (SAMBIASI, 2012, p.05).

Figura 4. Cobertura com elementos em shed.



Fonte: Archdaily

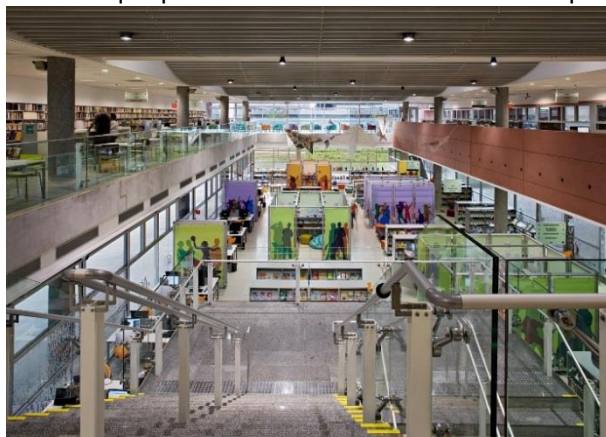
No pavimento superior encontram-se o restante do acervo, módulos de leitura para adultos e salas multimídias. Foram acrescentados também mobiliários acessíveis para deficientes físicos e visuais. Os terraços do pavimento superior, voltados para as fachadas leste e oeste, e que recebem uma maior insolação, são cobertos por pérgulas fabricadas com vigas laminadas de eucalipto de reflorestamento e policarbonato. As demais fachadas são compostas por placas de concreto pré-moldadas com acabamento texturizado (Figura 5) (MIRANDA, 2016).

Um vazio proporciona à obra integração entre os dois pavimentos, assim, se faz com que o espaço interna atue como um local de encontro de onde pode se ver os locais principais da biblioteca (Figura 6). Para que a adaptação do prédio no entorno fosse ainda maior, os arquitetos se utilizaram de vidros na fachada do térreo, onde o interior se mescla com o exterior e ferramenta pela qual o prédio ganha leveza (MIRANDA, 2016).

Figura 5. Terraço feito de madeira laminada de eucalipto e fechada por concreto texturizado



Fonte: Archdaily

Figura 6. Vazio central que permite a conexão visual entre os pavimentos

Fonte: Archdaily

O projeto foi pensado a atrair não apenas quem lê, mas sim qualquer pessoa que estiver passando por ali, aproximando os moradores do bairro, com atividades de cultura e lazer, explorando assim uma nova perspectiva visual para aquele local (SAMBIASI, 2019).

A antítese é forte e a metáfora se torna óbvia. Onde antes funcionava uma prisão, agora há a liberdade: de conhecimento, das ideias, dos livros. Pois é neste lugar, que poderia carregar para sempre uma soturna memória, que está localizada a Biblioteca de São Paulo (SAMBIASI, 2012, p.03).

CONCLUSÃO

Apesar da produção brasileira de arquitetura contemporânea não ter atingido um alto patamar de fama, suas principais obras apresentam extremo cuidado com o ambiente que as cercam e brincam com a concepção formal que se possuía até o momento, assim se opondo em parte a moderna, que colocou o nome do Brasil em um contexto internacional com seus sólidos puros.

Aflalo&Gasperini canalizam toda a complexidade e a desmaterialização características da época em prédios que não só se preocupam com a sustentabilidade como mitigadora de impactos ambientais, mas também como formação de espaços que alavanquem a sociedade em que está inserida, de forma com que o urbano faça parte das entranhas da obra.

Na Biblioteca de São Paulo as idiosincrasias de seus projetistas se evidenciam nos lugares de encontro e troca de olhares distribuídos pelo espaço. A conversa com a cidade de traduz na vontade dos arquitetos em chamar pessoas de longe para fazer uso do acervo de livros em formato de livraria. Seu principal volume parece pairar sobre fechamentos e vidros e suas coberturas criam projeções de formas abstratas sob a qual pessoas passam.

Embora o formato da biblioteca se assemelhe a que um dia foi cultuada, suas ambições superam qualquer pressuposto que a arquitetura moderna e brutalista possam ter representado. Sendo um espaço do povo, em um sítio com forte carga histórica, toma autoconsciência de sua própria inserção no espaço e devolve para a cidade a cultura que nos impediu de progredir por muito tempo, seja através de seus livros ou de sua materialidade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA SÃO PAULO **aflalo&gasperini arquitetos** [Biblioteca São Paulo / aflalo/gasperini arquitetos] março de 2012. ArchDaily Brasil. (Trad. Sambiasi, Soledad). Disponível em: www.archdaily.com.br/br/01-38052/biblioteca-sao-paulo-aflalo-e-gasperini-arquitetos. Acesso em março de 2019.

SEGRE, R. **Arquitetura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

AFLALO/GASPERINI. **Projeto Biblioteca de São Paulo**. Disponível em: www.aflalogasperini.com.br/blog/project/biblioteca-de-sao-paulo/. Acesso em março de 2019.

AFLALO/GASPERINI. **Quem somos - História**. Disponível em: www.aflalogasperini.com.br/quem-somos//quem-somos. Acesso em março de 2019.

ROSSETTI, E. P. **Arquitetura em Transe**. Lúcio Costa, Niemeyer, Lina Bo Bardi e Vilanova Artigas: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-85). Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.

FICHER, S. **Como os anos de ditadura se refletiram na produção arquitetônica brasileira?** Revista Au. Edição 241. 2014.

MELLO, T. **Estrutura livre**. Disponível em www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/aflalogasperini-arquitetos_biblioteca-sao-paulo/58. Acesso em março de 2019.

MIRANDA, L. S. B. de. **Biblioteca parque**. Projetando uma centralidade na periferia. Trabalho final de graduação.2016.

CALLIARI, M. **O Parque da Juventude**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213>. Acesso em março de 2019

SAMBIASI S. **Biblioteca São Paulo / aflalo/gasperini arquitetos** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-38052/biblioteca-sao-paulo-aflalo-e-gasperini-arquitetos>. Acesso em março de 2019.

ARQUITETURA APLICADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE HISTÓRIA

Mariana Costa Santos, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: mariana.santos.0123@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa apresentar discutir sobre a história da Educação Infantil, e as características arquitetônicas de um ambiente escolar. A educação infantil construiu seu valor na medida em que algumas necessidades foram surgindo, passando a ser reconhecida como etapa fundamental para o desenvolvimento ético e moral de uma criança. Com suas fases e evoluções, a arquitetura escolar se desenvolveu e sofreu marcantes atualizações mediante as mudanças de períodos, se adaptando sempre as necessidades que surgiam. De modo geral, este artigo dispõe informações que facilitam na compreensão das fases do ensino infantil e seu ambiente escolar. A metodologia deste artigo baseou-se em pesquisas documentais e bibliográficas sobre a história da educação infantil e do desenvolvimento da arquitetura escolar.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar, Educação Infantil, Desenvolvimento.

ARCHITECTURE APPLIED IN CHILD EDUCATION: A BRIEF HISTORY

ABSTRACT

This article aims to present discuss about the history of early childhood education, and the architectural characteristics of a school environment. Early childhood education has built its value as some needs have arisen, becoming recognized as a fundamental step in the ethical and moral development of a child. With its phases and evolutions, the school architecture developed and underwent remarkable updates by changing periods, always adapting to the needs that arose. In general, this article provides information that facilitates the understanding of the phases of early childhood education and its school environment. The methodology of this article was based on documentary and bibliographical research on the history of early childhood education and the development of school architecture.

Keywords: School Architecture, Early childhood education, Development.

INTRODUÇÃO

A Educação infantil, passou a ser um direito da criança de 0 a 6 anos, através da Constituição Federal de 1988. As creches e pré-escolas, eram vistas pela sociedade como lugar de acolhimento e assistência social a crianças em estados de vulnerabilidades. (KRAMER, 2006).

Pouco antes da fundamentação da Educação infantil, o ambiente escolar era inexistente, pois a ideia de educar era papel da família, onde os pais ou escribas passavam conhecimento para as crianças dentro de seus próprios lares. No momento em que a ideia de haver um ambiente escolar tomou forma, vista como necessidade de amparo e cuidado, algumas edificações foram providenciadas. (COSTA; JERONYMO, 2017).

Com o passar dos anos, a sociedade passou a valorizar a fase escolar infantil, como etapa essencial para o desenvolvimento da criança, a fim de potencializar o futuro das gerações. Tal reconhecimento tanto da sociedade como do Estado, proporcionou a evolução do ensino, juntamente com os aspectos de infraestrutura, como o edifício escolar e suas possíveis arquiteturas.

Desde a fundamentação da educação infantil, até os dias atuais, muitas mudanças aconteceram. A evolução social e urbana, sempre atualizava novas necessidades. Deste modo, o ensino e a arquitetura acompanhando essa evolução, construíram memórias e identidade de suas fases. Estas, entre outras, serão abordadas no decorrer deste artigo.

Dessa forma, o objetivo geral do presente artigo respalda-se em discutir as diferentes fases no processo de desenvolvimento da educação infantil e sua arquitetura, assim como identificar as características arquitetônicas relevantes do ambiente escolar.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo e a estruturação do mesmo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documental, com o objetivo de buscar o aprofundamento conveniente ao tema em questão, realizado através de leituras e pesquisas embasadas em livros, artigos, teses, dissertações e materiais disponibilizados na internet. Tais pesquisas, absorvem informações proveniente a compreensão dos avanços educacionais e arquitetônicos dentro do quesito ensino infantil.

DISCUSSÃO

A história da educação da primeira infância de 0 a 6 anos, deu-se início na França, entre o século XVIII e XIX, onde se desenvolveu devido a evolução da urbanização, industrialização e estruturação do capitalismo. Este processo, despertou preocupações com as crianças, já que muitos de seus pais eram operários. Até mesmo as mulheres, que passaram a encontrar seus espaços na sociedade e no mercado de trabalho, impossibilitando então, seus cuidados diários para com seus filhos. (MACÊDO; DIAS, 2012).

Os impactos da industrialização internacional, alcançou o Brasil entre 1930 e 1940. Este processo também influenciou na família brasileira, onde viviam no meio rural, e ainda era muito forte a ideia de que o papel de cuidar e educar seus filhos deveriam ser das mães. Por isso, a saída da mulher de seu lar para o local de trabalho, gerou grandes conflitos familiares, ao ponto de aumentar a taxa de mortalidade infantil, seguidas de abandonos.

Mendes (2015, p.3) afirma que “[...]às crianças abandonadas pelas suas mães eram encaminhadas para a *roda dos expostos* existentes em algumas cidades do Brasil, datada do século XVIII”. Desde então a Educação Infantil não era prioridade, mais acabou se tornando uma necessidade da população, para suprir a falta de amparo à essas crianças que se encontravam em estados peculiares. Os pequenos, que ficavam longos períodos distantes de seus pais, precisavam de cuidados.

Segundo Macêdo e Dias (2012, p. 3270):

No contexto Brasileiro, a criança até os anos finais da década de 1980, nunca foi objeto de cuidado e educação por parte do Estado. É preciso pontuar que quando houve atendimento, foi sob a mera figura do amparo/assistência e não do direito.

Isto é, a creche e pré-escola, não possuíam papéis educativos por parte do Estado, mas apenas uma assistência social destinada à população. Além disso, obter um local para estudo, não era parte do direito da criança, o que elas realmente tinham, eram oportunidades de tratar de seu corpo, saúde e alimentação enquanto seus responsáveis se encontravam ausentes.

Contudo, foram surgindo planos de instituições pré-escolares. A primeira creche pioneira no Brasil em 1889, foi a Instituição de Proteção e Assistência à Infância localizada no Rio de Janeiro. E com o aumento da população, outras mais foram sendo estruturadas, como por exemplo a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ) na década 1990, criada para acolher os filhos de operários, determinando assim, o cuidar, a principal atividade dessas instituições. (MENDES, 2015).

Kramer (2006, p. 801) declara que:

Importante foi o papel desempenhado pelos movimentos sociais que conquistaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, do direito à educação das crianças de 0 a 6 anos e do dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para tornar fato esse direito (assegurada a opção da família) [...].

A Constituição Federal de 1988, aconteceu de maneira a proporcionar uma melhoria na qualidade de vida. E um de seus objetivos, era fazer com que toda criança independente de raça ou classe social, obtivesse o direito da educação defendida pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*, através de novas instituições escolares, que tivessem como foco não mais somente o *Cuidar*, mas também o *Educar*. (BRASIL, 1969).

Com o passar dos anos a educação infantil absorveu ainda mais valor, a mesma, estabeleceu-se como primeira etapa da educação básica, e tanto a população quanto o Estado, passaram a enxergá-la com outros olhos. Olhos estes, que visualizavam o futuro, e identificavam a potencialidade que as creches e pré-

escolas poderiam proporcionar para o desenvolvimento do caráter e da razão dessas crianças. Kramer (2006, p.802) afirma, que no meio desse amadurecimento do Estado, “[...]nasceu a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil”, de maneira a qualificar essas instituições escolares.

Portanto, a educação infantil tomou seu espaço na sociedade, venceu pré-conceitos, e circunstâncias para que hoje o ensino, segundo Ribeiro (1999, p.134) “[...]transforme-se e desenvolva nas futuras gerações, cidadãos capazes de tornar a sociedade em um local mais justo, mais humanitário, onde a solidariedade e bom senso prevaleçam.”

Depois de tantos avanços, finalmente o Estado passa a se posicionar, de maneira a proporcionar treinamentos aos profissionais professores, que teriam então, alta responsabilidade de passar informações aos alunos. Além de capacitar o profissional, diretrizes de ensino ao aluno começam a serem elaborados, visando cada vez mais a qualidade dos ensinamentos. Essas diretrizes, seriam então, linhas pedagógicas onde cada qual possuiriam suas reais finalidades e objetivos, de modo a investir no ensino e ao mesmo tempo, impulsionar o desenvolvimento arquitetônico, agregando valor ao ambiente escolar.

ARQUITETURA

Como citado anteriormente, o ambiente escolar na antiguidade era inexistente, pois a ideia de educar era papel da família, onde os pais ou escribas passavam conhecimento para as crianças dentro de seus próprios lares. No momento em que a ideia de haver um ambiente escolar tomou forma, vista como necessidade de amparo e cuidado, algumas edificações foram providenciadas. Sabe-se que inicialmente no Século XV, o ambiente escolar, possuía sempre um pátio central, para que os responsáveis pudessem supervisionar as crianças e garantir segurança a elas.

Costa e Jeronymo, (2017, p. 90), explica que:

A partir da Antiguidade até o século XV as construções escolares passam a ser caracterizadas por possuírem sala de aula única e pela moradia do professor estar vinculada a esta sala; o sótão era ocupado por alunos carentes e seminaristas.

A sala de aula única, acolhiam todas as crianças, com idades diferentes umas das outras, além de possuírem necessidades e personalidades distintas. O sótão era como alojamentos, pois muitas dessas crianças passavam muito tempo longe de seus pais, e alguns até se encontravam órfãos, por isso a necessidade de abrigá-los.

Nos séculos XVI e XVII os jesuítas da Companhia de Jesus, chegaram no Brasil com o objetivo de catequização dos índios, e “[...]com o passar das décadas, a educação dos filhos dos colonos.” (COSTA; JERONYMO, 2017, p.90) Neste momento, o surgimento das escolas Jesuítas, transformaram mais uma vez a configuração do ambiente educacional, que passou a desenvolver os primeiros traços da arquitetura escolar, as salas de aula por exemplo, passaram a ser separadas por idade e posicionadas organizadamente ao longo de um corredor, havendo ainda o sótão como alojamento para alunos carentes. No geral, a principal característica dos primeiros colégios influenciados pelos Jesuítas, era de uma arquitetura religiosa, pois à princípio, eles se alojavam nas igrejas, e com o tempo se adaptavam nos edifícios.

Com o passar dos anos, muitos prédios escolares foram sendo construídos, até porque a importância da educação dispostas às crianças crescia ainda mais. Essas edificações (no final do Século XIX até 1920) possuíam características da arquitetura neoclássica, as mesmas apresentavam imponência estrutural, simetria inseridas na fachada, pé-direito elevado, e andar térreo sempre acima do nível da rua. A fachada transpassava um edifício controlador, no sentido de confinar os alunos no edifício, para enfim ter um certo controle sobre eles. O interior das salas de aula era como a linha pedagógica tradicional, onde o professor se via com a figura central, e os alunos organizadamente enfileirados à frente do professor que se posicionava como autoridade e supervisão diante dos alunos. Pode-se perceber que um certo padrão e racionalização começara no meio ambiente escolar. (COSTA; JERONYMO, 2017).

Foi então que em 1922, algumas manifestações e movimentos modernos impulsionaram a arquitetura escolar, mudando novamente sua configuração, facilitando o processo de construção, e tornando tais edificações mais racionais e funcionais. Neste momento, o Arquiteto e Engenheiro, passam a projetar livremente, pensando agora nos impactos gerados pela construção, inovação estrutural com a presença inédita de pilotis que permitiam vãos livres como espaços de vivência aos alunos, onde o estilo Moderno era adotado em seus projetos, sem referência a estilos históricos.

Os edifícios passaram a ser menos compactos, que mesmo usando materiais pesados, a ideia inovadora na construção transpassava leveza e flexibilidade. As salas de aulas eram amplas e recebiam maiores aspectos de iluminação e ventilação. Em sua maioria possuíam pinturas em tons claros. Além de neste momento haver infraestrutura escolar, como a presença de auditórios, sala de educação física, biblioteca, instalações para assistência médica e dentária, entre outros. (COSTA; JERONYMO, 2017).

Depois de tantas mudanças, a política econômica passou a interferir nos projetos construtivos das instituições, visando reduzir os custos e prazos de execução. Assim, elementos pré-fabricados, começam a surgir nos projetos, tais como estrutura de concreto, fechamentos do tipo alvenaria de tijolos, telhas de fibrocimento ou lajes pré-fabricadas impermeabilizadas. Além do material construtivo, acessos e fluxos internos e externos passaram a serem visualizados como elemento indispensável para infraestrutura urbana e vias de trânsito. No programa de necessidades das atuais escolas Brasileiras por exemplo, inclui quadra de esportes coberta, e sala informática, podendo assim unir a instituição com a comunidade através de atividades culturais e de lazer nos finais de semana. (COSTA; JERONYMO, 2017).

Com o passar dos anos até os dias atuais, o adensamento populacional elevou a necessidade de unidades escolares pelo país, e muitas mudanças foram necessárias para que o Estado pudesse obter certo controle mediante a construção dessas Instituições. Sendo assim, foi desenvolvido um sistema Nacional de construção escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disposto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Seus direcionamentos legislativos dão suporte à toda infraestrutura necessária para a execução de um ambiente escolar. Os responsáveis pela execução de projetos de Instituições de Ensino Infantil, passam a receber direcionamentos construtivos, desde legislação de acessibilidade e segurança, como também de sustentabilidade, já que o recurso financeiro se faz limitante. (BRASIL, 2017a).

Deste modo, a caracterização arquitetônica do ambiente escolar voltada a educação infantil, tais como creches e pré-escolas, passa a ser influenciada por essas limitações financeiras. Assim, uma padronização de modelos de projetos arquitetônicos são desenvolvidos e passam a ser recomendados pelo (FNDE), a fim de facilitar o controle Financeiro e de infraestrutura dessas escolas. (BRASIL, 2017a).

Os dois principais modelos de projetos arquitetônicos apresentados pelo (FNDE), seguindo a quantidade de usuários de cada unidade escolar, além de considerar as orientações da NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), são o tipo B e o tipo C, citados adiante.

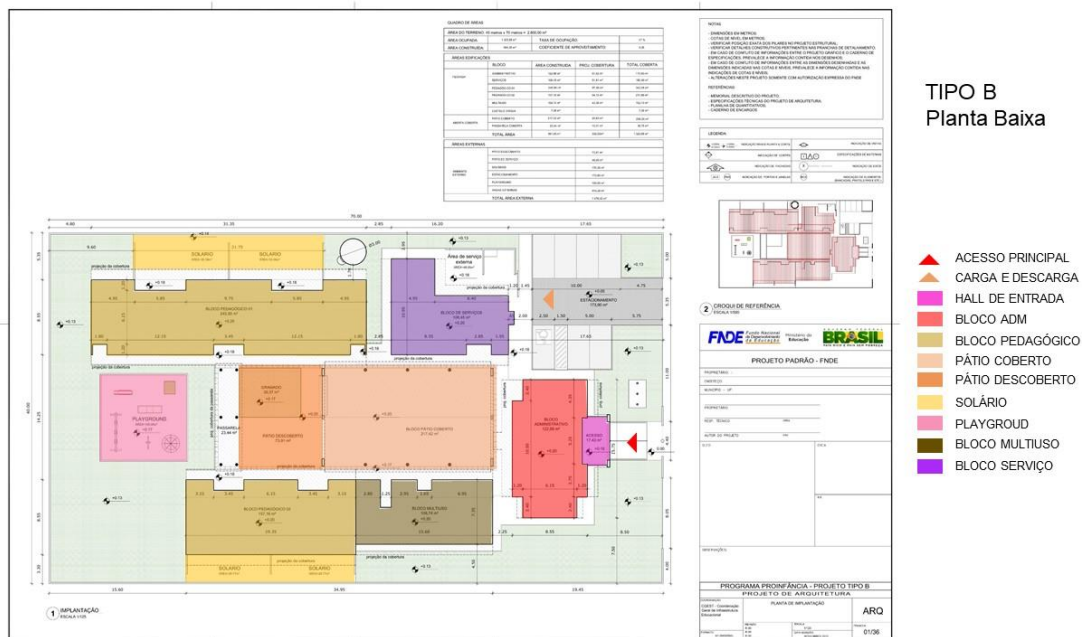
O Projeto arquitetônico tipo B (Figura 1), foi desenvolvido para ser inserido em terrenos retangulares com dimensões mínimas de 40 por 70 metros, para área construída de 1.323,58 metros quadrados, com declividade máxima de 3%. Aqui, pode-se perceber a preocupação do estado com a metragem dos terrenos e declives do solo, o que influencia em fatores construtivos e de acessibilidade. (BRASIL, 2017b).

Figura 1. Projeto arquitetônico tipo B



Fonte: BRASIL, 2017b.

O espaço foi projetado com capacidade de 224 alunos em dois turnos ou 112 alunos em turno integral. Para creche e pré-escola, o modelo tipo B apresenta espaços de atividades, repouso, solário, e também ambientes de necessidade humana, como áreas de alimentação, higiene, saúde, entre outros. (BRASIL, 2017b).

Figura 2. Setorização da Planta Baixa do Projeto Arquitetônico tipo B

Fonte: BRASIL, 2017b.

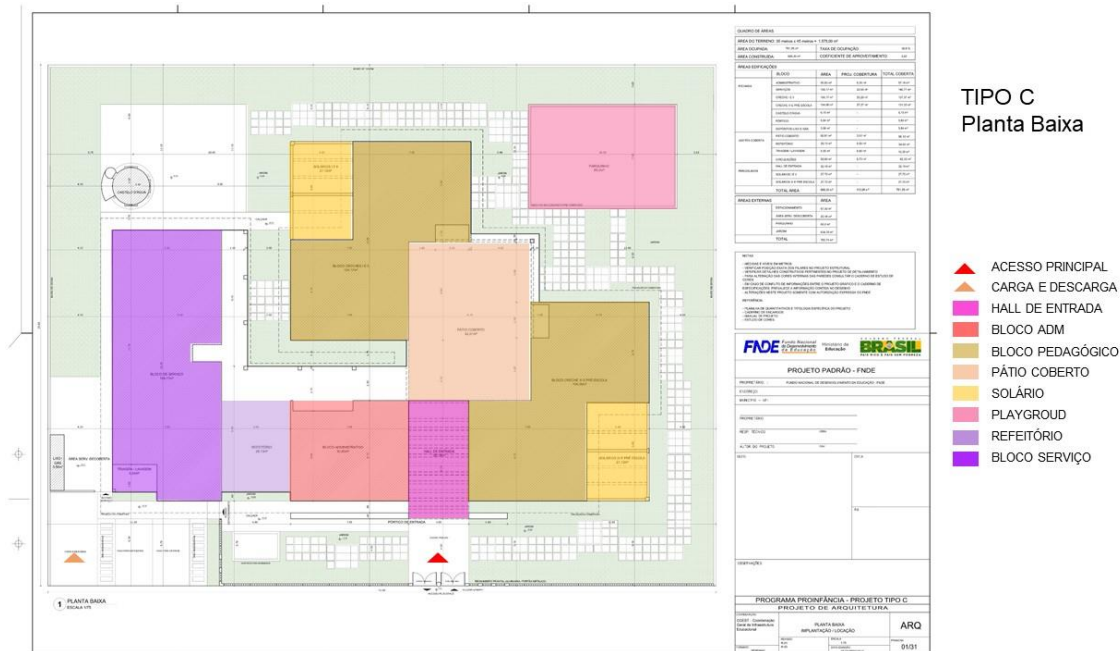
Na (Figura 2), é possível identificar que a implantação se dá por blocos com suas respectivas funções, posicionados em torno de um pátio coberto, e descoberto, característica que se manteve conforme os anos. Pode-se perceber, que este modelo arquitetônico, dispõe o acesso principal junto do bloco administrativo, e seguidamente aos outros blocos. O acesso de carga e descarga faz conexão a área de serviço, composto por cozinha, lavanderia, depósito, gás etc. De modo geral, o projeto se caracteriza por uma planta convencional, de fluxos retos, e acessos sequenciais.

O Projeto arquitetônico tipo C (Figura 3), também é visto pelo (FNDE) como modelo padrão da educação infantil, considerado ideal para terrenos retangulares, com dimensões mínimas de 45 por 35 metros, para área construída de 781,26 metros quadrados, e declividade máxima de 3%. Este modelo foi projetado para receber 120 alunos em dois turnos ou 60 em período integral. (BRASIL, 2017b).

Figura 3. Projeto arquitetônico tipo C

Fonte: BRASIL, 2017b.

Na (Figura 4), pode-se identificar a modulação dos espaços, pela qual faz uso de blocos retangulares que são posicionados adjacentes ao pátio coberto, e bloco administrativo. Percebe-se que o acesso principal sempre está conectado a área administrativa, seguida das demais áreas pedagógicas e de vivência. E o acesso de carga e descarga, conectadas com as áreas de serviço.

Figura 4. Setorização da Planta Baixa do Projeto Arquitetônico tipo C

Fonte: BRASIL, 2017b.

A configuração dos espaços, blocos, e programa de necessidades do projeto tipo C são muito semelhantes ao do tipo B, elas se diferenciam pelo dimensionamento do projeto, por alguns ambientes a mais no programa de necessidades, alguns elementos estéticos. Porém ambas, se assemelham por usar um pátio central, característica presente desde a fundamentação do ambiente escolar e por possuírem fluxos convencionais. (BRASIL, 2017b).

Vale destacar que embora o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2006), disponha modelos arquitetônicos a serem seguidos, o profissional projetista ainda possui sua liberdade de criação, porém com certas restrições, o que o leva a desenvolver edificações com materiais de baixo custo e materiais que facilitam a execução do mesmo em menores prazos.

CONCLUSÃO

A educação infantil teve suas fases desde sua concepção, até nos dias atuais. A mesma construiu o seu valor conforme as necessidades foram surgindo, e o que antes era visto como objeto de assistência e amparo a crianças de famílias em vulnerabilidade social, hoje é reconhecida pela sociedade como etapa crucial para o desenvolvimento ético e moral da criança. Junto dela, a arquitetura escolar foi se desenvolvendo e reagindo mediante as mudanças dos períodos. Na medida em que a evolução urbana e social acontecia, a Arquitetura os acompanhava, sempre atualizando suas modulações espaciais, tecnologias estruturais, elementos estéticos, econômicos e de sustentabilidade, a fim de melhor suprir as reais necessidades imediatistas de suas fases.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 872, de 15 de setembro de 1969. Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, setembro 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0872.htm. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Creches e pré-escolas seguem projeto arquitetônico padrão**. Brasília: MEC, SEB, 2017a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/207-1625150495/18810-creches-e-pre-escolas-seguem-projeto-arquitetonico-padrao>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. **Projetos Arquitetônicos para construção**. Brasília: MEC, FNDE, 2017b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/eixos-de-atuacao/projetos-arquitetonicos-para-construcao>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

COSTA, K.; JERONYMO, L. F. A transformação na história da arquitetura escolar. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial, p.89-95 jan/abr 2017. DOI: 10.5747/cs.2017.v01.nesp.s0015. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Socialis/Arquitetura%20e%20Urbanismo/A%20TRANSFORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20HIST%C3%93RIA%20DA%20ARQUITETURA%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e/é fundamental**. Campinas-especial, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>. Acesso em: 21 fev. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300009>

MACÊDO, L. C.; DIAS, A. A. A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX. *In*: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. 9., 2012, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.20.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

MENDES, S. L. Tecendo a história das instituições do brasil infantil. **SABERES**, Natal, v. 1, n. 11, p. 94-109, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download/6685/5206/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

RIBEIRO, A. I. M. **Subsídios para a história da Educação de Presidente Prudente**: as primeiras instituições escolares. São Paulo: Clíper, 1999.

ARQUITETURA MANEIRISTA NO BRASIL: ESTUDO DE CASO DA CATEDRAL BASÍLICA PRIMACIAL DE SÃO SALVADOR

Adriana Natsumi Hara, Danielly Maria Gastaldi Monteiro De Lima, Maria Gabriela Evangelista, Maria Julia Bezerra Gomes Da Silva, Fabrícia Dias Da Cunha De Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente – SP. E-mail: adriana_natsumi@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse estudo é investigar de que maneira e em qual contexto a arquitetura maneirista se desenvolveu, bem como os primeiros aglomerados urbanos, focando na Catedral Basílica Primacial de São Salvador. Para isso, utilizou-se de levantamentos bibliográficos, sites de órgãos governamentais e noticiários, compreendendo o Brasil colônia e relacionando-o com a arquitetura que estava sendo executada naquele momento. O país desenvolveu-se totalmente em volta da tipologia religiosa, esta, era responsável tanto pelos aspectos espirituais quanto civis da população. De maneira inevitável, isto se refletiu na arquitetura da época. No início do século XVI, a Igreja possuía poucos ornamentos, representando uma época de começo e adaptação, mais tarde, devido as mudanças econômicas da colônia, as Igrejas passaram a ter hierarquias, as mais influentes eram abundantemente adornadas. A arquitetura que estava sendo gerada pelos jesuítas, pode ser observada principalmente nas fachadas demasiadamente ornamentadas, a tomar como exemplo a Catedral de São Salvador, observa-se torre sineira, caracóis, volutas, frisos, pináculos e muitos contrastes, levando a concluir que o maneirismo no Brasil marcou mais do que uma época de adaptação, mas também uma tentativa da Igreja Católica de demonstrar imponência, a fim de recuperar sua força.

Palavras-chave: Período Colonial. Maneirismo. Igreja. Catedral. São Salvador.

MANNERIST ARCHITECTURE IN BRAZIL: CASE STUDY OF THE CATHEDRAL BASILICA PRIMACIAL OF SAN SAVIOR

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate how and in what context Mannerist architecture developed, as well as the first urban agglomerations, focusing on the Cathedral of St. Savior. For this, we used bibliographic surveys, websites of government agencies and news, comprising the colony Brazil and relating it to the architecture that was being performed at that time. The country developed entirely around the religious typology, which was responsible for both the spiritual and civil aspects of the population. Inevitably, this was reflected in the architecture of the time. In the early sixteenth century, the church had few ornaments, representing a time of beginning and adaptation, later, due to the economic changes of the colony, the churches had hierarchies, the most influential were abundantly adorned. The architecture that was being generated by the Jesuits, can be seen mainly in the overly ornate facades, taking as an example the Cathedral of San Salvador, you can see bell tower, snails, scrolls, friezes, pinnacles and many contrasts, leading to the conclusion that the Mannerism in Brazil marked more than an era of adaptation, but also an attempt by the Catholic Church to demonstrate stature in order to regain its strength.

Key Words: Colonial period. Mannerism. Church. Cathedral. San Salvador.

INTRODUÇÃO

No século XVI ocorreu a Reforma Protestante, que enfatizou o declínio do catolicismo. Para retomar sua soberania, a Igreja Católica formou a Companhia de Jesus, constituída por sacerdotes que atuavam difundindo o cristianismo pelo mundo. Em parceria com a Coroa Portuguesa, eles dominaram o território, objetivados a converter os nativos e induzi-los a trabalhar como escravos, entretanto precisavam também educar os filhos dos colonos (DORNELLAS, 2018; NETO, 2015). Por isso, as Igrejas eram diferentes

do que se conhece atualmente, eram compostas pelo templo cristão; salas de aula e locais para que os sacerdotes pudessem descansar.

O programa das construções jesuíticas era relativamente simples. Pode ser dividido em três partes, correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os “os cubículos”, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da “cerca”, com horta e pomar. (COSTA, 1941, p.130.)

O processo de adaptação, de suprir as necessidades e de representação de uma realidade pode ser espelhada e analisada na arquitetura da época. A tipologia arquitetônica que melhor exemplifica o Brasil colonial são as Igrejas. Estas, eram o principal edifício de uma comunidade, sempre posicionada no alto da topografia para demonstrar seu poder e aumentar seu campo de visão, conseqüentemente controle sobre uma sociedade, logo o prédio era composto por um programa elementar, direto e funcional.

Dessa forma, é bastante lógico que a arquitetura jesuítica no Brasil e em todo o mundo lusitano, inclusive na mãe-pátria, tenha sido de estilo maneirista durante o período principal de sua atividade construtora, que começa em fins do século XVI e engloba o século XVII e no início do XVIII. (COSTA, 1941, p. 67)

De modo geral, as construções dos jesuítas no território brasileiro, fizeram uso do estilo maneirista, utilizando o estilo europeu em detrimento da cultura nativa. No início muito mais simples e mais tarde com a presença dos ciclos econômicos ela vai se sofisticando, principalmente as fachadas das Igrejas.

Os patrimônios de uma sociedade (edifícios; documentos; festividades; música) contam uma história e formam a “Memória Coletiva”. Esta, é fundamental na construção do sentimento de nacionalidade, pertencimento. Por isso estudos como esse são tão pertinentes, pois traz à tona as raízes e patrimônios culturais brasileiros, colaborando para manter viva a história e fortalecer a identidade.

MÉTODO

Para desenvolver o trabalho, foi necessária uma pesquisa bibliográfica, em artigos, livros e noticiários, que conferiram embasamento teórico e documental a respeito da Catedral Basílica Primacial de São Salvador e a arquitetura maneirista. O exemplar da arquitetura desenvolvida pelos jesuítas, serve é um ótimo exemplo a ser analisado pois recebeu um eficiente trabalho de restauração. Foi analisada o projeto arquitetônico, sua relação com o Terreiro de Jesus, examinou-se a os croquis de planta baixa, cortes, fachadas, elaborados pelo renomado arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a fim de compreender como as capelas, altar-mor, nave se organizavam e a relação com o entorno imediato (adro, rua direita). Gerou-se também comparativos entre diferentes opiniões e dados, buscando compreender o trabalho de preservação realizado na Catedral Basílica Primacial de São Salvador, proporcionando-nos embasamento na elaboração de projetos arquitetônicos e manutenção da história (tão importante na construção identitária da sociedade).

RESULTADOS

No início do século XVI, os primeiros aglomerados urbanos se formavam, nos arredores dos templos cristãos, deste modo, pode-se categorizar o estágio de um povoado com relação ao tipo de igreja com a qual fazia freguesia. Um pequeno povoado era representado apenas por uma capela sem torre, já uma povoação estaria ligada a uma igreja matriz com uma torre, e assim uma vila contaria com templos de duas torres e se tornaria um bispado (BURY, 2006).

A igreja, principalmente de origem jesuítica – a qual possuía ordem superior as outras – possuía um largo defronte, onde as relações sociais ocorriam. Os colégios fixavam-se ao lado da mesma, já que as paróquias eram responsáveis pela educação formal. Nas vilas, a casa de câmara e cadeia também se estabeleciam em torno do largo (COSTA, 1941).

De acordo com Costa (1941) e Lemos (2012), com a chegada dos jesuítas, uma primeira leva de igrejas efêmeras foram construídas, com os materiais disponíveis no local – taipa de pilão, madeiras de lei, cobertura de vegetação – seguindo a arquitetura vernácula aprendida com os indígenas. Um exemplar é a igreja de Nossa Senhora da Ajuda (Salvador – BA), a primeira construídas pelos jesuítas.

A formação dos novos aglomerados urbanos durante o período colonial, acarretou no aprimoramento das igrejas, estas eram em sua maioria assobradadas, estruturadas com madeira e barro de

mão ou tijolos, cobertas por telhas e forradas. Segundo relatos do período, esta tipologia não apresentava caráter precário. Um representante deste modelo é o primitivo colégio de Olinda (COSTA, 1941; LEMOS, 2012).

Os templos de cunho fugaz foram substituídas por permanentes, os materiais (taipa de pilão, pedra e cal ou lioz) variavam conforme a disponibilidade na região; normalmente os templos perto do litoral eram construídos em pedra, como a Catedral de São Salvador, em Salvador, enquanto os mais distantes eram em barro, tipo a capela se Santo Antônio, em São Roque, cidade localizada na costa noroeste de Portugal (COSTA, 1941; LEMOS, 2012).

Pode-se definir o maneirismo como a cisão de duas manifestações artísticas: o renascimento e o barroco. O primeiro, se baseava nas proporções clássicas, marcado pela extrema racionalidade. Já o barroco caracteriza-se por ser dramático e sobrecarregado de elementos. Mas, apesar das diferenças estas duas fases possuíam característica comum, não eram ambíguas (BURY, 2006).

O mesmo edifício é um palácio e um monastério, a mesma pilastra sustenta o entablamento e funciona como moldura lateral de um painel de parede. As duas funções são indicadas claramente, transmitindo assim uma ambiguidade deliberada que, em suma, significa a antítese da simplicidade renascentista (BURY, 2006, p. 65)

Alguns princípios clássicos foram negados enquanto outros medievais, como a planta em cruz e as torres, foram retomados, as tensões, ainda que indefinidas, surgiam. O movimento quase não sofreu alterações no Brasil, os arquitetos procuravam repetir e reafirmar seus princípios (BURY, 2006).

DISCUSSÃO

Durante o século XVI, os padres jesuítas influenciaram a construção e estética das igrejas, renovando os estilos arquitetônicos para acompanhar o europeu, deste modo, trouxeram para o Brasil resquícios de elementos da Contra-Reforma associados ao início do barroco, ganhando um aspecto conhecido como maneirista. Mas o que realmente consolidou a arquitetura jesuítica foi a presença dos arquitetos, como Terzi e Francisco Dias (COSTA, 1941; LEMOS, 2012).

As maiores influências da igreja portuguesa foram a organização espacial, a planta alongada de nave única – que se tornou o partido de todos os templos brasileiros – a disposição e estética das capelas, a decoração interna, a estrutura e a materialidade, a forma ambígua dos elementos (BURY, 2006; COSTA, 1941).

Nos templos de caráter maneirista encontra-se a racionalidade da forma, sem exageros, correspondente ao necessário, com traços retos e equilibrados, simétricos, com fachadas que possuíam elementos renascentistas – arcos, colunas e frontões – iniciando o sentimentalismo barroco com seus entalhes e decorações que trazem formas desenvoltas à suas paredes, variando entre o estático e o dinâmico. Ao mesmo tempo mantendo elementos que distinguem a importância de cada igreja, como a quantidade de torres, suas proporções e configuração. E com seus interiores seguindo a mesma linha (TELLES, 2008).

Vê-se pelo exposto que a arquitetura da Companhia, no Brasil, foi quase sempre inimiga dos derramamentos plásticos, despretensiosa, muitas vezes pobre, obedecendo, em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes. E se devêssemos resumir, numa só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a sobriedade. Sobriedade presente também nos retábulos, mesmo os mais ricos. Sobriedade que ainda souberam manter no mais pretencioso de seus templos, a atual Sé da Bahia. (COSTA, 1941, p.151)

As igrejas jesuítas possuem uma nave, que se diferencia em quatro formas de planta, que categorizam o estilo interno das igrejas. O primeiro é definido pela nave e a capela-mor que constituem um mesmo corpo dividido apenas por um arco, tipologia adotada pelos primeiros templos e os mais simplificados. No segundo a nave e a capela-mor se diferenciam através de suas dimensões, onde a nave se encontra maior. O terceiro modelo apresenta edifícios religiosos de porte avantajado, que possuem três alteres todos com capelas. Mas os maiores templos se encontram no quarto grupo, caracterizado por ter inúmeras capelas todas com altares (COSTA, 1941).

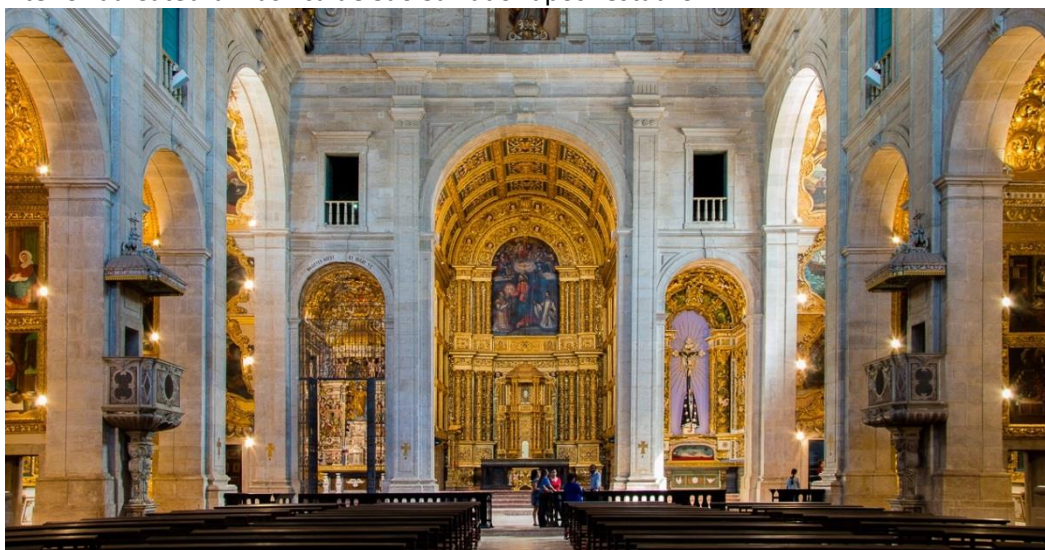
Figura 1. Exterior da Catedral Basílica Primacial de São Salvador, ao lado o antigo colégio jesuítico, no litoral da Bahia.



Fonte: <http://arquiocesalvador.org.br/catedral-basilica-de-salvador-reabriras-portas-revelando-tesouros-da-historia-do-brasil/catedral-basilica-em-alta-resolucao-foto-mateus-morbeck-2/>

A Catedral Basílica Primacial de São Salvador (figura 1), está localizada na capital bahiana, foi a única do Terreiro de Jesus tombada pelo IPHAN, em 1938. Um ano depois, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) catalogou todo o terreiro. Atualmente é uma das principais e a primeira arquidiocese brasileira, onde se localiza a cátedra do arcebispo metropolitano cardeal primaz do Brasil, recentemente a igreja passou por restauros (figura 2) (IPHAN, 2018; UNESCO, 2006).

Figura 2. Interior da Catedral Basílica de São Salvador após restauro.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4815/catedral-basilica-de-salvador-ba-reabre-suas-portas-revelando-tesouros-da-historia-do-brasil>

Em meados do século XVI, Tomé de Sousa doou aos jesuítas um terreiro no norte de Salvador, nesse lugar construíram a capela da Nossa Senha da Ajuda junto com o primeiro colégio dos jesuítas na cidade. Mas a capela se tornou pequena, e no meio do século seguinte, construíram uma catedral. Apesar de já estar no período barroco, a igreja projetada por Francisco Dias tinha caráter maneirista (COSTA, 1941; IPHAN, 2014).

O novo templo era assobradado, simétrico, com duas torres, frontão e entablamento, colunas e arcos, entalhes e esculturas por toda parede, janelas de vidro e portas almofadadas. Dentro possuía uma única nave com o piso e os altares de mármore, treze capelas com altares no estilo maneirista e barroco,

onde utilizaram folhas de ouro e prata, mais um grande acervo artístico de esculturas e pinturas. A igreja também contava com passagens secretas e lápides (TELLES, 2008; IPHAN, 2018).

A catedral estava implantada em um local que ficou conhecido como Terreiro de Jesus, nome dado por ser um largo rodeado por um complexo arquitetônico religioso, que além da basílica contava com o Colégio Jesuítico, o Convento e a Igreja do São Francisco, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, a Igreja da Ordem Terceira de São Domingos e a Igreja de São Pedro dos Clérigos (BURY, 2006).

No início a catedral de São Salvador amparava a comunidade local de diversas formas, como na religião, educação, saúde e entretenimento. Mas com a demolição da antiga Sé de Salvador, ela recebeu as funções de uma igreja primacial, sendo incumbida de todas as funções de um bispado, e passou a cuidar de todas as paróquias da Bahia (BURY, 2006).

O colégio jesuítico, posteriormente, tornou-se a primeira universidade do Brasil; com a expulsão dos jesuítas o local se tornou hospital militar, neste período houve um incêndio que destruiu quase tudo, e o colégio foi reconstruído dando origem a primeira faculdade de medicina no país (BURY, 2006).

Deste modo, observa-se que o local continua a atender a comunidade em que está inserida até os dias atuais, provando que é possível manter o equilíbrio entre o antigo e o novo. É fundamental que a catedral de São Salvador continue a receber fiéis, turistas e novos usos com o passar dos tempos, é um fragmento da história brasileira, faz parte da “Memória Coletiva” e essencial na construção identitária da sociedade. Percebe-se que esse trabalho de preservação da Catedral Basílica Primacial de São Salvador foi muito bem executado, a torre sineira, os pináculos, volutas, entalhes e estátuas, traduzem bem o estilo maneirista, seu interior restaurado com folhas de ouro (assim como no período colonial) e as portas originais, demonstram respeito as características primárias.

CONCLUSÕES

Levando em consideração os aspectos da pesquisa, conclui-se que a Companhia de Jesus veio para o Brasil com objetivo de catequizar os índios e educar os filhos dos colonos, influenciando no surgimento das igrejas e dos povoados, além de todos os aspectos das vilas, tornando-os mais influentes (uma ordem superior das outras).

A posição estratégica das igrejas, seu papel na educação e nos aspectos civis da população, a tornava o centro da vida urbana. Utilizar os materiais disponível no local era um dos partidos. Os jesuítas influenciaram na arquitetura a partir do século XIV, ao tentar acompanhar o estilo europeu, mas adotaram novas características, o que tipificou o maneirismo. Este, executou a racionalidade de forma simples com traços retos e equilibrados, ao mesmo tempo que inseria o sentimentalismo barroco, sem deixar de representar a importância de cada igreja.

O maneirismo refletiu as mudanças da doutrina catolicista, visando a influência da igreja. Por essa razão a Igreja criou a Contra-Reforma, impedindo avanço das novas religiões (principalmente a ordem Protestante), a mesma fez uma união com os padres jesuítas, para seu fortalecimento. Essa união proporcionou a chegada dos sacerdotes no Brasil, gerando uma enorme influência nas igrejas e vilas.

Além de ter atingido o objetivo de compreender profundamente a arquitetura maneirista brasileira, o estudo foi relevante ao lembrar de que maneira o Brasil foi alicerçado, entendendo o porquê o cristianismo é tão predominante no país. Traz a reflexão da necessidade de preservação de nossos bens culturais, pois a Catedral de São Salvador, além de contar uma história serve a comunidade mesmo após séculos de sua fundação, construindo a “Memória Coletiva” e consequente identidade da sociedade. Isso só foi possível graças a uma equipe multidisciplinar e especializada, que com respeito e um olhar sensível fizeram um trabalho de restauro eficiente, mantendo o máximo das características originais e ainda trouxe benefícios a comunidade.

REFERÊNCIAS

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil Colonial**. 1ª Edição. Brasília, DF: IPHAN/ Monumenta, 2006.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 127-195, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202010000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202010000200009>.

DORNELLAS, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882018000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-05>

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Catedral Basílica de Salvador (BA) reabre suas portas revelando tesouros da história do Brasil**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4815> . Acesso em: 10 ago. 2019.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Catedral Basílica do Salvador (BA) será restaurada pelo Iphan**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241> . Acesso em: 10 ago. 2019.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, v. 12, n. 141, Vitruvius, fev. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4214>. Acesso em: 09 ago.2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Brasil). Secretaria Especial da Cultura. **Catedral Basílica de Salvador volta ao circuito turístico do Pelourinho**. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/catedral-basilica-de-salvador-volta-ao-circuito-turistico-do-pelourinho/> . Acesso em: 10 ago. 2019.

NETO, Manuel Pacheco. **A Escravidão indígena e o Bandeirante no Brasil Colonial: conflitos, Apresamentos e Mitos**. Dourados: Ed. UFGD, 2015, 176 p. Disponível em: http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/escravizacao_%20indigena_e_o_bandeirante_no_brasil_colonial.pdf. Acesso em: 23 maio 2019.

UNESCO. WORLD HENTAGE CONVENTION. **Centro Histórico de Salvador da Bahia**. 200?. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/309> . Acesso em: 10 ago. 2019.

AUDITÓRIO DO IBIRAPUERA: A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA DE OSCAR NIEMEYER EM SÃO PAULO

Jean Guilherme Oliveira, Joao Marcos Lourenco Bulzan, Fabrícia Dias Da Cunha De Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: jeanguiioli@gmail.com

RESUMO

Diante do contexto moderno que almejava pela identidade brasileira, o Movimento Moderno surge por influência da Europa e dissemina o olhar frente a racionalidade na produção brasileira. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a atuação de Oscar Niemeyer em São Paulo na década 1950, vislumbrando com mais cautela a obra do Auditório Ibirapuera, visto a distribuição espacial. Além disso, o panorama arquitetônico da época era um país que sofria com uma crise de identidade sobre o atual modo de produção, e como Oscar transmutou com o tempo e dispôs um caráter incomparável, destacando-se não somente no Brasil, como também ganhando reconhecimento no mundo todo.

Palavras-chave: movimento moderno; modernismo brasileiro; arquitetura moderna.

IBIRAPUERA AUDITORIUM: THE ARCHITECTURAL PRODUCTION OF OSCAR NIEMEYER IN SAO PAULO

ABSTRACT

In the modern context that craved for Brazilian identity, the Modern Movement emerges under the influence of Europe and spreads its gaze towards rationality in Brazilian production. Therefore, this article aims to discuss Oscar Niemeyer's performance in São Paulo in the 1950s, with a closer look at the work of the Ibirapuera Auditorium, given the spatial distribution. Furthermore, the architectural landscape of the time was a country that suffered from an identity crisis over the current mode of production, and as Oscar transmuted over time and had an incomparable character, standing out not only in Brazil, but also gaining recognition. In all world., the architectural landscape of the time was a country that suffered from an identity crisis over the current mode of production, and as Oscar transmuted over time and had an incomparable character, standing out not only in Brazil, but also gaining recognition. In all world.

Keywords: movimento moderno; modernismo brasileiro; arquitetura moderna.

INTRODUÇÃO

Com o início na Europa, o modernismo foi um movimento artístico e cultural que chegou ao Brasil a partir da primeira década do século XX, introduzida através do manifesto da Semana da Arte Moderna realizada em 1922 em São Paulo. Para o arquiteto Lúcio Costa, o modernismo brasileiro se justifica como estilo, que afirma a identidade de nossa cultura e representa o espírito da época (REIS FILHO, 1978).

O Modernismo foi o reflexo do entusiasmo cultural da época: durante o período o país passou pela industrialização e por período de grande orgulho excessivo, o que levou a busca pela arte – incluindo aqui a arquitetura – nacional, sem se prender aos padrões europeus. (REIS FILHO, 1978, p. 63).

Neste panorama, a produção arquitetônica brasileira passou a compor em sua ideologia a racionalidade e a funcionalidade, que se evidenciava nas formas geométricas e na inexistência de ornamento. Além disso, o movimento liberta a associação existente entre estrutura e vedação, insere o uso de pilotis com a finalidade de liberar o espaço sob o edifício, utiliza janelas em fita nas fachadas, integra a arquitetura com o paisagismo, e se integra com as outras artes plásticas (BRUAND, 1999).

O Brasil no decorrer do movimento, recebeu por algumas vezes o arquiteto suíço famoso por ser o fundador dos princípios que consagraram o movimento moderno, o Le Corbusier. Suas viagens em terras brasileiras muitas vezes era para que ele difundisse as ideias suas ideias e reforçar a influência sobre os jovens arquitetos da época. Em 1936, orientou o projeto do edifício da nova sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, contribuindo para a construção arquitetônica brasileira com os princípios modernistas. (BRUAND, 1999).

Diante disso, a nova geração de arquitetos da época, buscavam exprimir uma nova identidade na produção brasileira e pensavam que produzir o passado não demonstrava o avanço do país. Os profissionais que contribuíram de alguma forma para a fixação da produção arquitetônica racional em território brasileiro tem nomes conhecidos como Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Attilio Correa Lima, os irmãos Marcelo, Milton e Maurício Roberto, Paulo Mendes da Rocha e Oscar Niemeyer, responsável pela obra em análise deste artigo.

MÉTODOS

Este artigo é embasado em uma investigação bibliográfica e toma como recorte a vida do arquiteto modernista Oscar Niemeyer, com o intuito de compreender sua produção arquitetônica no período da década de 1950, na cidade de São Paulo, analisando suas características e singularidades. Desta forma, a pesquisa se estruturará em uma abordagem qualitativa, que busca a relação entre o contexto e a obra em estudo através de descrição e interpretação de pesquisadores do tema. Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário coletar diversas produções no âmbito nacional. Segundo Minayo (2001) este método de análise corresponde a questões particulares que se preocupam com a realidade não quantificada e que a complexidade do objeto em estudo deve ser analisada de forma específica e contextualizada.

RESULTADO

Oscar Niemeyer foi um dos maiores representantes da arquitetura moderna mundial, com mais de 500 obras pelo mundo. Ingressou na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, 1929, onde concluiu arquitetura em 1934. Sua principal característica é o uso do concreto, vidro, curvas e vãos livres, com seu estilo inconfundível. Ao decorrer de sua carreira acumulou diversos prêmios importantes, entre eles o Prêmio Pritzker de Arquitetura 1988 (VALENCIA, 2018).

A contribuição niemeyeriana para a arquitetura moderna brasileira foi fundamental desde seus primeiros projetos devido a qualidade das obras e a projeção nacional e internacional obtida logo no início de sua carreira. Assim, foi o responsável pelo alargamento e pelo enriquecimento da forma e poder de resumo da arquitetura moderna, alinhando seu método de projetar com os princípios corbusianas (MARTINS, 2013).

A partir da década de 1940, a presença do pensamento formalista e o uso ousado das curvas torna-se a identidade das obras de Oscar Niemeyer, explorando a plasticidade do concreto armado, atribuindo leveza ao um material que aparenta estática e rígida. Por esse posicionamento foi frequentemente criticado de formalista, mas rebatia dizendo que em sua arquitetura as curvas têm função espacial e possibilita interação entre espaço interno e externo (DE SOUZA, SARZI, 2014).

O projeto me interessava vivamente. Era a oportunidade de contestar a monotonia que cercava a arquitetura contemporânea, a onda de um funcionalismo mal compreendido que a castrava, dos dogmas de “forma e função” que surgiam, contrariando a liberdade plástica que o concreto armado permitia (NIEMEYER, 2000, p. 94).

Suas obras tornaram-se grandes monumentos advindo das experiências estruturais e com isso, “Oscar Niemeyer passa a produzir uma arquitetura cuja monumentalidade aparece na simplificação do número de elementos que cumprem de forma racional seu papel funcional” (INOJOSA; BUZAR, 2010, p. 2).

Diante desta bagagem representativa na produção arquitetônica de cunho modernista no panorama nacional, para ele, a arquitetura era simplesmente invenção. Todavia, esta invenção deveria provocar ao espectador sensações e dotar de soluções expressivas (NIEMEYER apud HELM, 2011). Uma das obras do profissional que exprimi a produção formalista de Niemeyer é o pavilhão de exposições Lucas Nogueira Garcez, popularmente chamado de Oca. Concluído em 1954, possui o formato ovalado e planta circular, foi concretizado através de uma grande cúpula que recebeu uma camada de concreto armado

sobre um sistema estrutural nervurado em arcos que descarregam suas cargas diretamente no solo (PEREIRA, 2018). Além desse, fazendo parte desse conjunto de construções, há o auditório Ibirapuera que é o objeto de estudo e análise deste estudo, mostrando a atuação de Oscar Niemeyer em São Paulo na década de 1950.

DISCUSSÃO

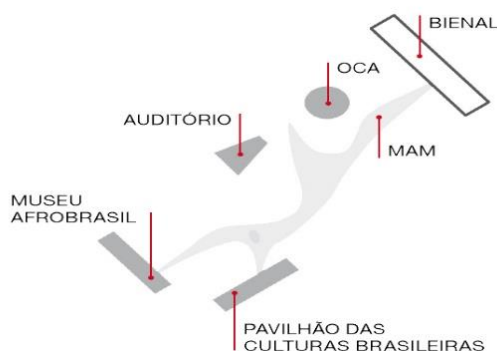
Situado na capital paulista, o Parque Ibirapuera, o qual consiste em ser um marco na cidade de São Paulo, abriga o Auditório Ibirapuera Oscar Niemeyer, o qual compõe um conjunto de cinco edifícios culturais que se interligam através de marquise sinuosa (SANTOS, 2003).

Concebido por Oscar Niemeyer na década de 1950, a pedido do Governador Lucas Nogueira Garcez, tinha a intenção de comemorar os IV Centenário da Cidade paulista, mas não foi construído à inauguração por motivos de falta de verba. Segundo Santos (2003) a assistente da comissão do IV Centenário de São Paulo, Maria Oliva Fraga, escreveu a Le Corbusier a seguinte nota:

Senhor, lamento informá-lo que o presidente Matarazzo acaba de trazer ao meu conhecimento que a Comissão do IV Centenário de São Paulo encontra-se na impossibilidade de construir o teatro cujo projeto havia sido realizado pelo Sr. Oscar Niemeyer. As dificuldades financeiras em que se encontra a Comissão obrigaram-na a abandonar este projeto. (Santos, 2003, 01).

A proposta era de abrigar edifícios de caráter cultural e artístico em meio a áreas verdes no centro urbano (figura 3) e teve sua construção iniciada no ano de 2002, finalizando em 2005 (PEREIRA, 2018).

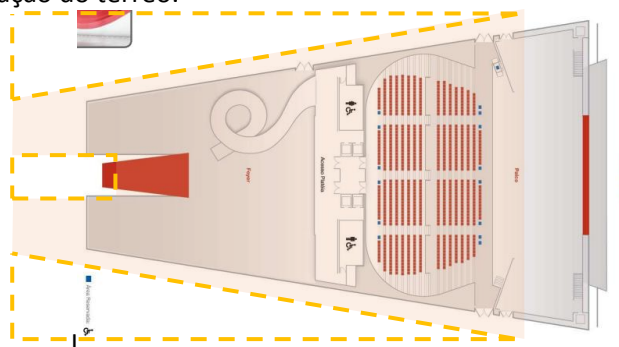
Figura 3. Implantação do auditório e o entorno.



Fonte: Archdaily.

A única volumetria que vista em planta baixa tem o formato de um trapézio e em corte um triângulo, para Ching (2002, p.40) “o triângulo significa estabilidade. Quando repousa em um de seus lados o triângulo constitui uma figura extremamente estável” e que contrapõe a com proposta de separação das três partes: foyer, plateia e palco. Além disso, Serapião e Segre (2006) ressalta que a integração da forma simplificada com o entorno, e que a partir da composição, junto com a Oca e de uma entrada principal do parque, o projeto adquire notoriedade.

Figura 4. organização e setorização do térreo.



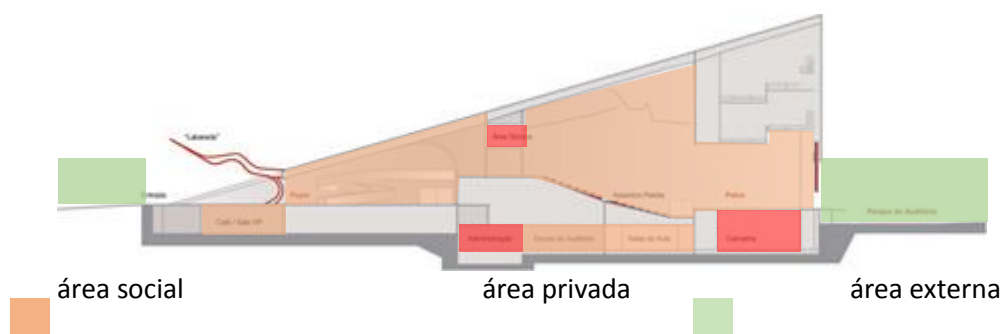
Fonte: SP turis, modificado por autores.

Igualmente aos outros prédios do parque, e predomínio da obra do arquiteto, o auditório é inteiramente branco - concreto armado, estrutura metálica e com pintura impermeabilizante. A marquise marca o acesso principal e, executada em metal, dá identidade ao prédio, caracteriza o volume puro e o diferencia dos demais. Sua monumentalidade dá ideia do ambiente interno. Todavia sua simplicidade fachadística contrasta com a beleza interna (NEPOMUCENO, 2005).

Esta marquise metálica curva em intenso vermelho define uma atitude do arquiteto em relação ao contexto; criar uma independência formal do auditório em relação à grande marquise. [...] na elevação, vista lateral e detalhe da marquise, percebemos a independência que assume o auditório e fica clara a impossibilidade da coexistência de qualquer elemento horizontal e conector (DUDEQUE, 2009, p. 31).

Sua setorização é estabelecida de forma simples em que junto a entrada está o foyer. O conjunto do palco e a plateia ocupam a parte oposta e mais alta. Enquanto isso, no subsolo estão as áreas de serviço, ensino, administrativo e preparação para o espetáculo, composta por bar, administração, escola de música e camarins (figura5).

Figura 5. corte longitudinal no auditório Ibirapuera.



Fonte: site do auditório Ibirapuera.

Através da monumentalidade do foyer e a plateia, nota-se a identidade projetual do arquiteto, facilitando no reconhecimento de suas produções. Assim, o foyer que está aliada a gigantesca escultura de Tomie Ohtake na parede e no forro, que contrapõe a rampa de acesso locada a lateral esquerda.

Embora utilize poucos materiais de acabamento, o detalhamento possui certo nível de sofisticação. Uma solução interessante, por exemplo, é a saída do ar-condicionado no foyer através de uma grande fresta entre o forro e as paredes laterais. Estas são duplas, com vão de um metro, que possibilita esconder os pilares de contraventamento, possui função acústica e constitui shaft para as instalações. Outros detalhes que chamam a atenção são o rodapé e o guarda-corpo de madeira da rampa que entrou na última hora, por exigência da legislação (SERAPIÃO, SEGRE, 2009).

No fundo da construção, uma porta com 20 metros de largura permite a utilização do palco para plateia externa. Apesar da simplicidade do volume, a estrutura possui grandes vãos, uma vez que a cobertura está apoiada nas laterais triangulares. Os únicos pilares situados no sentido transversal, no miolo do volume, são duas peças que dividem o foyer e a plateia. Assim, no maior vão do prédio, na extremidade do palco, há mais de 50 metros (SERAPIÃO, SEGRE, 2009).

CONCLUSÃO

O movimento gerou uma nova fase estética que acabou integrando tendências que já vinham aparecendo, fixadas na valorização da realidade do país, sugerindo um descarte das tradições que até então vinham sendo seguidas tanto na literatura como nas artes. O movimento Moderno não se limitou apenas arquitetura e arte moderna, pois envolveu aspectos ligados a áreas sociais, tecnológicas, econômicas e artísticas. Portanto, pode se observar que o modo de produzir arquitetura de Niemeyer, cuja a beleza e grandiosidade se encontra na simplicidade de elementos, onde sempre buscava uma forma racional, em seu papel como arquitetura, conseguiu desenvolver uma arquitetura genuína, deixando sua marca na arquitetura nacional e a expondo para o mundo.

A audácia na forma de projetar de Niemeyer promoveu um grande avanço técnico-constructivo, fazendo o uso do concreto pré-fabricado em que aumentava a eficácia das suas obras, no parque Ibirapuera vemos isso como grande exemplo, o abuso de vãos livre, pilares com sinetas diferenciadas, obras com formas totalmente incomuns no mesmo espaço.

REFERÊNCIAS

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Editora Perspectiva, 1999.

CHING, Francis DK. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. Bookman Editora, 2002.

DE SOUZA, P. P; SARZI, M. **Oscar Niemeyer: sua plasticidade e o sistema estrutural**. Exatas & Engenharia, v. 4, n. 09, 2014.

DUDEQUE, Marco Cezar. **O lugar na obra de Oscar Niemeyer**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009.

HELM, J. Entrevista: Oscar Niemeyer. ArchDaily Brasil. 2011. Acesso nov 2018. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/15179/archdaily-brasil-entrevista-oscar-niemeyer>.

INOJOSA, L.S.P; BUZAR, M.A.R. O sistema estrutural na obra de Oscar Niemeyer em Brasília. Mecânica Computacional, v.29, p. 9903-9927, 2010.

MARTINS, A. A. **Variações Brutalistas na Obra de Oscar Niemeyer**. X Seminário Docomomo Brasil. 2013.

NEPOMUCENO, J. **Oscar Niemeyer: Auditório Ibirapuera, SP. Auditório completa conjunto edificado no parque Ibirapuera**. Projeto Design. Disponível em <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/oscar-niemeyer-auditorio-sao-14-12-2005>. Acesso nov de 2018.

NIEMEYER, Oscar. **As Curvas do Tempo - Memórias**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

PEREIRA, M. **Clássicos da Arquitetura: as arquiteturas do Parque Ibirapuera**. Archdaily Brasil. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer> > Acesso out de 2018.

REIS FILHO, N. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, C. R. dos. **Teatro do Parque Ibirapuera: em nome de quem?**. Vitruvius. São Paulo, ano 04, n. 038.06, jul. 2003 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.038/670>>. Acesso out de 2018.

SERAPIÃO, Fernando; SEGRE, Roberto. Relação entre Edifícios de Séculos Diferentes dá Mote ao Desenho. **Projeto Design**, v. 319, p. 4-5, 2006.

VALENCIA, N. **Quem já ganhou o Prêmio Pritzker?**. ArchDaily Brasil. 2018. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/889655/quem-ja-ganhou-o-premio-pritzker>. Acesso nov 2018.

DA PASSAGEM AO PERMANECER: APROPRIAÇÃO CIDADINA DO “BEIRA RIO” DE PIRAJU-SP.

Jean Guilherme Oliveira, Victor Martins De Aguiar, Yeda Ruiz Maria

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE E-mail: jeanguilioli@gmail.com

RESUMO

A cidade é uma manifestação espacial de valores sociais e culturais que representam os costumes e as tradições dos moradores. Composta por calçadas, ruas, e quarteirões, ela se relaciona com o processo de desenvolvimento social humano. De forma, que o morador acaba introjetando nela diferentes atividades cotidianas que apresentam características momentâneas e flexíveis como é percebível na orla do rio Paranapanema em Piraju-SP, mais conhecida como “Beira Rio”. A construção da orla possivelmente ocorreu na década de 1980 e com o tempo houve sua ressignificação pela população devido ao mau planejamento de uso do local. Visto isso, esta pesquisa propõe analisar os usos do Beira Rio com a intenção de compreender como este espaço público tem-se relacionado nos últimos anos com os moradores e potencializado ali diversas apropriações. Portanto, a pesquisa salienta a importância de estudar as relações entre cidadãos e espaço público a fim de compreender a dinâmica social e a característica da vida urbana de Piraju, contribuindo para as próximas intervenções no município. Foram realizados para tal entendimento levantamentos físicos e observações diretas no objeto de estudo, sendo também complementados com revisão bibliográfica e documental.

Palavras-chave: rua; espaço público; leituras etnográficas; Beira Rio; Piraju-SP.

OF THE PASSAGE TO THE STAYING: BEIRA RIO'S URBAN APPROPRIATION IN PIRAJU-SP

ABSTRACT

The city is a spatial manifestation of social and cultural values which represent the customs and traditions of the residents. Composed of sidewalks, streets, and blocks, it relates to the process of human social development. So that, the resident ends up introducing in the city different daily activities that present momentary and flexible characteristics, as is noticeable on the Paranapanema's river edge in Piraju-SP, better known as “Beira Rio”. The construction of the river edge possibly occurred in the 1980's, and, over the time, there was a re-signification by the population, due to poorly planned use of the place. Said that, this research proposes to analyze the real use of the “Beira Rio” to understand how this public space has been related, in the last years, with the residents and boosting there, diverse appropriations. So, the research stresses the importance of studying the relationships between citizens and public spaces, in order to understand the social dynamics and characteristics of Piraju's urban life, contributing to the next interventions on the municipality. Were done carried out for such understanding physical surveys and direct observations in the object of study, being also complemented by a bibliographical and documentary review.

Keywords: street; public place; ethnographic readings, Beira Rio, Piraju-SP.

INTRODUÇÃO

“A cidade é uma representação espacial dos valores culturais” (SILVA, 2003, p. 17). Sua configuração por ruas, calçadas e quarteirões é para o homem a melhor forma que ele encontra para estruturar o espaço urbano, revelando características singulares do padrão espacial chamado de cultura urbana ou cultura das cidades (SILVA, 2003).

Fator de estruturação do traçado das cidades, a rua corresponde ao elemento mais nítido do espaço urbano devido se basear em um suporte geográfico preexistente, interferir na disposição dos edifícios e quarteirões e conectar os espaços e as partes (MENDONÇA, 2007). Além disso, Lamas (2010, p.100) afirma:

A rua ou o traçado relaciona-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo

hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e ideias. É o traçado que define o plano – intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões.

Queiroga (2012) procura salientar sobre o conceito do termo público, que caracteriza a liberdade de ser visto e ouvido por todos e ter a maior divulgação possível. Tal questão, para o autor, se relaciona com o direito à cidadania:

Não somente com ao território, mas também ao ir e vir, ao habitar, ao trabalhar, ao divertir-se, ao agir. O território ainda que fragmentado em propriedades privadas e públicas de diferentes naturezas, apresenta-se aos cidadãos, em sua existência concreta, não apenas em essência conceitual, enquanto dimensão pública (QUEIROGA, 2012, p.210).

O lugar público, avaliado como *locus* da esfera pública, permite compreender as relações entre o espaço e a vida pública, onde e quando ela ocorre, portanto, não se limita a questões jurídicas da propriedade. Assim, Queiroga (2012, p.215) explica:

[...] com essa proposição de lugar público, evita-se a polissemia referente à expressão espaço público, podendo-se caracterizar este último como espaço de propriedade pública. Dessa maneira, pode-se avançar nas interpretações e proposições sobre as práticas espaciais da esfera pública e suas complexidades temporais sem prejuízo para o ordenamento jurídico que requer delimitações de caráter operacional.

Estes espaços, denominados de logradouros públicos, ainda segundo o autor, constituem a estrutura fundamental dos tecidos urbanos tradicionais. São bens de uso comum dos moradores e normalmente apresentam alto grau de complexidade devido à diversidade de uso. Queiroga (2012), como meio de potencializar o logradouro e o entorno como lugar público, afirma que deve ser previsto: multifuncionalidade, que permite maior fluxo de pessoas na rua; acesso direto, que fomenta a interação pública; relações morfológicas, que interferem nas sensações e aproximam o morador da ideia de pertencimento.

Tais questões destacadas são pormenorizadas no livro “Quando a rua vira casa” (1985), no qual também é atentado a necessidade de um olhar mais humanizado para as múltiplas relações sociais presentes nas ruas, pois elas tendem a complementar o espaço privado da casa. A rua torna-se contraparte da casa em diversas comunidades através de ações cotidianas, como brincadeiras infantis, encontros de vizinhos ou festas esporádicas. Dessa forma, ela acaba apresentando aspectos flexíveis de uso e que sempre estão suscetíveis a apropriações diferenciadas (SANTOS; VOGEL, 1985).

Assim, como espaço público, o qual deve pertencer a todos e todas, o território não deve ser objeto de posse, mas de apropriação. O significado da palavra apropriar é reconhecer como própria, adequada para algo e se identificar com alguma coisa. Isso não caracteriza como uma nova forma de uso do lugar, mas uma maneira de repensar os usos de forma criativa dentro o espaço-tempo (FONTES, 2013).

Para Vieira (2010), foi a partir de 1976, na Conferência Internacional na Universidade de Estrasburgo que o contexto da psicologia social fenomenológica passou a abordar o termo apropriação do espaço que, expressa a priori dois sentidos fundamentais: a primeira é a posse pelo ser humano da natureza ou objeto e a segunda é a apropriação resultada de um processo histórico de nível coletivo do ser indivíduo.

Fontes (2013) atribui para as cidades contemporâneas duas dinâmicas de apropriação do espaço público, que não se opõem e nem compartilham da mesma problemática. Por um lado, existem:

O processo de apropriação cotidiana de um espaço construído implica, portanto, certa desconstrução deste espaço, sua transformação criativa, e é aí que reside a essência da vida coletiva no meio urbano. Ela não se define somente pela oposição entre grupos, mas por uma constante tensão entre a espacialidade construída e aberta ao uso, e à desconstrução retórica desse espaço, feita em proveito da expressão de estilos de vida diferenciados (FONTES, 2013, p.132).

No passado inúmeros estudos urbanos foram estruturados e interpretados somente a partir do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento. No entanto, Santos e Vogel (1985) afirmam que tal procedimento não é capaz de compreender o espaço apropriado pelos moradores, sendo então pertinente para o

conhecimento das relações entre as pessoas e o espaço urbano à adoção de leituras etnográficas nas análises:

[...] equivaleria não só a descrição densa de um ambiente sócio-físico, mas também à identificação dos comportamentos de residentes e utentes a partir do suporte espacial. Ruas servem como referenciais definidores dos limites de um determinado território. São também unidades de alto significado para quem sabe reconhece-las (SANTOS; VOGEL, 1985, p.23).

Tais elementos construídos pelo homem, como edifícios, monumento, igrejas, praças e rua, junto com a apropriação espontânea, colaboram para a fixação de um significado coletivo e contribui para a permanência e memória. A cidade é base para memória coletiva e a relação entre cidadãos e arquitetura definem os novos fatos que constituem a memória e a cidade (VIEIRA, 2010).

A cidade contemporânea vive um momento temporal de grandes transformações espaciais diretamente afetando as características dos espaços públicos (CORTÉS, 2008). Ainda assim, é possível identificar usos cidadãos banais, corriqueiros, espontâneos que acabam os resignificando. É sob esse olhar da resignificação do espaço público que é proposta aqui à investigação das diferentes apropriações da orla do rio Paranapanema em Piraju-SP, área popularmente conhecida como “Beira Rio”.

Esta investigação científica também tem por objetivo levantar e avaliar as condicionantes urbanas, como infraestrutura e equipamentos urbanos existentes no entorno do local de estudo, observar e registrar a relação existente entre espaço-usuário e identificar e caracterizar a ocupação física e social do entorno do Beira Rio, a fim de compreender como este espaço público tem-se relacionado nos últimos anos com os moradores e potencializado ali as mais diversas apropriações.

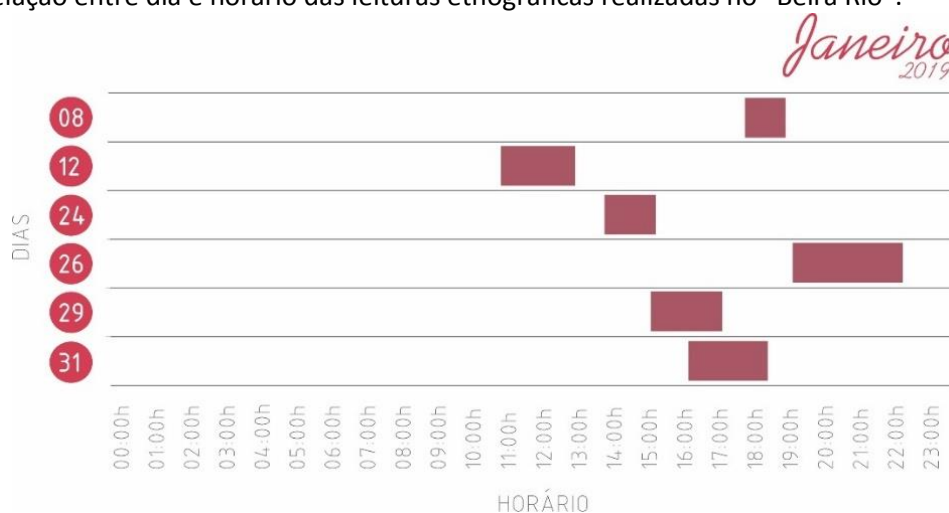
Portanto, a pesquisa reconhece a importância de analisar as apropriações cidadinas em meio aos espaços públicos para indicar elementos que melhorem a compreensão espacial e identitária dos moradores com os locais de lazer, visto permitir reunir informações que contribuam à socialização urbana, qualidade de vida e reconhecimento do espaço.

MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida através de revisão bibliográfica e documental para a compreensão de conceitos e dos principais temas referentes ao trabalho, tais como: espaço público, apropriação do espaço público e produção do espaço urbano em Piraju. A priori, foram realizadas pesquisas na internet e visitas aos órgãos públicos, especialmente a Prefeitura Municipal e ao Departamento de Engenharia e Urbanismo de Piraju, para a coleta de informações sobre a orla do “Beira Rio”. Houve o monitoramento de notícias na rede social (Facebook) da Prefeitura, jornais online Folha de Piraju, Expresso Piraju, e outras fontes. Posteriormente, foram realizados levantamentos e observações diretas no Beira Rio em dias e horários diferentes.

Nas observações *in loco* houve o registro na forma de notas das apropriações dos moradores no local. Estes levantamentos são métodos empíricos a fim de compreender as questões objetivas da pesquisa, dentre eles: como ocorre a apropriação no local, se ela se dá em grupo ou individualmente, a faixa etária de quem a realiza, a qualidade e o impacto dela no local e outros elementos significativos.

As observações *in loco* foram realizadas durante o mês de janeiro de 2019, período de verão, que costuma reunir muitos jovens de férias na cidade, intensificando o uso do local. Com isso, contabilizou-se 06 visitas em dias e horários alternados no Beira Rio (Tabela 01). Esta análise empírica foi complementada com registros fotográficos para auxiliar a visualização e o entendimento das informações descritas. As fotografias foram manipuladas digitalmente mediante o programa *CorelDraw* com o propósito de ressaltar as práticas de apropriação e preservar a identidade dos usuários, visto que os rostos destes foram vedados. Além disso, os mapas apresentados no trabalho foram finalizados pelo mesmo programa após serem elaborados no software *AutoCad*.

Tabela 01: Relação entre dia e horário das leituras etnográficas realizadas no “Beira Rio”.

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

RESULTADOS

Localizada a sudoeste do Estado de São Paulo, quase na divisa com o Estado do Paraná e distante aproximadamente 340 km da capital (Figura 01), Piraju está próxima do grande eixo rodoviário Castello Branco, SP-280. A cidade começou a ser povoada por volta de 1860 e se desenvolveu rapidamente devido a economia cafeeira. Esse rápido desenvolvimento acabou fomentando novos investimentos urbanos como a instalação de luz elétrica, água encanada, esgoto, bonde elétrico, entre outros avanços (MORAIS, 2010; POZZA, 2018).

Figura 01. Localização da cidade de Piraju no Estado de São Paulo.

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Todavia, estudos realizados na cidade de Piraju encontraram mais de 100 sítios arqueológicos de populações indígenas pré-coloniais e “a ocupação humana do Paranapanema médio-superior remonta oito milênios antes do presente” (MORAIS, 2010, p.68). Os primeiros habitantes que desbravaram a região foram os caçadores-coletores pré-históricos que devido a abundância de arenito, rocha boa para lascamento, produziram materiais de caça, coleta e utensílios de uso cotidiano (MORAIS, 2010).

Para Moraes (2010) a posição geográfica, a qualidade do solo e a busca por uma vida melhor fizeram com que em 1862 as famílias Arruda, Graciano e Faustino doassem uma gleba à Mitra Diocesana de São Paulo para a construção de uma capela sob a proteção de São Sebastião do Tijuco Preto. No mesmo ano da doação, a capela foi erguida às margens do rio Paranapanema e iniciou a estruturação urbana da cidade de Piraju.

Por outro lado, os indígenas guaranis se deslocavam do Mato Grosso do Sul em migrações messiânicas à região, visto que segundo suas tradições em direção a leste encontrariam a terra sem maldição. Este choque cultural entre os guaranis e os posseiros locais provocou conflitos que exigiram a

intervenção do governo da então Província de São Paulo. Diante disso, o Barão de Antonina, proprietário de grandes extensões de terra no Paraná e que tinha posses em Piraju, organizou aldeamentos indígenas, concentrando-os sob proteção de padres capuchinhos italianos (MORAIS, 2007).

Nas proximidades de Piraju, naquela época chamada São Sebastião do Tijuco-Preto, situava-se o aldeamento do Pirã-yú, localizado a pouco mais de 1 km da capela do patrimônio, junto ao salto do Piraju. Mais tarde, o aldeamento foi transferido para uma posição mais distante, rio abaixo, nas proximidades do salto do Palmital (São Paulo / Província de /, 1889). Em 1912, por causa de sua total decadência, os poucos índios residentes no Piraju foram transferidos para a reserva de Araribá, nas proximidades de Bauru (MORAIS JL., 1998, apud MORAIS D., 2007, p.53).

A população cresceu a partir do apoio da Igreja Católica e logo mudaram as carências do município. Com o crescimento populacional, houve a necessidade de reconhecimento formal da capela São Sebastião do Tijuco Preto pelas autoridades do Império do Brasil e a delimitação do território. Para isso, Tijuco-Preto que, era só uma vila, através de leis provinciais deveria criar uma freguesia, a qual atualmente corresponde ao distrito de Piraju (MORAIS, 2007).

Então, em 1871, diante da lei provincial 23, a capela de São Sebastião do Tijuco-Preto é reconhecida como freguesia, formalizando as suas divisas. Em 1880, através da lei 111, de 25 de abril, expandindo os limites territoriais “o governo paulista criou o município da vila de São Sebastião do Tijuco-Preto” (MORAIS, 2007, p.59). Somente em 1891, a cidade passa seu nome de Tijuco-Preto, que em guarani “te-y-quê-pê” significa o caminho de entrada ou a boca do sertão, corruptela da expressão guarani “pirã-yú”, que significa peixe dourado.

Estruturada às margens do rio de águas límpidas do Paranapanema, a posição topomorfológica de Piraju é condicionante fundamental para a compreensão de sua espacialização territorial. No passado eram raras as cidades que optavam por se localizar junto a algum rio visto que esta aproximação proporcionava “péssimas condições de navegabilidade, até doenças, como a malária, muito comum nas suas proximidades” (MORAIS, 2010, p.58). Assim, no recorte da bacia do Paranapanema, nos seus quase mil quilômetros de extensão, as cidades que escolheram consolidar-se nas margens do rio foram apenas Campina do Monte Alegre, Paranapanema, Salto Grande, Teodoro Sampaio e Piraju (MORAIS, 2010).

Atualmente, 2019, o rio Paranapanema é um dos principais do Estado de São Paulo e perpassa toda extensão territorial da cidade, sendo motivo de orgulho aos cidadãos devido à alta qualidade da água, de acordo com a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Sua conservação, juntamente com o relevo e a vegetação, compõe paisagens atraentes na zona urbana, o que potencializa a realização de práticas esportivas aquáticas (MORAIS, 2010).

Esta relação com o rio reverbera nas ações sociais dos pirajuenses referentes à implantação das barragens das usinas hidrelétricas em razão dos impactos ambientais e da mudança do curso da água. A presença das represas, por fim, incorpora à memória coletiva aos cidadãos, que desde 1913 a cidade já apresentava a Usina Boa Vista. Após isso, em 1936, o reservatório da Usina Paranapanema era finalizado e este se encontra situado na zona urbana de Piraju. Na década de 1960, a Usina Jurumirim se estruturava na cidade e no período de sua construção foi uma das maiores do país, com uma área inundada equivalente a quatro vezes a Baía da Guanabara. Mas em 2002, com a possibilidade de implantação de outra represa em Piraju provocou na comunidade insatisfação e posteriormente esta se uniu em defesa da proteção ambiental do rio Paranapanema (VECCHIA, 2010).

Em meados da década de 1900 foi inaugurada na cidade a luz elétrica municipal em virtude da construção da Usina Hidrelétrica Monte Alegre. Posteriormente, em 1913, para suprir a demanda da expansão cafeeira local começou a operar a Usina Hidroelétrica Boa Vista. A Usina Boa Vista fornecia energia para o bonde elétrico que ligava a Estrada de Ferro Sorocabana até o atual município de Sarutaiá-SP (CERVEIRA FILHO, 2012).

Por estar localizada a beira do rio Paranapanema, Piraju em 1937 teve a conclusão de outra usina, a Usina Hidrelétrica Paranapanema. “Sua barragem encontrava-se praticamente dentro da cidade, alagando um trecho do rio Paranapanema que separava a Vila Tibiriçá da área central de Piraju” (BARBERIO; CERVERIA FILHO, 2009, p.1).

Na década de 1960 também houve a construção da Usina Hidroelétrica Jurumirim. Cerveira Filho (2012, p.135) relaciona a construção das últimas duas usinas com os moradores locais e salienta que “os

habitantes de Piraju desenvolveram uma nova relação com os seus recursos hídricos. Dada a relativa calma das águas represadas, os pirajuenses passaram a desfrutar de áreas de lazer”.

A cidade, a partir da construção da Usina Hidrelétrica Paranapanema, em 1930, e do Hotel Beira Rio, na década 1980, recebeu uma orla, a Rua Augusto Garcia, área recorte desta pesquisa. Se referir a área como “orla” geralmente provoca estranhamentos nos cidadãos. O espaço é mais conhecido como Beira Rio devido à associação ao hotel de mesmo nome.

Entretanto, por volta do ano de 2010, os moradores sem uma justificativa plausível e razão detectável começaram a introjetar novos usos de maneira espontânea no Beira Rio. A realização de alguns usos tem resultado em conflitos e desentendimentos entre os moradores e a polícia militar em razão dos ruídos excessivos, usos de entorpecentes e ingestão de bebidas alcoólicas. A polícia tem feito blitz, rondas e intervenção militar para evitá-los. Estes desentendimentos sociais evidenciam a pluralidade do espaço público, que acomoda diferentes nichos da população, e compreendê-los é fundamental para a continuidade de uso do Beira Rio.

DISCUSSÃO

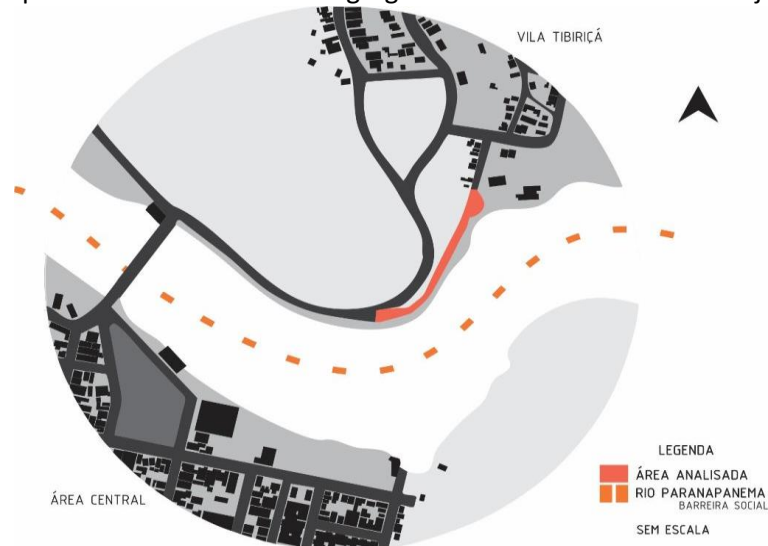
A implantação do “Beira Rio” nos anos 1960 se deu nas proximidades do trecho urbano menos desenvolvido espacialmente e estruturalmente do município (Figura 02), porção norte, onde há poucos loteamentos e a área industrial. A estruturação e espacialização da cidade em direção ao sul está relacionada às condições topográficas, visto que a porção norte apresenta grande declividade do terreno, o que dificulta a construção de moradias e a caminhabilidade nos bairros.

Figura 02. Localização da rua Augusto Garcia na malha urbana de Piraju.



Fonte: Departamento de Engenharia e Urbanismo de Piraju, modificado pelos autores, 2019.

Além disso, a porção norte da cidade, onde está a Vila Tibiriçá, é marcada pela visão dos moradores de ser um bairro marginalizado em razão do rio Paranapanema se estender por toda a malha urbana e somente existir um acesso entre as margens, a Ponte Engenheiro Nelson de Godoy. Construída e finalizada em 1937, junto com a represa Paranapanema, Kermit, filho do ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, assessorou a construção da nova ponte (MORAIS, 2007). Dessa forma, em Piraju é o rio Paranapanema que desempenha o papel de barreira social (Figura 03).

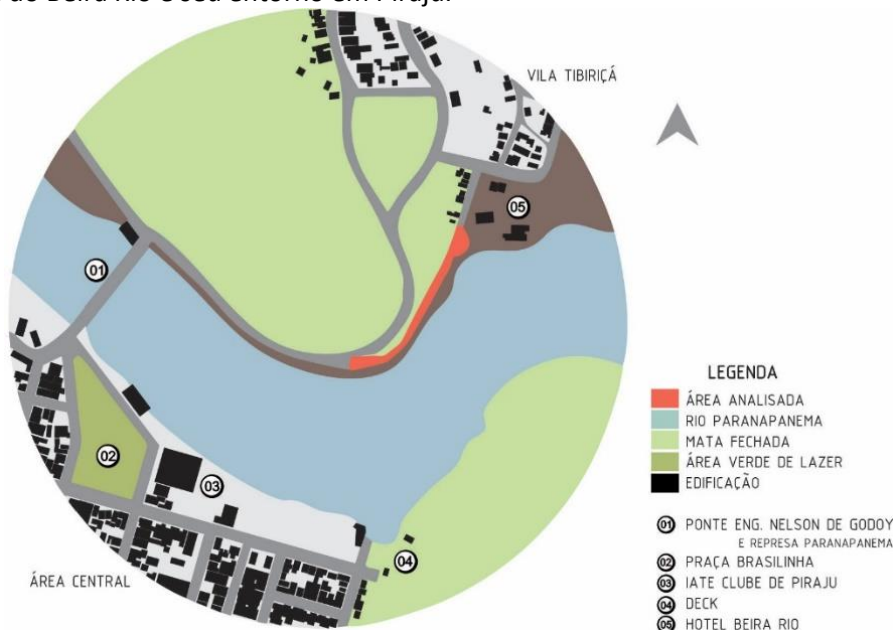
Figura 03. O rio Paranapanema como elemento segregador no tecido urbano de Piraju.

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

A percepção de maior desenvolvimento da porção sul revelou-se no momento de análise da inserção urbana do município. Também conforme os levantamentos, percebeu-se que na porção sul, dentro de uma área de 200 metros, três equipamentos de lazer, dois públicos e um privado, estão implantados próximo ao rio.

A praça Benedito Silveira Camargo, popularmente conhecida como “Brasilinha”, é muito utilizada nos finais de ano para a celebração da virada, onde os moradores se reúnem para contemplar os fogos de artifícios. Mensalmente a praça no período noturno é base de apoio para suportar o grande fluxo de pessoas quando ocorrem eventos nos locais ao redor, como o Pirabar e o late Clube Piraju. O late Clube Piraju é um espaço destinado ao lazer com práticas esportivas, aquáticas, luta e academia, mas restrito a quem paga mensalidade.

O Pier do Canto, conhecido como “Deck”, está no final da rua 15 de Novembro, que dá acesso ao rio e por essa razão inicialmente era utilizado para colocar barcos, lancha ou jet-ski na água para navegação. No entanto, hoje é um espaço com diferentes apropriações dos moradores, seja para nadar ou contemplar o pôr-do-sol no mirante de madeira. Já do outro lado do rio, só há um equipamento, o Hotel Beira Rio (Figura 04).

Figura 04. A orla do Beira Rio e seu entorno em Piraju.

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

É através da ponte Engenheiro Nelson de Godoy que a maioria das pessoas chega ao Beira Rio. Para quem acessa a rua Augusto Garcia de carro, vindo do Centro, se depara com duas possibilidades à frente: se hospedar no Hotel Beira Rio ou utilizar a orla para alguma atividade. Embora a rua tenha continuidade, há uma placa de sinalização após o acesso ao Hotel, que proíbe os automóveis de seguirem adiante devido o trecho ser íngreme. Os moradores que vão à orla de automóvel se deparam ao final da rua com um retorno.

Para quem acessa a orla pela Vila Tibiriçá existe a possibilidade de trafegar pela rua Augusto Garcia sem quaisquer obstáculos. Utilizar esse trajeto é o caminho mais curto para aqueles que vão da Vila Tibiriçá ao Centro e, por isso, notou-se através das leituras etnográficas um número expressivo de moradores, mototaxistas, ambulâncias e viaturas da polícia trafegando ali (Figura 05).

Figura 05. A orla do Beira Rio e a relação entre acesso e trajeto.



Fonte: Arquivos dos autores, 2019.

Na orla pode-se constatar que existem bancos, postes, acesso ao rio Paranapanema, porém não dialogam com as práticas sociais espontâneas encontradas ali. Este descompasso é compreendido decorrente do fator histórico. As práticas sociais no passado eram concentradas nas praças de Piraju, especialmente a Praça Ataliba Leonel, contudo, a partir da contemporaneidade e transformações comportamentais dos moradores, a orla passou a ser frequentada para atividades de lazer enquanto sua infraestrutura não acompanhou tais mudanças.

No local foi notado que os bancos instalados não propiciam a utilização por um longo período em razão da falta de encosto e das ripas de madeira, que com o tempo geram desconforto aos usuários. Por toda extensão da orla Beira Rio, há 3 lixeiras, em que uma é um grande tambor reutilizado na cor azul, para abrigar o descarte de material. Além disso, a iluminação pública é composta de 13 postes de lâmpadas de sódio que no período noturno resultam na insegurança dos moradores devido o baixo índice de reprodução de cor. Considerações como essas podem parecer triviais, mas claramente acabam interferindo na qualidade e no tempo de uso do espaço.

Outra questão que interfere no uso do espaço é o guarda-corpo metálico de 1,10 metros de altura que cerca toda orla do Beira Rio. Inicialmente na cor azul com o tempo e a falta de manutenção foi alterada pela ferrugem e a sensação de abandono. Este guarda-corpo entre o passeio público e o rio tem a função de segurança por razão do nível da água habitualmente ser mais baixo do que da calçada. Entretanto, ele também desempenha o papel de barreira física ao tentar impedir o uso do rio.

Dessa forma, a orla ignora a prática aquática como uso adequado no local e a infraestrutura ali muito menos dá suporte ao acesso de forma segura. Quem desafia a infraestrutura para nadar deve transpor o guarda-corpo, o desnível e as pedras lisas (Figura 06).

Figura 06. A barreira entre o rio e a calçada.

RIO PARANAPANEMA

PASSEIO PÚBLICO

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Foi possível notar nas visitas de campo que a infraestrutura e o acesso são condicionantes que tentam restringir a experiência do usuário a simples contemplação da paisagem. Entretanto, percebeu-se *in loco* que estes moldam o espaço físico de forma criativa e pontualmente intervêm ali a fim resistir à imposição, conforme será destacado abaixo nas leituras etnográficas realizadas no Beira Rio.

O dia 08 de janeiro de 2019 estava ensolarado, quente e com muitas nuvens no céu. O relógio marcava 18h10 e o sol já desaparecia na montanha do Bairro Tibiriçá. Ouvia-se o canto dos pássaros, o cheiro de natureza e a brisa do vento incorporada à sombra das árvores, proporcionando um espaço relaxante. Na orla havia diversos carros de modelos diferentes parados e diante deles uma ambulância transitava sentido Centro, vinda do bairro Vila Tibiriçá. Logo após, no mesmo sentido, passou um mototáxi carregando um rapaz.

Na orla as pessoas contemplavam a paisagem e outros caminhavam. A maioria eram pessoas mais velhas, que possivelmente aproveitavam o espaço para o descanso após um dia de trabalho. Um homem branco, que aparentava ter acima de 50 anos e duas tatuagens, estava sozinho e observava o rio, porém apresentava vestimentas úmidas, sinal de que havia antes nadado. A placa do seu carro informava que era de Ilha Bela-SP. Enquanto isso, um senhor sozinho por volta de 60 anos, uma mulher de mesma idade com sua filha caminhavam (Figura 07).

Figura 07. As práticas sociais na orla do Beira Rio no dia 08 de janeiro de 2019.

LEGENDA

● CONEXÃO

● CAMINHADA

Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Neste dia, também havia um grupo de três adolescentes negros que escolheram o lugar para nadar em razão de um balanço improvisado numa árvore. Este balanço na orla, fruto da construção de cidadãos, consistia numa corda amarrada em um galho de árvore. Na outra ponta da corda foi colocado um pedaço de madeira a fim de dar apoio às mãos para quem balança e depois “cai” no rio.

Após um tempo dos adolescentes brincando no balanço chegou de moto um homem de aparentemente 30 anos, branco e de olhos claros que puxou assunto com eles. A placa da moto era do Rio de Janeiro-RJ. A breve conversa deu lugar ao nado no rio a partir do balanço. Minutos depois, uma mulher branca de 25 anos chegou ao local de bicicleta e roupa de academia e parou para conversar com o homem. Além disso, próximo dali mais dois jovens negros de 16 anos nadavam com um colchão inflável, que provavelmente trouxeram de casa (Figura 08). No meio do rio havia quatro pessoas utilizando caiaque, stand-up e jet-ski.

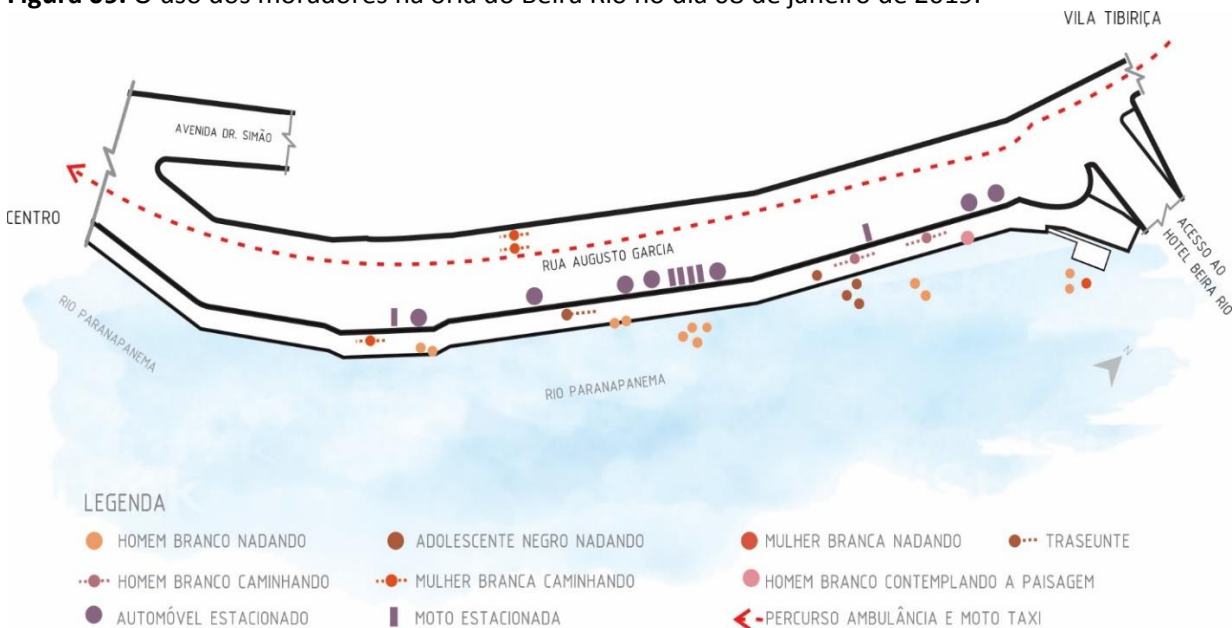
Figura 08. Diversas formas de apropriação na orla do Beira Rio no dia 08 de janeiro de 2019.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Próximo ao paredão escalonado estava estacionado um carro popular branco e ao arredor dele um grupo de quatro amigos brancos conversavam no rio. Eles aparentavam ter entre 20 a 25 anos e, ao contrário, dos outros grupos encontrados não nadavam; apenas se refrescavam enquanto conversavam. Situação semelhante do grupo de mesma faixa etária que estava próximo ao Hotel Beira Rio. Neste grupo, composto por pessoas brancas havia uma mulher de 27 anos, que no dia da visita de campo foi à única vista nadando. Eles conversavam sobre as lindas cachoeiras que há na região de Piraju enquanto bebiam cervejas apoiadas em boias (Figura 09).

Figura 09. O uso dos moradores na orla do Beira Rio no dia 08 de janeiro de 2019.



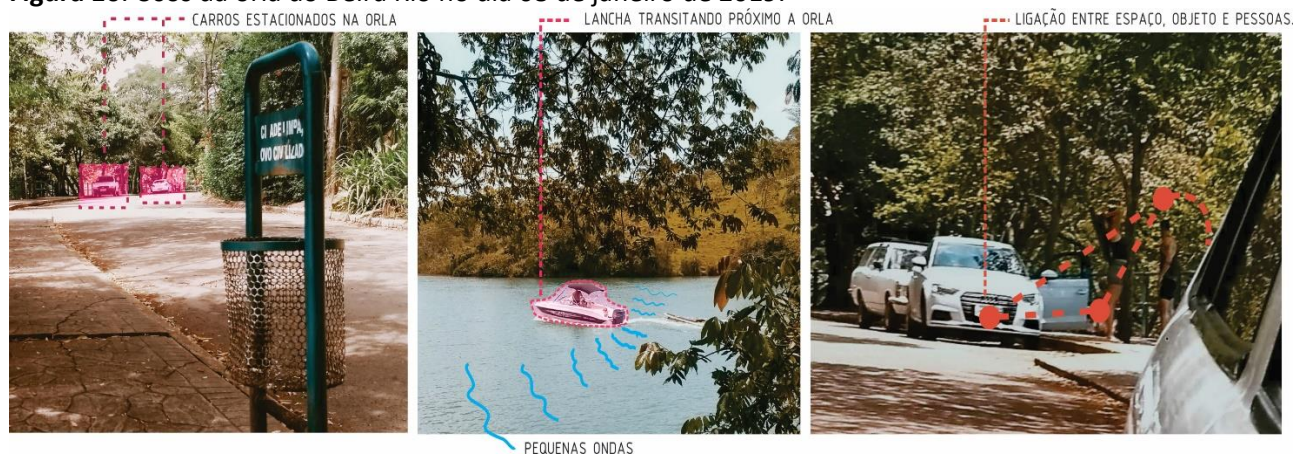
Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

No dia 12 de janeiro de 2019, às 11:45h, o vento esbarrava entre as copas das árvores e ouvia-se o som de pássaros, carros e pessoas na orla. Um casal branco, entornado de 40 anos, estava sentado em um banco logo na entrada da área de estudo. Vieram de carro e contemplavam a paisagem que o rio e as elevações rochosas proporcionam. Após um tempo, se abraçaram e permaneceram assim por volta de 10 minutos.

Mais adiante do casal, um carro branco estava parado com apenas um homem no interior que desceu para jogar algo no lixo e logo saiu. À frente uma mulher branca de 25 anos aparentava mexer no celular dentro do carro. Resolveu sair pouco tempo depois, fez o retorno e parou na contramão. Ficou dessa maneira por volta de 15 minutos com os faróis do carro ligados e foi embora sentido Centro.

No rio, um casal de 40 anos, branco, transitava com uma lancha próxima a orla, provocando a movimentação da água nas pedras da encosta e reverberando num som tranquilizante. Enquanto isso, um carro de alto padrão estacionou na orla vindo do Centro e dele saiu um homem branco de 30 anos com um físico bastante musculoso. O homem vestia uma regata escura e um short térmico. Enquanto, ele se acomodava próximo ao um banco, apareceu da entrada do Hotel Beira Rio uma mulher de 21 anos, pele parda, cabelos negros e compridos que foi ao seu encontro. Eles se beijaram e o homem entrou no rio pulando de uma pedra, já a moça o esperou encostada no carro (Figura 10). Permaneceram no local por volta de 30 minutos até que se deslocaram para o Hotel. Ela foi dirigindo devagar o carro e o homem a seguiu a pé provavelmente para não molhar o banco.

Figura 10. Usos da orla do Beira Rio no dia 08 de janeiro de 2019.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Dentre os demais transeuntes que circulavam na orla no dia da visita estava um homem negro, de média faixa etária, entre 40-45 anos de idade, classe média-baixa, supostamente morador da Vila Tibiriçá. Transitava rapidamente no passeio público em direção ao Centro, o que gerou dúvidas de se tratar de um caminhar por motivo específico ou hábito. Vestia-se de maneira casual, trajando camiseta, shorts e chinelo.

Também havia uma mulher branca, idade entre 35-40 anos, trajando uma camisa de cor branca, estilo $\frac{3}{4}$, sapato social fechado e uma bolsa. Exibia em seu rosto esguio uma leve, porém marcante maquiagem, e portava em suas mãos, chaves que aparentavam ser de um veículo, o que não se pode precisar.

Nas margens do rio notou-se um homem pardo, por volta de 28-35 anos, sem camisa, de bermudas e chinelos, que, calmamente observava o movimento das águas e ensaiava um mergulho. Segurava em suas mãos um colete salva-vidas. Sentou-se no guarda-corpo para contemplar a paisagem (Figura 11), mas não entrou no rio e em seguida foi embora, somente se banhando na luz do sol.

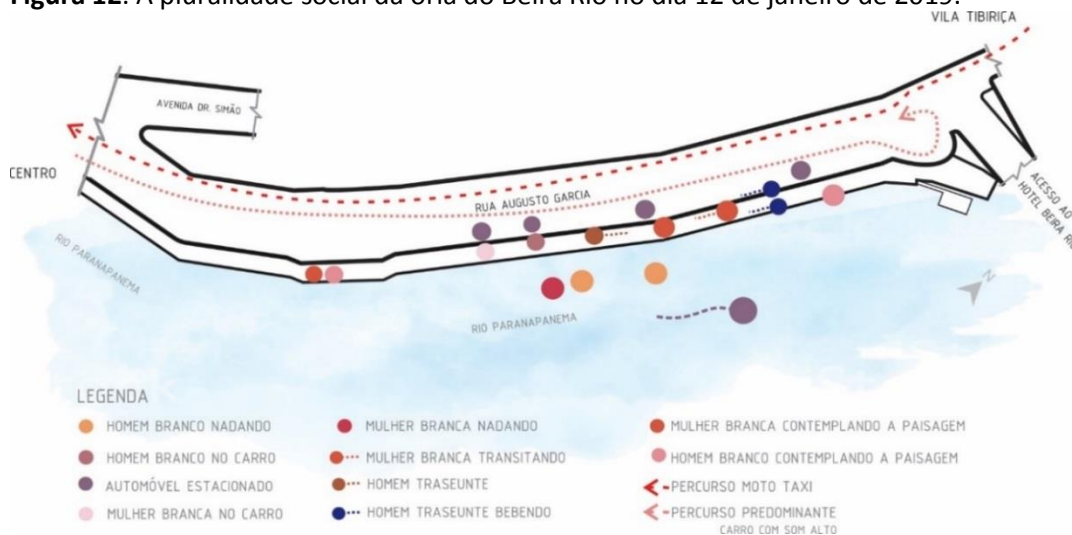
Figura 11. Os apropriadores e as medidas para amenizar as barreiras entre a orla e o rio do dia 12 de janeiro de 2019.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

Alguns carros se aproximaram dali, enquanto o período da manhã passava para a tarde. Dos veículos com placas de Piraju vinha o som de músicas escolhidas por seus ocupantes, que na ocasião era o funk. Não pararam, só circularam pela orla e fizeram o contorno para voltar. Ainda na margem do rio dois homens, com feição de aproximadamente 45 anos e negros, caminhavam bebendo cerveja. Eles percorreram toda a orla indo para a Vila Tibiriçá sem parar e no percurso rapidamente interrogaram se um casal de 25-35 anos iria nadar. O casal já estava quase dentro do rio e os dois homens, que pareciam ser amigos, no passeio público. Infelizmente, a resposta não pode ser observada. Mais adiante havia um carro branco estacionado com placas de Botucatu-SP (Figura 12).

Figura 12. A pluralidade social da orla do Beira Rio no dia 12 de janeiro de 2019.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

No dia 24 de janeiro de 2019, exatamente 14:30h, o dia estava quente e o movimento no local era considerável. Ao observar o movimento e contato dos cidadãos com o espaço percebeu-se um veículo parado, onde em seu interior, havia um homem branco, aparentemente de 35 anos de idade, que falava ao telefone.

Os minutos passaram, a brisa quente da tarde soprava, e a orla era experienciada de diversas maneiras. Neste momento, presenciou-se dois carros estacionados, um deles tinha a placa de Santa Cruz do Rio Pardo-SP e o outro de Piraju-SP. Um grupo de quatro jovens, de faixa etária entre 23 e 28 anos,

tranquilamente nadava próximo de onde estavam os veículos, que porventura eram deles, confraternizando, rindo e observando o movimento do local.

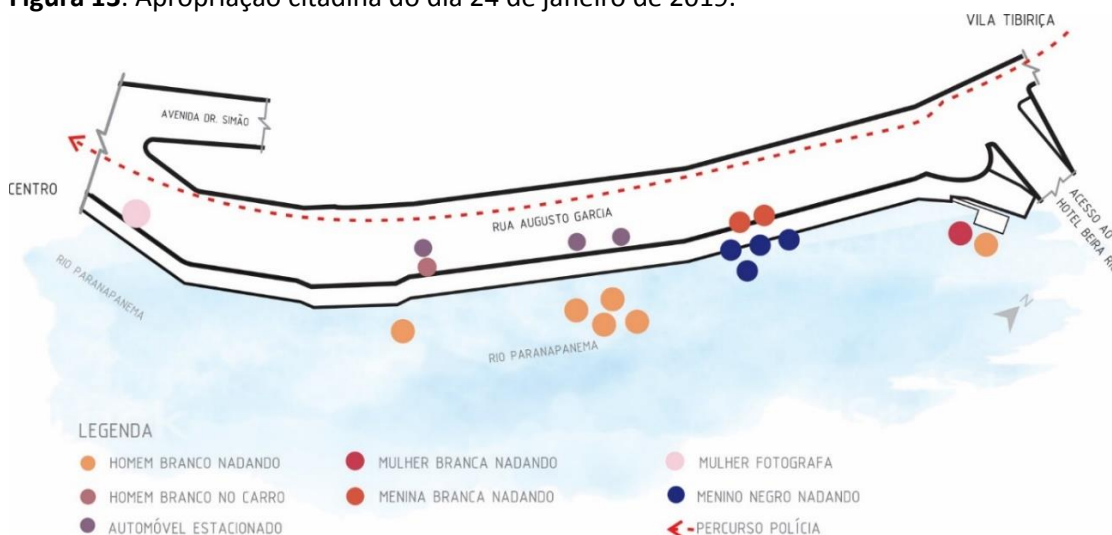
Um homem de 35 anos, branco, após um mergulho nas águas do Paranapanema, saiu do leito do rio e ainda com suas vestes molhada pegou o celular para fotografar a paisagem. O silêncio do local, até então de sons da natureza e dos cidadãos, foi rompido pelo estridente som da sirene de uma viatura policial que cortou a orla em alta velocidade, sentido Vila Tibiriçá-Centro.

No patamar, nas margens do rio havia um casal, de aparentemente 35 (ela) e 40 (ele) anos de idade. Ambos chegaram ao local de moto. Neste momento, o homem tomava uma cerveja enquanto refrescava-se na água sob o sol, já a mulher protegia-se nas sombras. Observou-se pelos seus longos cabelos, que se encontravam molhados, que ela já tivera seu momento banhando-se. Inclusive, também foi ela quem abriu a cerveja para o homem. Eles permaneceram bastante tempo no local.

Neste momento, caminhando-se as horas para o entardecer, foi possível observar outras situações no patamar. Chegaram jovens ao local vindos da Vila Tibiriçá. O grupo de jovens negros, de aproximadamente 15 anos, composto por duas meninas e quatro meninos, parou na árvore que possui um balanço. Prática semelhante ocorrida por outros em dias anteriores. Por ali ficaram nadando até o dia trocar pela noite. Ao analisar e contextualizar o diálogo do grupo, as atitudes e suas vestimentas, denotou-se que eram de classe média-baixa.

A observação de campo aproximou-se do fim com o pôr-do-sol. Entre os cidadãos no Beira Rio havia uma fotógrafa realizando uma sessão de fotos com pessoas, próximo à entrada da orla (Figura 13).

Figura 13. Apropriação cidadina do dia 24 de janeiro de 2019.



Fonte: Arquivo dos autores, 2019.

As práticas narradas anteriormente aconteceram durante o período diurno e por vez essas apropriações aparentavam não incomodar ninguém. Entretanto, é só a noite cair que aos poucos os cidadãos chegam e se acomodam na orla. No passado, este território ficava totalmente vazio neste horário, mas atualmente novas formas de usar o espaço entram em ação e tem gerado conflitos urbanos e sociais.

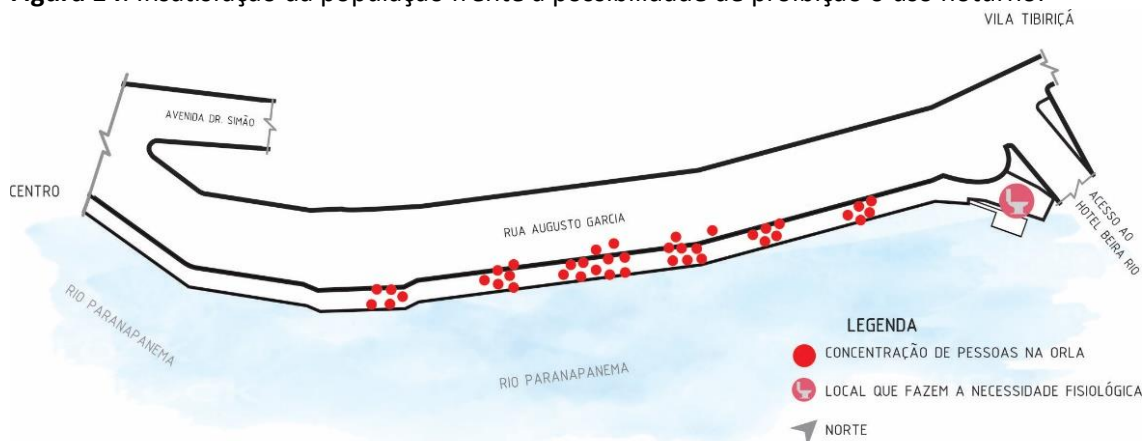
Na data de 26 de janeiro de 2019, mais precisamente às 19:30h, foi possível analisar a transposição entre as diferentes formas de apropriação cidadina no Beira Rio. Em decorrência do horário de verão brasileiro, a cidade ainda permanecia com o claro do entardecer e um grupo de jovens formado por duas mulheres e um homem, de faixa etária entre 20-23 anos de idade, se deslocaram a uma parte da orla. Denotou-se que o acesso no trecho escolhido pelos jovens era dificultoso, sendo necessário transpor o guarda-corpo existente, o que os jovens fizeram pulando e dependurando-se nele. Observou-se que no caminho existiam muitas pedras cobertas por limo, o que tornava as superfícies lisas e escorregadias.

Em seguida, este mesmo grupo que nadava no rio interagiu com outras pessoas na orla e após minutos de conversas, este e a dupla de jovens entre 26-30 anos se uniram tornando um único grupo que confraternizava ao som de carro e bebida gelada, pois havia a presença de cooler. No decorrer do tempo, um grupo de mais oito de jovens se aproximou do local para consumirem bebidas alcoólicas e confraternizar e, assim, gradativamente as pessoas foram chegando e se apropriando. Dentre os presentes,

percebeu-se que havia um homem com seu filho de 12 anos que eram da cidade de São Paulo e vieram à Piraju visitar parentes.

Ficaram ali nas margens do rio Paranapanema consumindo bebidas alcoólicas de diferentes tipos até o tardar da noite. No período noturno, o patamar, que durante o dia é de lazer e acesso ao rio, ressignifica-se em um banheiro (Figura 14). Tal fato ocorre devido à falta de equipamentos urbanos deste uso ali e a iluminação pública inadequada proporcionar grandes focos de sombra na área. Também se percebeu um forte odor de entorpecentes, mais precisamente *cannabis*. A essa altura, mais pessoas chegaram, escolhendo uma área para estacionar seus carros e utilizar um banco. O banco, então, transformou-se de um simples assento para uma mesa de apoio a bebidas e/ou apoio para os pés de quem utiliza o guarda-corpo como assento.

Figura 14. Insatisfação da população frente a possibilidade de proibição o uso noturno.



Fonte: Arquivos dos autores, 2019.

Havia diversas pessoas, entorno de 40 pessoas, que chegaram na área com o intuito de se descontraírem e os sons de alguns dos seus automóveis se propagavam por toda a orla. Alguns controlavam o volume, mas outros buscavam mostrar a potência do aparelho sonoro. Diante dessas práticas, que ultrapassam o “limite” da convivência harmoniosa, os órgãos públicos na tentativa de solucioná-los, abordam a possibilidade de proibir estacionar carros na orla a partir das 22 horas (Figura 15).

Figura 15. Insatisfação da população frente a possibilidade de proibição o uso noturno.



Fonte: Facebook da Prefeitura da Estância Turística de Piraju, modificado pelos autores, 2019.

Por essa razão, na data de 29 de janeiro de 2019, mais precisamente às 15:30h, observou-se que o Estado marcava presença, exercendo controle, sob a figura da Polícia Militar. A Polícia realizava uma blitz próximo à entrada da área de estudo. Essa atitude abrangeu tanto pessoas que se deslocavam para a orla quanto pessoas que iam para os bairros locados neste lado do rio, como a Vila Tibiriçá. Todavia, a atitude não inibiu os apropriadores da orla a utilizarem e a leitura etnográfica possibilitou reconhecer os usos daquele dia.

Presente no balanço improvisado na árvore estavam cinco jovens, aparentemente menores de idade entre 13-16 anos, todos negros, nadavam na presença de um adulto, negro, por volta de 40 anos, que monitorava. Mais à frente, outro grupo composto por quatro jovens que possuíam a faixa etária entre 12 a 14 anos, negros, nadavam no rio sem qualquer supervisão de um adulto, o que é recorrente na cidade. Através da aparência, linguagem e comportamento, percebeu-se enquadrar em pessoas de maior vulnerabilidade social e utilizam a orla do Beira Rio para práticas de lazer por consequência da aproximação de suas residências, visto que *in loco* foi detectado que eles vieram pela Vila Tibiriçá.

No sentido oposto, vindo do Centro, outro grupo se aproximou e se acomodou próximo a um banco. Havia indícios que eles iriam confraternizar, pois o único menino do grupo, aparentava ter 18 anos, branco, e segundo seu comportamento era integrante da comunidade LGBTI+. O menino portava nos braços uma caixa térmica que no primeiro momento acreditou-se ter bebida e depois foi confirmado. Além dele, havia mais três mulheres, brancas, de proximamente 19 anos. Todos com roupas leves, dando margem para a possibilidade de nadarem no rio.

Além disso, ao entardecer os exercícios físicos foram surgindo por todos os lados da orla. Para a caminhada, os apropriadores eram pessoas mais maduras, que variavam de 30 a 60 anos. Neste dia, havia duas mulheres que aparentavam ter 60 anos. Com roupas leves e específicas para a função, elas utilizavam a orla como um circuito de caminhada, indo inúmeras vezes de um lado para o outro.

Por todo esse trajeto de idas e vindas das duas mulheres, a rua estava repleta de carros estacionados na orla. Por volta de dez carros encontravam-se ali e variavam entre de médio poder aquisitivo a populares. Entretanto, o que chamou a atenção foi a presença de um carro com a placa de Sorocaba-SP, revelando que a orla do Beira Rio de Piraju recebe pessoas de outras cidades do estado de São Paulo.

Assim, pode-se perceber que as apropriações analisadas no Beira Rio são capazes de fornecer ao cidadão de Piraju o sentimento de pertencimento e significado às socializações. Esta realidade afeta de maneira mais intensa os grupos mais jovens da comunidade, que estão procurando sua identidade e seu pertencimento e a construção de sua individualidade, porém vem causando problemas para as relações sociais ali e tornando a orla um lugar conflituoso em determinados momentos.

CONCLUSÃO

Por meio das leituras etnográficas foi possível compreender a diversidade urbana e as múltiplas relações sociais presentes na cidade, especificamente na rua Augusto Garcia, o “Beira Rio”. A investigação revelou as faixas etárias, etnias, gêneros presentes no local. A relação da mulher no uso da orla é condicionada à figura masculina, carregada de questões culturais, o que provoca nela a sensação de insegurança quando exposta em áreas públicas. Outro grupo que merece destaque são as crianças que inexistem ali possivelmente devido às dificuldades imposta pela infraestrutura para o acesso ao rio e a visão dos pais da orla ser lugar arriscado. No entanto, para as pessoas mais velhas, o local se caracteriza como uma pista de caminhada em horários bem definidos.

Diante da infraestrutura da orla, o processo de apropriação cotidiana acaba implicando na desconstrução do espaço e sua ressignificação criativa, inserindo novas alternativas de uso no território que não necessariamente sirva somente para os usos aquáticos, mas que subsidie a ação de contemplação da paisagem e da natureza e diversas outras práticas no local. Mesmo a orla não possuindo infraestrutura adequada para novas práticas sociais, os moradores criaram estratégias para adequar seus usos as suas necessidades, como a implantação de um balanço na árvore, a presença de um colchão inflável trazido de casa, a abertura do guarda-corpo para melhorar o acesso ao rio.

Durante o período diurno, o uso da rua Augusto Garcia, em geral, se estreita entre nadar, caminhar, circular e beber. Mas ao passo do entardecer, notaram-se jovens em rodas de conversas, pessoas dançando, música alta nos carros estacionados, ingestão de bebidas alcoólicas e uso de entorpecentes. São

ações que geram incômodos para os órgãos públicos e que resulta em um espaço de conflito e disputa entre os apropriadores e os militares que rondam o lugar no período noturno.

Por outro lado, está apropriação resgata uma área subutilizada da cidade de Piraju e movimenta o local de forma criativa a fim de que o usuário possa utilizar o espaço público como ele entende que deve ser, afastando outros problemas que poderiam desenvolver, como marginalidade, crimes e estupros. Portanto, a prática que acontece na orla Beira Rio de Piraju representa uma forma de usar a cidade, marcada por dinamismo, flexibilidade, resistência, e, sobretudo, capacidade de formar identidade e pertencimento.

A resolução dos problemas do uso noturno percebe-se que deve ser construída a partir do diálogo e não da imposição, pois medidas radicais podem inibir o uso atual que é positivo. Por esse motivo, a pesquisa contribui para a compreensão da importância das relações entre cidadãos e o espaço urbano, revelando as singularidades de cada cidade frente a sua vida urbana, e pretende fornecer base teórica e experimental das práticas no Beira Rio para futuras políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARBERIO, R. D.; CERVERIA FILHO, J. L. F. Reinvenção do direito ambiental na esfera subpolítica: um estudo de caso do movimento ambientalista em Piraju. 2009. Revista Acadêmica de Ciências Jurídicas EthosJus, 2009. Disponível em: http://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2014/07/reinvencao_direito.pdf. Acesso em: 21 abril. 2019.

CERVEIRA FILHO, J. L. F. Pós-modernidade e risco na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema: a construção social da subpolítica ambiental no município de Piraju (SP). Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 26, 2012, p. p.127-141. <https://doi.org/10.5380/dma.v26i0.27435>

CORTÉS, J. M. G. Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social. São Paulo: Senac, 2008.

FONTES, A. S. Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. 1ª edição. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. FAPERJ, 2013. <https://doi.org/10.4013/arq.2012.81.05>

LAMAS, R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2010.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 7, n. 2, 2007, p.122-132.

MORAIS, D. de. Arqueologia da arquitetura: Estação Ferroviária de Piraju: ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo. Habilis Editora, 2007.

MORAIS, D. de. Teyque'pe' integrando as referências patrimoniais. 2010. Tese (Doutorado em Museologia) - Curso de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

POZZA, G. Estância Turística de Piraju-SP. 2018. Disponível em: <<https://www.estanciadepiraju.sp.gov.br/estancia/dados-historicos>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

QUEIROGA, E. F. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284f. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. (coord.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1985.

SILVA, R. de O. Forma de uso e apropriação do espaço urbano coletivo. O caso do bairro Jardins em Aracaju-SE. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Vecchie, R. Águas de Piraju - Estudo de caso de uma nova usina hidrelétrica. 2019. Grupo Escolar. Disponível em <https://www.grupoescolar.com/pesquisa/aguas-de-piraju--estudo-de-caso-de-uma-nova-usina-hidreletrica.html>. Acesso em 05 de julho de 2019.

VIEIRA, I. de M. O. Configuração e apropriação do espaço público: estudo de duas praças em Criciúma/SC. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTO ANASTÁCIO-SP: ARQUITETURA E HISTÓRIA

Annye Montagnini Casetta, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: annye_montagninic@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa apresentar um levantamento da história do edifício da Estação Ferroviária do município de Santo Anastácio e de sua arquitetura, relacionando-a com a Estrada de Ferro Sorocabana. O edifício, sendo um exemplar arquitetônico do estilo Art Déco, demonstrou na época a modernidade e adquiriu importância histórica, uma vez que representou um dos primeiros fatores estruturantes na criação da cidade que impulsionou seu desenvolvimento, fazendo parte do processo da inserção e advento da ferrovia na região, representando parte da herança da arquitetura industrial ferroviária do estado de São Paulo. De modo geral, as ferrovias detêm ampla importância no processo de desenvolvimento de muitos municípios brasileiros, sendo consideradas patrimônio histórico e cultural, e são um marco da colonização do oeste paulista. A metodologia deste artigo baseou-se em pesquisas documentais e bibliográficas sobre a história da ferrovia no estado de São Paulo e do município em questão, bem como levantamentos *in loco* dos edifícios do complexo ferroviário na referida cidade.

Palavras-chave: Estação Ferroviária, Patrimônio Histórico e Cultural, Art Deco, Santo Anastácio.

SANTO ANASTÁCIO'S RAILWAY STATION: ARCHITECTURE AND HISTORY

ABSTRACT

This article aims to present a survey of the history of the building of the railway station of the city of Santo Anastácio and its architecture, linking it to the Sorocabana's railway. The building is an architectural example of the Art Deco style, representing the modernity at the time and earned historical importance, since it represented one of the first structuring factors in the creation of the city that boosted its development, being part of the process of the insertion and advent of the railroad in the region, representing part of the heritage of the industrial railway architecture of the state of São Paulo. In general, the railways have great importance in the development process of many Brazilian cities, thus are considered historical and cultural heritage, and a landmark of the colonization of the west of São Paulo. The methodology of this article was based on documentary and bibliographical research on the history of the railroad in the state of São Paulo and the city in question, as well as surveys *in loco* of the railway complex of buildings in that city.

Keywords: Railway Station, Historical and Cultural Heritage, Art Deco, Santo Anastácio.

INTRODUÇÃO

A Estrada de Ferro Sorocabana, considerada uma das quatro grandes Companhias férreas de sua época, foi fundada no ano de 1871 por iniciativa do imigrante comercial polonês Luís Mateus Maylasky. Foi por muito tempo o principal meio de transporte de passageiros e de cargas, possuindo mais de 800 km de extensão interligando a capital do estado de São Paulo ao interior (JUNIOR, 1995).

A Sorocabana serviu a inúmeras cidades do oeste paulista, e estimulou a ocupação da região ao definir com distâncias específicas, as novas estações ferroviárias para auxiliar no processo de ocupação territorial da região. Sua linha continuou se expandindo após ter passado por Presidente Prudente, Presidente Bernardes e Álvares Machado, chegando no ano de 1922 e em seu ponto final, em Presidente Epitácio às margens do rio Paraná e sendo inaugurada para tráfego em Santo Anastácio, em julho de 1920 (JUNIOR, 1995).

O município de Santo Anastácio pertence à microrregião e mesorregião de Presidente Prudente-SP e se distancia aproximadamente 586,9km de São Paulo, contendo uma população atual de 20.889

habitantes (IBGE, 2018). A cidade foi inicialmente povoada no ano de 1917, porém só obteve crescimento e desenvolvimento a partir de 1920, com a chegada da Estrada de Ferro. Anteriormente denominada “Vai-Vem”, o povoado foi elevado à categoria de Vila no ano de 1921 e em 1925 tornou-se município autônomo (JUNIOR, 1995).

A linha ferroviária, de maneira geral, tem grande representatividade para os municípios do Oeste Paulista em função do crescimento econômico e desenvolvimento político e cultural por elas ocasionado, por isso, são consideradas como patrimônio histórico e cultural e simbolizam uma referência ao passado, sendo importante preservar sua memória (DUMCZUK e MONASTIRSKY, 2010).

Como enfatiza Oliveira (2008) ao falar de patrimônio, automaticamente se lida com três conceitos que estão inter-relacionados: história, memória e identidade. A noção de patrimônio tem a função de representar a memória e identidade de uma nação, uma vez que lida com bens que são representativos e significativos pra uma comunidade, que foram construídos coletivamente, partilhados e reproduzidos ao longo do tempo.

Levando em consideração a questão da memória como parte da construção da identidade de uma comunidade e, conseqüentemente, da construção do patrimônio histórico e cultural, foi abordado como tema de pesquisa a Estação Ferroviária de Santo Anastácio-SP.

Dessa forma, o objetivo geral do presente artigo respalda-se em discutir a importância histórica da Estrada de Ferro Sorocabana e da Estação Ferroviária de Santo Anastácio, relacionando-as com o povoamento e com a expansão do Oeste Paulista, assim como verificar as características arquitetônicas relevantes da Estação e seu estado de conservação, avaliando dessa forma as condições desse patrimônio histórico ferroviário, que possa futuramente servir à uma proposta de revitalização arquitetônica.

METODOLOGIA

A estruturação deste artigo foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas e documentais com a finalidade de buscar o aprofundamento acerca do tema em questão, realizado através de leituras e pesquisas embasadas em livros, artigos, teses, dissertações e materiais disponibilizados na internet, englobando também a análise da história e memória do edifício além de sua relação com a ocupação da região do Oeste Paulista.

Realizou-se simultaneamente visitas in loco à área de estudo, objetivando o reconhecimento do local através de levantamentos métricos, fotográficos e iconográficos para melhor a compreensão do espaço e da edificação em si: foi realizada a análise das condições físicas atuais da edificação e sua inserção no contexto urbano, as técnicas construtivas e as transformações e intempéries que a mesma sofreu ao longo do tempo, à partir da observação direta intensiva.

DISCUSSÃO

Implantada no município através da Estrada de Ferro Sorocabana, a Estação Ferroviária de Santo Anastácio representou um dos primeiros fatores estruturantes na criação da cidade e que impulsionou seu desenvolvimento. Santo Anastácio possuiu três estações ferroviárias ao longo de sua história, devido ao acelerado crescimento populacional que houve no município, sendo a primeira estação inaugurada para o tráfego em 25 de julho de 1920, a segunda em 1927 e a terceira e atual foi inaugurada em 15 de maio de 1939 (BARON; BRANCO, 2017).

A primeira estação construída localizava-se na parte posterior em relação da que se encontra construída hoje, e era bem primitiva, pequena e de madeira, mas que respondia as necessidades da época (JUNIOR, 1995). A segunda, construída no mesmo lugar em que a primeira no ano de 1927, logo foi substituída, uma vez que alguns anos depois foi realizada uma petição por parte de diversos nomes da cidade para ampliar a antiga estação ferroviária, devido a necessidade, importância do município e do contingente de pessoas que para lá se dirigiam (GIESBRECHT, 2014).

Sendo assim, em abril de 1935, foi enviado um manifesto pelo jornal local “O Oeste Paulista”, com assinaturas de diversos representantes, ao Dr. A. Prudente de Moraes (diretor da Estrada de Ferro Sorocabana) para a implantação do novo edifício; o mesmo recusou o pedido, desapontando os cidadãos que desejavam uma justificativa de tal decisão, uma vez que o município havia gerado lucro para a Estrada nos anos anteriores (RIBEIRO et al., 2014).

No entanto, após uma mudança na direção da Estrada de Ferro, o atual e novo diretor, Dr. Mario Sales Solto, decretou a construção em caráter de urgência de uma nova estação, de forma que em agosto

de 1937 foram iniciados os estudos preparatórios para a edificação do novo prédio, que contou com a presença do próprio diretor da estrada que foi *in loco* com outros estudiosos analisar o local (RIBEIRO et al., 2014).

Dessa forma, o atual edifício da estação teve sua construção iniciada no ano de 1938, sendo concluída em 15 de maio de 1939 e inaugurada em 1940 (figura 1). A estação foi projetada pelo arquiteto Antônio Arantes Monteiro e executada pela Construtora Azevedo & Travassos (GIESBRECHT, 2014).

Figura 1. Estação ferroviária em 1940



Fonte: Museu Municipal (s/d)

A construção da estação foi um marco principalmente para o município da década 1940, onde trouxe progresso para a região, simbolizando a chegada do desenvolvimento com a consolidação da ferrovia sorocabana. Nos anos 1960, a mesma recebia constantemente os mais diversos pontos do Estado, aproximadamente nove trens, sendo responsável pelo transporte de passageiros, produtos agrícolas e até gado (JUNIOR, 1995).

A estação do município foi a última a cancelar o embarque e desembarque de passageiros no trecho entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio, de forma que já estava inativa quando os trens foram suprimidos no ano de 1999 (GIESBRECHT, 2014). Seu complexo ferroviário conta atualmente com: a estação ferroviária, um antigo armazém (galpão) e vila ferroviária que possuía originalmente vinte e cinco casas (figura 2); grande parte das habitações foram demolidas, sobrando poucos exemplares originais (BARON; BRANCO, 2017).

Figura 2. Complexo Ferroviário de Santo Anastácio



Fonte: Baron; Branco (2017)

Desde a sua inauguração não houve nenhuma reforma geral na estação, apenas pequenos reparos e intervenções, isto na época em que a ferrovia funcionava até meados da década de 1990. O edifício ficou vários anos fechado após a desativação da Ferrovia Bandeirantes S.A (FEPASA), e por volta de 2007 a Prefeitura Municipal passou a utilizar o edifício como Museu; como o local não tinha sofrido nenhuma reforma, começou a apresentar patologias, a partir deste momento a Estação foi fechada para reforma e desde então está em estado de abandono.

Apesar de seu estado de abandono atual, a estação ferroviária é prova do valor do trabalho e da dedicação da população pela cidade, representando um dos elementos mais importantes do município.

ARQUITETURA

A estação possui uma arquitetura extremamente relevante, com características do estilo arquitetônico do Art Deco. O Art Deco surgiu em Paris no ano de 1925, durante a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas; sua denominação se consolidou apenas em 1966, advindo da abreviação do termo “Art Décorafits” (DUDEQUE, 2001). O Art Déco atingiu seu apogeu em meados da década de 1940, e se manifestou em diversas áreas, como na arquitetura, artes decorativas, escultura, design de interiores e industrial, cinema e etc.

O estilo marcou o cenário das cidades brasileiras no decorrer das décadas de 1930 e 1940, conquistando o gosto popular e se disseminando tanto em grandes municípios quanto em cidades interioranas, principalmente pelo fato de ter sido caracterizado por possuir uma linguagem que era acessível às elites, à classe média e a classe popular (CORREIA, 2008).

Oliveira (2009), relata que durante seu apogeu, o Art Déco serviu como base para um grande número de tipologias arquitetônicas no Brasil, como cinemas, teatros e até sedes de emissoras de rádio, e se expressou primordialmente em projetos que buscavam traduzir uma ideia de modernidade (como fábricas, igrejas, estações e etc). Atualmente muitos desses edifícios ainda fazem parte da paisagem urbana de várias cidades do país.

Dentro do repertório formal arquitetônico do Art Déco, destacam-se as edificações com marquises, colunas, frontões, óculos, capiteis, frisos em alto e/ou baixo relevo, gradis e caixilhos de metal, além de composições volumétricas que integram formas geométricas lineares e elementos cilíndricos, arredondados ou planos verticais e/ou horizontais (CORREIA, 2010).

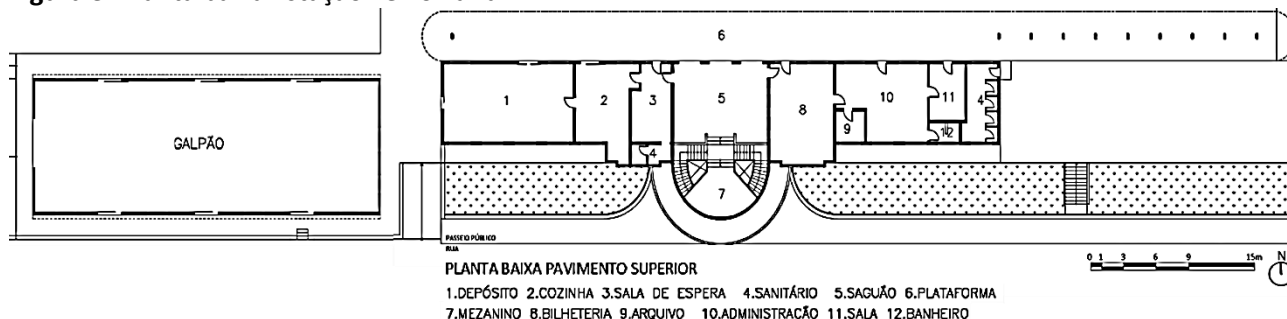
Pelo fato de o estilo ter sido muito disseminado, no Brasil encontra-se uma diversidade de expressões aplicadas para designar o que se considera o Art Déco, tanto que o estilo acabou se desenvolvendo em três tipos de vertentes: o *streamlined modern*, o *zig-zag modern* e o *classic modern* (GALEFFI, 2004).

O município de Santo Anastácio, por ter começado a se desenvolver (com a chegada da linha férrea) no período em que o estilo arquitetônico do Art Déco se fazia muito presente, acabou por receber muitas influências do mesmo, aplicando o estilo em vários edifícios da cidade, como em fóruns, igrejas e edifícios públicos em geral.

Essa influência presente no município encontra-se predominantemente nas edificações localizadas no centro da cidade, uma vez que seu crescimento se iniciou a partir deste entorno imediato. A Estação Ferroviária localiza-se neste centro, ao extremo norte da cidade na rua Dom Pedro II, possuindo, portanto, o estilo arquitetônico que foi muito utilizado também nas estações ferroviárias da época.

As principais características utilizadas no edifício são notáveis pela sua forma: sendo da vertente *streamlined modern*, sua planta baixa (figura 3) consiste em um retângulo unido por um volume cilíndrico central, sendo este a entrada principal para o edifício. A fachada de forma regular e aerodinâmica está totalmente preservada, pois desde sua construção nunca passou por grandes reformas.

Figura 3. Planta baixa Estação Ferroviária



Fonte: Autora (2019)

Encontra-se na fachada a presença de reentrâncias e volumes destacados, marcados com frisos que são encimados por uma marquise semicircular. Ao percorrer toda a fachada, estão dispostas janelas de forma simétrica, também seguindo a característica da arquitetura déco. A utilização de relógios em edificações era sinônimo de prestígio na época do Art Deco, nota-se a presença deste no topo da fachada da estação (figura 4).

Figura 4. Elementos Art Deco fachada frontal

Fonte: Autora (2019)

Através do volume cilíndrico central, se tem acesso à escadarias leva o público até o saguão. Como é possível observar na planta baixa, não há presença de corredores, sendo assim, as salas são interligadas umas com as outras. Saindo do saguão para a plataforma de embarque tem-se pilares cilíndricos que sustentam uma cobertura plana.

Lateralmente ao prédio da estação, se encontra o volume retangular do galpão, que anteriormente era utilizado como um local de armazenamento de maquinários. Este possui diversas aberturas, com portas e janelas de ferro, com um revestimento de alvenaria e tijolo aparente e cobertura de duas águas sustentadas por treliças metálicas.

Toda a construção da Estação é de concreto, com portas e janelas de ferro, forro de madeira, piso de granilite, e paredes externas revestidas de ladrilhos: todos esses materiais acompanham o estilo do Art Deco da época; e, apesar da Estação fazer parte da vertente *streamlined*, a mesma se diferencia de todos esses outros edifícios desse estilo do município por ser a única que não possui uma verticalidade marcante ou linhas muito alongadas verticalmente.

Nota-se que seu caráter estético continua intocado e preservado, desde quando construído. As poucas alterações realizadas se deram apenas por meio de mudanças em sua tintura, que variou de coloração, indo da cor taupe ao verde escuro, como está atualmente. Apesar disso, a Estação encontra-se hoje em lamentável estado de conservação, uma vez que foram executadas poucas intervenções visando a conservação de sua estrutura física; sendo assim, o edifício passou a apresentar diversas patologias.

As patologias são notadas desde o hall de entrada: é possível encontrar nas paredes manchas escuras e infiltrações, o revestimento do piso de granilite da escadaria que leva até o mezanino e saguão no piso superior estão trincados e quebrados em vários degraus. No mezanino, o forro de madeira está se soltando, e além do descascamento da pintura, tanto no exterior quanto no interior do edifício, as paredes e lajes do saguão estão repletas de rachaduras e mofos.

Ao lado direito do saguão principal, onde funcionava uma antiga sala de bilheteria, toda a cobertura desabou, deixando a estrutura em madeira e as telhas aparentes, local onde há também a ausência de algumas peças do revestimento de piso de taco (também em falta nas salas que antigamente eram a administração e arquivo), deixando o contrapiso aparente.

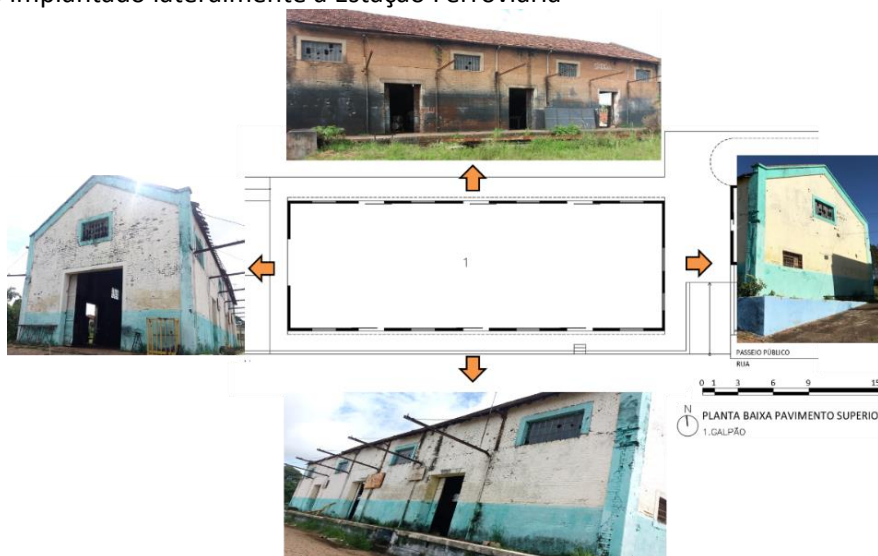
No local onde antigamente era uma sala de espera, ao lado esquerdo do saguão principal, uma parte da laje caiu e no banheiro desta sala, faltam alguns pisos de azulejo; grande parte dos revestimentos das paredes em azulejo estão com a coloração amarelada, quebrados ou caídos. Na plataforma, a cobertura encontra-se com infiltrações e mofos, principalmente nas juntas de dilatação. As paredes externas encontram-se pichadas, com a tinta gasta e se descascando. Muitas das janelas de todo o edifício estão danificadas, principalmente as da parte posterior (figura 5).

Figura 5. Patologias sala de espera, plataforma e exterior

Fonte: Autora (2019)

Pelo fato da estação ter sido utilizada como Museu Municipal durante os anos de 2007-2009, muitos dos bens móveis que estavam expostos para a população ainda permanecem no local, também abandonados: há máquinas de datilografia, rádios, televisões da década de 1970, estátuas e até cadeiras do antigo cinema de 1940 que havia na cidade (Cine Guarani, anteriormente nomeado Cine Theatro Santa Catharina) (JUNIOR, 1995).

O galpão presente ao lado da estação está com a parede posterior chamuscada e algumas das janelas estão com vidros quebrados. Recentemente, o mesmo foi pintado com cores fortes (amarelo e verde-água) de forma que acabou sendo completamente descaracterizado, perdendo seu revestimento em tijolo aparente que se fazia presente desde quando foi construído. Sua nova coloração contrasta negativamente com a Estação Ferroviária, demonstrando um grande desrespeito com o conjunto total.

Figura 6. Galpão implantado lateralmente a Estação Ferroviária

Fonte: Autora (2019)

O estado de degradação estrutural da Estação demonstra a lamentável situação de um patrimônio histórico da cidade, de grande significância histórica e de identidade local, que está fadado a ruínas devido

as intempéries da natureza, falta de restauros, manutenção, verbas e interesse do poder público, no sentido de resguardar a história e a identidade da cidade de forma preservar a memória do cidadãos.

CONCLUSÃO

A Estrada de Ferro Sorocabana foi uma grande impulsora da colonização do Oeste Paulista, no qual proporcionou o desenvolvimento de diversas cidades da região em torno das estações ferroviárias, como da própria cidade de Santo Anastácio. Com o passar do tempo, as estações que compõe a Estrada de Ferro Sorocabana ou ganharam um novo uso ou estão em estado de abandono, de forma que passaram a se degradar sem que haja uma preocupação com o símbolo e significado as quais esses monumentos trazem da história e do desenvolvimento de suas cidades. Sendo assim, o levantamento da história e dos edifícios demonstram sua importância e a necessidade de um melhor zelo em relação a essas edificações.

A Estação de Santo Anastácio, apesar de encontrar-se em constante deterioração devido ao abandono, ainda hoje é referência, sendo um belo exemplar de características arquitetônicas do estilo Art Déco na cidade, demonstrando na época, o que havia de mais moderno por sua monumentalidade, e por seu valor cultural e histórico para o município, uma vez que a formação da região e da própria cidade se deu gradativamente com a vinda da Estrada de Ferro.

Conclui-se dessa forma, que se faz imprescindível iniciativas de revitalização no complexo ferroviário apresentado, como forma de manutenção do edifício histórico e também da memória individual, coletiva e urbana; o edifício é muito importante por ser um símbolo histórico, e que não deveria estar abandonado, mas sim lembrado por sua importância, principalmente pelos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARON, C. M. P.; BRANCO, M. S. **O conjunto ferroviário do Oeste Paulista: a importância das Vilas Ferroviárias para a formação dos municípios de Álvares Machado e Santo Anastácio**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v.05, n.32, p.2-14, 2017. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1591/1578>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CORREIA, T. **Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v.16, n.2, p.47-104, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5493/7023>>. Acesso em: 26 fev. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142008000200003>

CORREIA, T. **O art déco na arquitetura brasileira**. Revista UFG, v. 12, n. 8, jul. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48295/23636>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

DEM CZUK, P.G.; MONASTIRSKY, L.B. **Ferrovias e memória: reflexões sobre a ferrovia em Irati-Pr e seu uso como produto turístico**. In: Revista Discente Expressões Geográficas, n. 6, ano VI, p.71-89. Florianópolis, junho 2010.

DUDEQUE, I. T. **Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP, 2001.

GALEFFI, L. M. L. **Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas Déco desde a leitura de algumas obras do acervo soteropolitano**. 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1411>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GIESBRECHT, R. M. **Estações Ferroviárias do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/stoanastacio.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santo Anastácio**. 2018. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354770>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

JUNIOR, C. J. A. **Santo Anastácio: História de uma Cidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 1995.

KÜHL, B. M. **O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação.** In: Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio[S.l: s.n.], 2013.

OLIVEIRA, A. F. B. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil.** Cadernos do CEOM. Ano 21, n. 29, 2008. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/326/167>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. **Arquitetura em São Paulo na Era Vargas - o art déco e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930 -1945).** Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16032010-093020/en.php>>. Acesso em: 26 fev 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTACIO. **Santo Anastácio-SP.** Disponível em: <<http://www.santoanastacio.sp.gov.br>>. Acesso em: 13 de fev. de 2019.

RIBEIRO, E. N. et al. Estação ferroviária - A Bela adormecida de Santo Anastácio-SP. **Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Presidente Prudente, vol. 11, n. Especial, out., 2014. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Arquitetura%20e%20Urbanismo/ESTA%C3%87%C3%83O%20FERROVI%C3%81RIA%20%20A%20BELA%20ADORMECIDA%20DE%20SANTO%20ANAST%C3%81CIO.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MATERIALIDADE E FUNCIONALIDADE NAS OBRAS DE MIES VAN DER ROHE: O SEAGRAM BUILDING

Thaís Pichioni Pellozo, Walter Henrique do Nascimento, Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: arg.walternascimento@gmail.com

RESUMO

Mies van der Rohe, um dos mais importantes arquitetos do século XX, Modernista e precursor de tendências que levaram ao Minimalismo, expõe, em sua obra, o caráter Funcionalista que sempre procurou. Adequando espaços de modo a serem totalmente integrados e flexíveis, mostrou ao mundo sua visão conceitual de trabalhar a Arquitetura. Herdando a vanguarda alemã, após a 1ª Guerra Mundial, já tendo se formado o Movimento Moderno, os estudos em relação aos novos materiais industrializados, tais como aço, vidro e concreto armado, assim como suas aplicações, possibilitaram o desenvolvimento de um estilo propriamente novo, potencializando o reconhecimento de um período rico na construção civil mundial. Vemos, em Mies, um claro exemplo de artista-construtor, fazendo de suas obras edifícios sofisticados em sua simplicidade, onde explora com maestria elementos estruturais e sua materialidade, utilizando-se da planta livre como elementos projetuais de seus trabalhos.

Palavras-chave: Funcionalismo, Planta livre, Flexibilidade, Tectônica.

MATERIALITY AND FUNCTIONALITY IN MIES VAN DER ROHE'S WORKS: THE SEAGRAM BUILDING

ABSTRACT

Mies van der Rohe, one of the most important architects of the twentieth century, Modernist and forerunner of trends that led to Minimalism, exposes in his work the Functionalist character he has always sought. By adapting spaces to be fully integrated and flexible, he showed the world his conceptual vision of working with architecture. Inheriting the German avant-garde after the First World War, the Modern Movement had already been formed, studies of new industrialized materials, such as steel, glass and reinforced concrete, as well as their applications, enabled the development of a properly new style. , enhancing the recognition of a rich period in world civil construction. We see, in Mies, a clear example of an artist-builder, making his works sophisticated buildings in their simplicity, where he masterfully exploits structural elements and their materiality, using the free plan as project elements of his works.

Keywords: Functionalism, Free plan, Flexibility, Tectonics.

INTRODUÇÃO

Os movimentos de vanguarda europeus de 1890 a 1914, assim com a Deutscher Werkbund, geraram os primeiros pensamentos pré-modernistas. Homens com Auguste Perret e Adolf Loos desenvolveram linhas distintas de raciocínio em relação a metodologia de construção. Adolf Loos, como o homem moderno que idolatrava e fazia questão de ser, acatava duramente a ornamentação na sociedade, enfatizando a beleza presente na natureza, tendo as criações dos homens apenas o intuito de cumprir suas funções pré-estabelecidas, julgando o embelezamento como mera futilidade. Segundo ele, “A evolução cultural equivale à eliminação do ornamento do objeto usual” (Loos, 1908, *apud* Castelnou, 2015, p. 30).

Já Auguste Perret (1923, *apud* Castelnou, 2015, p. 31), menos exigente que Loos, cita as transformações ocorridas no processo de construção, como a invenção de novos métodos e materiais, evidenciando a Forma como sendo a parte mais importante do todo. Destaca a Arquitetura Viva, exprimindo e explicando seu tempo. Pontua sua beleza como sendo caracterizada pela distribuição e proporção harmoniosa de seus elementos.

Após a 1ª Guerra Mundial, a necessidade de novos métodos de construção deu início a corrente moderna, começando seus fundamentos com a Bauhaus, de Walter Gropius. Partindo da premissa de “A

forma segue a função” (Sullivan, 1896, *apud* Benevolo, 2009, p. 626), e objetivando uma mudança social com estilo, modernidade, ideologia e inteligência de projetos e recursos, o uso de elementos inovadores trouxe um impacto fundamental do desenvolvimento das artes e da arquitetura.

“A arquitetura não deve ser considerada nem como o espelho dos ideais da sociedade nem como a mítica força de, por si só, regenerar a sociedade, mais sim como um dos serviços necessários a vida em sociedade, que depende do equilíbrio do conjunto e que contribui com sua parte para a modificação deste equilíbrio [...]”. (Gropius, 1954, p. 91)

Com base nesse contexto, o Movimento Moderno trouxe ao mundo uma nova metodologia de pensamento. Desenvolvendo uma linha de raciocínio diferente de tudo que se conhecia até então, com um grande número de contribuições para a sociedade da época, o contraste com a tradição trazia experiências inovadoras. Nomes como Gropius, Le Corbusier e o próprio Mies van der Rohe chegaram para confrontar o tradicionalismo e romper as barreiras impostas até então. Com contribuições tanto coletivas, como exposições, quanto individuais de cada artista, o resultado é uma inversão, onde a cultura europeia e até mesmo mundial veem agora a importância desse novo movimento para a sociedade atual. De acordo com Castelnou (2015, p. 37):

“O Movimento Moderno (1915/45) consistiu em uma série de transformações no modo de pensar e fazer arquitetura, tendo sido constituído por várias correntes vanguardistas que buscavam a expressão de uma arquitetura definitiva para a sociedade industrial, que seria baseada na funcionalidade, pureza geométrica e industrialização dos materiais e métodos.”

O movimento moderno se desenvolveu na virada do século XIX para o século XX, a partir de três fatores: a técnica, a forma e a ideologia. Nesse período novos materiais e técnicas estavam em experimentação. Com essas novas técnicas surgem as chamadas construções transparentes, estruturadas em aço e fechadas com vidro em substituição das paredes de alvenaria habituais. Há amplo uso da planta livre, uma vez que as paredes não servem mais para estrutura e sim fechamento ou divisão de ambientes, E uma grande ausência no uso de ornamento para revestimento, como o pastiche. As construções monumentais diminuem drasticamente. Manifesta-se o conceito de máquina de morar, com o belo retornando ao seu conceito clássico, “para ser belo deve ser útil”, abandonando aquele exagero de decorativismo e prezando pelo simples, limpo e padronizado.

“Foi na BAUHAUS que se gerou o design moderno, transformando-se em um ponto de confluência das principais tendências de vanguarda dos anos 1920 não somente na arquitetura, mas em todos os campos da arte [...]”. (Castelnou, 2015, p. 36)

Sobre a Tectônica: “O caráter tectônico é, em realidade, uma condição da forma arquitetônica que aposta uma ordem ao material, prévia ao arquitetônico, do que a arquitetura se nutre.” (Piñon, 1998, p. 68 *apud* Sales, 2009, p. 31)

Com o presente trabalho, vamos explanar um pouco da vida e obra de um desses grandes nomes, buscando compreender e explicar suas metodologias e pensamentos.

Ludwig Mies Van der Rohe

Ludwig Mies Van der Rohe [1]

Nascido em Aachen, Alemanha, em 27 de março de 1886, Mies passou a infância e a adolescência entre lapides e igrejas medievais. Com uma formação não acadêmica, mas de natureza prática, aos 14 anos de idade já começara a se envolver com as esculturas de pedra de seu pai. Iniciou a carreira construindo casas populares de estilos medievais tradicionais alemães. Com o decorrer dos anos, aperfeiçoou seu conhecimento, entrando em contato com novas tendências e trabalhando com nomes como Hermann Muthesius e Peter Behrens, transformando seu estilo, até abrir seu próprio escritório. (Benevolo, 2009, p. 626)

Mies procurava por uma arquitetura mais orgânica, na qual usando materiais industrializados, como aço, vidro e concreto, buscava a fluidez em seus projetos, com amplos espaços e flexibilidade. Considerando a frase “a forma segue a Função” (Sullivan, 1896, *apud* Benevolo, 2009, p. 626), mas não a evidenciando - a forma -, dizia não ser esse o ponto principal nem inicial de suas obras, e sim uma consequência do arranjo proposto por ele.

“Então percebi, com clareza, que não competia à arquitetura inventar formas. Tentei entender qual seria sua missão. [...] a ideia de uma construção clara surgiu-me ali, como um dos pontos fundamentais que devemos aceitar. [...] É muito difícil apegar-se a essa construção fundamental, e depois erguê-la em forma de uma estrutura. [...] A estrutura é o todo de cima até embaixo, até o último detalhe – com as mesmas ideias. É a isso que damos o nome de estrutura.” (Mies Van der Rohe, 1999, citado por Peter Carter em *Architectural Design*, 1961, *apud* Frampton, 1997, p. 193)

Mies evidencia a importância do uso correto do material, explorando ao máximo suas particularidades, entendendo a forma como resultado desses estudos, não como objetivo. Enfatiza a permeabilidade visual buscando atingir todo potencial arquitetônico, simplificando soluções e detalhes. Procura inovar, sendo cada vez mais rígido quanto a uniformidade de seus trabalhos utilizando os mesmos materiais e criando variedade e riqueza de soluções, com proporções, texturas e acabamentos perfeitos. São “obras de arquitetura tão disciplinadas e perfeitas que ressaltam a paisagem americana como objetos isolados [...] São obras de arquitetura com forte caráter demonstrativo[...].” (Benevolo, 2009, p. 626)

Mies Van Der Rohe foi um arquiteto vanguardista, obcecado pela simplicidade, pelos detalhes e pela elegância da arquitetura. Seguiu uma concepção de linhas puras na arquitetura. Isto significa que seus desenhos eram desenvolvidos, em sua maior parte, em linhas retas, que se unem sempre na perpendicular, nos fazendo percorrer os detalhes com os olhos e dando a impressão de movimento ao projeto.

A arquitetura de Mies tornou-se estrutura e membrana externa, uma arquitetura de “pele e osso”. A perfeição técnica dos detalhes viria apenas a apoiar este sentimento de vazio do espaço, que segundo Mies, deveria ser preenchido pela vida. Para esse tipo de projeto, abusa de esquadrias metálicas emoldurando lâminas de vidro, conseguindo belos efeitos com os reflexos criados. O vidro é um elemento muito importante nos trabalhos de Mies, que buscava uma conexão visual, trabalhando para que o ambiente externo e interno não fosse delimitado, criando assim uma integração entre os espaços. Faz também o uso do concreto bruto em algumas obras, mesmo tendo um aspecto pesado e denso, conseguindo, graças a suas linhas retas, um visual bastante agradável e sofisticado.

Seagram Building



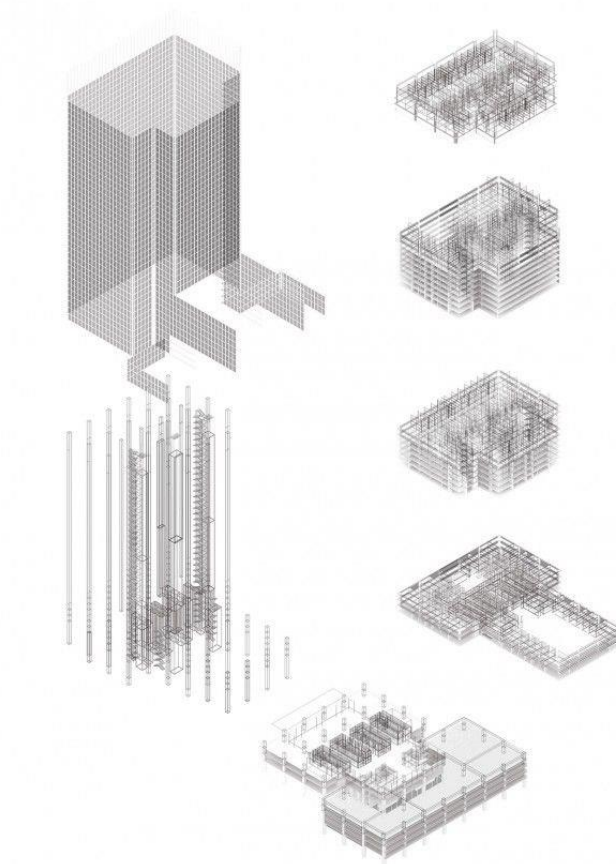
Seagram Building [2]

Projetado e concebido em 1958 e localizado na Park Avenue 375, uma das mais importantes avenidas de Manhattan, Nova York, ao todo possui 167 metros de altura e é basicamente todo feito em aço, pintado de bronze, e vidro, tingido de marrom. Segundo Sales (2009, p. 31), o conceito parte da intenção da construção de dois grandes blocos integrados com um sistema de circulação vertical, tubulações, instalações e equipamentos localizados na parte central das torres, sendo os pavimentos divididos conforme a necessidade dos usuários. O projeto consiste em três torres: a primeira com 39 andares, destinada a escritórios empresariais, a segunda com 10 andares, abrigando também escritórios, e a terceira com 4 andares, para dois restaurantes nobres. Além disso, dois subsolos compõem o edifício, os quais são designados à garagem. (Sales, 2009, p. 31)

Implantado a uma plataforma de granito, elevado 60 cm em relação a cota de passeio, recuado 37 m em relação a avenida e a outros edifícios existentes, cria, segundo afirma Sales (2009, p. 32), um partido totalmente inédito até então, com características como precisão, regularidade, ordem, rigor, transparência e beleza, fazendo com que a estrutura espacial fosse capaz de aceitar quase todo tipo de função. Ademais, ao recuar o edifício, Sales (2009, p. 32) avalia que se cria uma espécie de praça pública, cercada por dois espelhos d'água, elementos até então inéditos na cidade. E como resultado, a atitude descarta o pensamento de alguns críticos em arquitetura, de que o arquiteto, em seus projetos, não se dedicava ao entorno. A partir de tal construção, a própria prefeitura de Nova York alterou a lei do uso de solo e zoneamento para incentivar novos espaços abertos em projetos de grandes edifícios.

FORMA

Segundo Ching (2002, p. 35) a palavra forma pode possuir vários conceitos, como uma aparência externa a ser reconhecida, uma condição na qual algo atua bem como se manifesta ou a estrutura formal de um trabalho ou objeto. No entanto, forma se relaciona com o sentido de massa ou volume tridimensional, enquanto formato se dá mais especificamente da figura que governa sua aparência.

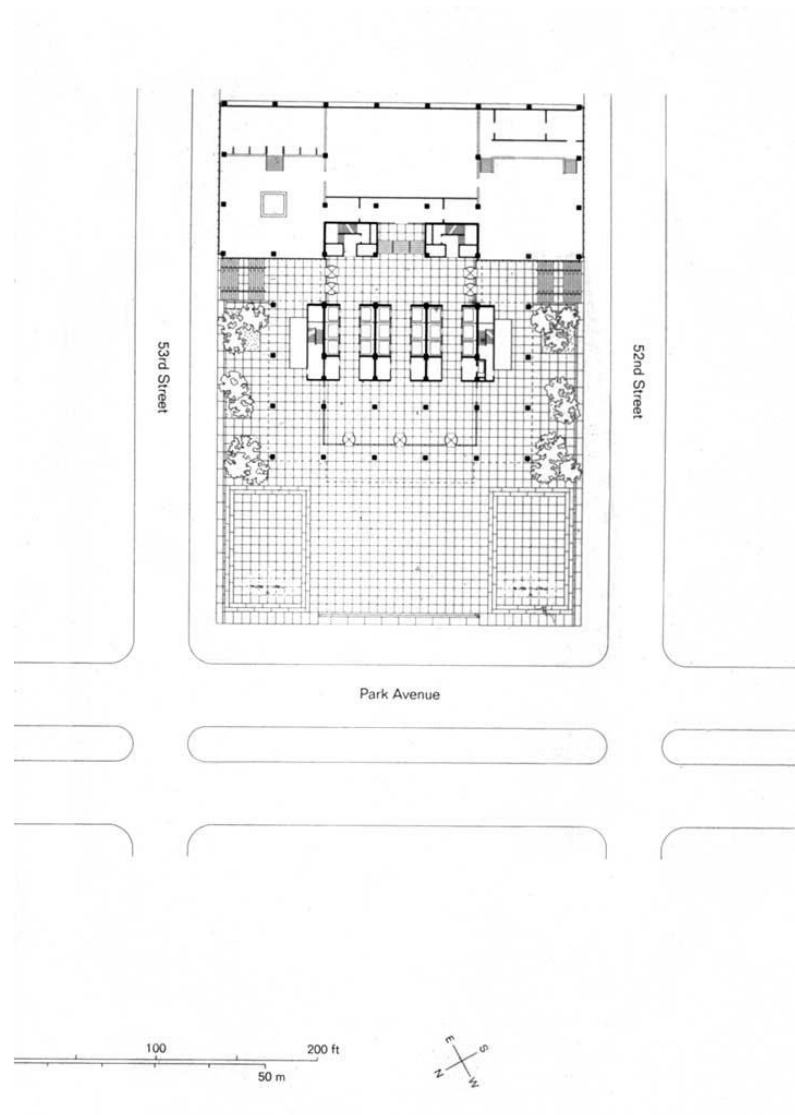


Seagram: estudo de forma [3]

Mies acreditava, afirma Sales (2009, p. 31), que os princípios de formação do arquiteto deveriam conter necessariamente a responsabilidade social no exercício da profissão. Sendo assim, a forma era consequência da funcionalidade de cada obra. Ele acreditava que com o tempo, a função poderia se perder ou mudar, sendo necessário adotar outras finalidades ao edifício.

No Seagram Building podemos ler um prisma perfeito, simétrico, cuja fachada apresenta cortinas de vidro, pilares “perfil I” não estruturais em aço pintado de bronze e não há ornamentos além da própria estrutura.

A praça formada pelo recuo frontal possui granito na cor verde, que eleva 60 centímetros em relação à cota da calçada. Esse espaço permite uma visão ampla do prédio. Foram colocados dois espelhos d’água nas laterais, e em volta dos mesmos, bancos de granito, tornando o ambiente convidativo ao público.



Seagram: implantação [4]

FUNÇÃO

O edifício funcionalista é dividido em 3 torres, construídas em função da flexibilidade espacial adotada no projeto. A primeira e principal torre é destinada a escritórios de áreas maiores; a segunda é destinada a escritórios de áreas menores e a terceira é destinada a dois restaurantes nobres: The Four Seasons e The Brasserie. Há também dois subsolos destinados à garagem – com capacidade para 130 carros.



Seagram: torres [5]

O edifício tem recuo frontal de aproximadamente 27 metros, saindo do alinhamento dos demais edifícios e criando uma praça pública, destacando-se na avenida. A criação desse espaço frontal incentivou a valorização de espaços livres para circulação no entorno de projetos, fazendo uma junção do público e do privado.

A tectônica “[...] seria a síntese dos projetos dos pavilhões envidraçados de espaço universal, empilhados um a um, verticalmente.” (Sales, 2009, p. 31)

Ao propor uma planta retangular e com uma distribuição altamente funcional, sendo a configuração da via de característica linear constituída de uma série de espaços, seu sistema de vãos estruturais permitiam que certos pavimentos tivessem a autonomia de serem divididos e organizados em tamanhos diferentes, conforme as necessidades dos usuários, reforça Sales (2009, p. 32).

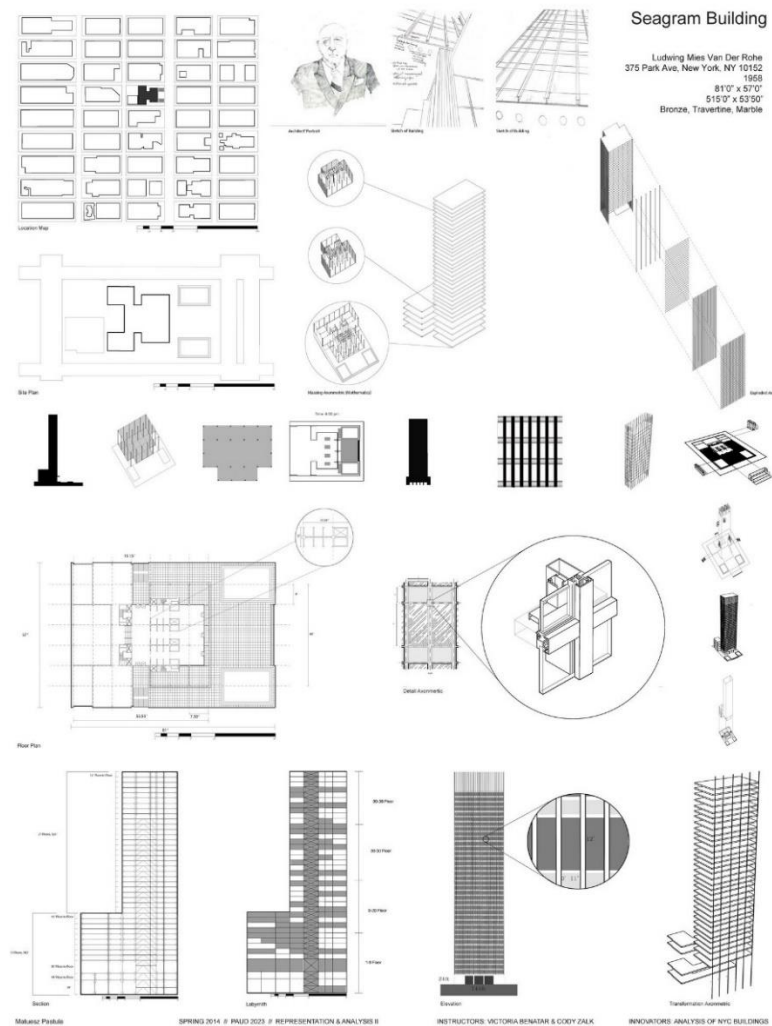
Ching (2008, p. 60) afirma que todas as vias de circulação são lineares. Todas as vias têm um ponto de partida, na qual somos conduzidos através de uma sequência de espaços até nosso objetivo. Sendo assim, o cruzamento de vias é formado sempre por um ponto de tomada de decisão pela pessoa que a percorre. A configuração das vias por si só deve ser capaz de transmitir uma distinção funcional e simbólica, pois influencia quem a utiliza, e, uma vez que somos capazes de traçar em nossa mente um mapa da configuração das vias de um edifício, nossa compreensão de sua disposição espacial se torna clara.



Seagram: recuo [6]

ESTRUTURA

Foi usado no edifício aço “perfil I” com a parte mais visível (grossa) aparente, “estruturalmente o edifício é uma grande gaiola retangular em aço.” (Sales, 2009, p. 30) tratando-se de um prisma de bronze e vidro, com uma composição axial e altamente geométrico. Os pilares, de 30 x 45 cm, recebem uma cobertura de concreto magro tendo formato final de 60 x 60 cm; os pilares de 40 x 20 cm recebem cobertura protetora anti-incêndio em concreto, com formato final de 60 x 20 cm. O vão entre os pilares é de 8,0 metros, longitudinal e transversal (42 e 25,20). No meio desses vãos estruturais são colocados seis módulos de vidro, com 1,45 m cada. Estes módulos retangulares de vidro foram tingidos de marrom, tendo característica industrial por conta destes elementos.

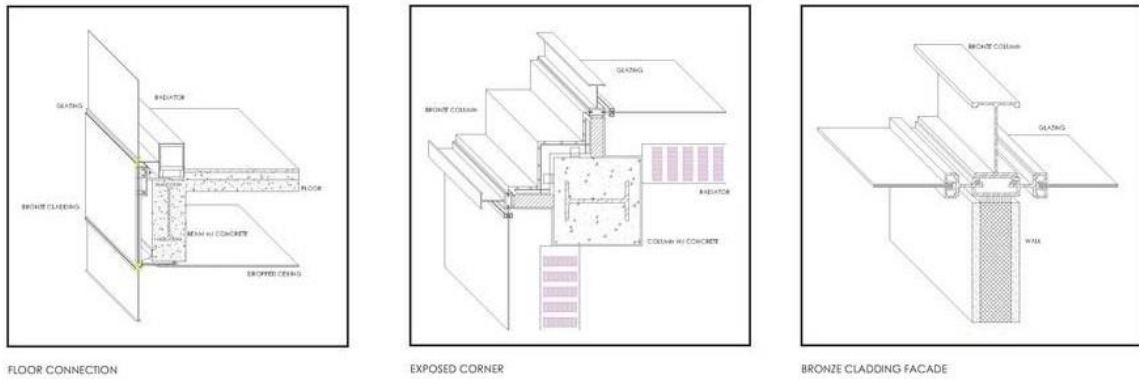


Seagram: estruturas [7]

“Na parte posterior da torre mais alta, foram colocadas paredes cegas de alvenaria para suportar a ação dos ventos dominantes.” (Sales, 2009, p. 31) As quinas do prédio são dadas pela transição do vidro para o aço, como um fechamento das paredes-cortinas, mantendo o cuidado para que as peças sejam montadas na mesma ordem mostrando o alto perfeccionismo de Mies. A partir do térreo tem-se 157 metros de paredes-cortinas com painéis de vidro em bronze.

Com dois blocos integrados, o sistema de circulação vertical, tubulação, shafts, equipamentos e instalações localizadas na parte central das torres tornam possível as paredes-cortinas; “Nos pavimentos-tipo, os escritórios com pé-direito de 2,70 metros são divididos em tamanhos diferentes, conforme as necessidades, e as suas subdivisões correspondem aos montantes verticais das paredes-cortinas.” (Sales, 2009, p. 32)

DETAIL OBLIQUES



FLOOR CONNECTION

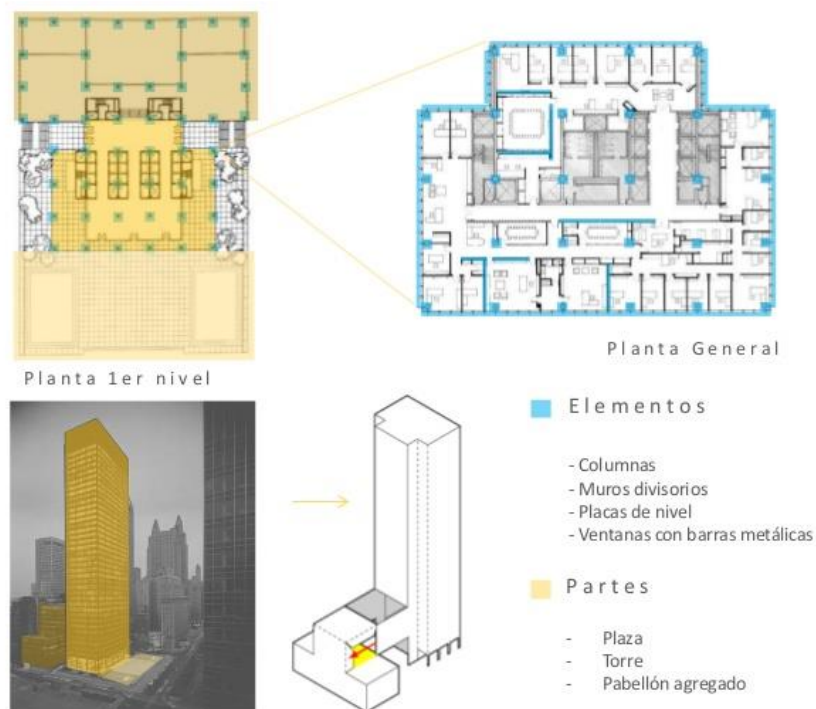
EXPOSED CORNER

BRONZE CLADDING FACADE

Seagram: estrutura [8]

A planta retangular do edifício é dividida em cinco por três (5x3) módulos de vãos estruturais. O edifício é apoiado em pilotis formando um grande pátio no térreo, revestido de vidros com 8 metros de altura e recuado em relação aos pilares frontais.

ELEMENTOS – PARTES



Seagram: plantas [9]

Sales (2009, p. 31) aponta que o sistema estrutural é a base de todo O partido do edifício. Feito basicamente de aço e vidro, seus pilares em perfil “I”, de dimensões 30x45 cm, recebem uma camada de concreto, tendo sua forma final quadrada. Já as vigas em aço, com dimensões 40x20 cm, recebem uma cobertura protetora anti-incêndio e apoiam uma grande laje de concreto com 10cm de espessura. Sales (2009, p. 32) ainda ressalta que o arquiteto articula e trabalha de forma ÚNICA/SINGULAR a superfície original do edifício, criando um jogo de luz e sombra ao utilizar os pilares em relevo. Além disso, o Seagram foi pioneiro na construção denominada fast-track, pois Mies preferia, nos edifícios em altura, utilizar o aço laminado, pela rapidez de montagem, economia e possibilidade de vãos maiores.

A frase “menos é mais” de Mies se aplica perfeitamente a tal edifício, pois trata-se de um prisma de bronze e vidro na mais rigorosa geometria. Sales (2009, p. 31) avalia que cada peça de aço era monitorada ao ser colocada verticalmente, pois tinham que ser montadas na mesma ordem e prumo, evitando o mínimo erro de medida, revelando todo o perfeccionismo do arquiteto.

CONCLUSÃO

A partir do estudo apresentado, concluímos que o movimento moderno, assim como seus antecessores, serviu como um divisor de águas para o que chamamos hoje de Arquitetura. Mies Van der Rohe, seguindo os princípios abordados por nomes com Loos e Perret, desenvolveu um estilo de concepção único na arquitetura de seu tempo.

Mies estava em uma missão de criar um estilo e uma nova arquitetura que representasse a época que se iniciava, o movimento moderno, tal como a Arquitetura Gótica representava a Idade Média. Ele era considerado na altura como um dos membros mais proeminentes da arquitetura vanguardista alemã. Mais do que toda a série de edifícios e residências, museus e prédios públicos projetados por ele, uma postura centrada na beleza como função da praticidade marca os ideais de Mies. Sempre com muita precisão técnica aliada à funcionalidade, e um senso estético minimalista de formas simples.

Acreditava que a forma era consequência da funcionalidade de cada obra e que a função poderia se perder com o tempo, sendo necessário adotar outras finalidades ao edifício. No Seagram Building podemos ler um prisma perfeito cuja fachada apresenta aço e cortinas de vidro, no Weissenhof os edifícios são baixos, com formas geométricas básicas, telhados planos, pintura branca e sem ornamentos. Em ambos usou técnicas construtivas inovadoras para a época e formas propostas por plantas retangulares com vãos estruturais que permitiam a autonomia de serem divididos em tamanhos diferentes, conforme as necessidades dos usuários. As técnicas construtivas e os materiais utilizados garantem uma estrutura sólida, de montagem rápida e que possibilitam grandes vãos.

Suas obras, conhecidas mundialmente, contribuíram para o fortalecimento da indústria e da economia mundial, uma vez que com ele os elementos industrializados utilizados para construção civil passaram a ser fabricados cada vez em maior escala.

AGRADECIMENTOS

À Universidade, por nos possibilitar a oportunidade de participar de eventos que ampliam nosso conhecimento.

À professora Korina Costa, nossa orientadora, pelos direcionamentos para a elaboração do presente artigo e por nos incentivar a apresentá-lo no ENEPE.

A nossos amigos e familiares, pelo apoio incondicional, sem os quais a realização deste trabalho não seria possível.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

- [1] <https://g3pe0809.wordpress.com/mies-van-der-rohe-2/mies-van-der-rohe/>
- [2] <http://todesignllc.com/blog?id=67200/the-iconic-seagram-building>
- [3] <https://www.pinterest.com/pin/774126623420641730/>
- [4] <https://hitarq.wordpress.com/2012/11/22/aula-3-mies-van-der-rohe-1933-1967/>
- [5] <https://hum3d.com/3d-models/seagram/>
- [6] <https://placesjournal.org/article/seagram-union-of-building-and-landscape/?cn-reloaded=1>
- [7] <https://www.pinterest.com/pin/412360909614758484/>
- [8] <https://www.pinterest.com/pin/466192998913154251/>, modificada.
- [9] <https://www.slideshare.net/manuelaom/analisis-seagram-copia>

REFERÊNCIAS

CHING, Francis. *Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem*. Traduzido por Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SALES, Emanuel. *Estrutura e Espacialidade na Obra de Mies Van der Rohe*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. Traduzido por Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1998

ZEVI, Bruno. *Saber Ver Arquitetura*. Traduzido por Maria Isabel Gaspar. São Paulo: Martins Fontes, 2002

ROWE, Colin. *Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos*. Barcelona, Espanha: G. Gili, 1978

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997

LOOS, Adolf. *Ornamento y Delito y Otros Escritos*. Barcelona, Espanha: G. Gili, 1908.

MUTHESIUS, Hermann. *Stilarchitektur und Baukunst*. Mulheim, Alemanha: K. Schimmelpfeng, 1902.

PERRET, Auguste. *Contribution à une Théorie de l'Architecture*. Paris, França: du Linteau, 1952.

CASTELNOU, Antônio. *Arquitetura Contemporânea*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2015.

<https://www.archdaily.com.br/br/01-185940/feliz-aniversario-mies-van-der-rohe> - acesso em: 18/03/2019

<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/mies-van-der-rohe/> - acesso em: 18/03/2019

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.056/511> – acesso em: 18/03/2019

<https://www.archdaily.com.br/br/01-80364/classicos-da-arquitetura-edificio-seagram-mies-van-der-rohe> - acesso em: 23/03/2019

<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-69314/clasicos-de-arquitectura-el-pabellon-aleman-mies-van-der-rohe> - acesso em 24/03/2019

<https://www.westwing.com.br/magazin/homestories/mies-van-der-rohe/> - acesso em: 18/03/2019

O ACONTECIMENTO NA TEMPORALIDADE DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Tiago Bonfim Dias, Talita Cristina Yoshino, Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa.

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: tiagobonfimdias57@hotmail.com

RESUMO

O viver com os outros é uma questão política mais do que central na contemporaneidade, reconhecer as diferenças e estabelecer relações em um lugar comum de convivência, expressa a coexistência das diversidades e das desigualdades, tornando a vida contemporânea acirradamente urbana. Os quatro conceitos fundamentais da arquitetura contemporânea consideram o edifício como um objeto singular, único, aberto à sedução, à fascinação, logo, a emoção aflora como um elemento sensível e palpável, elementos importantes que atinge diretamente o usuário. Em seu interior admite-se o imprevisível, afirma-se a descontinuidade e a irreduzibilidade de cada instante, o domínio urbano deve ser compreendido como um sistema capaz de abranger as diversas conexões. Através de uma compreensão teórica dos conceitos abordados no texto, possibilitou relacionar este conteúdo com a Praça das Artes localizada no centro de São Paulo e concebida pelo escritório Brasil Arquitetura.

Palavras-chave: Acontecimento, Novo Uso, Contemporaneidade, Ressignificação.

THE EVENT IN THE TEMPORALITY OF CONTEMPORARY BRAZILIAN ARCHITECTURE

ABSTRACT

Living with others is a political issue more than central in contemporary times, recognizing differences and establishing relationships in a common place of coexistence, expressing the coexistence of diversity and inequality, making contemporary life bitterly urban. The four fundamental concepts of contemporary architecture consider the building as a singular, unique object, open to seduction, to fascination. Therefore, emotion emerges as a sensitive and palpable element, important elements that directly affect the user. In its interior, the unpredictable is admitted, the discontinuity and irreducibility of each moment is affirmed, the urban domain must be understood as a system capable of encompassing the various connections. Through a theoretical understanding of the concepts covered in the text, it was possible to relate this content to the Praça das Artes located in downtown São Paulo and designed by the Brasil Arquitetura office.

Keywords: Event, New Use, Contemporaneity, Reframing.

INTRODUÇÃO

A arquitetura contemporânea brasileira está intrinsecamente conectada a um polo de atrações econômicas, políticas, culturais, artísticas e arquitetônicas; concentrada não apenas nas massas populacionais, mas nas desigualdades sociais e territoriais. A construção da imagem de uma sociedade é solidificada com as relações, o espaço e o território; tornando urbana a vida contemporânea e expressando a coexistência de diversidades e desigualdades, num cenário onde as relações humanas se atraem e repelem em um movimento contínuo (ABASCAL, 2005).

O viver com o outro aponta para as diferenças entre todos, assim como para o que nos une; a temática que circunda a vida coletiva é tema central na contemporaneidade, o reconhecimento das diferenças e o estabelecimento de um lugar comum de convivência, faz com que pensemos no que é o viver urbano. Conviver na cidade, é reengajar seus habitantes numa prática social em que o encontro com o outro ganhe lugar central, onde o olhar arquitetônico precisa ir além do objeto construído, articulando e conhecendo a sua dinâmica, que aparece num ato de sensibilidade e inquietação (CANUTO, 2012).

A experiência urbana atual é bem mais do que simples aglutinações das arquiteturas presentes na cidade, o domínio urbano deve ser compreendido como um sistema capaz de abranger todas as conexões

através do complexo sistema de infraestruturas urbanas. A pluralidade urbana nos impulsiona para a constituição de outro paradigma, que questiona a espacialidade estática e a homogeneidade de tempo e espaço. (ABASCAL, 2005)

Arquitetura e cidade passam a instituir a relação entre objeto arquitetônico e lugar, implicando na atuação específica e empírica que explora cada projeto em sua condição particular, estudando as formas de inserção e criação de vínculos com a cidade real (ABASCAL, 2005, p.4).

Á área de domínio da arquitetura não se limita acerca do espaço e da estética formal, a abordagem sistêmica da cultura material e as formas de produção material, é uma necessidade crescente que a realidade vem impondo para atender as novas demandas e as necessidades individuais e coletivas. Entender a heterogeneidade da coabitação espacial da cidade, exige uma crescente contribuição interdisciplinar no processo projetual além da colaboração cada vez mais ampla de inúmeros intervenientes (ZANETTINI, 2013).

Neste mundo cada vez mais efervescente, quatro conceitos o regem secretamente: o Objeto, a Tela, o Meio e o Acontecimento. Esses conceitos influenciam nossas vidas e estão empregados na arquitetura; o objeto é definido pela resistência a instrumentalização e pela possibilidade de troca, se recusando a ser totalmente subordinado a ação de um único sujeito, firmando-se como algo singular. A tela esconde e protege o espaço interno do espaço externo do edifício, desempenhando o papel de intermediário entre dois mundos, a tela responde ao nosso mundo contemporâneo onde a função do ver tende a se atrofiar enquanto a do ler é cada vez mais solicitada. O meio-lugar são os novos espaços, está em processo de construção, é embrionário, que não retém a memória, recusando o monumental. Por fim, o acontecimento que é algo imprevisível e que não se reproduz, com a substituição do uso pelo acontecimento, há um mundo de acumulação catastrófica (SCOFFIER, 2009).

Existem projetos de arquitetura que se impõem soberanos em grandes espaços livres, situações aprazíveis e visíveis à distância, e há outros projetos que se acomodam em situações adversas, espaços mínimos, nesgas de terrenos comprimidos por construções preexistentes, em que os parâmetros para seu desenvolvimento são ditados pelas dificuldades, e o projeto da Praça das Artes desenvolvido pelo escritório Brasil Arquitetura para o centro da cidade São Paulo, engloba todas essas condicionantes (BRASIL ARQUITETURA, 2019).

Compreender o lugar não somente como objeto físico, mas como espaço de tensão, de conflitos de interesses, de subutilização ou mesmo abandono; se, por um lado, o projeto deve responder à demanda de um programa de diversos novos usos ligados às artes musicais e do corpo, deve também responder de maneira clara e transformadora a uma situação física e espacial preexistente, com vida intensa e com uma vizinhança fortemente presente (BRASIL ARQUITETURA, 2019).

MÉTODOS

Esta pesquisa aqui escrita, tem caráter exploratório e abordagem qualitativa com o intuito de produzir um estudo bibliográfico. A metodologia usada foi indutiva, para poder elaborar um plano de trabalho que contenha uma proposta de abordagem realista da temática, valorizando: conceitos, palavras chave, ideias principais, problemáticas e a hipótese. Por entendimento, o trabalho circunda através de uma compreensão teórica, e de uma análise crítica apontando os aspectos do texto base na obra em estudo, utilizando-se de um referenciamento bibliográfico para a documentação de dados.

Todo o material assimilado e a reflexão sobre o mesmo será apresentado no formato de artigo, componente de uma estrutura que se tem como forma de apresentação um seminário, onde explanando-se os conceitos da arquitetura contemporânea, sequência de atividades que fazem parte do processo avaliativo da disciplina de Arquitetura Contemporânea Brasileira do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste Paulista.

RESULTADOS

Com o começo da era contemporânea, o olhar que se tem sobre as obras arquitetônicas muda. A compreensão dos elementos que fazem parte das características presentes, ultrapassa somente o que diz respeito a materialidade, e engloba todos os elementos que interseccionam seus aspectos. (GUTIERREZ,

2016). Os sentidos humanos moldam a percepção individual do local, onde cada narrativa tem, agora, importância na construção da dinâmica estabelecida entre edifício e sociedade (SCOFFIER, 2009).

Neste contexto contemporâneo, de informação em demasia, a temporalidade se transforma e sai de uma gama de eventualidades dispersas, e se transforma em uma enxurrada de estímulos, onde os fatos se mesclam singularmente. Sendo, suas particularidades, específicas demais para gerarem um grande impacto na rotina humana (TEIXEIRA, 2013).

As transformações tecnológicas, culturais e sociais não só mudaram o contexto arquitetônico, mas sim, como o da arte como um todo. A ressignificação das relações público-obra ganha vital importância (COSTELNOU, 2015). “Buscando deliberadamente o ambíguo, alimentando-se do acaso e do aleatório, a arte contemporânea deixou de ser quadro ou escultura, gravura ou desenho, para se transformar em puro evento: a arte como atividade” (COSTELNOU, 2015, p.71).

Com a incomplexidade que a tecnologia levou a vida, o homem, agora deposita seus ofícios em máquinas, impassivelmente alternando entre a televisão e o computador, entre o forno micro-ondas e a máquina de lavar. A capacidade humana, agora reside nas reinvenções de seus hábitos e gestos, não mais definida pela repetição de fórmulas, e sim pela redesignação das mesmas (SCOFFIER, 2009).

Na arquitetura, essa nova relação entre tempo e indivíduo, resulta em um corrente fenômeno, o acontecimento. Este vem como contraposto ao uso dos edifícios, contínuos e rítmicos, no qual estabelece um momento irreduzível, único e imprevisível. Expande-se, assim, os desafios enfrentados no projetar do espaço, uma vez que, a acumulação catastrófica de instantes pode culminar na ressignificação do edifício (SCOFFIER, 2009).

Quando se trata do panorama brasileiro, as condicionantes culturais, abundantes no país, torna propício o acontecimento. Uma vez que pessoas, das mais diferentes origens, se reúnem, a gama de possibilidades se multiplica. Uma vez que um edifício se localiza um contexto nacional de predomínio do afetivo, do místico em contraponto a ausência do planejamento, de objetividade e exatidão, a mais perfeita criação pode vir ao descontentamento público (BRUAND, 2007).

DISCUSSÃO

Praça das Artes de São Paulo

Grupos artísticos e culturais ligados ao Teatro Municipal de São Paulo, antes viviam espalhados pelo centro da cidade, ocupando lugares que dificultavam as práticas de suas atividades, grupos esses de dança, arte, música e teatro. A partir disso a Secretaria Municipal de Cultura viu a necessidade de proporcionar melhores condições aos mesmos, convidando o Brasil Arquitetura para a realização do projeto que seria a Praça das Artes, onde segundo Sayegh (p.3, parte 2, 2013), “a ideia original da Praça das Artes era simples: criar um grande edifício anexo ao teatro para concentrar todas essas atividades em um só lugar”.

Com o convite feito, o Brasil Arquitetura junto com o arquiteto Marcos Cartum começou o desenvolvimento do projeto, o qual deveria abrigar uma grande quantidade de alunos, professores e demais profissionais. Com a dificuldade de escolha do terreno adequado que comportaria todo o programa de necessidade, a Secretaria Municipal de Cultura viu como estratégia, a utilização da Quadra 27 (figura 1).

Figura 1. quadra 27, em destaque implantação da Praça das Artes. Ao lado, Teatro Municipal de São Paulo.

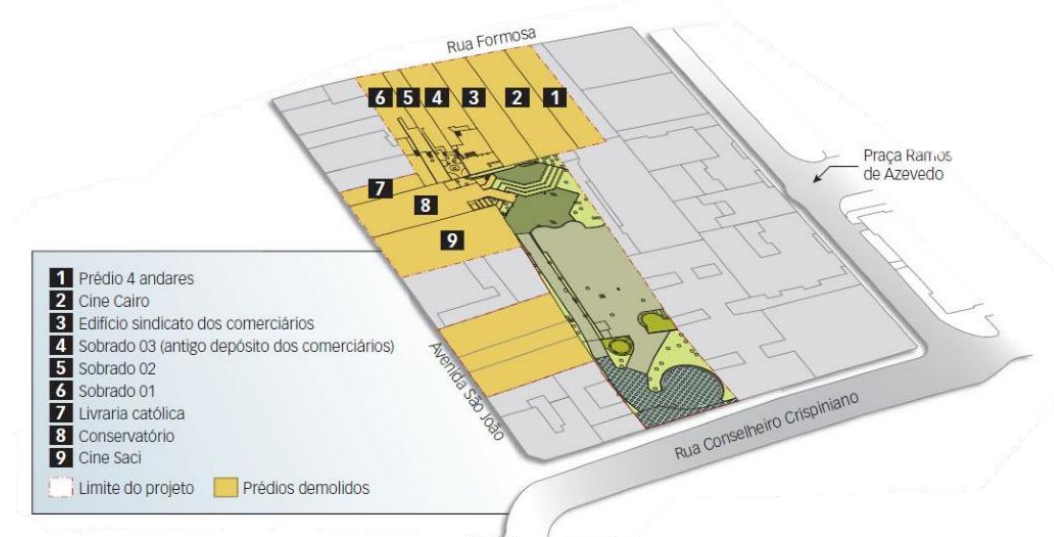


Fonte: Archdaily, modificada pelos autoeres, 2019.

[...]a quadra apresentava muitos edifícios heterogêneos com gabarito baixo, de pouco aproveitamento construtivo e péssima qualidade arquitetônica. Em seu miolo, destacava-se o ponto que motivou sua ocupação: uma praça municipal completamente subutilizada (servia de transbordo de lixo), [...] (SAYEGH, p.3, parte 2, 2012)

Na quadra foram desapropriados inicialmente, segundo Sayegh (2012), um total de cinco edifícios, o que já possibilitava a iniciação das primeiras ideias para o projeto, porém no decorrer da criação a prefeitura viu a necessidade de desapropriação de mais algumas outras edificações na quadra, o que causou acréscimos no projeto (figura 2).

Figura 2. detalhe dos lotes e/ou prédios desapropriados para realização do projeto.



Fonte: Infraestruturaurbana17, modificada pelos autores, 2019.

Abriam-se novos espaços, novas possibilidades e muitas alterações. Segundo Frajndlich (p.2, 2013), “o projeto foi literalmente surgindo aos poucos no quarteirão - e a versão final não era previsível nem para seus autores”, a partir dessa fala e com base na leitura do texto “Os quatro conceitos fundamentais da arquitetura contemporânea” (SCOFFIER, 2009), podemos mostrar a relação do acontecimento com a obra, que nesse caso é apresentada em dois momentos, a pré construção e o pós construção junto com seu uso.

A construção da Praça das Artes, apesar de ter tido toda uma ideia inicial, se deu de forma imprevisível. O acontecimento é algo imprevisível. Onde, com os surgimentos de novos espaços vazios, os arquitetos viram a possibilidade de acréscimo de volumes na estrutura geral do conjunto (Frajndlich, 2013). A imprevisibilidade de novos espaços é o acontecimento aplicado nesse primeiro momento.

O acontecimento pode estar relacionado aos erros, mas nesse caso se deu de acertos, com a desapropriação de prédios antigos sem uso ou com a estrutura abalada, o programa de necessidades pode ser melhor aplicado (Frajndlich, 2013). As obras tiveram início em dezembro de 2006, sendo concluída, a primeira fase no fim de 2012, o novo anexo do Teatro Municipal. Segundo Sayegh (2012, p.1) somado ao uso premente e intenso que se projetava para o equipamento público, transformou a escala do projeto, que se expandiu para um amplo programa de requalificação urbana.

Com uma área total de 28.500m², dividida em três módulos que abriga os anexos do Teatro Municipal: Orquestras Sinfônica Municipal e Experimental de Repertório, Corais Lírico e Paulistano, Balé da Cidade, Escolas de Música e de Dança, Centro de Documentação Artística, Museu do Teatro Municipal, Administração, Salas de Recitais, áreas de convivência e estacionamento. (GUERRA, p.3, 2012)

Um local de uma concepção de um térreo totalmente livre, com construções aparentes que se organizam em volumes, garantindo um espaço de circulação aberto, qualificado por vazios e passagens, como se fossem ‘a continuação natural das ruas’, compara o arquiteto Marcos Pasquim. (MELLO, 200-?) A intervenção busca ser, a um só tempo, cuidadosa, delicada e incisiva, com os edifícios históricos existentes que, reformados, permanecem como parte integrante do conjunto. (TEIXEIRA, p.02, 2015)

Segundo Francisco Fanucci (0:40min .2012) construir os edifícios foi além de abrigar as funções que

foram determinadas, foi principalmente construir um vario entre esses edifícios, que se transforma um espaço público, revelando acontece lá dentro, para quem está na cidade, ao mesmo tempo ver o movimento da cidade. E com uma mesma ideia, a construção toma preceitos de uma substituição, de uso e acontecimentos que tem como partida a temporariedade, ou seja, uma reflexão de diferentes costumes de acordo com a época. "Uma construção que se transforma" (SCOFFIER. P.167,2012)

O acontecimento seria, portanto, uma definição, segundo Teixeira (p.2, 2015) como um espaço mal determinado neste meio, gesto não coreografados por múltiplas condicionantes, se tornam formas inquietantes de acontecimentos imprevisíveis. Entretanto, seu incidente é o ponto de fuga do pensamento, que escapa de qualquer ideal organizado

O edifício não é mais considerado como uma construção, mas como um objeto. Sua fachada não exhibe nem nada informa sobre sua interioridade, mas constitui em uma membrana apta a receber outros tipos de informações. (SCOFFIER. p.167, 2012)

O que resulta na própria concretização do espaço das Praça das Artes, um local flexível pelas inúmeras eventualidades, que suscita algo a mais que o saber da situação não permite prever, algo distinto de tudo que há e que nos convoca a uma nova maneira de ser. Um exemplo claro que causou essa ruptura de nossas expectativas, foi a própria inauguração surpreendendo com espetáculos verticais na parede do edifício, inovando o uso do lugar e excedendo qualquer previsão. (TEIXEIRA, p.02, 2015)

O que torna até complexo produzir uma obra que deixa inventar novos conceitos, sem desprender de limitações de usos e inovando a qualquer uso incerto (SCOFFIER, p.167, 2012) e o local em si se adequa a qualquer espontaneidade de tempo e espaço, como a sua construção, que assim como dito, ela se fez com o lugar, trazendo todos esses preceitos inesperados de uma área que se adapta a qualquer época.

CONCLUSÃO

Em um âmbito banalizador da informação, o acontecimento se torna cada vez mais escasso, exigindo da contemporaneidade uma resposta que expresse e exceda o caos rotineiro da cidade. O homem se vê em uma disputa com o artificial, onde a reinvenção de seu próprio ser é a única saída. A sociedade acompanha as angustias pessoais, e se relaciona, agora, de maneira superficial, associando-se abstratamente aos componentes da dinâmica comum.

A nova população, nômade e sedentária, adota as ruas como extensão de sua moradia, errando constantemente ao seu propósito em uma espécie de orgia interminável. Assim, o uso do espaço público cresce e o contato daqueles que antes eram antagonistas sociais, agora se torna possível pela arquitetura que sustenta o movimento destes corpos que se lançam ao espaço.

Um exemplo desta arquitetura é a Praça das Artes, que em si, é um acontecimento. Um projeto que cresce no desenrolar do improvável e abraça, aliviando o fluxo, o centro de São Paulo. Comporta tanto a sucessão dos gestos humanos quanto episódios efêmeros, desde a aula de dança semanal até o repentino despertar criativo.

O espaço projetado pelo Brasil Arquitetura além de muitas vezes ser uma tela em branco para a expressão das atividades mundanas, instiga, nas conflitantes relações entre seu uso e sua forma, a manifestação do abrupto, do impremeditável, onde os vínculos entre pessoas se firmam nos irredutíveis eternizados momentos que experenciam juntas.

REFERÊNCIAS

FRACALOSSO, I. **Fundamentos da Arquitetura Contemporânea / Siegbert Zanettini, 2013**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-106915/fundamentos-da-arquitetura-contemporanea-slash-siegbert-zanettini>. ISSN 0719-8906. Acesso em 15 de maio de 2019.

CANUTTO, F. **A arquitetura contemporânea e a cidade prevista**. Sobre a exposição "O coração da cidade" – a invenção dos espaços de convivência", 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/11.131/4568>. Acesso em 15 de maio de 2019.

ABASCAL, E. **Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária, 2005**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/410>. Acesso em 15 de maio de 2019.

COSTELNOU, A. **Arquitetura contemporânea.** 2015. Disponível em: <http://arquitetura.weebly.com/apostila.html>. Acesso em 15 de maio de 2019.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** Editora Perspectiva. 2007.

OLIVEIRA, apud, SCOFFIER. **Leituras em teoria da arquitetura.** Editora Viana & Mosley. Pg, 162 – 169. Pg, 221 – 233. 2009.

TEIXEIRA, L. **Por uma experiência legítima: o local do acontecimento na contemporaneidade.** 2013. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/ensiglopedia/outubro_2013/pdf/por_uma_experiencia_legitima_o_local_do_acontecimento_na_contemporaneidade.pdf

GUTIERREZ, G. **Aspectos construtivistas na arquitetura contemporânea.** 2016. Disponível em: http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/wp-content/uploads/2016/12/18.160_IC_2.pdf. Acesso em 15 de maio de 2019.

FRAJNDLICH, R. **Brasil Arquitetura projeta Praça das Artes no Centro de São Paulo, 2013.** Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/227/praca-das-artes-brasil-arquitetura-marcos-cartum-sao-277512-1.aspx>. Acesso em 21 de maio de 2019.

SAYEGH, S. **Praça das Artes, Parte 1, 2012.** Disponível em: <http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/23/praca-das-artes-concebido-como-simples-edificacao-anexa-ao-276237-1.aspx>. Acesso em 19 de maio de 2019.

SAYEGH, S. **Praça das Artes, Parte 2, 2012.** Disponível em: <http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/23/artigo276237-2.aspx>. Acesso em 20 de maio de 2019

GUERRA, A. **Obra de arquitetura, São Paulo 2012.** Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.151/4820>. Acesso em 19 de maio de 2019.

MELLO, T. **Volumes rampas e vazios fundem-se as ruas, 2014.** Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/brasil-arquitetura_marcos-cartum-arquitetos-associados_/praca-das-artes/362 . Acesso em 20 de maio de 2019.

FANUCCI, F. **Praça das Artes - Brasil Arquitetura, 2012.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fn2IS9aZZpQ>. Acesso em 19 de maio de 2019.

TEIXEIRA, A. **O que é um acontecimento?, 2015.** Disponível em: <http://minascomlacan.com.br/o-que-e-um-acontecimento/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

O DESCASO COM A ARQUITETURA ART DECO NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP

Fabrcia Dias Da Cunha De Moraes Fernandes Borges, Ana Livia Furtado Rinaldi

Universidade do Oeste Paulista, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente – SP. E-mail: ana.furtado.rinaldi@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa apresentar um levantamento de edifícios históricos do município de Adamantina e de sua arquitetura, relacionando-os com a história e formação da cidade. Os edifícios são de importância histórica, uma vez que carregam fortes características Art Deco, elemento chave na composição arquitetônica da cidade, representando parte do desenvolvimento da mesma, após a implantação da ferrovia na região, marcando a herança arquitetônica presente no interior do estado de São Paulo. A falta de conscientização por parte da população vem culminando no descaso perante as características originais de edifícios de importância histórica para a região, que sofrem reformas ou até demolições. A metodologia deste artigo se baseou em pesquisas documentais e bibliográficas sobre a história da formação do município de Adamantina-SP e de sua predominância arquitetônica.

Palavras-chave: Art Deco. Patrimônio. Adamantina. Ferrovias. Descaso.

THE LOSS OF ART DÉCO ARCHITECTURE IN THE CITY OF ADAMANTINA-SP

ABSTRACT

This article aims to present a survey of historical buildings of the municipality of Adamantina and its architecture, relating them to the history and formation of the city. The buildings are of historical importance, as they carry strong Art Deco features, a key element in the city's architectural composition, representing part of its development after the railroad's implementation in the region, marking the architectural heritage present in the interior of São Paulo state. The lack of awareness on the part of the population has culminated in neglect of the original characteristics of buildings of historical importance for the region, undergoing renovations or even demolitions. The methodology of this article was based on documentary and bibliographical research on the history of the formation of the municipality of Adamantina-SP and its architectural predominance.

Keywords: Art Deco. Patrimony. Adamantina. Railways. Neglect.

INTRODUÇÃO

A cidade de Adamantina, está localizada na região da Nova Alta Paulista, oeste do Estado de São Paulo, a aproximadamente 110 km da cidade de Presidente Prudente. Segundo o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município conta com aproximadamente 412 km² de território, possuindo 33.797 habitantes. Sua economia baseia-se especialmente na prestação de serviços, na indústria e na agropecuária, tendo como atividades industriais: vestuário e acessórios, calçados e produtos de couro e alimentos (IBGE, 2010).

A região oeste do Estado de São Paulo possui cidades que foram fundadas devido à forte influência da Linha Férrea, que era financiada pela antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Essa zona ficou conhecida por ter um solo fértil para o cultivo de café (SILVA,1989), essas características justificavam o interesse por parte de grandes fazendeiros, que fizeram investimentos para explorar os potenciais oferecidos na região. Segundo o site oficial da prefeitura de Adamantina (2019) as terras que hoje correspondem ao município, pertenceram a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) até meados da década de 1940, e foi através dos habitantes trazidos pela companhia, e também pelos parcelamentos realizados, que o núcleo urbano de Adamantina surgiu.

Por seu início ter ocorrido na década de 1940, o município de Adamantina se destaca com os seus edifícios antigos que receberam uma clara influência Art Déco, sendo eles galpões industriais ou pequenas

residências, localizados, em sua maioria no centro da cidade e ao longo da linha férrea, áreas que essas que foram planejadas previamente para receber os novos moradores e atender as necessidades básicas da população. Mas uma porcentagem considerável destes edifícios foram demolidos ou sofreram drásticas alterações, perdendo por completo suas características originais.

METODOLOGIA

A construção do presente artigo fora desenvolvida se baseando em pesquisas documentais e bibliográficas, buscando maior compreensão do tema em questão, realizado através de leituras e pesquisas embasadas em livros, artigos, teses, dissertações e materiais disponibilizados na internet, compreendendo também a análise da história dos diversos edifícios além de suas relações com o início da ocupação na região do Oeste Paulista.

Realizou-se simultaneamente visitas in loco, objetivando o reconhecimento do local através de levantamentos fotográficos para melhor entendimento do espaço, sendo realizados diagnósticos das condições físicas atuais das edificações e sua inserção no contexto urbano, analisando as diferentes formas intervenções ocorridas em cada caso.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Figura 1. Chegada do primeiro trem com passageiros no município de Adamantina



Fonte: Acervo municipal, 2019

Segundo Silva (1989), era necessário fazer a ocupação urbana (figura 1) de início, para, em seguida, desenvolver a ocupação dos lotes destinados à agricultura, pois, a região era caracterizada pela exploração dessa cultura e, principalmente, responsável pelo café que seria exportado. De início, Adamantina respondia diretamente a Lucélia, uma cidade vizinha que tinha domínio sobre decisões políticas e administrativas das cidades ou vilas da região e somente em 24 de dezembro de 1948 que sua emancipação ocorre e finalmente se tornou um município (SILVA,1989).

[...] as cidades, principalmente, surgem baseadas naquela mercadoria que possuem em abundância: os lotes de terras. Mas elas são importantes também como pontos de beneficiamento inicial da mercadoria agrícola tanto para o consumo interno quanto para a exportação. (SPOSITO e SILVA, 2013 apud Sposito 1996, p. 103)

Com a expansão da produção de café e a chegada da linha férrea em 1950, a cidade enfrentou um crescimento acelerado (figura 2), gerando grande desenvolvimento em áreas como infraestrutura, agricultura e a criação da Paróquia Santo Antônio, que se mantém sendo a matriz da cidade até os dias atuais (Site oficial da prefeitura, 2018). Devido ao seu desenvolvimento, em 1955, Adamantina ganha destaque como um dos cinco municípios com maior desenvolvimento no Brasil, realizado pelo Instituto de Administração Municipal e o Ponto IV em parceria com a revista “O Cruzeiro” (LIMA, 1999). Um dos principais motivos do desenvolvimento econômico do município, se deu por ter sido ponto final da ferrovia, por isso não demorou para consolidar-se. O planejamento das cidades do Oeste Paulista foi feito com base nos interesses econômicos de cada agricultor, do que traria maior lucro.

Figura 2. Fotografias da urbanização de Adamantina

Fonte: Acervo municipal, editado pela autora, 2019.

Após um período de destaque, quando a região estava em processo de formação, o Estado não intervia nas decisões tomadas pelos governantes locais e provia apenas o básico de infraestrutura para a formação das cidades, fora isso, o município deveria ser tornar autônomo, se mantendo com o seu próprio comércio e indústrias, mas infelizmente não foi o que aconteceu com boa parte das cidades do interior paulista nas décadas de 1970 e 1980. Ao deixar a cidade livre para tomar suas próprias decisões, sem planejamento prévio, culminou para o seu declínio (GIL, 2007).

O segundo momento, então, se caracterizou como sendo de atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas. (GIL, 2007, p. 143)

Depois da crise enfrentada em Adamantina, os moradores da zona rural começaram a migrar diretamente para o centro, buscando um estilo de vida mais promissor, por isso o aumento do número de edifícios e habitações, refletem diretamente na modificação da malha urbana. Essa ampliação demográfica se mostrou mais evidente nos anos 90, quando foram executados conjuntos habitacionais do programa da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), somando mais de 400 habitações. Adamantina segue com um desenvolvimento moderado, mesmo com fábricas e usinas se instalando na região. A cidade ainda conta com o Centro Universitário de Adamantina (UniFAI), que gera benefícios ao município por conta da vasta gama de cursos e alunos, movimentando assim o comércio local.

Por ter sido fundada na década de 1940, a cidade de Adamantina carrega em seus edifícios mais antigos uma forte influência Art Déco, tanto em pequenas residências como em grandes galpões industriais e a sua maioria se localiza no centro da cidade e ao longo da linha férrea, mas muitos destes edifícios sofreram alterações ou foram demolidos, alguns perderam por completo suas características originais. Alguns pontos seguem mantendo e seu uso original, mas a sua maioria fora se adaptando as novas necessidades que o município desenvolvera.

De origem francesa, o estilo decorativo Art Déco remete-se ao Arts and Crafts Movement, sendo encontrado em diversas áreas, como nas artes plásticas, no design e na arquitetura, seguindo uma predominância de linhas retas ou circulares estilizadas, com formas geométricas e o design abstrato, explorando temáticas selvagens e formas femininas (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2019). O Art Déco se mostrou um estilo acessível a todas as camadas da comunidade urbana, desde a elite até as classes mais populares, podendo ser encontrado em grandes e pequenas residências e em prédios comerciais trazendo uma linguagem de renovação que atingiu todas as esferas da sociedade (CORREIA, 2008). Por isso a sua presença é marcante em cidades que foram fundadas com a expansão ferroviária no interior do estado de São Paulo.

Nota-se que, no Brasil, há uma variedade de expressões empregadas para designar o que usualmente se considera como art déco. Às vezes, como é o caso de casas urbanas, construções absolutamente tributárias de modelos que remetem à arquitetura colonial e do século XIX – em termos de materiais, técnicas construtivas, implantação, programa e organização dos espaços internos – têm uma fachada com ornamentação de viés art déco. Em outros casos, uma construção quase totalmente vinculada à arquitetura moderna – em termos de programa, materiais, técnicas e forma – apresenta na fachada um (ou

vários) elemento de destaque claramente vinculado à ornamentação déco. (CORREIA, 2008, p. 48)

Segundo Correia (2008), a arquitetura que carrega as características Art Déco é desvalorizada e pouco conhecida, se comparada com a sua forte presença nos centros urbanos brasileiros. As primeiras cidades da Nova Alta Paulista tiveram o seu arranjo espacial formado entre os anos de 1930 e 1950, composto geralmente, por um centro com estabelecimentos comerciais e as indústrias de café que eram instaladas nos limites do município (GIL, 2007).

Figura 3. Demarcação do centro de Adamantina



Fonte: Google maps, modificado pela autora, 2019.

No centro da cidade podemos encontrar prédios que foram parcialmente descaracterizados com o passar dos anos, onde foram apenas instalados letreiros com estrutura metálica cobrindo a ornamentação características do estilo Art Déco.

Figura 4. Edificações que sofreram modificações parciais



Fonte: Google maps e acervo pessoal, modificado pela autora, 2019.

E existem prédios que sofreram com a adulteração extrema e permanente de suas fachadas. Os relevos geometrizados foram retirados, ou cobertos por outros materiais. Alguns ainda foram demolidos, criando lacunas históricas, deixando vazios que são subutilizados.

Figura 5. Edificações que sofreram modificações permanentes

Fonte: Google maps e acervo pessoal, modificado pela autora, 2019.

Ainda podemos notar a presença forte do Art Déco em alguns edifícios que se mantiveram quase que intactos, sem sofrer degradações consideráveis. Em sua maioria, os edifícios que foram conservados se localizam nas antigas áreas industriais do município.

Figura 6. Edificações que foram mantidas

Fonte: Acervo municipal e pessoal, modificado pela autora, 2019.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a presença da estrada de ferro foi o elemento principal na colonização do Oeste Paulista, no qual proporcionou o desenvolvimento de diversas cidades da região. Os primeiros edifícios que ajudaram a formar o centro da cidade de Adamantina, apesar da constante deterioração e intervenções por parte de seus proprietários, ainda são de extrema importância para a história do

município, mostrando a forte presença das características do estilo Art Déco na cidade, expressando a modernidade da época, criando uma sensação “futurista” para uma região em crescimento.

Por esse motivo, a conscientização por parte de autoridades e da população em relação a importância e a obrigação aos cuidados das edificações se mostra necessário, desenvolvendo iniciativas que incentivam a preservação dos elementos históricos. A restauração pode contar com toda e qualquer forma de intervenção humana, desde que traga a evidência ao prédio novamente, e como consequência o seu uso. As interferências no edifício, ocorridas naturalmente nos âmbitos biológicos e físicos, muitas vezes não acrescentam valor e não podem contar para a requalificação do prédio (BRANDI, 2008). A variedade de usos nos edifícios em questão impede que os mesmos se deterioram com o tempo, já que haverá manutenção constante por consequência a memória do início da cidade ficara viva para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

ART Déco. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo352/art-deco>>. Acesso em: 16 de abr. 2019. Verbetes da Enciclopédia.

BARROS CORREIA, T. **Art déco e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940.** São Carlos, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142008000200003>

CASTANHA GIL, I. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional.** Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2007.

GALDINO DA SILVA, R. **Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do estado de São Paulo: Município de Adamantina 1937 a 1955. 1989.** Dissertação (mestrado) – Faculdade de letras, história e psicologia de Assis – UNESP. Assis, 1989.

JORGE DE LIMA, C. **Jubileu de ouro de Adamantina.** Adamantina, 1999.

PREFEITURA DE ADAMANTINA. 2018. Disponível em: <<http://www.adamantina.sp.gov.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

SAVÉRIO SPOSITO, E.; FERNANDO JURADO DA SILVA, P. **Cidades pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais.** Jundiaí, Paco Editorial: 2013

PLANO DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA MICROBACIA DO CÓRREGO AFONSO XIII EM TUPÃ-SP

Ana Laura Amancio, Yeda Ruiz Maria.

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: analaura.amancio@gmail.com

RESUMO

A cidade de Tupã-SP atualmente enfrenta inúmeras adversidades adjuntas ao córrego Afonso XII, sendo o mais agravante os alagamentos ao longo de seu curso d'água, situação frequente em dias chuvosos, acarretando desconforto aos moradores da comunidade, por conta da falta de espaço urbano, deste modo, o foco do trabalho baseia-se na resolução desses problemas. Tendo essa problemática em mente, foi realizado o levantamento desses inconvenientes, para que assim possa ser realizado o desenvolvimento de um projeto de revitalização urbanística, com a intenção de melhorar a infraestrutura da cidade. Para a sistematização da coleta e análise dos dados, o estudo foi realizado através de materiais disponibilizados pela prefeitura municipal juntamente com o livro da história da cidade e materiais de jornais, desta forma se torna possível compreender as limitações específicas em toda área de estudo, e conseqüentemente dar diretrizes para um projeto urbano que atenda às exigências do local, e que seja viável sua implantação, mostrando dessa maneira que é possível a realização de um projeto de drenagem que agrega à população.

Palavras-chave: Córrego Afonso XIII. Drenagem Urbana. Tupã-SP. Intervenção Urbanística.

URBANIST INTERVENTION PLAN IN THE AFONSO XIII MICROBACIA IN TUPÃ-SP

ABSTRACT

The city of Tupã-SP currently faces numerous adversities adjacent to the Afonso XII stream, the most aggravating flooding along its watercourse, a frequent situation on rainy days, causing community residents discomfort due to the lack of space. Thus, the focus of the work is on solving these problems. With this problem in mind, these drawbacks were surveyed so that the development of an urban revitalization project could be carried out, with the intention of improving the city's infrastructure. For the systematization of data collection and analysis, the study was conducted through materials made available by the city hall along with the city history book and newspaper materials, thus making it possible to understand the specific limitations in every study area, and consequently give guidelines for an urban project that meets the local requirements, and that its implementation is feasible, thus showing that it is possible to carry out a drainage project that adds to the population.

Keywords: Afonso XIII Stream. Urban drainage. Tupã – SP. Urbanistic Intervention.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado a seguir visa o estudo de vazios urbanos e áreas degradadas na cidade de Tupã, resultado da ocupação de áreas de fundo de vale. O tema deste projeto se baseia na intervenção destas áreas, levando em conta que este assunto vem alcançando fundamental importância, pois se observa assim a possibilidade de tornar as cidades lugares mais sustentáveis.

A busca pelo contato com a natureza melhora a qualidade de vida tanto ambiental como humana, se levado em conta que é do comportamento humano a busca por lazer e comunicação uns com os outros. Como descrito por Donoso (2011), o planejamento urbano tem grande importância para a definição das áreas livres de edificações, principalmente se considerarmos o uso desses espaços para a convivência social, tendo um papel fundamental na forma como a cidade se desenvolve a partir dos princípios de cidadania, dependendo quase inteiramente da qualidade destes espaços para essas práticas.

MÉTODOS

A investigação baseará em três métodos de pesquisa: levantamentos bibliográfico, documental e resultados. Sendo divididos em duas etapas a primeira da pesquisa bibliográfica e documental que será o meio utilizado para identificar os fatos históricos e a relação do desenvolvimento e evolução da cidade com o córrego e na segunda dos resultados serão dadas diretrizes através de estudos para a resolução dos problemas.

Os documentos analisados nesta etapa da pesquisa serão documentos oficiais e técnicos do município de Tupã - SP, relacionados ao contexto histórico de sua formação.

Para a estruturação da segunda e última etapa da pesquisa serão expostos os resultados e assim dado diretrizes projetuais à leitura subjetiva do córrego.

RESULTADOS

Segundo Donoso (2011), o território paulista foi importante no cenário político e econômico a partir do século XVIII com a cultura do café, pois nesta época a cultura da cana de açúcar estava em declínio, e com a vinda da exploração do ouro mudou-se o foco das agrárias para as minas. “O motivo para a cultura cafeeira ter se desenvolvido no Estado de São Paulo é porque lá se encontravam, além de uma grande quantidade de terras disponíveis, grande oferta de capital e de fazendeiros interessados.” (DONOSO, 2011, p. 32)

De acordo com o autor (Idem, 2011), de 1900 a 1940 a cultura do café foi perdendo sua importância dando assim lugar ao crescimento da indústria na economia da região. A região de Marília, localizada no centro-oeste do estado de São Paulo teve seu início com a expansão do café por volta de 1900, mas com a crise da cultura cafeeira foram implantados outros tipos de culturas para a região, dentre elas o algodão e o amendoim e simultaneamente indústrias para o processamento da matéria prima. E assim desenvolveu-se a região.

A cidade de Tupã teve sua fundação no ano de 1929 por Luiz de Souza Leão, um jovem colonizador pernambucano, que chegou ao estado de São Paulo após diversas missões bem-sucedidas e se instalou no interior do Estado em Cafelândia, sendo agricultor e pecuarista. A partir daí, surgiu o interesse em fundar uma cidade em meio a “selva” na qual fosse possível a passagem da estrada de ferro em direção ao Mato Grosso, e assim em companhia de João do Val e Eurípedes Soares da Rocha fundou o núcleo de Tupã (MONTES, 2012).

A cidade teve sua primeira residência finalizada no ano de 1929 e a partir dali o município foi se desenvolvendo consolidando na malha urbana existente atualmente. O principal responsável para esse processo foi a expansão cafeeira da época que trouxe diversas famílias à nova cidade e posteriormente a construção da estrada de ferro existente.

O município está localizado no interior do estado de São Paulo a 437 km em linha reta da capital, encontra-se na região conhecida como Nova Alta Paulista, entre os rios Aguapei ou Feio e Peixe, além dos Ribeirões Iacri, 7 de setembro, Pitangueiras e Afonso XIII, conforme dados do IBGE.

A cidade de Tupã foi construída entre rios, com o objetivo de servir como passagem da estrada de ferro, no qual foi realizado um traçado viário que serviu de base para o desenvolvimento da cidade (MONTES, 2012). No traçado inicial, a cidade tinha limite demarcado adjunto ao Córrego Afonso XIII, e conforme a população foi aumentando a cidade começou a ultrapassar a barreira do córrego. Com isso, foram realizadas obras para que fosse possível permear entre os dois lados do rio.

De acordo ainda com Montes (2012), de 1973 a 1976 foram implantadas pontes sobre o Córrego Afonso XIII em diversos pontos, dando passagem para o outro extremo através do programa do governo chamado CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), que tinha como objetivo a execução de obras em bairros precários em diversas cidades brasileiras em ascensão que contavam com uma situação econômica próspera.

Segundo Montes (2012), em 2007, iniciou-se o Programa de Aceleração do Crescimento, financiado pelo Governo Federal. Nele foram realizadas a ampliação de caixas de passagem e do canal de águas pluviais de ruas paralelas ao braço esquerdo do córrego Afonso XIII.

Era previsto que melhoraria o escoamento de água para evitar riscos de enchentes e inundações que ocorriam em dias de chuva, além disso foi construído um piscinão para contribuir com estas vazões, porém mesmo com todas as melhorias os problemas continuam atualmente. No mesmo programa citado foi executado a canalização do Afonso XIII (Montes, 2012).

Segundo Montes (2012), no ano de 2012 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual tinha como propósito o resgate da área verde original (mata ciliar), a conservação da fauna e da flora e prevenir contra o assoreamento no braço direito do Córrego Afonso XIII. Foi realizado o acercado da área e o replantio de árvores nativas no local, mas com o decorrer dos anos o que se nota é um abandono na manutenção da área.

As obras citadas anteriormente com o objetivo de “resolver” o problema de forma rápida e barata, foram realizadas sem estudos aprofundados, tanto em relação a questões de ocupação do solo, às margens do córrego, quanto de drenagem, trazendo assim diversos problemas para o município.

Um dos principais motivos se deu pelo processo de erosão do solo. Isso pelo fato da economia de Tupã ter se baseado nas culturas de café e algodão, que ficavam localizadas próximas ao Córrego Afonso XIII, com o objetivo de utilizar das águas para irrigação. Sendo o algodão um grande degradador do solo, como já citado anteriormente, isto desencadeou um processo de erosão em toda extensão do córrego.

Em pontos no qual o córrego foi tamponado, utilizou-se de solo de qualidade baixa e parte do lixo que se abrigava no local para cobrir o canal. Com o passar dos anos o lixo vem se decompondo e a superfície vem se assentando e o resultado disso são diversas fissuras nas edificações próximas (Figura 1 e 2), além do risco de desabamento de algumas.

Figura 1. Fissuras na estrutura de UBS



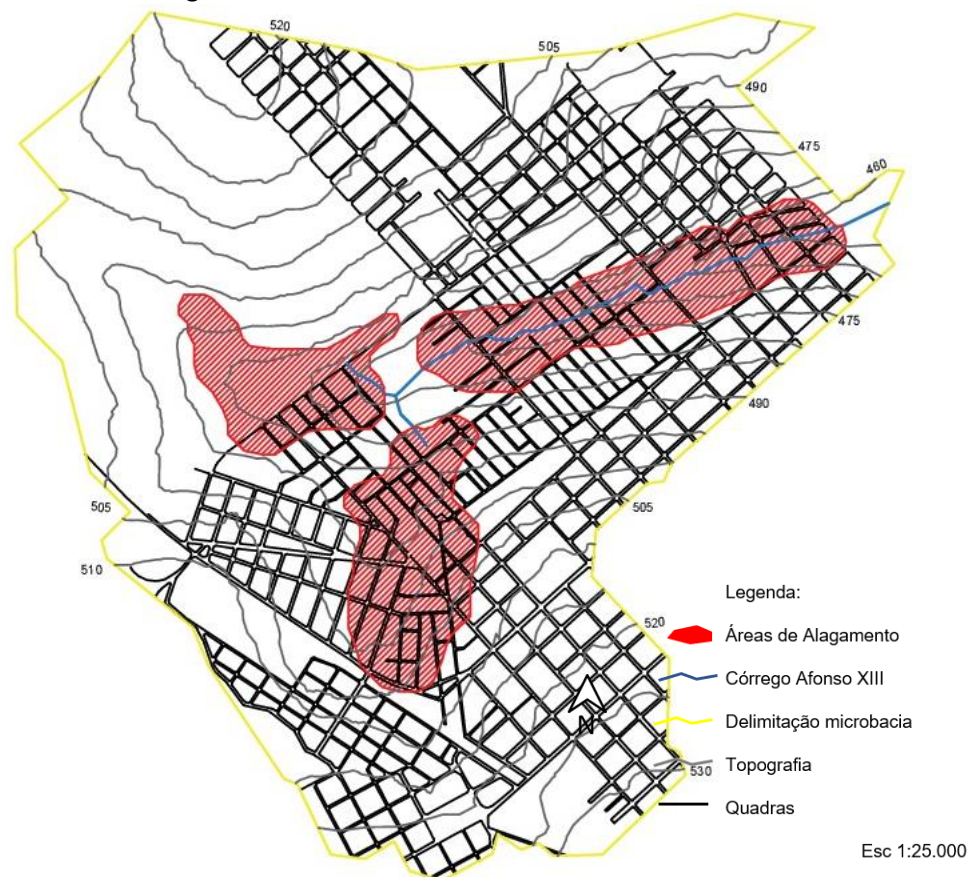
Fonte: TupãCity, 2017

Figura 2. Fissuras na parede da UBS



Fonte TupãCity, 2017

Segundo Montes (2012), houve no ano de 2007, a canalização do Afonso XIII, com o objetivo de conter as inundações frequentes em dias de chuva. O que não se obteve sucesso desejado e contribuiu ainda mais com as inundações em diversos pontos, principalmente em ruas de grande fluxo que ligam os bairros ao centro da cidade, como mostra o mapa da Figura 3. Os principais problemas das enchentes é a falta de permeabilidade do solo, falta de áreas verdes e os canais com dimensionamentos menores do que o necessário, não suprimindo as necessidades em dias que o índice pluviométrico é elevado.

Figura 3. Mapa de áreas de alagamento

Fonte: SEPLIN, 2009, BENINI, 2009, editado pela autora, 2018

Além disso a canalização e a falta de manutenção desses canais trazem alguns incômodos, como a água parada em diversos pontos por conta da falta de movimentação das águas (Figura 16 e 17). Estas águas acabam produzindo mal cheiro, além de servir como ponto para animais e insetos indesejáveis e proliferação de doenças causadas pelos mesmos.

O córrego Afonso XIII por ser extenso, no decorrer do seu corpo ocorre diversos problemas pontuais, por tanto foi realizada a divisão em quatro setores para melhor segregação dos problemas que transcorrem em cada um dos pontos. Mas algumas diretrizes devem ser realizadas em toda sua extensão, sendo elas a desapropriação de todas moradias em área de risco, a delimitação de toda Área de Preservação Permanente e a reestruturação de toda a canalização do córrego.

O primeiro setor encontra-se a maior área livre de todo o percurso do córrego, além de possuir duas nascentes, sendo um dos pontos iniciais de alagamento. O segundo setor possui entorno do curso d'água um grande adensamento de edificações, não seguindo a quantidade de área verde exigida por lei para sua preservação, possuindo também espaços no qual acontece o tamponamento do córrego.

No setor seguinte, o terceiro, existe áreas livres para o desenvolvimento de projeto urbano, além de um problema que tem se agravado nos últimos anos por consequência de uma resolução anterior na qual uma erosão existente foi solucionada com o seu tamponamento com lixo e outros materiais e atualmente os problemas dessa solução vem se mostrando presente, em diversos imóveis do local. E no ultimo setor acontece o encontro com outro braço do córrego tornando-se o Ribeirão Afonso XIII, o local está livre de moradias, mas canalizado e sua área de preservação não segue os parâmetros do Código Florestal, por possuir construções dentro da APP.

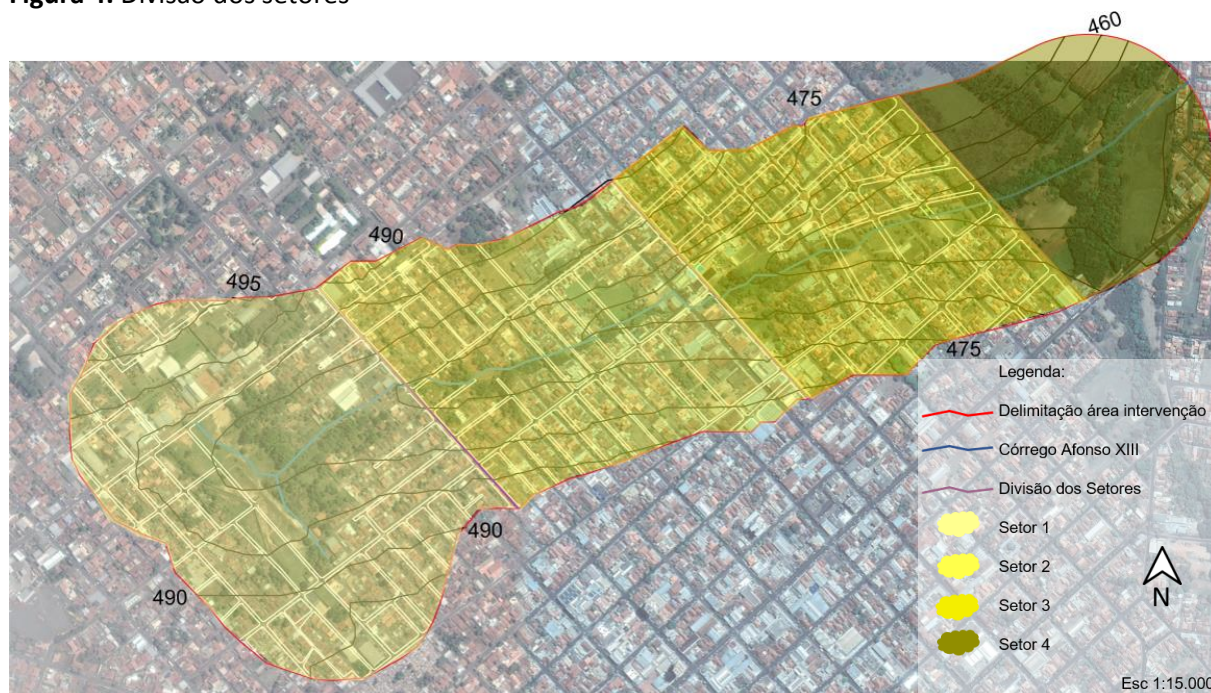
A intervenção acontecera por setores, afim de resolver por partes estas problemáticas e pela escassez de tempo para a apresentação de um projeto completo para todo o córrego desta maneira primeiro momento focou na resolução dos problemas apresentados no primeiro setor e a apresentação de um projeto urbano para o local.

DISCUSSÃO

A partir da análise de mapas, fotos e de visita ao local nota-se que com o decorrer dos anos a encosta do córrego foi sendo tomada por ocupações irregulares, localizadas em áreas de risco, por se tratar de locais muito próximos à nascente e ao corpo do córrego. Estas áreas sofrem ameaça de desmoronamento, imóveis com diversos problemas estruturais, tornam-se um perigo para seus ocupantes, além de possuir baixo valor comercial em virtude das questões já levantadas. Com o decorrer dos anos e a expansão da cidade, começou-se a ultrapassar a barreira física do córrego, desta maneira algumas atitudes foram tomadas para que ocorresse a integração dos ambos os lados, entre elas a canalização do córrego e pontes de ligação.

Através do curso do córrego Afonso XIII delimitou-se um recorte dentro da microbacia para que pudesse trabalhar espaços mais próximos ao córrego e assim, em seguida por sua extensão, e no decorrer do seu corpo ocorre diversos problemas pontuais, por tanto foi realizada a divisão em quatro setores para melhor segregação dos problemas que transcorrem em cada um dos pontos (Figura 4).

Figura 4. Divisão dos setores



Fonte: SEPLIN, 2009, satélite, 2018, editado pela autora, 2018.

A intervenção aconteceu por setores, afim de resolver por partes estas problemáticas e pela escassez de tempo para a apresentação de um projeto completo para todo o córrego desta maneira primeiro momento focou na resolução dos problemas apresentados no primeiro setor para o local.

Deve ser realizada inicialmente a delimitação de Área de Preservação Permanente (APP), para que assim possa ser realizadas a infraestrutura do córrego. Em busca de tornar o curso d'água mais natural, será necessário retirar as estruturas de canalização atual em concreto e colocadas estruturas de gabiões tipo colchão que nada mais é do que estruturas metálicas preenchidas com pedra que possuem uma estrutura flexível armada, drenante e com grande durabilidade e resistência, além de proporcionar um aspecto mais natural para o espaço.

A maior proposta que influenciará todo o córrego é a inserção de uma lagoa para a contenção da água da chuva, sobretudo controlar os alagamentos frequentes, pois estas abrigariam grande parte da água recebida no local em dias de chuva. A primeira lagoa tem como função principal o resultado paisagístico e elemento de interação da população com a água. Já a segunda lagoa por possuir uma profundidade maior tem como finalidade abrigar a água recebida e armazená-la até o momento que o fluxo de água do restante do córrego normalizar e assim realizar a liberação da água pelo corpo d'água.

As propostas para este primeiro setor incluem a locação de uma passarela para ligar ambos os lados, e toda uma infraestrutura necessária de um parque, incluindo áreas de esporte,

playground, espaços destinados ao encontro de pessoas e estudantes, estacionamentos e pistas de caminhada e ciclismo.

CONCLUSÃO

A partir do presente projeto de pesquisa e maior entendimento sobre as reais necessidades sociais das pessoas, faz-se necessário nas próximas etapas um detalhamento das diretrizes necessárias para cada setor, afim de tratar cada área cuidadosamente buscando os melhores resultados para cada local.

O presente trabalho propõe a elaboração de um plano urbanístico para o Córrego Afonso XIII na cidade de Tupã, com o objetivo de trazer para o espaço diversos benefícios à comunidade e ao meio ambiente, pois busca diminuir os problemas de alagamentos em dias de chuva para a comunidade moradora do entorno, além de proporcionar espaços de uso público multifuncional inexistente nas proximidades do local para a população, se tornando mais um local público de entretenimento, esporte, lazer e educação.

REFERENCIAS

DONOSO, V. Garcia. **A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto**. 2011. 242 f. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. [Online]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tupa/panorama>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MONTES, A. V. **Tupã: Depoimentos de uma Cidade**. 2ª Edição. Tupã: Gráfica & Editora Multi-Gráfica, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ. **SEPLIN** (Secretaria de Planejamento e Infraestrutura). Tupã, 2009.

PROJETO URBANÍSTICO COMO IDENTIDADE URBANA - CONJUNTO HABITACIONAL JORGE DIB ABRAHÃO EM TEODORO SAMPAIO / SP

Lesmin Yamada Ubida, Yeda Ruiz Maria, Victor Martins De Aguiar

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. E-mail: iesmin.ubida@gmail.com

RESUMO

A falta de planejamento urbano nas cidades reflete, de forma direta e negativa, na ausência de identidade urbana nos bairros, principalmente nos de pequeno porte. Com o acelerado processo de expansão urbana nas cidades brasileiras, os bairros são criados sem planejamento, não visando a real necessidade dos moradores do mesmo, e assim ficam sem referências ou pontos norteadores para que os mesmos se destaquem, criando a não interação entre morador e bairro, deste modo, impossibilitando a formação do pertencimento com o local. A identidade urbana só é criada e formada através das interações e apropriações entre morador e bairro, quando a população local é refletida na configuração da paisagem, os mesmos usufruem do espaço, criam laços, e fortalecem a interação entre homem e meio urbano. Neste contexto, tem-se como base a cidade de Teodoro Sampaio/SP, visando principalmente o Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão instalado em 2016 na periferia do município, no qual não apresenta identidade urbana. Neste sentido, o presente artigo busca compreender o como e o porquê a falta de planejamento urbano afeta a identidade urbana dos bairros e, para tanto, faz-se necessário como metodologia o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e levantamentos in loco.

DESCRITORES: IDENTIDADE URBANA, PLANEJAMENTO URBANO, APROPRIAÇÕES ESPONTÂNEAS, INTERAÇÕES URBANAS, BAIRRO CONJUNTO HABITACIONAL JORGE DIB ABRAHÃO.

URBAN PROJECT AS URBAN IDENTITY - DISTRICT CONJUNTO HABITACIONAL JORGE DIB ABRAHÃO IN TEODORO SAMPAIO / SP

ABSTRACT

The lack of urban planning in cities directly and negatively reflects the lack of urban identity in neighborhoods, especially in small ones. With the accelerated process of urban expansion of Brazilian cities, the neighborhoods are created without planning, not aiming at the real need of the residents of the same, thus leaving no references or guiding points for them to stand out, creating the non-interaction between resident and neighborhood and thus, making it impossible to form belonging with the local. Urban identity is only created and formed through interactions and appropriations between resident and neighborhood, when the local population is reflected in the landscape configuration, they enjoy it, create ties, and strengthen the interaction between man and urban environment. In this context, the city of Teodoro Sampaio/SP, mainly targeting the neighborhood District Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão, located on the outskirts of the city, which does not have an urban identity. In this sense, the present article seeks to understand how and why the lack of urban planning affects the urban identity of neighborhoods and, therefore, it is necessary as methodology the bibliographic survey, documentary research and on-site surveys.

KEYWORDS: URBAN IDENTITY, URBAN PLANNING, SPONTANEOUS APPROPRIATIONS, URBAN INTERACTIONS, DISTRICT CONJUNTO HABITACIONAL JORGE DIB ABRAHÃO.

INTRODUÇÃO

Os autores Lynch (1997) e Fontes (2012) ressaltam que a identidade urbana está relacionada ao meio urbano, a imagem que isso representa, a familiaridade que este desperta, transformando em um conjunto singular e único. Entende-se assim que a concentração de pessoas gera o sentimento de segurança, pertencimento ao entorno ou grupo social, vinculado ao espaço a partir da vivência do mesmo.

Nesse sentido, com a rápida expansão urbana, como defendem Corrêa (1989) e Del Rio (1990),

intensificada no período pós-industrial (século XIX), alavancou o crescimento desenfreado das cidades sem o planejamento urbano, o que acabou por refletir nas formas e concentrações urbanas, assim como nos vínculos pertencentes aos espaços urbanos (um dos principais elementos da formação da identidade urbana), onde cada vez mais espaços de socialização são esquecidos, dando lugar à veículos. Jacobs (2000) e Maricato (2015) ressaltam ainda que com essa perda do sentimento de comunidade, alavancadas pelo decorrer do tempo através do capitalismo e especulação imobiliária, se criam porções urbanas mais desenvolvidas que as demais, mais segregadas e, conseqüentemente, as identidades urbanas não são criadas.

Para Serpa (2007) as pessoas são agentes modificadores do espaço, manipuladores e contribuintes para o planejamento urbano. Contudo, Brandão (2002, p. 35, apud FRANCISCO, 2005), afirma que a identidade urbana seria o reflexo da forma que os moradores e o local se interagem, criando padrões de vida específicos que repercutem na configuração da paisagem.

Segundo Francisco (2005), a interatividade nos espaços públicos pode ser um reflexo da identidade urbana dos bairros, pois são palcos de manifestações variadas que contribuem para a qualidade de vida, permitindo a ligação e consolidação de laços sociais, que condicionam a vivência urbana. Sem o planejamento urbano, esses espaços de socialização, vivência, interatividade bem como os espaços públicos, não são formados, e cada vez mais as identificações urbanas não são concebidas, o que repercute diretamente no modo como os moradores enxergam a cidade e o bairro em que moram, não fortalecendo raízes com o local.

Portanto, o objeto de estudo desta pesquisa é o Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão inaugurado em 2016, localizado a sudeste da cidade de Teodoro Sampaio – SP, com mais de 300 casas populares, viabilizado por meio de programas governamentais para população de baixa renda (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006), tendo grandes potenciais e atrativos não explorados no seu entorno mediato e imediato.

Neste contexto, tem-se como objetivo compreender como a falta de planejamento urbano afetou na identidade urbana do Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão, da cidade de Teodoro Sampaio – SP.

MÉTODOS

O desenvolvimento desta pesquisa exploratória qualitativa se pautou, inicialmente, na escolha da área para aplicação de estudos e análises pertinentes, referentes, principalmente, sobre a identidade urbana, e como a mesma não se desenvolve sem o planejamento urbano adequado. Nesse sentido, a área escolhida está situada na cidade de Teodoro Sampaio-SP, no bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão, especificamente em lote destinado ao lazer, o qual não possui infraestrutura.

Primeiramente, foi realizado levantamentos bibliográficos feitos em teses, dissertações, artigos científicos entre outros, sobre espaço público, lazer, identidade urbana, e como os mesmos se inter-relacionam, tendo em vista a sustentação teórica da pesquisa, e suas atuações no cotidiano dos moradores, assim como a influência direta do planejamento urbano nessas questões anteriormente mencionadas.

Para isso, houve a necessidade de compreender como os órgãos competentes atuam no espaço delimitado, realizando levantamentos teóricos e análises bibliográficas e documentais, principalmente dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, como o Plano Diretor Municipal, Mapa Municipal que consta a sua topografia e perímetro urbano, Lei de Parcelamento do Solo Municipal e Lei Orgânica Municipal, para compreensão de dados oficiais, e como os mesmos têm influência, direta ou indireta, sobre o planejamento urbano na participação da identidade urbana, a qual é ausente no bairro citado.

Pautou-se também na pesquisa *in loco* para acervo fotográfico sobre o comportamento dos moradores para com o local, dialogando com os mesmos através de conversas informais e realizando visitas esporádicas em dias da semana alternativos, analisando onde ocorrem as principais interações sociais e quais seriam os pontos negativos do local para os mesmos, e por fim, a correlação entre os dados levantados bibliograficamente e *in loco*, analisando as informações do perfil do público frequentador do bairro, além de revelar possíveis locais com potencialidade para que ofereça identidade urbana ao mesmo e direcionamento para as diretrizes.

RESULTADOS

Os resultados foram agrupados por temática, sendo, respectivamente, a definição de identidade urbana, sua atuação e exemplos; a localização do lote escolhido, apontando suas potencialidades e problemáticas; e por fim, uma possibilidade de identidade urbana de forma física, através de análises, sendo as diretrizes projetais para a identidade urbana da área/lote escolhido de forma física e interativa com os moradores do bairro em questão.

IDENTIDADE URBANA: IMPORTÂNCIA E RECONHECIMENTO

Compreende-se então que, a identidade urbana só é criada, quando existe um estreito laço entre o indivíduo e o espaço/meio urbano, no qual o mesmo enxerga no ambiente, criando o sentimento de pertencimento, segurança e proteção, um local que desperta memórias e ligações emocionais e simbólicas. Nesse sentido, pode-se compreender que a identidade urbana pode ser relacionada de formas interativas (convivência nas formas arquitetônicas e mobiliários urbanos), como subjetivas (arte e expressões culturais), tendo como palco um ambiente urbano no qual o indivíduo possa formar vínculos e raízes.

A relação da pessoa com um espaço é o que permite sua transformação em *lugar*. Enquanto lugar, o espaço ganha importância e sua identificação situa-se para além de seus limites físicos. Ele é principalmente reconhecido pelo valor atribuído à vivência e aos sentimentos relacionados a ele (CAVALCANTE E NÓBREGA, 2017, p 184).

Ou seja, quanto mais interações entre pessoas e o ambiente houver, mais ele será parte da identidade do indivíduo, pois, como explicam Mourão e Bonfim (2017), essa constante experiência acaba por transformar o espaço, e com isso, moldando ambos pela questão significativa, e por essa ligação, os usuários protegem o mesmo, garantindo que essa memória, o sentimento de pertencimento, a identidade gerada, seja repassada para as gerações futuras.

Contudo, as identidades urbanas se fortalecem pelo planejamento urbano, pois, como explica Lerner (2013 apud GEHL, 2013, p. 12), não só pequenas manifestações culturais e movimentos de moradores se transformam, mas sim, as potencialidades urbanas como um todo são alavancadas, enquanto a falta do planejamento torna estas manifestações invisíveis e esquecidas.

Vale ressaltar que o mesmo afeta também na formação dos bairros, negando aos mesmos de se desenvolverem com uma identidade urbana que reflete os moradores, e, portanto, crescem estéreis, com ausência de vitalidade que atrai o sentimento de identificação com o local. Como por exemplo, bairros, principalmente em cidades pequenas, que apresentam características semelhantes como usos únicos e ruas com fluxo local.

Nessa vertente, existem elementos que auxiliam o planejamento urbano para que o mesmo fortaleçam a identidade urbana, sendo eles, os indicadores de planejamento urbano, os quais apontam diferentes vertentes que beneficiam os moradores/usuários de tal forma, que os mesmos se sintam pertencentes ao ambiente em que frequentam, como destaca Gheno (2009).

Os indicadores de planejamento urbano retrados a seguir (tabela 1), mostram as medidas mitigatórias da expansão urbana sem planejamento, que, segundo Barbosa (2013), são capazes de analisar a qualidade da paisagem urbana, definidos através da busca pela cidade sustentável e inclusiva, capacitando as identidades urbanas das mesmas.

Tabela 1. Indicadores de planejamento e seus atributos.

INDICADORES	TIPOS	DEFINIÇÃO
	Urbanismo Verde	Seriam medidas que aproveitassem a natureza, respeitando a mesma e tirando proveito consciente.
	Periurbana	Medidas que auxiliariam na mitigação da expansão urbana descontrolada.
	Paisagem Construída	Potencializar fachadas ativas e a integração do pedestre no contexto urbano.
	Densidade Urbana	Medidas de controle da densidade urbana, para que não ocorram ilhas de calor.
	Exclusão Socioespacial	Utilizar os vazios urbanos e área subutilizadas para que alavanque a segregação socioespacial.
	Mobilidade	Potencializar principalmente a mobilidade não automotiva, promovendo a segurança dos mesmos.

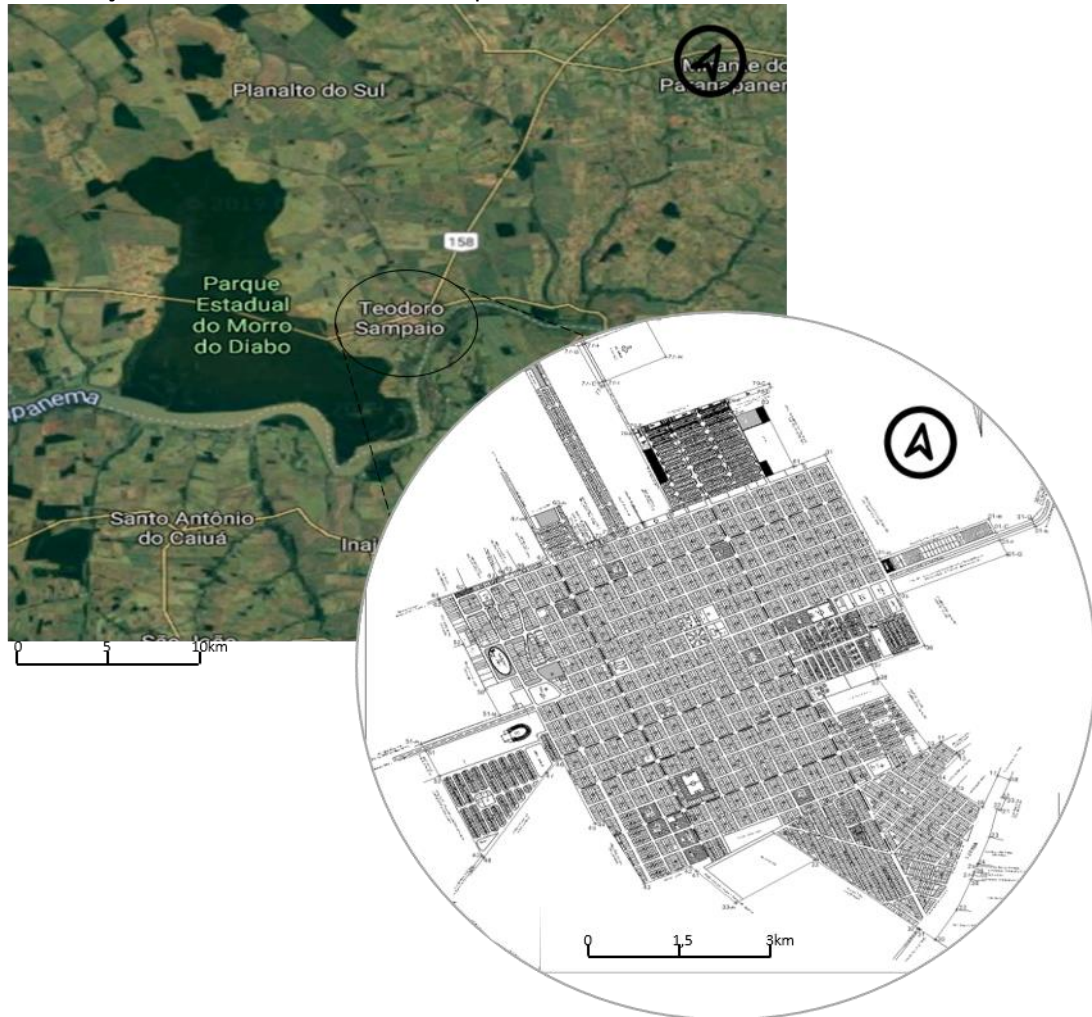
Fonte: Barbosa, 2013; Silva et al, 2010. Adaptado pelos autores, 2019.

Ou seja, o planejamento urbano alavanca as potencialidades do local, e, juntamente com os indicadores sociais, urbanísticos e sustentáveis, auxiliam para o desenvolvimento da identidade urbana, reiterando aos moradores, grupos e bairros, o vínculo pertencente para com a cidade em que moram, fazendo com que os mesmos se sintam representados, garantindo assim, a identidade urbana.

Portanto, pela falta de planejamento urbano na cidade de Teodoro Sampaio-SP, a mesma teve como consequência o não impulsionamento de suas potencialidade, e conseqüentemente, sem suas identidades urbanas nos bairros que compõe a malha urbana da mesma. Teve como alvo, e confecção do estudo, o bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão, localizado na margem da cidade e vinculado a expansão urbana sem o seu controle e planejamento.

3.2 O Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão

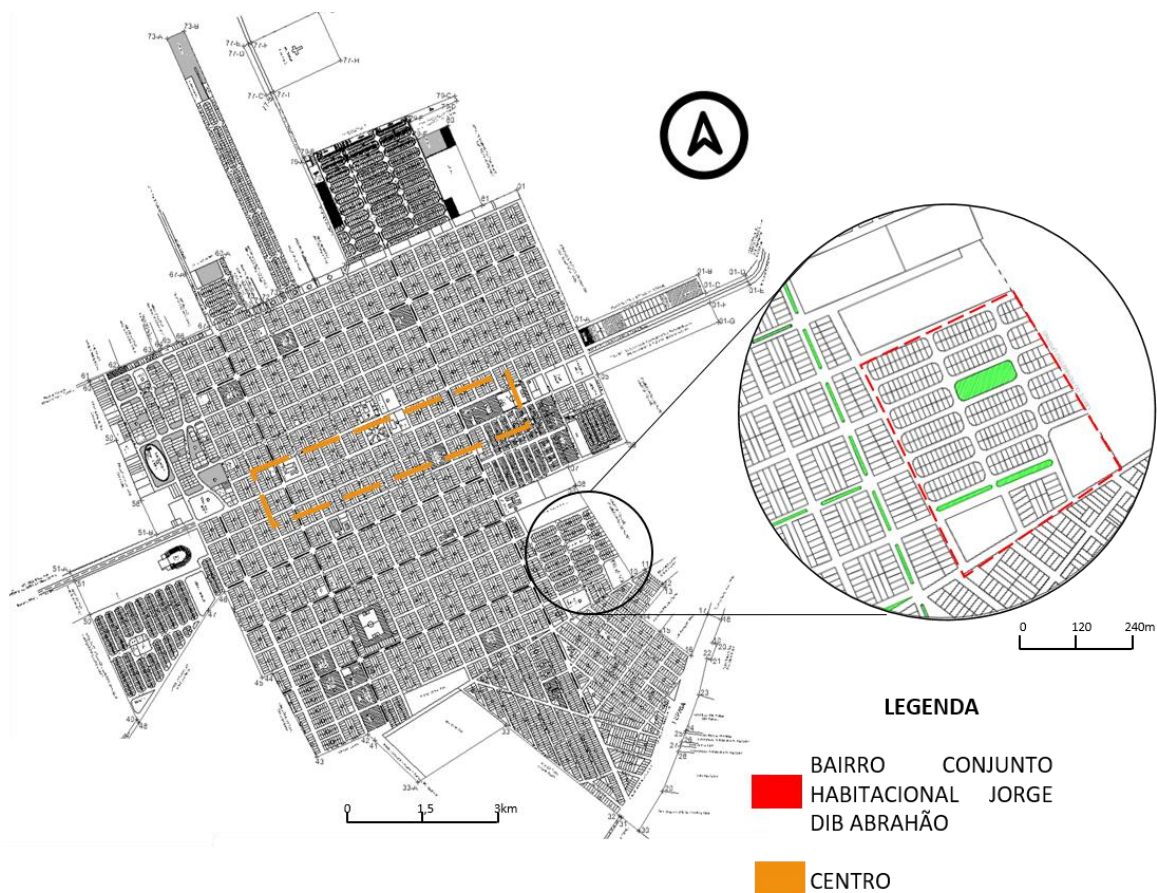
O município de Teodoro Sampaio – SP (figura 1) surgiu do desmembramento da Fazenda Cuiabá na década de 1950, como explica Moura (2017), para a ocupação dos futuros municípios, contudo, o desenvolvimento econômico foi alavancado somente após a implantação da Ferrovia do ramal ferroviário de Dourados, o que garantiu a rápida expansão urbana da mesma por pessoas em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego, e assim, novos bairros foram surgindo.

Figura 1. Localização da Cidade de Teodoro Sampaio-SP e sua malha urbana.

Fonte: Google Maps, 2019. Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio/SP, 2016. Editado pelos autores, 2019.

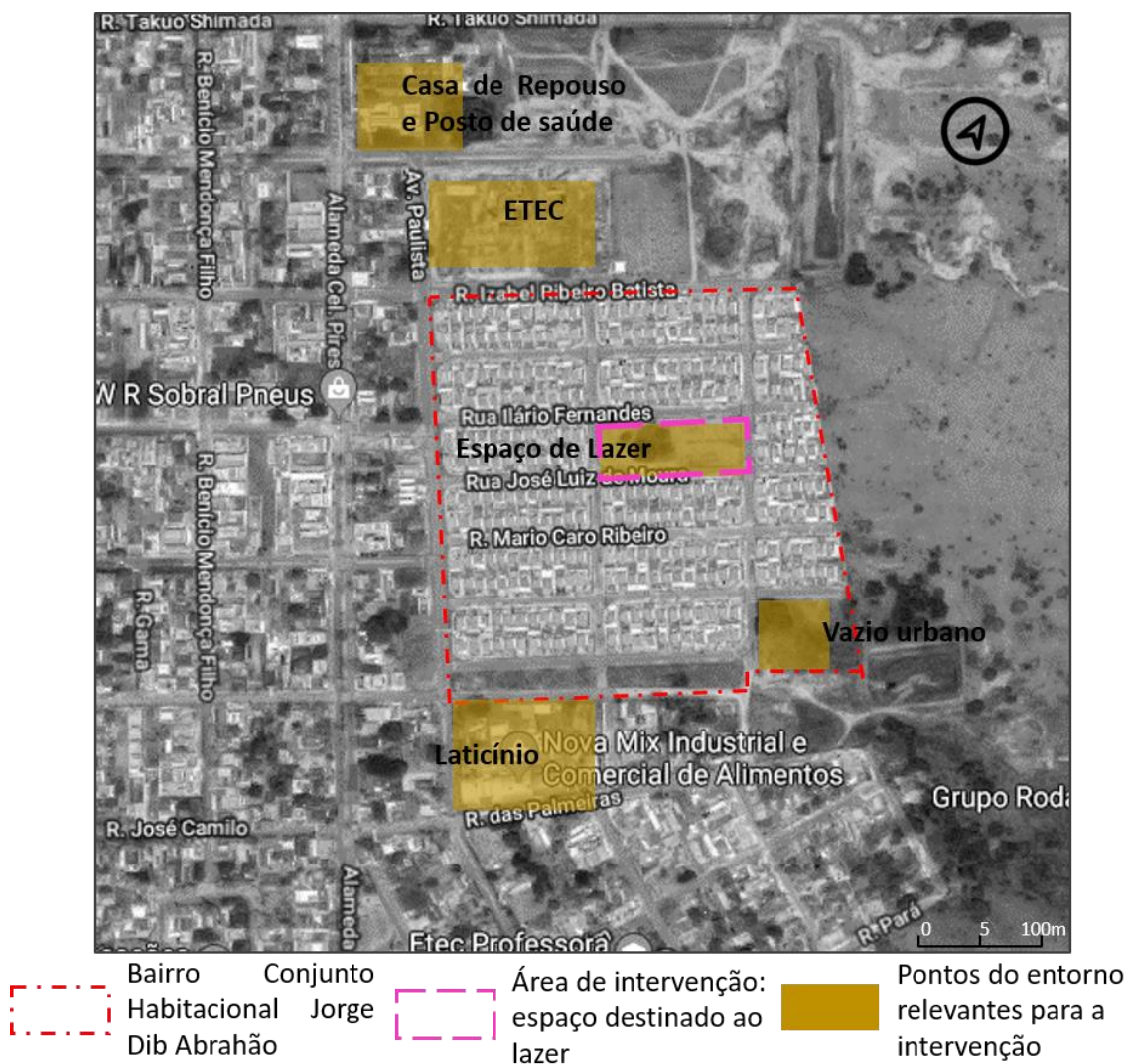
Nesse contexto, o bairro Conjunto Habitacional Jorge Dibb Abrahão (figura 2) foi inaugurado pelo programa Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em 2016 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016) abrigando novos contingentes de uma parcela da população de classe média-baixa, localizado nas margens da cidade. O mesmo possui uso predominantemente residencial, com mais de 400 lotes padronizados, assim como seu gabarito de altura (um pavimento, não influenciando na insolação e ventilação do local), tendo uma quadra destinado ao lazer, porém carece de uma infraestrutura adequada, como os equipamentos urbanos (bancos, postes de iluminação, lixeiras), assim como áreas específicas para descanso, esporte e áreas de recreação infantil, além de apresentar um fluxo local em suas vias decorrentes do uso predominantemente residencial.

Figura 2. Localização do Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão no município de Teodoro Sampaio/SP em relação ao seu centro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio/SP, 2016. Editado pelos autores, 2019. Sem escala.

Seu perímetro constam com a futura ETEC (Escolas Técnicas Estaduais) ao norte e ao sul, o Laticínio Quatá (figura 3), ambas com uma concentração significativa de pessoas durante o dia, modificando o fluxo do entorno do bairro em questão. Além disso, no interior do bairro, o mesmo abriga alguns dos integrantes do grupo Batalha da Pedra, sendo este um grupo que reúnem jovens e adolescentes à duelarem através de rimas ao som do *rap*, buscando a valorização da cultura urbana.

Figura 3. Delimitações do bairro Jorge Dib Abraão de acordo com as potencialidades do seu entorno.

Google Maps, 2019. Editado pelos autores, 2019. Sem escala.

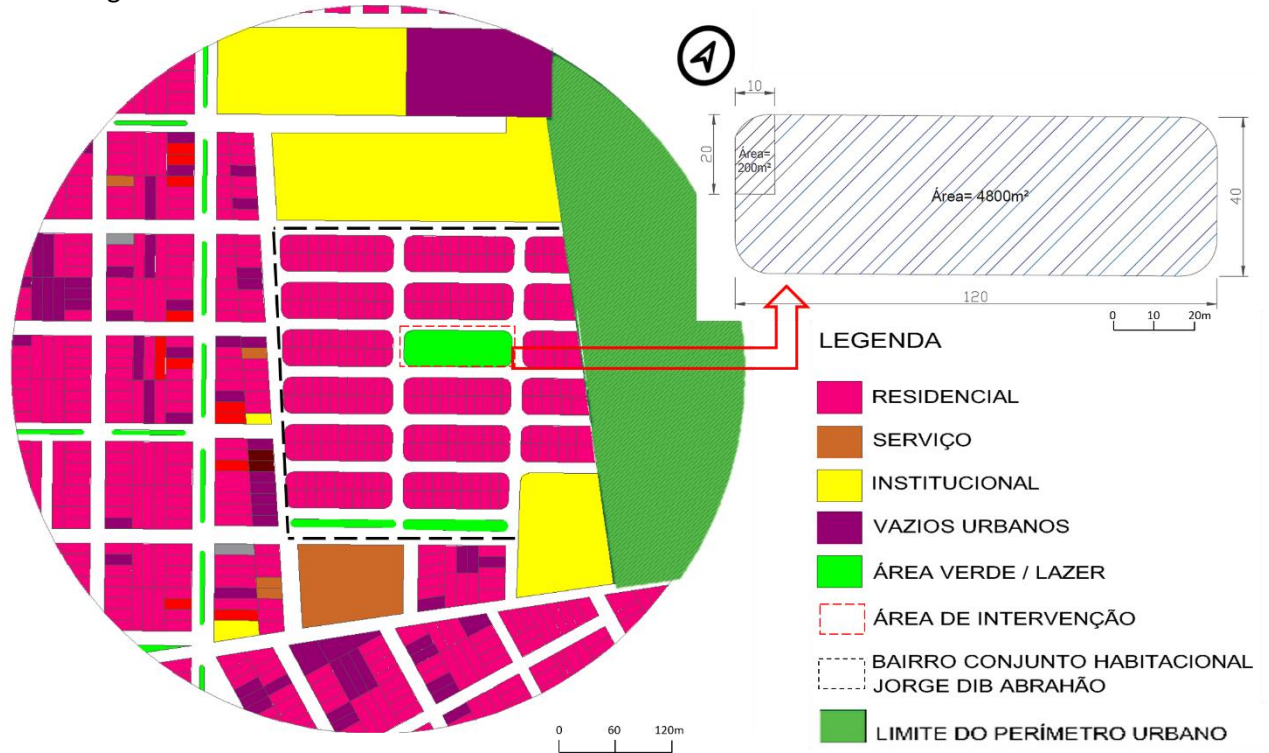
Contudo, o mesmo não desenvolveu suas melhores características¹⁵, que o marque em relação a malha urbana da cidade, ou seja, sua identidade urbana permanece ausente, pois, mesmo com aprovações de projetos urbanos no bairro, não são destinadas verbas para a concretização do mesmo. Porém, em seu entorno imediato e mediato, apresentam grandes potencialidades para o mesmo, como suas delimitações e os próprios moradores com suas apropriações espontâneas ocorridas rotineiramente, mesmo não apresentando um espaço público de qualidade e infraestrutura adequada.

ESPAÇO PÚBLICO: UMA POSSÍVEL IDENTIDADE URBANA FÍSICA

Nesse sentido, o lote destinado ao lazer do bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abraão, será alavancado para análise de um espaço público como forma de identidade urbana. O mesmo apresenta uma área de aproximadamente 4800m², com medidas de aproximadamente, 120m X 40m, (figura 4).

¹⁵ Para um bairro com suas características potenciais em destaque, o mesmo precisa ser planejado e de acordo com as principais necessidades dos moradores, para que assim, fortaleça o vínculo entre usuário e espaço, como destaca Lerner (2013 apud GEHL, 2013, p. 12).

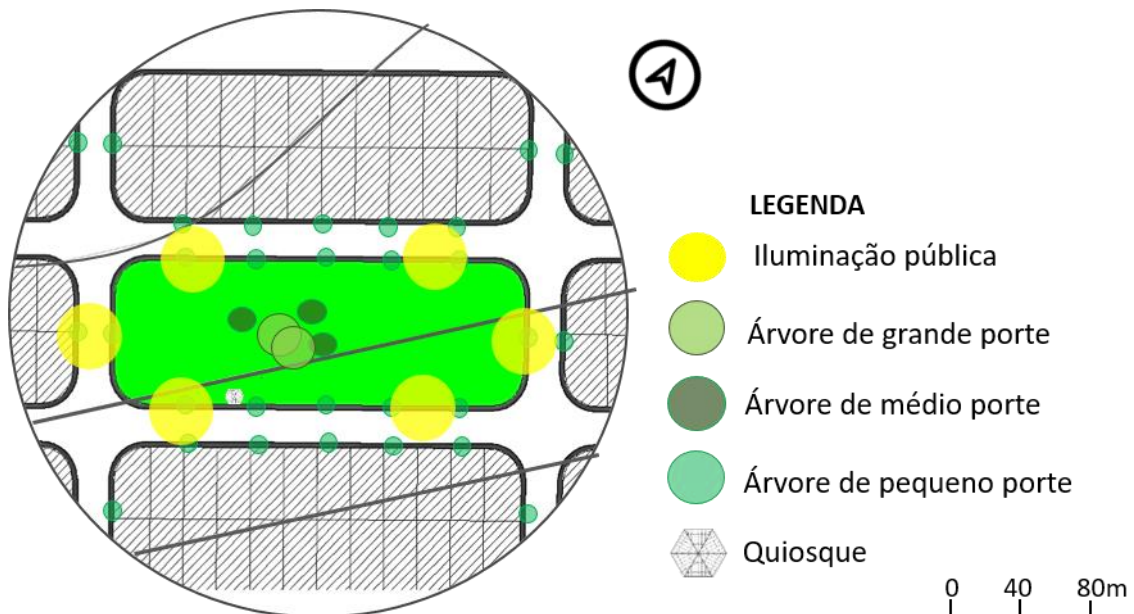
Figura 4. Dimensionamento e locação da quadra destinado ao Lazer em relação ao Bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, 2016. Editado pelos autores, 2019. Sem escala.

O lote não apresenta infraestrutura adequada para o lazer, constando somente um pequeno quiosque (figura 5) que, pela falta de iluminação adequada no lote, o mesmo não é utilizado. Além disso, o local apresenta trilhas pelo terreno, mostrando as apropriações e caminhos dos desejos feitos pelos moradores que não são aproveitados, além de sua topografia em desnível de dois metros, distribuídos pelo terreno.

Figura 5. Implantação da área de lazer e seus equipamentos urbanos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, 2016. Editado pelos autores, 2019. Sem escala.

O mesmo apresenta uma parca arborização (figura 6), sendo a maioria em crescimento, e assim, não criando barreiras, recebendo grande insolação durante o dia, e em todos os horários, assim como a ventilação predominante. Pelo não uso do lote, o sentimento de insegurança prevalece, e as residências voltadas para o mesmo possuem muros e portões altos, isso se dá, principalmente, de acordo com as legislações municipais, a ausência de infraestrutura adequada, assim como paisagismo e outras melhorias para que, assim, o local se torne um ponto de encontro e uso para todas as idades.

Figura 6. Arborização do local e as residências do entorno com seus muros elevados.



Fonte: Autores, 2019.

Porém, o lote apresenta grandes potencialidades, assim como o bairro ao qual o mesmo está inserido, como suas apropriações durante o dia, não só no lote como também nas ruas e calçadas, os fluxos constantes e significativos no entorno do bairro, por apresentarem instituições de grande raio que abrange, além de outros fatores como; o grupo Batalha da Pedra, e a vista parcial do Rio Paranapanema. Os mesmos podem ser alavancados para a formação da identidade urbana do bairro através de um espaço público de qualidade.

A possibilidade da identidade urbana como espaço público teve, como ponto de partida, a relação das potencialidades do lote e do seu entorno (bairro e região), assim como suas problemáticas, de escala macro para micro, solucionando através de diretrizes urbanísticas e projetos, ou seja, aproveita-se os elementos locais para o fortalecimento do vínculo e reflexão de um grupo em um espaço/ambiente.

Essa relação entre o espaço público e o usuário pode ser ressaltado através do aproveitamento dos elementos potenciais do local, incentivando o uso cotidiano e familiar existente, e assim, pode atrair o fluxo do entorno, tendo como base e conceituação o urbanismo familiar, justamente por aproveitar, e não esquecer, os usos e apropriações existentes, se tornando um conector visual.

Portanto, o bairro e o local apresentam elementos importantes, porém não ressaltados, mostrando que os mesmos podem ser aperfeiçoados através dos indicadores e diretrizes, como um espaço público capaz de alavancar as potencialidades, fortalecendo a identidade urbana dos usuários e melhorando assim, a vitalidade do bairro.

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados e analisados no presente estudo, possibilitou a compreensão sobre como a identidade urbana é um forte reflexo de uma sociedade que, através da intensa interação e vivência com o mesmo, acaba pelo ambiente representar os usuários e, portanto, os mesmos desenvolvem sentimentos de pertencimento e reconhecimento, assim como segurança e proteção. Porém, é fundamental o planejamento urbano como agente potencializado da identidade nas várias vertentes urbanas.

A identidade urbana do bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão, situado na cidade de Teodoro Sampaio/SP é ausente, o que levou a análise sobre um espaço público como forma de identidade física para o mesmo, que abrangesse as qualidades do seu entorno, como os fluxos do mesmo, a constante circulação dos moradores no bairro, já que o mesmo permite uma ligação e consolidação de laços sociais com os moradores do local e abrangências, correlacionando aos elementos cotidianos, baseados nas apropriações naturais do local, em materialidades específicas e usos expressivos.

Portanto, como os espaços públicos condicionam a vivência urbana por serem palcos de manifestações diversas, contribuindo para a qualidade de vida e caracterizando como marcos de

identidade e coletividade da cidade, trazem para uma ideia inicial, o conceito de familiaridade e conforto para o espaço público localizado no bairro em questão. Nesse sentido, o espaço se expressaria como uma extensão dos quintais das casas do bairro, trazendo esses sentimentos de familiaridade e conforto ao local, aproveitando ao máximo os elementos e apropriações já utilizados pelos moradores e potencializá-los, podendo assim, relacionar ao urbanismo familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os moradores do bairro Conjunto Habitacional Jorge Dib Abrahão que nos deram a possibilidade de entendermos como o bairro se relaciona com os mesmos, e vice e versa, assim como aos integrantes do Grupo Batalha da Pedra, que foram receptivos ao explore suas principais necessidades e desejos para a continuidade do grupo. Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio – SP, em especial os do Departamento de Obras, os quais disponibilizaram plantas baixas do município em questão, que foram imprescindíveis para as análises. E por fim, agradecemos a Universidade do Oeste Paulista, pela oportunidade de expor os conhecimentos e opiniões até então adquiridos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. **INDICADORES DE URBANISMO SUSTENTÁVEL PARA AVALIAÇÃO DE LOTEAMENTOS URBANOS**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Faculdade de Infraestrutura e Sistemas Urbanos, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013

CAVALCANTE, S; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e lugar. In: CAVALCANTE, S., & ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2017. Cap. 14, p. 182-190.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. Editora Pini, 1990.

FONTES, A. S. Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea. *Arquiteturarevista*, v. 8, n. 1, 2012. <https://doi.org/10.4013/arq.2012.81.05>

FRANCISCO, M. Espaço público urbano: Oportunidade de identidade urbana participada. *Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos*, v. 7, n. 01, p. 2014, 2005.

GHENO, P. Z. **Indicador de desempenho urbano: metodologia e perspectiva de integração**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Região de Prudente recebe 488 moradias do Morar Bem, Viver Melhor**. Disponível em: <<http://www.habitacao.sp.gov.br/noticias/viewer.aspx?id=6292>> Acesso em: 24/10/2018

GOOGLE EARTH-MAPAS. <https://www.google.com.br/maps>. Consulta realizada em 10/06/2019

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LERNER, J. Prólogo à Edição Brasileira de *Jaime Lerner*. In. GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LYNCH, K.; CAMARGO, J.L. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, M. A. D. **Estudos dos impactos ambientais no Parque Estadual do Morro do Diabo mediante à análise historiográfica de Teodoro Sampaio–São Paulo**. Dissertação (Dissertação de Pós-Graduação em Ciências Ambientais) – UNOESTE, São Paulo, 2017.

MOURÃO, A. R. T.; BONFIM, Z. A. C. Identidade social urbana. In: CAVALCANTE, S., & ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2017. Cap. 18, p. 217-226.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO. **Mapa Municipal de Teodoro Sampaio/SP**. Arquivo em DWG, 2016. Recebido em jan. 2019.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. Editora Contexto, 2007.

SILVA, G. J. A. D., et al. A construção de indicadores para avaliação da qualidade do espaço urbano no Distrito Federal do Brasil. **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 9, n. 5, p. 15-25, 2010. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n5.2010.15480>

RESPEITAR E INTERVIR: O EQUILÍBRIO DO PENSAMENTO DE CAMILLO BOITO

Tiago Bonfim Dias, Joao Marcos Lourenco Bulzan, Jean Guilherme Oliveira, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges.

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: tiagobonfimdias57@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa apresentar por meio de estudos qualitativos, de revisão bibliográfica, a vida e os princípios do arquiteto, crítico e restaurador Camillo Boito. Nascido em Roma, em 1936, em meio a um país que passava por várias tentativas de libertação das províncias italianas e uma aproximação da arte medieval como norteadora da identidade do país. Pai pintor renomado e mãe condessa polonesa, sua família possibilitou os primeiros contatos com o mundo artístico. Com o passar do tempo, desenvolveu alguns pensamentos que ocasionaria no intermédio dos pensamentos do anti-intervencionistas, John Ruskin e no intervencionista Viollet-Le-Duc. Para Camillo Boito a conservação periódica seria um instrumento eficaz de preservação, ressaltando que as restaurações só deveriam ser realizadas quando necessárias a fim de não exilar das obras a sua a memória e os seus valores. Diante disso, tomando como base a realidade brasileira e a expansão do pensamento de Boito, foi analisado a obra do Paço Imperial construída em 1743 na cidade do Rio de Janeiro, devido as várias transformações físicas sofridas pelo edifício.

Palavras-chave: Camillo Boito, Restauração, Intervenção.

RESPECT AND INTERVENE: THE BALANCE OF CAMILLO BOITO THOUGHT

ABSTRACT

This article aims to present, through qualitative studies, literature review, the life and principles of architect, critic and restorer Camillo Boito. Born in Rome in 1936, in the midst of a country that was undergoing several attempts to liberate the Italian provinces and an approximation of medieval art as a guide to the country's identity. Renowned painter father and mother Polish Countess, his family made possible the first contacts with the artistic world. Over time, he developed some thoughts that would lead to the thoughts of anti-interventionist John Ruskin and the interventionist Viollet-Le-Duc. For Camillo Boito periodic conservation would be an effective instrument of preservation, stressing that restorations should only be carried out when necessary in order not to exile their memory and values. Given this, based on the Brazilian reality and the expansion of Boito's thinking, the work of the Imperial Palace built in 1743 in the city of Rio de Janeiro was analyzed, due to the various physical transformations suffered by the building.

Keywords: Camillo Boito, Restoration, Intervention.

INTRODUÇÃO

A ideia de uma Itália unificada e libertada da soberania estrangeira, exercida pelas casas reinantes da Espanha e da Áustria, coincidiu com a difusão das ideias liberais em pleno Iluminismo, já no século XVIII, sobretudo na burguesia. Com a Revolução Francesa e a conquista da península itálica pelo exército francês (1793-1797), sob o comando de Napoleão Bonaparte, que ali criou diversos Estados dependentes da França, estas ideias tiveram um rápido desenvolvimento e um sentimento nacional italiano começou a implantar-se entre a população, extravasando os círculos intelectuais, aristocráticos e burgueses (MATOS, 2017).

Derrotado Napoleão na batalha de Waterloo, a 18 de junho de 1815, acontecimento que pôs fim às Guerras Napoleônicas iniciadas em 1803, o Congresso de Viena (1814-1815) repunha os soberanos destronados nos seus reinos itálicos e impunha, em algumas situações, um quadro político e jurídico diferente daquele existente no período pré-napoleônico. Nesta perspectiva, como a italianização chocava com a perenidade da tradição e dos costumes, a Itália surgia aos opositores da unificação política

unionistas republicanos, federalistas e católicos conservadores como uma criação histórica artificial, não espontânea, imposta de cima para baixo, ao invés de resultar de um sentimento coletivo de pertença (MATOS, 2017; CIUFFOLETTI, 1994).

Camillo Boito produziu sua obra em um período dominado pelo ecletismo, o que ele mesmo classificou como uma época sem estilo próprio, o que possibilitou o estudo, a análise, o entendimento e a apreciação dos estilos do passado. Boito defendeu suas teorias de restauração em arquiteturas patrimoniais utilizando a pintura e a escultura como exemplificações concretas das particularidades de cada área, de forma que assumissem a mesma importância em todos os âmbitos, sugerindo aos restauradores que compreendessem com maestria os estilos da arte a fim de intervir nas obras do passado que estivessem mutiladas, alteradas ou arruinadas (OLIVEIRA, 2009).

O Paço Imperial sofreu uma série de incêndios no ano de 1979, após o ocorrido um decreto emergencial foi estabelecido para a proteção da área onde a edificação está inserida, esse olhar foi uma iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro. Portanto, o edifício passou por uma restauração resgatando o estilo concebido em 1817, onde podemos observar conceitos defendidos por Boito (PINHEIRO, 1984).

MÉTODOS

Desenvolvido através de investigação bibliográfica e pesquisa em artigos científicos, este artigo discorre da vida e dos princípios ideológicos de Camillo Boito, um dos arquitetos e restauradores mais significativos para no panorama cultural da Itália do século XIX. Diante de seus pensamentos e sua representatividade em escala global, foi possível analisar suas características ideológicas no Paço Imperial que foi edificado no Rio de Janeiro em 1743, onde ainda era um Paço Real. Desta forma, este trabalho se pauta em pesquisa qualitativa devido a metodologia indutivo, o qual parte da observação, da análise dos fatos particulares e dos registros para compor a teoria. O processo de indução vale-se do princípio do empirismo, no qual o conhecer é dar significado à realidade (KÖCHE, 1997).

RESULTADOS

Em seu contexto, a Itália passou por tentativas de unificação e libertação das províncias italianas e que reconhecia a arquitetura medieval como símbolo de identidade ao país (OLIVEIRA, 2009). Com isso, em Veneza ocorria um processo de convergência intelectual em havia grandes empenhos para os estudos do período da Idade Média. Teóricos como Selvático, publicava consistentes obras da arte medieval italiana, decorrente deste período apresentar grande caráter nacionalista (KÜHL, 2008). Diante disso, Oliveira (2009, p. 01) ressalta a possível influência que Boito recebeu para a construção de seus pensamentos:

Durante esse mesmo período, Ruskin frequentava a cidade de Veneza e mantinha um relacionamento profissional com Selvático, assim como, a Academia Veneziana considerava Viollet-le-Duc um personagem de grande importância no estudo e difusão dos conhecimentos sobre a arquitetura medieval. Foi apenas uma questão de tempo para que as influências desses três homens interferissem nas construções teóricas de Boito (Oliveira, 2009, p.01).

DISCUSSÃO

Camillo Boito se tornou um dos mais significativos pensadores no contexto cultural do século XIX. Em sua trajetória, foi arquiteto, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um dos analistas mais perspicazes para a historiografia da arte e reformulação de uma nova arquitetura na Itália (KÜHL, 2008).

Nascido em 1836, em Roma, viveu em uma família reconhecida devido sua mãe, Giuseppina Radoliska, ser uma condessa polonesa e seu pai, Silvestro Boito pintor originário da cidade de Polpet, em Belluno, mas que consolidou sua carreira em outras cidades como Viena, Pádua, Florença e Roma. Além disso, Arrigo Boito, 1842 – 1918, filho do casal, atingiu grande reconhecimento à sociedade por ser poeta, libretista e músico (KÜHL, 2008).

Em 1849, ingressa na Academia de Belas Artes, em Veneza, onde iniciou seu contato com arquitetura. A princípio, seu estudo esteve marcado ao neoclassicismo devido seus primeiros mestres. Todavia, com o tempo, se assemelha as ideias de Pietro Selvatico Estence, 1803-1880, “o qual procurou introduzir o estudo da arte medieval da Itália, vista como uma expressão autêntica de seu povo, em contraposição ao ensino, que considerava aberrante das velhas escolas” (KÜHL, 2008, p.10).

Após se formar na Academia, contribuiu como professor e em 1956 viajou para Roma e Florença a estudos, desenvolvendo pesquisas sobre a arte medieval. Depois de passar por várias cidades, Boito se estabelece em Milão, onde seu irmão Arrigo morava e em 1860 assume como professor de arquitetura na Academia de Belas Artes de Brera. Diante dessas atividades como professor, crítico e historiador, teve grande significância para a transformação da cultura arquitetônica italiana (KÜHL, 2008).

Embora se paute em registros documentais e fotográficos, sua metodologia de intervenção sofreu forte influência de Viollet-le-Duc através do restauro estilístico. Entretanto, Boito manteve características da degradação do edifício como símbolo das marcas do tempo, mantendo o romantismo de Ruskin na intervenção (OLIVEIRA, 2009).

Com o passar o tempo, Boito foi se distanciando dos princípios de Ruskin, que não aceitava a morte dos monumentos e de le-Duc, que elevava o edifício a um estado nunca existido antes e que possivelmente poderia edificar um grande engano. Com isso, desenvolve uma teoria intermediária e que integra influências dos dois teóricos anteriores (ARAÚJO, 2005).

Com isso, Araújo (2005, p. 02) ressalta que o pensamento de Ruskin é evidenciado na teoria de Boito no momento que ele acredita que o monumento necessite sofrer pouca intervenção, assim como o reconhecimento da ruína como expressão de sua beleza, de seu aspecto pictórico mesmo na degradação do monumento.

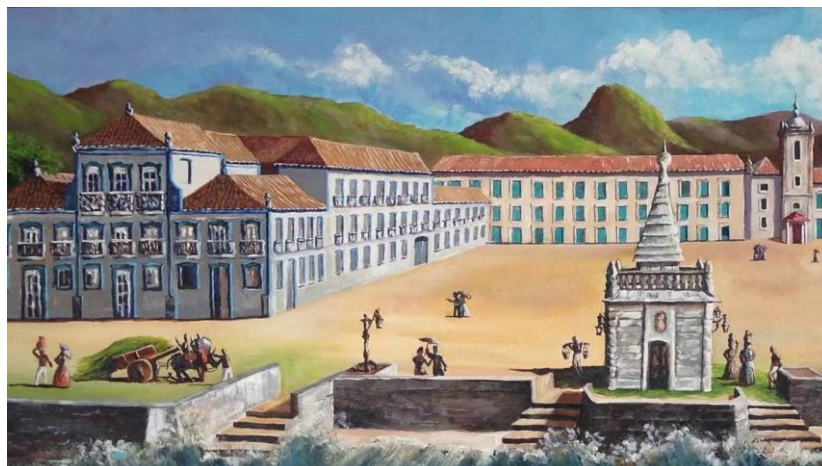
[...]a nova forma de pensar a intervenção sobre o legado do passado é a resultante de equilíbrio entre as proposições deste e outras, um tanto radicais, de Ruskin. Dessa forma, ao não aceitar a morte inevitável dos monumentos, propunha, em casos necessários, restaurações que, por serem mínimas, acabavam eliminando a arbitrariedade de certas ações [...] (ARAÚJO, 2005, p.02).

Sua teoria representa uma evolução no processo de restauração que posteriormente seria traçado pela Carta de Atenas de 1931 que é uma adaptação dos escritos de Ruskin e Viollet-le-Duc. Assim, foi a partir do pensamento de Camillo Boito que houve a separação do significado de conservar e preservar. Portanto, sua ideologia evidenciou a importância do embasamento documental e a obediência ao tempo da obra para as futuras intervenções contemporâneas em suas práticas (ARAÚJO, 2005).

Paço Imperial do Rio de Janeiro (1743)

O paço Imperial fica situado na atual Praça XV de novembro, no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. O Paço Imperial é o edifício do lado esquerdo do largo (Figura 01). Ao fundo, o Convento do Carmo, a Catedral e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo. No centro, em primeiro plano, está o Chafariz de Mestre Valentim. Esta região tem suma importância especialmente após ter assumido o papel de porto exportador do ouro, se caracterizando como ponto estratégico, em função da fundação da colônia do sacramento (OLIVEIRA, 2009 *apud* ALCÂNTRA, 1984).

Figura 1. Ilustração da implantação do Paço Imperial e dos edifícios do seu entorno



Fonte: Diário Imperial, 2019.

Ao longo de sua trajetória, este conjunto urbano e arquitetônico sofreu inúmeras modificações, tendo a última, do início deste século, o transformado em edifício neocolonial. Relembrando que este é um conjunto tombado, se fez necessária uma restauração, que ocorreu sob a guarda da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN atual IPHAN), onde se buscou recuperar a imagem mais significativa. Neste contexto, foi contemplada aquela referente ao estilo barroco, da época de Dom João (REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1984).

Somente após uma série de incêndios, no ano de 1979, que a prefeitura do Rio de Janeiro estabeleceu um decreto emergencial para proteção e preservação desta área, tendo posteriormente ampliando seus limites. Neste caso, surge o Projeto de Alinhamento do Plano do Corredor Cultural que contemplou a preservação dos bens tombados e dos conjuntos de valor histórico (PINHEIRO, 1984).

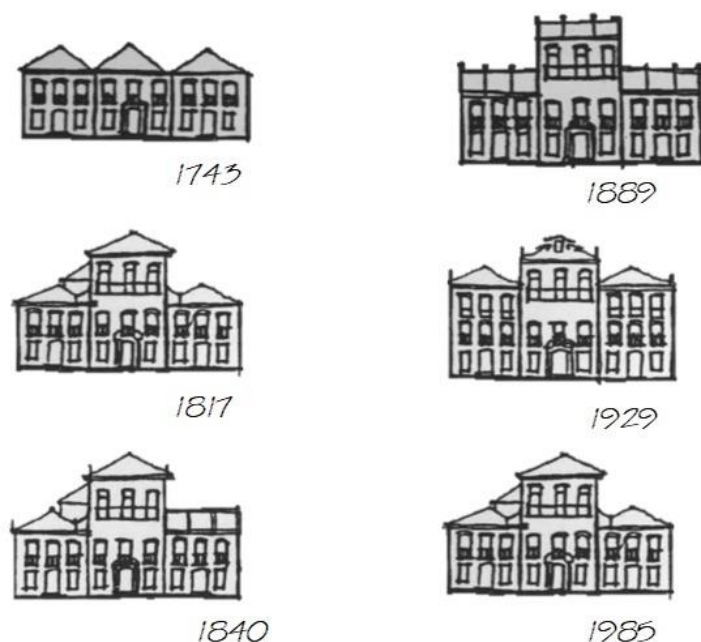
Porém, com o crescimento do serviço dos Correios e a impossibilidade de expansão do edifício, este teve a sua forma interna bastante alterada. No entanto, como se teve uma grande desfiguração da obra buscou-se recuperar um valor significativo de algo que o Paço já tinha sido. Contudo, a escassez de material histórico e iconográfico conduziu para as investigações no canteiro de obras (CAMPELLO, 1984).

Posteriormente, acredita que a estrutura foi aproveitada para a sede do governo; e ainda, que a mudança mais significativa teria sido no exterior. Em 1763, com a transferência da sede do governo brasileiro para o Rio, o prédio foi ampliado e ganhou um novo pavimento. Todavia, a aquarela de Richard Bate, de 1808, nos faz conhecer a fachada voltada para o mar, mas ainda sem o terceiro pavimento. Porém, com a chegada de Dom João, o corpo central do edifício, voltado para o mar, recebeu mais um andar com uma sacada corrida e o segundo pavimento teve o seu pé direito aumentado. A coroação de Dom Pedro I motivou reformas internas no palácio e durante o segundo império as fachadas principais, a do mar e a do largo, receberam platibandas. (CAMPELLO, 1984).

Nos documentos de Marc Ferrez, de 1880, posteriores a Proclamação da República, as platibandas são completadas com inspiração neoclássica e posteriormente, em 1980, tem-se a fachada neocolonial precedente as obras de restauração. Porém, em 1929, o Paço sofre uma reforma radical (Figura 02), na qual se acrescenta um terceiro pavimento nos trechos em que ainda não havia e criam-se acréscimos para harmonizar a fachada (CAMPELLO, 1984).

Segundo Campello (1984), a primeira medida foi indiscutivelmente, foi a demolição dos acréscimos introduzidos pela reforma neocolonial de 1929, para então, iniciar as prospecções arquitetônicas e arqueológicas. Desta forma, o projeto de restauração contemplou além da restauração em si, uma readaptação a um novo uso por julgar-se necessária a reintegração do edifício. A restauração constituiu-se na restituição da imagem do edifício perdida pelas intervenções e acréscimos.

Figura 2. Ilustrações das intervenções que o Paço Imperial sofreu entre os anos de 1743 a 1985



Fonte: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.

Ainda em relação a esta primeira ação, demoliram-se as inúmeras paredes internas de tijolo, retirou-se completamente o quarto pavimento e parte do terceiro acréscido, removeram-se os revestimentos de massa e pintura de 1929, para se chegar à conformação original. Além disso, optou-se pela manutenção dos acréscimos do segundo pavimento e pela não reconstituição dos elementos desaparecidos, ainda que existisse documento indicativo, para valorizar as estruturas originais. Porém, em alguns casos, como a camarinha que ocultava a escada de ligação do segundo pavimento com o torreão central, teve-se que abrir mão desta conduta, refeita em função da reconstituição do acesso. Por fim, retirou-se o frontão postiço da fachada principal e restaurou-se a cobertura (LYRA, 1984).

Complementarmente a esses feitos, as estruturas foram reforçadas com armadura de ferro e injeção de nata de cimento nos arcos sem alterar a feição original. Além disso, decidiu-se por fechar o vão da escada e eliminar o seu acréscimo para reequilibrar as partes. A demolição da construção do quarto pavimento e remoção de tabiques e instalações sanitárias dispersas, como já dito anteriormente, foi a primeira providência a ser tomada, antes mesmo do levantamento e dos estudos do projeto (CAMPELLO, 1984).

Em suma, entende-se que os critérios utilizados não são rígidos, podendo chegar a ser contraditórios em alguns casos. Desta forma, deve prevalecer a busca por um resultado que englobe o testemunho histórico e valorize o momento arquitetônico de maior expressão, além de adequar o novo uso de modo a garantir sua reutilização (CAMPELLO *apud* LYRA, 1984).

No Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos em Roma no ano de 1883, Boito propôs critérios de intervenção em monumentos históricos, o pensamento de Camillo Boito está embasado em seus preceitos, na busca pelo equilíbrio nas intervenções em edifícios com o peso histórico. Os seus princípios priorizam o valor e o registro documental dos monumentos, esses documentos permitia o entendimento da obra na sua essência inicial, além de identificar as possíveis transformações do edifício ao longo da sua trajetória. O equilíbrio e o respeito diante das fases do monumento, evitam os acréscimos e renovações que não fazem parte da originalidade do monumento. Para Boito o restauro era inevitável, diante disso, em toda intervenção era indispensável a inserção de uma lápide para apontar a data e as obras de restauro realizadas, enfatizando a ação do presente (KÜHL, 2008).

CONCLUSÃO

A relevância dos princípios de Camillo Boito contribuiu para o reconhecimento histórico do edifício e do resgate da sua identidade inicial, alertando para os perigos decorrentes dos acréscimos e reconstruções, onde as ações do interventor se inspiram na fantasia, no devaneio e na vaga ideia do que poderia ter sido a obra em sua originalidade. Mesmo possuindo o conhecimento pleno dos estilos da arte e da arquitetura, o restaurador deveria buscar no conjunto edificado o testemunho de sua própria história, nos documentos originais da obra como: desenhos, fotografias, plantas etc., nas fontes primárias para sua proposta de intervenção, e, na falta desses, utilizar o bom senso infringindo o mínimo de ações possíveis.

Ele defendia que o edifício não poderia ser tratado como um organismo vivo, respeitando os seus ciclos naturais, mas sim em evitar a sua morte, trazendo de volta a seu estilo inicial e verdadeiro. Para entender as transformações do edifício e sua essência estilística Camillo Boito se apoia nos registros documentais, ressaltando a importância dos registros fotográficos, documentando cada fase durante e depois da intervenção, que por fim todo o volume de fotografias acompanhem descrições e justificativas e que serão encaminhadas para o Ministério da Educação. Transportando os seus princípios para a contemporaneidade, percebemos a importância dos documentos como provas físicas e verídicas da história, buscando a verdade dos fatos compreendendo o monumento histórico na sua particularidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. P. de. **O pensamento de Camillo Boito**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 04, n. 043.01, Vitruvius, jul. 2005. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.043/3154>. Acessado em 21 de abril de 2019.

BOITO, C. **Os restauradores**. Ateliê Editorial, 2008.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Vozes, 1997.

KÜHL, B. M. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. **BOITO, Camillo. Os restauradores. Cotia, SP: Ateliê Editorial**, p. 9-28, 2002.

OLIVEIRA, R. P. D. de. **O equilíbrio em Camillo Boito**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>>. Acessado em 21 de abril de 2019.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A restauração do Paço Imperial e o futuro da Praça XV no Rio**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória SPHAN, 1984. N° 20.

PINHEIRO, A. I. de F. **A permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 127-134, 1984.

CAMPELLO, G. **A Restauração do Paço: revendo 240 de transformações**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 139-151, 1984.

MATOS, V. de. **Do risorgimento a república: a Itália em busca de uma identidade nacional**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41778/1/Do%20risorgimento%20a%20republica.pdf>. Acessado em 29 de abril de 2019.

SEVERIANO MÁRIO PORTO - RESIDÊNCIA ROBERT SCHUSTER

Mariane Miranda Sant' Ana, Korina Aparecida Teixeira Ferreira Da Costa, Gabrielly Gomes Munhoz.

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: gabriellyg_munhoz@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca compreender através de pesquisa qualitativa de informações teóricas, obtidas por meio de bases de dados digitais e bibliográficos a relevância de Severiano Mário Porto para a arquitetura regional, tendo como objeto de estudo a Residência Robert Schuster, na qual o arquiteto alia sua arquitetura às condições bioclimáticas da região amazônica. Com uma arquitetura vernacular, Severiano trabalha com materiais locais da Amazônia criando soluções simples para adequar a moradia ao seu local de inserção e assim, inova e surpreende na produção arquitetônica do final do século XX, atestando que é possível realizar uma produção arquitetônica respeitando o regionalismo geográfico.

Palavras-chave: Severiano Mário Porto, arquitetura regional, Residência Robert Schuster.

SEVERIANO MÁRIO PORTO - ROBERT SCHUSTER RESIDENCE

ABSTRACT

The present work seeks to understand through qualitative research of theoretical information, obtained through digital and bibliographic databases, the relevance of Severiano Mário Porto to regional architecture, having as object of study the Robert Schuster Residence, in which the architect combines his architecture to the bioclimatic conditions of the Amazon region. With a vernacular architecture, Severiano works with local Amazonian materials creating simple solutions to adapt the housing to its place of insertion and, thus, innovates and surprises in the architectural production of the late twentieth century, attesting that it is possible to perform an architectural production respecting geographical regionalism.

Keywords: Severiano Mário Porto, regional architecture, Robert Schuster Residence.

INTRODUÇÃO

A Arquitetura Moderna atingiu seu ápice no Brasil com a idealização de Brasília, em 1956, e sua inauguração em 1960, que além de instituir uma nova capital, ainda representava o desejo de progresso e de um futuro melhor no período pós Segunda Guerra Mundial (LAGO e CAVALCANTI, 2005). Portanto, tornou-se comum a presença de janelas em fitas, plantas livres, pilotis, e outros dos 5 pontos da Arquitetura Moderna, nas obras arquitetônicas dos grandes centros urbanos.

Todavia, quatro anos após a conclusão de Brasília, ocorreu o Golpe de 1964 e os militares assumiram o poder. Dentre as inúmeras medidas tomadas durante este governo, houve a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como objetivo a implantação de infraestrutura e a ocupação de espaços vazios no Norte e no Nordeste do país (ABREU, 2009).

Incentivados pelo programa, os arquitetos passaram a migrar para o interior do território brasileiro e à medida que se afastavam dos grandes centros, acentuava-se a necessidade de se fazer uso de materiais locais para as construções (NEVES, 2006). Desta forma, estes profissionais começaram a considerar a aproximação entre ambiente e produção local, passando a respeitar cada vez mais o regionalismo geográfico e adotando técnicas construtivas de acordo com os materiais disponíveis na região; e também levando em consideração a cultura daquela população (NEVES, 2006).

Sendo assim, Segundo Neves (2006), foi a partir da década de 1960 que os princípios bioclimáticos passaram a ser adotados de forma mais rigorosa pela arquitetura, convergindo para produções arquitetônicas com peculiaridades em cada região do país, distintas do que era produzido no eixo São Paulo- Rio de Janeiro.

Muitos jovens arquitetos da época colaboraram para a disseminação dessas novas ideias, tanto pela arquitetura produzida por eles, quanto pelas influências que tiveram no ensino universitário (NEVES, 2006). Severiano Mário Porto é um destes arquitetos e foi o primeiro a migrar para o Amazonas, na segunda metade da década de 60, após receber o convite para desenvolver e fiscalizar obras em Manaus (SEGAWA, 1999).

Neste contexto, o presente artigo busca evidenciar a relevância de Porto para a arquitetura regional por meio do estudo de uma de suas obras, a Residência Robert Schuster, na qual o arquiteto alia sua arquitetura às condições bioclimáticas da região amazônica, atestando que é possível realizar uma produção arquitetônica respeitando o regionalismo geográfico.

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa qualitativa através de uma síntese de informações teóricas, obtidas por meio de bases de dados digitais e bibliográficos. Primeiramente, fazendo uso da base de dados digitais, procurou-se compreender o contexto em que a obra se encontra inserida para posteriormente, identificar nela características da produção arquitetônica diversificada da época. Em seguida, por meio da bibliografia de CHING (2013), dentre outros materiais e novamente de dados digitais, foram exercidas relações entre a forma da Residência Robert Schuster e sua estrutura simples e funcional, evidenciando o porque desta obra contemporânea brasileira ter se tornado um exemplo de arquitetura no país.

RESULTADOS

Severiano Porto foi um dos arquitetos brasileiros pioneiros a atuar na região amazônica, onde viveu e trabalhou durante muitos anos, mantendo associação com o colega Mário Emílio Ribeiro, no escritório carioca. Hoje é um arquiteto conhecido nacional e internacionalmente, e, de acordo com Segawa, (1989), um dos mais importantes do final do século XX: “Atualmente, as obras de Severiano Porto formam – ao lado das produzidas por Niemeyer – o conjunto de projetos mais conhecido de um arquiteto brasileiro contemporâneo na América Latina e Europa” (SEGAWA, 1989).

No contexto pós-segunda guerra mundial, o país passava por uma fase de prosperidade econômica, intenso progresso e desenvolvimento, que se espelhava também na arquitetura, com a repercussão internacional da arquitetura moderna brasileira através de obras de arquitetos como Oscar Niemeyer, Irmãos Roberto, Affonso Eduardo Reidy, entre outros. Na década de 1960 acontece então o golpe da ditadura militar no Brasil. Foram anos de terrível repressão cultural, que gerou consequências diretas no campo da arquitetura, como afirma Burmeister (1982):

[...] a mudança de rumos no desenvolvimento político econômico e social do país imposta pelo golpe militar de 1964 comprometeu, também, o desenvolvimento da arquitetura como parte integrante de um projeto cultural brasileiro que se afirmava progressivamente (ZEIN, 1982 s/p).

O movimento iniciado na década de 50, dos profissionais da área foi intensificado com a criação de escolas de arquitetura em diversas regiões do país, e segundo Segawa (1999 s/p), “a política de ocupação do interior do país no período pós 1964 definiu uma estratégia de ocupação e integração de regiões isoladas e pouco desenvolvidas do Brasil, como o Centro-Oeste e a Amazônia”.

Alguns dos arquitetos que migraram foram: Acácio Gil Borsoisaiu do Rio de Janeiro e foi trabalhar em Recife-PE, Edgar Graeff mudou-se do Rio de Janeiro para Porto Alegre-RS, Oscar Arine foi de São Paulo para CuiabáMT, e Severiano Porto partiu do Rio de Janeiro para Manaus (NEVES, 2004). Esta peregrinação de arquitetos por todo o país revelou uma crescente aproximação ao ambiente e à população local, isso permitiu uma troca e enriquecimento de valores e saberes, que vai dar subsídios para a produção arquitetônica diversificada dos anos 80 (NEVES, 2004).

A década de 80 foi marcada pela volta das discussões arquitetônicas, antes interrompidas pela repressão da ditadura, e a falência da arquitetura moderna e do modelo mundial, cedendo espaço para outras manifestações arquitetônicas o que tornou claro o pluralismo de expressões existente no Brasil. Em fins dos anos 80 e início dos anos 90, houve um esgotamento das discussões sobre o regionalismo. A arquitetura então, passou não mais a ser caracterizada por um número restrito de profissionais, como antes, mas ficou mais diversificada. Atualmente, o pluralismo marca a produção contemporânea em nosso país (NEVES, 2004).

DISCUSSÃO

Arquiteto formado em 1954 pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, Severiano Mario Vieira de Magalhães Porto viajou para Manaus (Amazonas) pela primeira vez em 1963 para fazer turismo, retornando ao norte do país dois anos depois para a realização de trabalhos. (ENCICLOPÉDIA, 2017). Permaneceu em Manaus até 2001 e os projetos realizados por ele neste período o transformaram no “arquiteto da Amazônia”, tornando-o arquiteto de suma importância para o desenvolvimento arquitetônico da região (ENCICLOPÉDIA, 2017) e fazendo com que Severiano fosse conhecido nacional e internacionalmente, sendo, de acordo com Segawa (1989), um dos mais importantes arquitetos do final do século XX: “Atualmente, as obras de Severiano Porto formam – ao lado das produzidas por Niemeyer – o conjunto de projetos mais conhecido de um arquiteto brasileiro contemporâneo na América Latina e Europa” (SEGAWA, 1989).

Além disso, foi precursor em divulgar a madeira como um material de construção nobre na Amazônia, uma vez que o material já era muito utilizado em construções na região, por ser disponível em abundância e de baixo custo, porém era visto com restrições, por ser usado apenas pela população mais pobre para construir suas próprias moradias. Todavia, Porto usava de forma criativa os materiais disponíveis em abundância na região para a realização dos projetos (NEVES, 2004) e a atenção dada às condições específicas da região não impediu que ele utilizasse outros elementos e técnicas construtivas, como o alumínio, o cimento amianto, o concreto e o aço, pois sua metodologia projetual era orientada pelo clima, programa de necessidades, materiais, técnicas e recursos financeiros disponíveis (ENCICLOPÉDIA, 2017).

Com a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, as discussões arquitetônicas perderam força e eram feitas somente em segredo, contribuindo para a falência da Arquitetura Moderna. Foi então na década de 1980 que as obras dos arquitetos que haviam se deslocado pelo território brasileiro nas décadas precedentes foram reconhecidas, e os frutos dos programas de interiorização passaram a ser colhidos (SEGAWA, 1999).

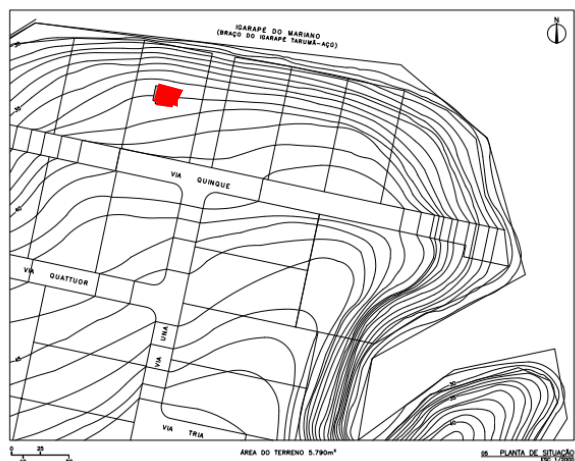
O trabalho dos arquitetos Severiano Porto e Mário Emílio Ribeiro, iniciado na Amazônia na década de 1960, foi reconhecido e divulgado, como uma produção brasileira de forte caráter regional e grande valor arquitetônico. Severiano Porto, conhecido como “arquiteto da floresta” ou “arquiteto da Amazônia” foi o responsável por conceber um modelo único de arquitetura amazônica, que mescla técnicas locais com estratégias que atentam ao rigor do clima e à economia de meios (BARATTO, 2016).

Dentre suas principais obras destacam-se o Estádio Vivaldo Lima construído em 1965 em Manaus, porém já demolido, a Sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, Manaus (1971), o Centro de Proteção Ambiental de Balbina (1983) em Presidente Figueiredo, a Residência do Arquiteto (1971) em Manaus e por fim, a Residência Robert Schuster em Tarumã, construída no ano de 1978 (BARATTO, 2016) e que será estudada neste artigo.

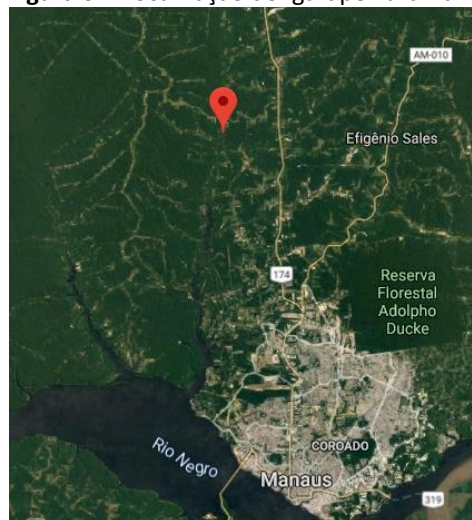
Obra em estudo- Residência Robert Schuster

A Casa Robert Schuster é uma residência projetada pelo arquiteto Severiano Porto para Robert Schuster e Luiza Silva Gonçalves de Alencar. O projeto teve início em 1977 e foi finalizado em 1981, em um terreno de 5790m², do qual apenas 315,62m² são de área construída. A casa foi quase totalmente preservada em sua forma original, havendo apenas algumas alterações para atender Edson Gil Costa, atual proprietário da residência (OLIVEIRA e COSTA, 2015).

O local escolhido para a implantação da edificação (figura 01) fica em Manaus, próximo ao Igarapé Tarumã Açu, afluência do Rio Negro (figura 02), em meio a mata fechada, com uma vegetação densa, composta por árvores altas e em grande quantidade (GALVÃO, 2009, p. 64). Devido a isso, o ambiente se apresenta de forma sombria, assim, para a construção da Casa Robert Schuster, Porto precisou atender aos parâmetros bioclimáticos, respeitando as características regionais (NEVES, 2006, pg.62).

Figura 01. planta de situação

Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

Figura 02. Localização do Igarapé Tarumã Açú

Fonte: Google maps

A localização geográfica de Manaus, inserida junto a Floresta Amazônica, apresenta características diferenciadas das demais capitais brasileiras (CERETO, 2016, p. 01). Segundo REVO e OLIVEIRA (2004, p.02), a região passa pela Linha do Equador, acentuando o clima quente e úmido do local, fazendo com que praticamente em todos os dias do ano, a incidência solar seja perpendicular ao eixo horizontal ao meio dia. Ainda segundo REVO e OLIVEIRA (2004, p.02), a densa vegetação diminui a velocidade dos ventos e aumenta a umidade relativa do ar, devido à alta taxa de transpiração, favorecendo o aquecimento da região, fato que também decorre da predominância de planícies na área.

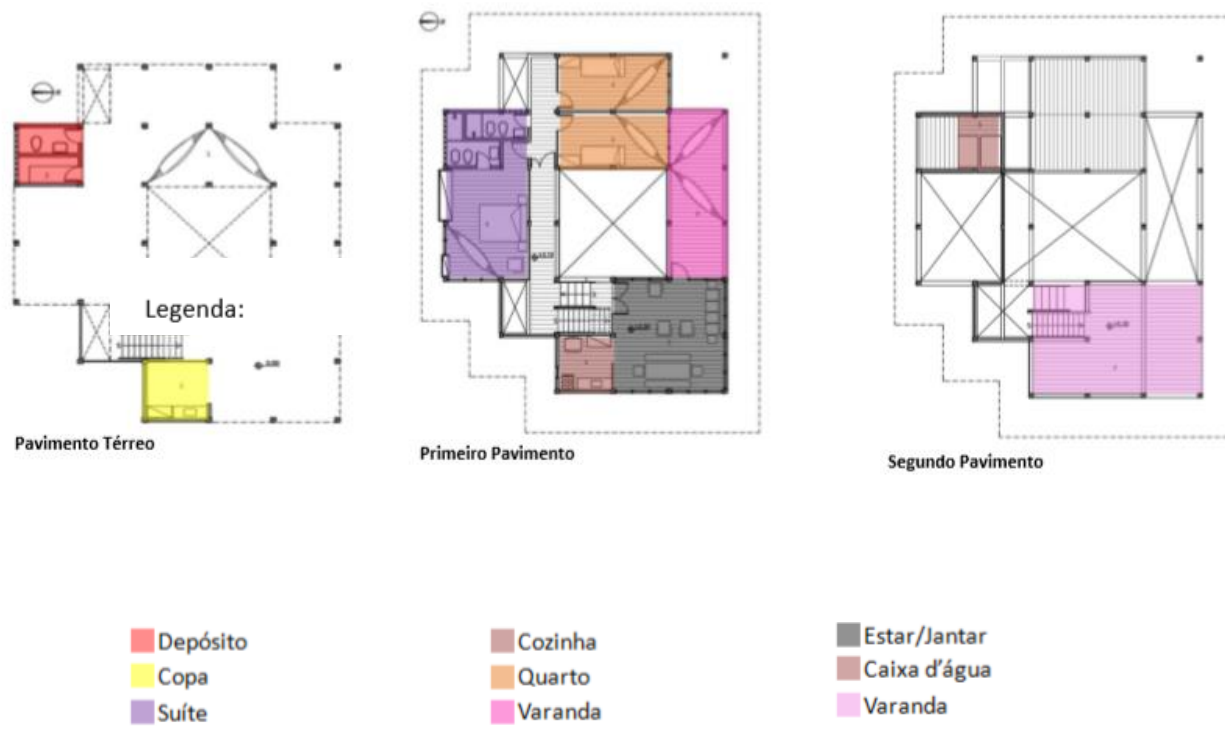
NEVES (2006, p.61) relata que para atender tais condições, a edificação foi implantada em vários níveis, a fim de ter uma área de construção mínima, com pouca interferência na natureza, sendo o último nível pensado para a contemplação da área externa (GALVÃO, 2009, p. 65). Foi feita toda aberta, protegida apenas pela mata ao seu redor (FRACALOSSO, 2013, p. 04), adotando a estratégia de deixar um vazio central, permitindo que o vento circulasse livremente dentro da casa (NEVES, 2006, p. 62).

Muitas portas, janelas e muxarabis, além de esquadrias venezianas móveis, que regulam e direcionam o fluxo de ar, foram adotados para o melhoramento da ventilação no ambiente interno (NEVES, 2006, p.62). O telhado foi feito em vários níveis para também favorecer a ventilação, Porto mesmo conta à NEVES (2006, p.62) pessoalmente em depoimento que o próprio Schuster não quis fechamento em cima, mesmo podendo ter problemas com bichos, como aranhas e morcegos.

A frase “esta edificação mostra a possibilidade de uma construção dentro da Floresta Amazônica, plenamente adequada ao meio, sem alterar-lhe o equilíbrio ecológico” (CASTRO FILHO, 1984) atesta a significância da obra de Porto, tanto pela conversação que há com seu entorno pelo respeito à natureza, quanto pela utilização do material regional, quando na época a madeira era considerada “de pobre” por ser muito utilizada nas casas de palafitas da população ribeirinha (PORTO, 1986).

Atendendo ainda à aspiração do governo de realizar uma construção de madeira de permanência (PORTO, 1986), e dando a oportunidade da utilização do material por perceber que as habitações da região faz uso de materiais regionais e assim se adaptam ao meio, a Casa Robert Schuster vence o prêmio do IAB em 1978 na categoria “Projeto de Habitação Unifamiliar”, ganhando notoriedade no cenário nacional e mostrando o amadurecimento da arquitetura de Porto frente aos conceitos bioclimáticos e à cultura local (GALVÃO, 2009, p. 66).

Como visto anteriormente, a residência é formada por três níveis (figura 03) – que além de serem importantes para o partido arquitetônico, definem sua funcionalidade – são eles: pavimento térreo onde se encontra depósito, banheiro e copa e está presente ainda a escada para circulação vertical; primeiro pavimento onde se encontra os quartos, banheiros, varanda, cozinha e salas; e o segundo pavimento, onde se encontra apenas uma varanda.

Figura 03. Plantas dos 3 níveis da residência

Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

Toda a casa se volta para o grande vazio deixado no centro, que promove a circulação entre os diferentes pavimentos e permite que o vento circule por todo o interior (figura 04). É possível, ainda, perceber seus diferentes usos em cada nível (figura 05), no térreo onde existe um espaço mais livre e flexível com seus poucos cômodos fechados os quais não causam interferência na permeabilidade visual ao relação ao entorno. O primeiro nível, com quase todos os cômodos da casa destinados a repouso ou às atividades do dia-a-dia. E o terceiro nível, com sua vista privilegiada que serve como um mirante para a área externa.

Porto declara em depoimento pessoal a Neves:

[...] fiz uma área central vazia, aqui era vazio até em cima, do lado tinha a cozinha, do lado de cá ficavam os quartos (...). Só que era tudo aberto. Eu conhecia o Schuster, e foi até umas das coisas bacanas que eu fiz, ali é a escada, ali em cima ficava a caixa d'água, caixa de fibrocimento, e os quartos eram do lado de cá, e ali dentro então tinha um vazio grande, continuação, não tinha parede, nada. Está vendo aquelas janelinhas ali? Ali era a sala de almoço, e naquela parte fechada de alvenaria, em cima da madeira, ali é a cozinha, e embaixo tinha a sala de estar. Essa casa era tudo aberto. O vento passava pra lá e pra cá, tranqüilo. E o Schuster não quis nem que pusesse fechamento em cima, e eu disse – Schuster, mas tem morcego, caranguejeira – Ah, Severiano, elas sobem, não tem problema. (NEVES, 2006, p. 210).

Figura 04. Ventilação

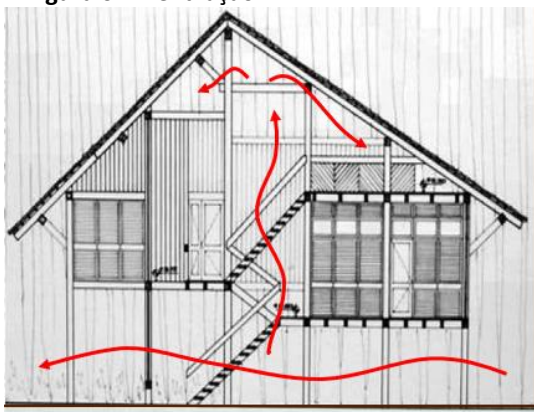
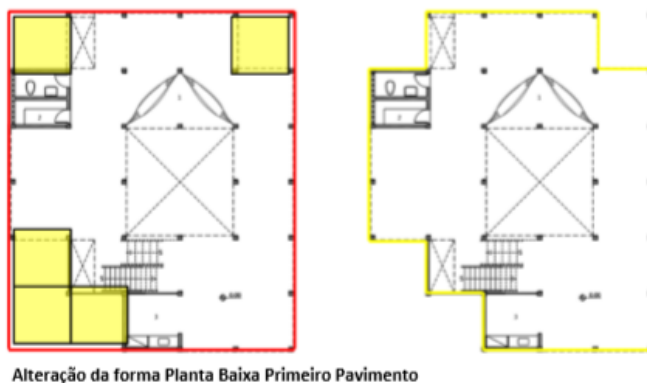


Figura 05. Alteração da forma na planta baixa do 1º pavimento



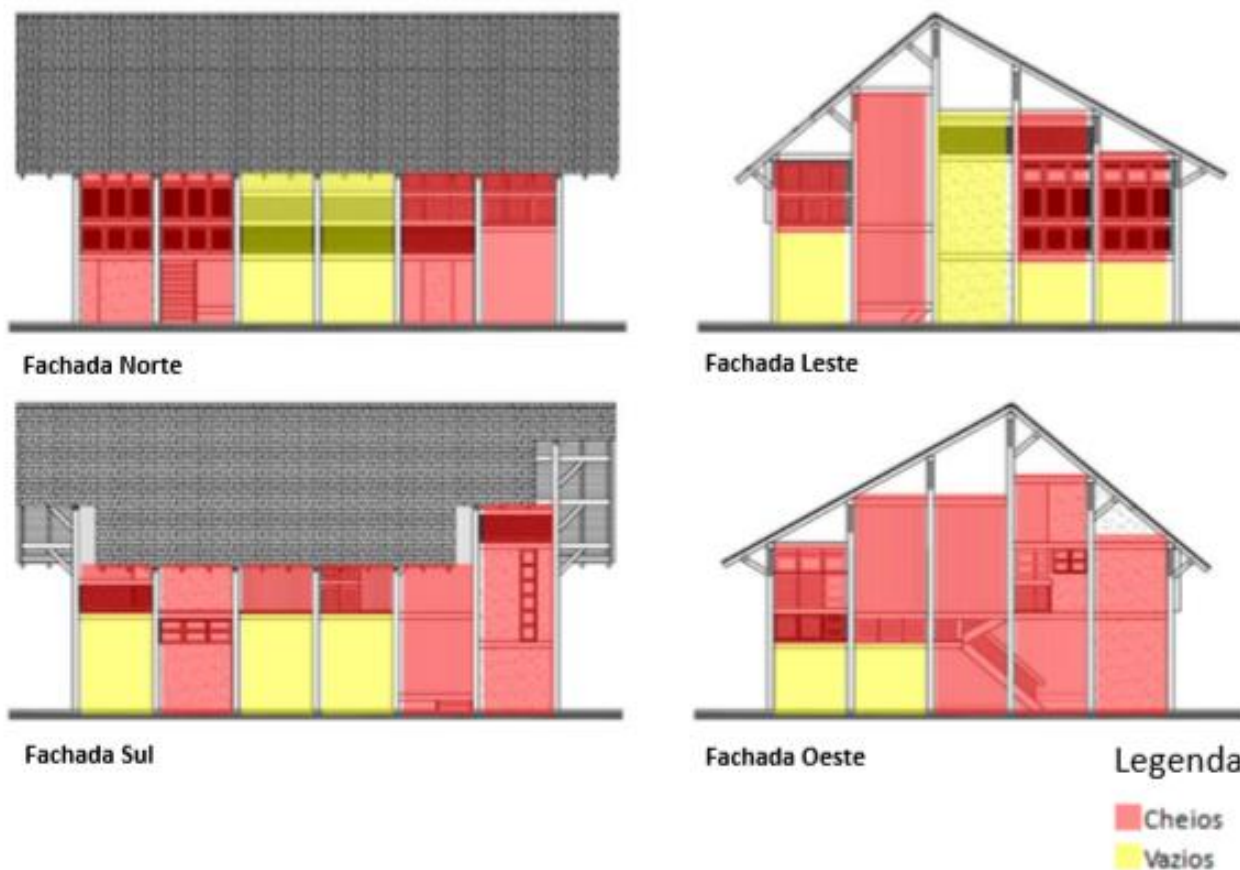
Alteração da forma Planta Baixa Primeiro Pavimento

Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

Os vazios presentes no projeto podem ainda ser entendidos como adições ou subtrações de formas volumétricas. Assim, sua forma é primária consiste de uma forma simples, como um retângulo, a qual passa por subtrações e assim modifica a estrutura formal final com seus vazios existentes (CHING, 2013).

Figura 06



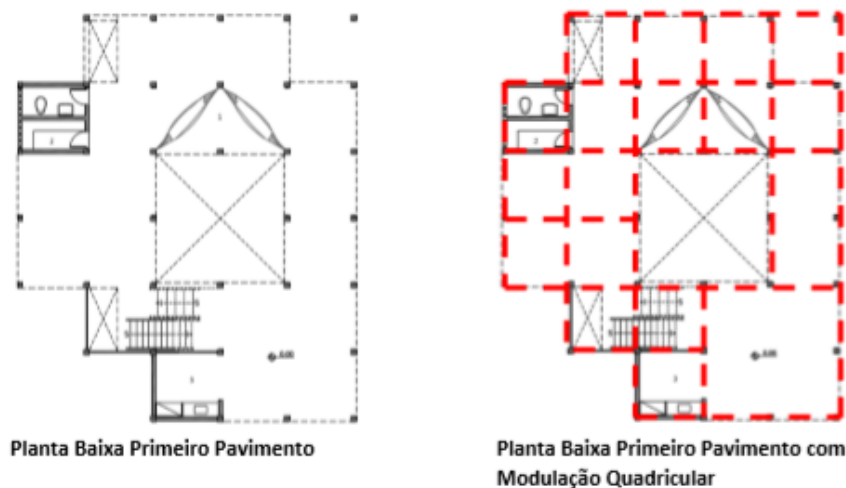
Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

É possível perceber em sua fachada a simetria causada pelos planos cheios e vazios que conferem ainda, um ritmo através da modulação das colunas (figura 06).

Muito mais do que uma simples malha que identifica a estrutura nos planos horizontais, na residência Schuster, Porto transfere essa marcação estrutural também para os planos verticais, deixando evidente esse princípio geométrico de organização espacial nas fachadas e cortes. (Galvão, 2009)

A estrutura está disposta numa modulação quadricular que abrange o todo construído e impõe limites aos ambientes, inclusive aos vazios que também compõem a volumetria (figura 07). Essa regularidade estrutural apóia-se na idéia da obra incorporar-se ao meio circundante tornando-a similar à própria vegetação de troncos altos e copa densa. A estrutura em madeira é concebida exclusivamente como uma associação de barras utilizadas como pilar, vigas e mãos francesas. (Galvão, 2009).

Figura 07



Fonte: Casas Brasileiras, 2015, alterado pelas autoras

Por fim, uma grande cobertura de duas águas protege a casa das chuvas. A madeira predomina em toda a estrutura e acabamento da residência, como por exemplo, as esquadrias, quase todas venezianas, os pisos, varandas, fechamentos, muxarabis, e alguns detalhes, são todos em madeira. Algumas poucas alvenarias são utilizadas. (Fracalossi, 2013).

CONCLUSÃO

Com base nas informações aqui analisadas, é possível atestar o quão essencial foi a participação de Severiano Porto na Arquitetura Moderna Brasileira, sendo sua competência projetual evidenciada pela Residência Robert Schuster, uma vez que o arquiteto mostra ser possível aplicar os conceitos da Corrente Modernista com materiais distintos e em uma localização diferente da usual.

Além disso, Porto adota em sua obra conceitos do mestre Le Corbuesier, utilizando pilotis em madeira e criando áreas livres e permeáveis, evitando também a ornamentação, igualmente defendida por Villanova Artigas, e empregando-a com cautela. O modo com que a edificação ocupa o terreno, interferindo minimamente na natureza, somado com as grandes aberturas de madeira, cria uma relação entre interior e exterior; e as relações de cheios e vazios beneficiam tanto a circulação interior, quanto a ventilação, a funcionalidade e a estética da residência.

Em suma, com uma arquitetura vernacular, Severiano Porto trabalha com materiais locais da Amazônia fazendo uso da madeira tanto na estrutura, quanto nos revestimentos, mas sempre visando solucionar o problema do clima quente e úmido da região, criando soluções simples para adequar a moradia ao seu local de inserção e conseqüentemente inovando e surpreendendo na produção arquitetônica do final do século XX com seu viés ambiental e eco-efetivo de projeto.

REFERÊNCIAS

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. **SEVERIANO PORTO**. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa479506/severiano-porto>>. Acesso em: 09 de Agosto de 2019.

VITRUVIUS. **AINDA MODERNO? ARQUITETURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/404>>. Acesso em 09 de Agosto de 2019.

ABREU Alzira A. **PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>> Acesso em 14 de Agosto de 2019.

ARCHDAILY. **CLÁSSICOS DA ARQUITETURA: RESIDÊNCIA ROBERT SCHUSTER/SEVERIANO PORTO.** Disponível em, <<https://www.archdaily.com.br/br/01-96594/classicos-da-arquitetura-residenciarobert-schuster-slash-severiano-porto>>. Acesso em 14 de setembro de 2018. SIMÕES, Isabella D. B. S. **PROJETOS RESIDENCIAIS DE SEVERIANO PORTO NO CENTRO DE MANAUS: DOCUMENTAÇÃO, MAPEAMENTO E ANÁLISE.** Disponível em: <https://7docomomomanaus.weebly.com/uploads/7/0/0/2/70024539/projetos_residenciais_de_severiano_porto_no_centro_de_manaus.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2018

GALVÃO, Fernando D. M. **A CONCEPÇÃO ESTRUTURAL COMO CONCEPÇÃO PLÁSTICA: UM OLHAR TECTÔNICO SOBRE A ESTRUTURA EM MADEIRA.** 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12340>> Acesso em 12 de setembro de 2018.

NEVES, Letícia D. O. **Arquitetura Bioclimática e a obra de Severiano Porto: estratégias de ventilação natural.** 2006 Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.

ROVO, Mirian K. I; OLIVEIRA, Beatriz S. **POR UM REGIONALISMO ECOEFICIENTE: A OBRA DE SEVERIANO MÁRIO PORTO NO AMAZONAS.** 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/594>> Acesso em 17 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Beatriz S; COSTA, Luana G. **CASA ROBERT SCHUSTER- SEVERIANO PORTO.** Disponível em <<http://www.casasbrasileiras.arq.br/csaschuster.html>> Acesso em 17 de setembro de 2018.

UM ESTUDO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO HABITACIONAL SALVADOR COSTA, EM ÁLVARES MACHADO- SP.

Moisés Henrique Dos Santos Leonel, Yeda Ruiz Maria, Victor Martins De Aguiar

Universidade do Oeste Paulista. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: mleonel843@gmail.com

RESUMO

As Áreas de Preservação Permanente – APP, são espaços que emergem dentro das cidades devido a existência de rios, córregos e nascentes, e que faz necessário a sua preservação, sobretudo em áreas urbanas, além de que, esses espaços colaboram não só pela melhoria da qualidade ambiental do espaço citadino, mas também vem a agregar quanto a sua configuração física e sua possibilidade e potencial quanto espaço público, no entanto, as legislações a cerca das áreas de Preservação Permanente, como o código florestal 12.651/2012, mostra – se bastante restritiva, e isso limita as intervenções nas APPs urbanas de maneira que as tornam espaços intocáveis dentro das cidades. O objetivo desse artigo e discutir as legislações pertinentes a cerca das APPs, e analisar o objeto de estudo que é uma Área de Preservação Permanente – APP, localizada no Conjunto Habitacional Salvador Costa, em Álvares Machado, bem como as intervenções que tem sido feitas no espaço, para isso, faz – se levantamentos bibliográficos bem como consultas a documentos, visitas in loco, fotografias, mapas e diagramas para elucidar como tem sido essas intervenções e seu impacto.

Palavras chave: Área de Preservação Permanente, Conjunto Habitacional, Álvares Machado - SP.

A STUDY OF THE PERMANENT PRESERVATION AREA OF THE SALVADOR COSTA HOUSE SET, IN ÁLVARES MACHADO – SP.

ABSTRACT

The Permanent Preservation Areas - APP, are spaces that emerge within cities due to the existence of rivers, streams and springs, and that their preservation is necessary especially in urban areas, and these spaces not only contribute to the improvement of quality of the city space, but it also adds to its physical configuration and its possibility and potential as a public space, however, the legislation about the Permanent Preservation areas, such as the forest code 12.651/2012, is very restrictive, and this limits interventions in urban PPAs in ways that make them untouchable spaces within cities. The purpose of this article is to discuss the pertinent legislation about the PPAs, and to analyze the object of study that is a Permanent Preservation Area - PPA, located in the Salvador Costa Housing Estate, in Álvares Machado, as well as the interventions that have been made in the To this end, bibliographic surveys are made as well as document consultations, on - site visits, photographs, maps and diagrams to elucidate how these interventions have been and their impact.

Keywords: Permanent Preservation Area, Housing Development, Álvares Machado – SP.

INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades foi possível por meio dos rios, cujo quais são canais diretos de comunicação, coleta e abastecimento de água, bem como de destinação de resíduos do próprio meio urbano. Com o crescimento das cidades, os rios e córregos começaram a se encravar dentro das cidades, tornando – se grandes espaços margeados por vegetação dentro da malha urbana (ARAÚJO, 2002).

Estes espaços verdes, que margeiam rios e córregos, são denominados atualmente de Áreas de Preservação Permanentes - APP, as quais são faixas de vegetação nativa que tem como função primordial a manutenção bem como a resguarda do meio ambiente e suas características, sendo um espaço intocável e resguardado por legislações em diversas esferas (SILVA, 2012). No entanto a intenção primordial é a melhoria da qualidade de vida urbana dentro das cidades, isso não somente no aspecto ambiental, mas

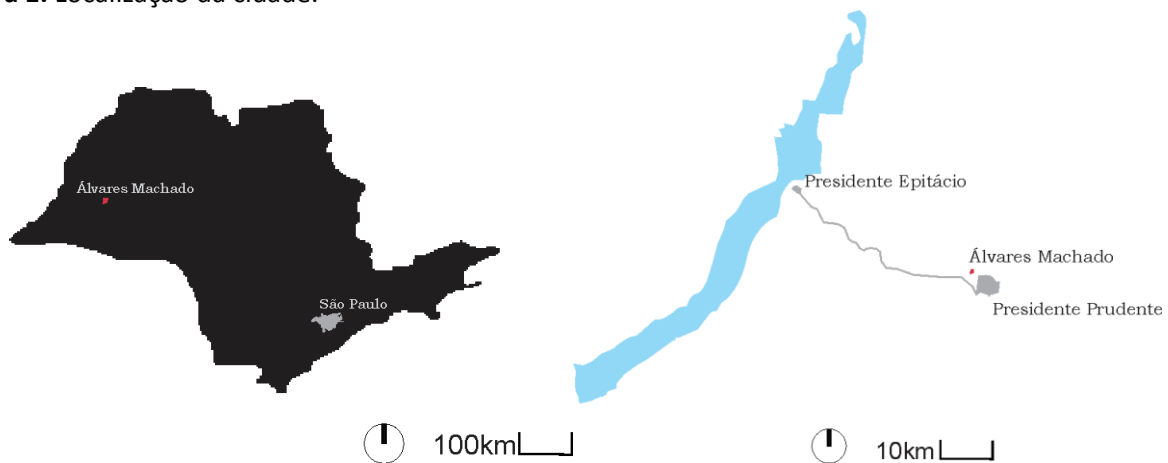
também na paisagem das cidades e a estruturação da malha urbana a partir desses locais (LÓBODA, DE ANGELIS, 2005).

As APPs dentro dos centros urbanos ocasionam uma melhora na qualidade de vida da população que reside em seu entorno, pois, estes rios e córregos, afetam diretamente o meio ambiente, diminuindo então as ilhas de calor dentro dos espaços urbanos, além de auxiliar na drenagem urbana, aumento na taxa de áreas permeáveis dentro das cidades que conseqüentemente gera o crescimento no índice de umidade, além do surgimento de espaços atrativos voltados para o ócio dos seres humanos (SILVA, 2012).

Portanto, as APPs urbanas, são espaços importantes e primordiais dentro da malha urbana, pois além de sua configuração física que auxilia na infraestrutura das cidades bem como na qualidade ambiental, são espaços que vem a contribuir positivamente na qualidade do espaço urbano bem como na estética da paisagem das cidades, tornando o espaço citadino bonito e agradável, ocasionando assim uma maior atratividade ao uso.

Neste contexto, o local de estudo, é uma APP, no município de Álvares Machado-SP, cidade localizada extremo oeste do estado de São Paulo (figura 1), o município possui 24 mil habitantes, sendo uma das cidades que faz divisa com a cidade de Presidente Prudente – SP (IBGE, 2018).

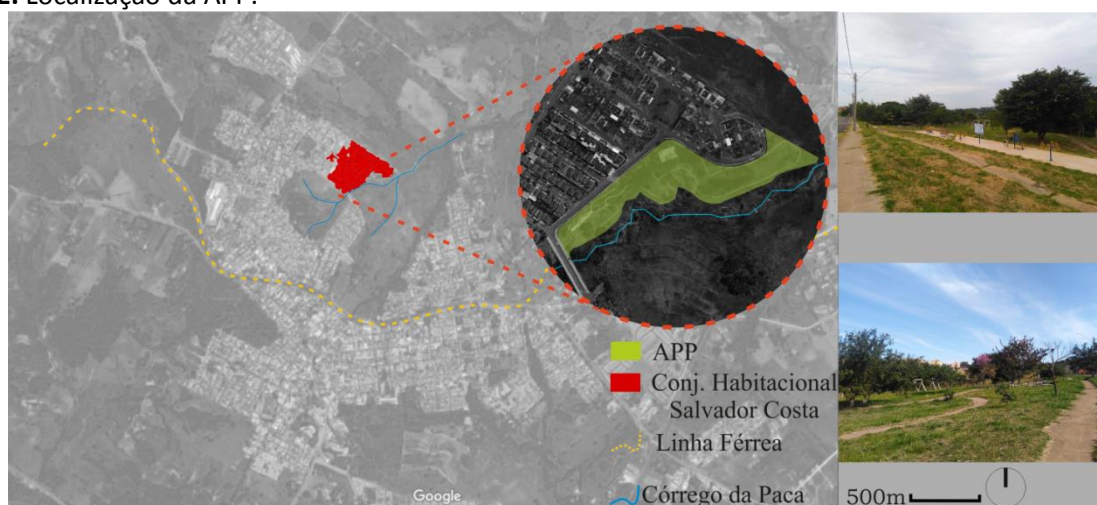
Figura 1. Localização da cidade.



Fonte: Google Maps, 2019. Editado pelo autor, 2019.

O local, mesmo sendo destinado para uma área de preservação permanente - APP, bem como protegida por uma área verde, embora, não haja uma predominância por massa vegetativa, o espaço, tem recebido mudanças na sua configuração física, feitas pelo poder público, com a implantação de mobiliários, como: bancos, pista de caminhada, quadra esportiva, academia da terceira idade e iluminação.

Figura 2. Localização da APP.



Fonte: Google Maps, 2019. Editado pelo autor, 2019.

Sendo assim, o principal objetivo deste artigo é apresentar às legislações pertinentes as áreas de preservação permanente - APP, em diversas esferas a nível Federal, Estadual e Municipal, e entender como a implantação desses mobiliários e equipamentos, tem sido feitas e se estão de acordo com as legislações ambientais a fim de entender como estas intervenções estão beneficiando o espaço bem como a população residente em seu entorno.

Para tanto se fez necessário pesquisa bibliográfica, em livros e artigos, bem como documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Álvares Machado – SP. Levantamentos realizados no local, buscando então detectar e salientar as características do espaço, bem como aspectos de acessibilidades, estados de conservação dos mobiliários e equipamentos implantados, após isso, os dados foram analisados e sintetizados na forma de mapas e diagramas para elucidar os resultados obtidos.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SUA GARANTIA PELO CÓDIGO AMBIENTAL 12.651/2012.

As Áreas de Preservação Permanente - APP são definidas segundo o Código Florestal Brasileiro lei nº 12.651 de 12 de maio de 2012, em seu Cap. I, Art. 3, inciso II da seguinte forma:

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Essas áreas ocupam parcelas significativas dentro das cidades, tendo em vista que muitos municípios possuem córregos e áreas de nascentes, tanto em áreas rurais, quanto em áreas urbanas, para isso o código florestal também definiu faixas lineares nas margens de córregos, rios, e nascentes, com o propósito de tornar essas áreas intocáveis, ou seja, sem nenhum uso, e preservadas o máximo possível.

Esses limites estabelecidos levam em consideração o tamanho dos rios ou córrego e por isso sua metragem pode variar, segundo Código Florestal Brasileiro lei nº 12.651/2012, Cap. II, inciso I e II:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

A área destinada a APP dentro do espaço urbano irá depender da extensão do rio ou córrego que houver, dessa forma, as suas margens podem ser maiores ou menores, de acordo com a legislação Federal, no entanto, estes espaços, acabam se configurando como locais de máxima preservação e intocáveis dentro das cidades, e isso pode ocasionar diversos debates a cerca desses espaços, sobretudo pela subutilização do mesmo por outros agentes.

As APPs urbanas são tratadas também na lei de parcelamento do solo, lei nº 6766/1979, embora sejam legislações diferentes, ela tem o mesmo conteúdo do código ambiental lei nº 12.651/2012, a cerca das APPs, o qual tem como intuito preservar e resguardar estes respectivos locais no espaço citadino, bem como em novos parcelamentos do solo.

A intocabilidade desses locais, sobretudo em conjuntos habitacionais, os quais comumente são jogados para as periferias das cidades, estes espaços quando não fiscalizados, sem planos ou diretrizes para seu uso, torna – os propícios a invasões e ocupações por famílias carentes, bem como usos que não são bem visto pela comunidade e isso faz com que o espaço fique não só estigmatizado mas também ocioso, com isso, essas APPs acabam se transformando em cicatrizes dentro do espaço das cidades (SILVA, 2012).

O código Florestal lei nº 12.651/2012, estabelece que as atividades dentro das áreas de preservação permanente são limitadas e serão autorizadas somente com autorização e aprovação dos projetos nos órgãos competentes, esse processo se tornou mais complexo depois da revogação da normativa do CONAMA 369/2006¹⁶, a qual estabelecia usos em áreas de Preservação permanente – APP de maneira mais branda e abrangente, atualmente o processo se tornou mais complexo, burocrático e seguir critérios segundo a sua destinação.

As possibilidades de intervenção nas APPs urbanas devem possuir a seguinte destinação, como trás na lei nº 12.651/2012, seção II, art. 8º “A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previsto nesta Lei”, ou seja, a legislação ainda trás os parâmetros e como devem proceder as intervenções.

As respectivas intervenções quando decretadas de interesse social, prevê algumas mudanças conforme é possível ver no código florestal 12.651/2012, Cap. I, art. III e IX:

- [...]c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;
- d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas lei.

Além disso, quando decretada atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental¹⁷ as intervenções que podem ser efetuadas, sobretudo nas APPs em espaços urbanos são as seguintes conforme o código florestal 12.651/2012, Cap. I, art. III e X:

- a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d’água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;
- b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada à outorga do direito de uso da água, quando couber;
- c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;
- d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; [...].

Sendo assim, o atual código florestal vigente lei nº 12.651/2012, trata as APPs, como espaços intocáveis, e as intervenções previstas são somente em casos excepcionais, mediante também a aprovação em órgão responsável, para que assim possa ser analisado e se for o caso aprovado. Dessa forma as APPs, sobretudo em áreas urbanas, acabam tornando – se locais ociosos, e encravados dentro da malha urbana da cidade, sem nenhum uso público, voltado exclusivamente à preservação ambiental.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO HABITACIONAL SALVADOR COSTA ÁLVARES MACHADO- SP.

A APP em estudo está localizada no município de Álvares Machado - SP, mais precisamente ao norte da cidade. O local possui cerca de 25.025,84m² e compõe 10% do conjunto habitacional Salvador Costa, a qual é voltada para interesse social. Ele recebe esta destinação devido à área de preservação permanente – APP que margeia o córrego da Paca.

O espaço é bastante amplo (Figura 3), e pelo fato de ter sido implantado antes do código florestal lei nº12. 651/2012, ele além de ser uma APP, é também uma área verde, e devido a isso se encaixa nas resoluções da CONAMA Nº 369/2006, sendo assim, as intervenções que foram feitas no espaço, segue as normativas que foram propostas na época.

¹⁶ A revogação da resolução da CONAMA 369/2006 através no novo código florestal nº 12/651/2012, a qual instituiu intervenções mais concisas em APPs urbanas, é tratada como um retrocesso na legislação sobretudo em APPs, em áreas urbanas, devido a pouca abrangência das intervenções e por tratar APPs em áreas urbanas e rurais de maneira semelhante (SILVA, 2012).

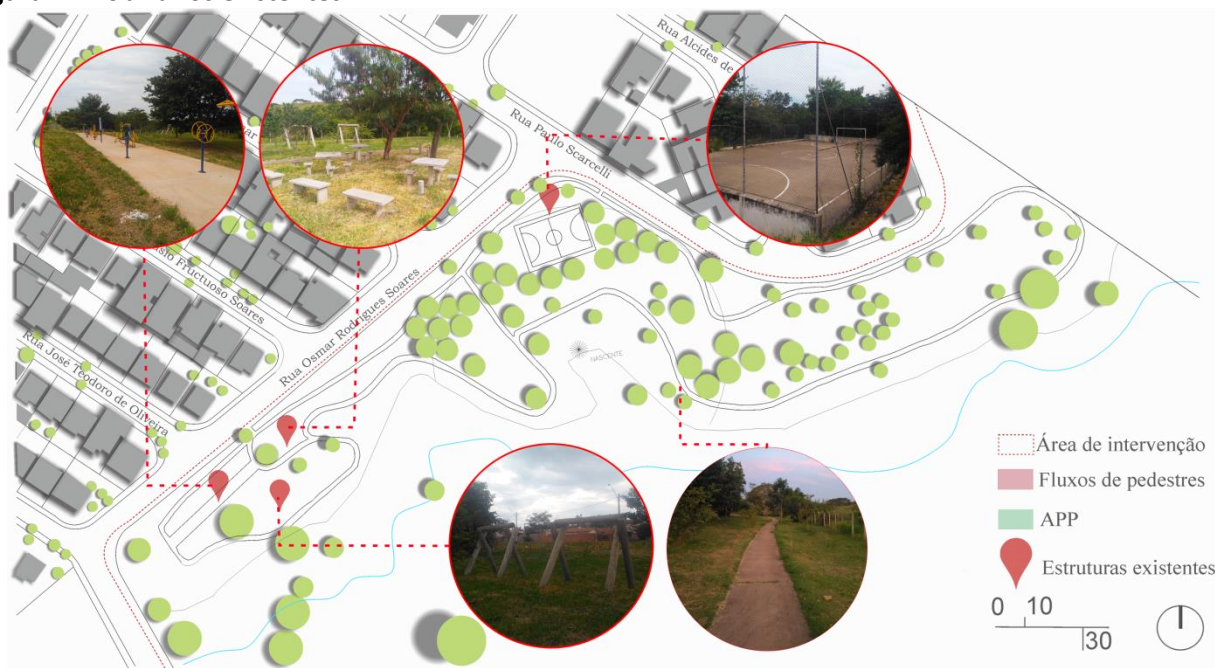
¹⁷ “Alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais, provocadas por ação humana” (SÁNCHEZ, 1993).

Figura 3. Área de Preservação Permanente – APP.

Fonte: Prefeitura de Álvares Machado, 2017. Editado pelo autor, 2019.

O espaço tem se configurado como um espaço público¹⁸, e devido a isso recebeu uma série de melhorias, desde a implantação do conjunto habitacional em 2012. No local, foram implantados alguns mobiliários e equipamentos visando a sua utilização pela população (Figura 4), esses mobiliários são: academia da terceira idade, pista de caminhada, playground infantil, quadra poliesportiva, bancos e mesas para jogos, além de iluminação pública.

¹⁸ “O espaço público tem um conceito indefinido e pouco claro que pode incluir a praça, o parque, a rua, o centro comercial, o café, o bar, assim como a opinião pública ou a cidade, são espaços cujo sua principal característica é sua acessibilidade a todos, bem como possibilidade de encontro e diálogo. (CARRIÓN *apud* DIONÁ 2005, p.24)

Figura 4. Mobiliários existentes

Fonte: Prefeitura de Álvares Machado, 2017. Editado pelo autor, 2019.

Embora o espaço, tenha recebido essas intervenções, a falta de manutenção da mesma, como: corte de grama, poda das árvores, além da carência de infraestrutura, como sanitários bebedouros tem prejudicado a dinâmica do local, bem como tem ocasionado a depredação do mesmo.

Essa depredação do espaço está diretamente atrelada à falta de pertencimento da população com a respectiva APP, a qual é realçada pela falta de mescla de usos, de atrativos e do fluxo ininterrupto de pessoas pelo bairro, que por se tratar de um bairro estritamente residencial, sem uma mescla de usos ou potencial construtivo, os espaços públicos do bairro se tornam extremamente vazias e sem qualidade de vida urbana (JACOBS, 2011).

E isso tem refletido diretamente na APP, o qual embora tenham usos escassos em partes do dia, sobretudo pela manhã e no fim da tarde, quando o local está com grama cortada e limpa as pessoas fazem mais uso do local, no entanto, anoite e quando não há uma iluminação adequada, o local fica totalmente vazio (Figura 5).

Figura 5. Falta de iluminação e manutenção do local.

Fonte: Autor, 2019

A carência de infraestrutura como a possibilidade de acesso, e as calçadas estreitas que margeiam o espaço (figura 6), são outras problemáticas que afligem o local, pois, além do mesmo não possuir

atrativos, a falta de qualidade do espaço da APP acaba reforçando ainda mais as problemáticas, pois a qualidade do espaço é um dos fatores de qualidade de vida dentro das cidades, e isto está atrelado diretamente à configuração física do mesmo (MAGNOLI, 2006).

Figura 6. Acessos fora da NBR 9050 e calçadas estreitas sem manutenção.



Fonte: Autor, 2019.

Além da falta de qualidade do espaço, o local ainda sofre com problemas devido à falta de projeto e planejamento para a implantação dos mobiliários, pois, os bancos e iluminação foram colocados em locais distantes e sem nenhum atrativo, ou vistas para contemplar e isso gerou a sua depredação (Figura 7), restante hoje somente os bancos próximos a Rua Osmar Rodrigues, que é a via que margeia todo o espaço, sendo bastante movimentada durante todo o dia.

Figura 7. Iluminação e bancos depredados



Fonte: Autor, 2019

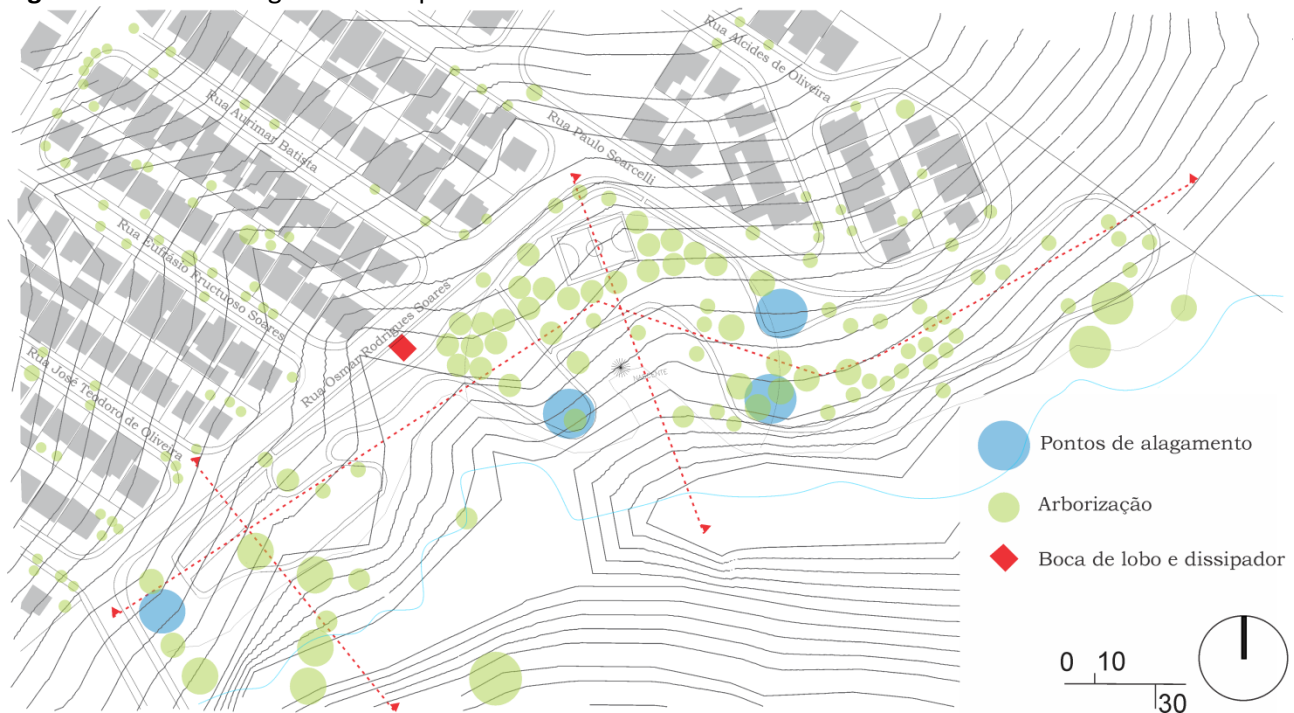
Estas depredações, seguidas de nenhuma interferência do poder público ou intervenções pela própria comunidade, mostra como a falta de conexão da população com a APP e vice versa, interfere diretamente na configuração física do local, o que altera então a própria vivência, realçado ainda o estigma que é atribuído ao espaço.

Uma das importantes funções das áreas de preservação permanente - APP é a sua vegetação predominante, a permeabilidade do solo que contribui para a drenagem urbana, além disso, a diminuição da temperatura dentro do bairro, essas características são aspectos positivos que o espaço possui e tem sido mantido graças ao código florestal, o qual contribui para manutenção do espaço, mesmo com os mobiliários e equipamentos implantados no local.

Embora, essas características positivas citadas sejam importantes para o bairro, bem como para a área de preservação permanente - APP, já que o espaço se dispõe a ser utilizado pela população, o escoamento superficial da água bem como o plantio das árvores devem ser coerente para que isso não venha colaborar para a falta de uso do espaço.

Como foi possível observar, no período de chuva, o espaço possui alguns pontos de alagamentos e acúmulo de água e isso repele o uso das pessoas, pois a água além de vir com uma força o que a torna perigosa, este acúmulo de água suja, proveniente da drenagem urbana, faz com que o espaço fique sem uso nos períodos de chuva (Figura 8).

Figura 8. Ponto de alagamento no período de chuva.



Fonte: Autor, 2019.

A arborização do local é boa se tratarmos em questão de quantidade, no entanto, para que as pessoas usufruam de sua sombra, é necessário repensar o porte delas, tendo em vista que em sua maioria, as árvores do local são de pequeno porte (Figura 9) e isso atrapalha na circulação de pessoas, bem como a possibilidade de estar sendo vistas por outros transeuntes, característica essa, que é importante, sobretudo pela sensação de segurança que isso transmite as pessoas que estão por ali caminhando, correndo e praticando atividades e exercícios físicos (ZANOTTO, 2002).

Figura 9. Arborização de pequeno porte.



Fonte: Autor, 2019.

A falta de infraestrutura realça a problemática existente e se ainda levamos em consideração a falta de atratividade, o local se torna completamente invisível, pois, a carente mescla de usos dentro do

próprio conjunto habitacional, o qual é estritamente residencial, e o fomento do poder público para incentivos ao lazer e a promoção de cultura dentro do espaço reforça ainda mais a sua inutilização.

Ainda mais por se tratar de um conjunto habitacional, implantado na periferia da cidade de Álvares Machado-SP, o local depende unicamente de atrativos, como: feiras livres, mutirões, usos alternados durante o dia, mescla de usos dentro do bairro, e conexões com outros equipamentos urbanos, pois são estes usos que torna os espaços atraentes e vistos como legais e utilizados pela população (RAPAPORT, 1978).

As intervenções propostas e executadas, algumas não estão de acordo com as legislações ambientais, como a quadra esportiva localizada na área da nascente, bem como os bancos implantados sem nenhum referencial ou vistas a contemplar, o playground infantil completamente depredado e as mesas de jogos, são equipamentos que claramente não deram certo, a pista de caminhada é o único equipamento que é mais bem aproveitado, no entanto o espaço carece de outros tipos de mobiliários e usos.

CONCLUSÃO

A salvaguarda das Áreas de Preservação permanente - APP é importantíssima para a manutenção da qualidade do meio ambiente dentro do espaço urbano, sendo este um importante elemento que vem a contribuir de diversas formas, não só para a paisagem urbana como um todo, mas vem acrescentar também na qualidade de vida da população, oferecendo grandes espaços verdes, dentro das cidades.

Embora elas sejam resguardadas pelas legislações pertinentes, a falta de uso adequado que vise a sua manutenção bem como a utilização pela comunidade é um dos desafios atuais no urbanismo, sobretudo, se levarmos em consideração, quais os efeitos desses espaços vazios e sem nenhum tipo de uso dentro das cidades, estes acabam tornando – se grandes limites urbanos, que impossibilita o contato devido a sua intocabilidade que trás a lei nº 12.651/2012.

O equilíbrio entre a preservação e o uso é vital para a qualidade desses espaços, sobretudo nas periferias da cidade, onde a área de Preservação permanente – APP acaba sendo espaços invadidos pela população carente, e servindo de abrigo para essa população, para inibir essas práticas o poder público deve estimular a vida urbana nesses espaços como é possível ver no local em estudo, no entanto, a manutenção do mesmo e a possibilidade de atrativos são essenciais para que o mesmo seja mantido.

Portanto, conclui – se que, a preservação e a intocabilidade do local, não é algo que deve se primar, bem como o uso desordenado também não vem a colaborar, é importante haver equilíbrio entre o uso humano e também o meio ambiente, de forma que o poder público venha gerir, fiscalizar, estimular a vivência dentro destes espaços e também manter o local de forma que ele possa ser um colaborador para a vida na cidade e não o oposto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. V. G. **Áreas de Preservação Permanente e a questão urbana**. Consultoria legislativa. Disponível em: http://vampira.ourinhos.unesp.br:8080/cediap/material/apps_urbanas.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; PEREIRA, J. A. A. ; JUNIOR, L. M. C.; BARROS, D. A. **Áreas de Preservação Permanente na Legislação Ambiental brasileira**. Scielo: scientif eletronic library online. Santa Maria: Ciencia Rural, v. 41 n. 7, Jul. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000700016> Acesso: 12 jul. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782011000700016>

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 12125, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio. 2012. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 9766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 1979. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369 de 28 de março de 2006**. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/conama_res_cons_2006_369_supressao_de_vegetacao_e_m_app.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2019.

DIONÁ, L. M. **Espaços livres em Conjuntos Habitacionais**: As praças potenciais do Conjunto Mangabeira em João Pessoa PB. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2005.

JACOBS, J. **Vida e morte de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LÓBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D.. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência, Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, Guarapuava, v.1, n. 1, p. 126 – 139, jan./jun. 2005.

MAGNOLI, M. M.. **Paisagem, lote e tecidos urbanos**. Paisagem Ambiente e Ensaios, São Paulo, n. 21, p. 151, 2006.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de impacto ambiental**: Situação Atual Perspectivas. EPUSP, São Paulo, 1993. 166 p.

RAPOPORT, A. **Aspectos Humanos de la Forma Urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

SILVA, M. V. **Ás áreas de Preservação Permanente Urbanas**: usos sustentáveis e usos alternativos na Lei nº12.651/2012.. In: XXI Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito – CONPEDI. 2012, Niterói. Anais do XXI Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós – Graduação em Direito. Florianópolis: FUNJAB, 2012. P. 347- 376.

ZANOTTO, K. R.. **Segurança em área urbana central**: configuração, forma urbana e usuários. 2002, 161f, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

UMA POSSÍVEL CENTRALIDADE URBANA – VILA MARCONDES EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Ana Clara Ribeiro De Andrade Santos, Andreza Benvindo Soares, Yeda Ruiz Maria

Universidade do Oeste Paulista, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente – SP. E-mail: anaclara.ribeiro@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva o levantamento e respectiva compreensão dos diversos elementos que constituem o espaço urbano, já que isso é algo primordial para compreender a acomodação dos centros às suas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. Deste modo, o intuito do mesmo é identificar como a Vila Marcondes, situada no Município de Presidente Prudente - SP, ficou invisível por longo período, tanto pela população quanto pelo poder público, tendo como consequência sua desvalorização. Entretanto, pôde-se constatar que o bairro apresenta um grande potencial para se tornar um polo de atração comercial e de prestação de serviços. Para tanto, foram realizados levantamentos físicos e sociais do bairro, compreendendo assim suas potencialidades e fragilidades.

Palavras-chave: Vila Marcondes; Presidente Prudente - SP; Centralidade Urbana.

A POSSIBLE URBAN CENTRALITY - VILA MARCONDES IN PRUDENTE PRESIDENTE/SP

ABSTRACT

The present article aims at surveying and understanding the various elements that make up the urban space, since this is fundamental to understand the accommodation of the centers to their social, political, cultural and economic transformations. The purpose of this study is to identify how the Vila Marcondes, located in the municipality of Presidente Prudente - SP, was invisible for a long period, both by the population and by the public power, with the consequence of its devaluation. However, it can be seen that the neighborhood has great potential to become a pole of commercial attraction and service provision. For that, physical and social surveys of the neighborhood were carried out, thus understanding their potentialities and weaknesses.

Keywords: Vila Marcondes; Presidente Prudente (SP); Urban Centralization.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os estudos voltados às pesquisas de caráter urbano, desenvolveram uma condição de análise mais aprofundada em relação aos acontecimentos relevantes e métodos que abrangem o conceito centro, bem como, os termos coadunados a este conceito – como por exemplo, a centralidade.

Uma centralidade é determinada pela incessante circulação de mercadorias, consumidores, informações, veículos e trabalhadores, ou seja, pelos fluxos das vias. Para Sposito (apud PEREIRA, 2015, p. 28), a centralidade “[...] não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer ou representar”. A autora destaca ainda que a mesma não é algo que possa ser identificado em uma imagem de satélite e nem definida cartograficamente com exatidão, mas ela pode ser compreendida, isto é, percebida, sentida e representada socialmente.

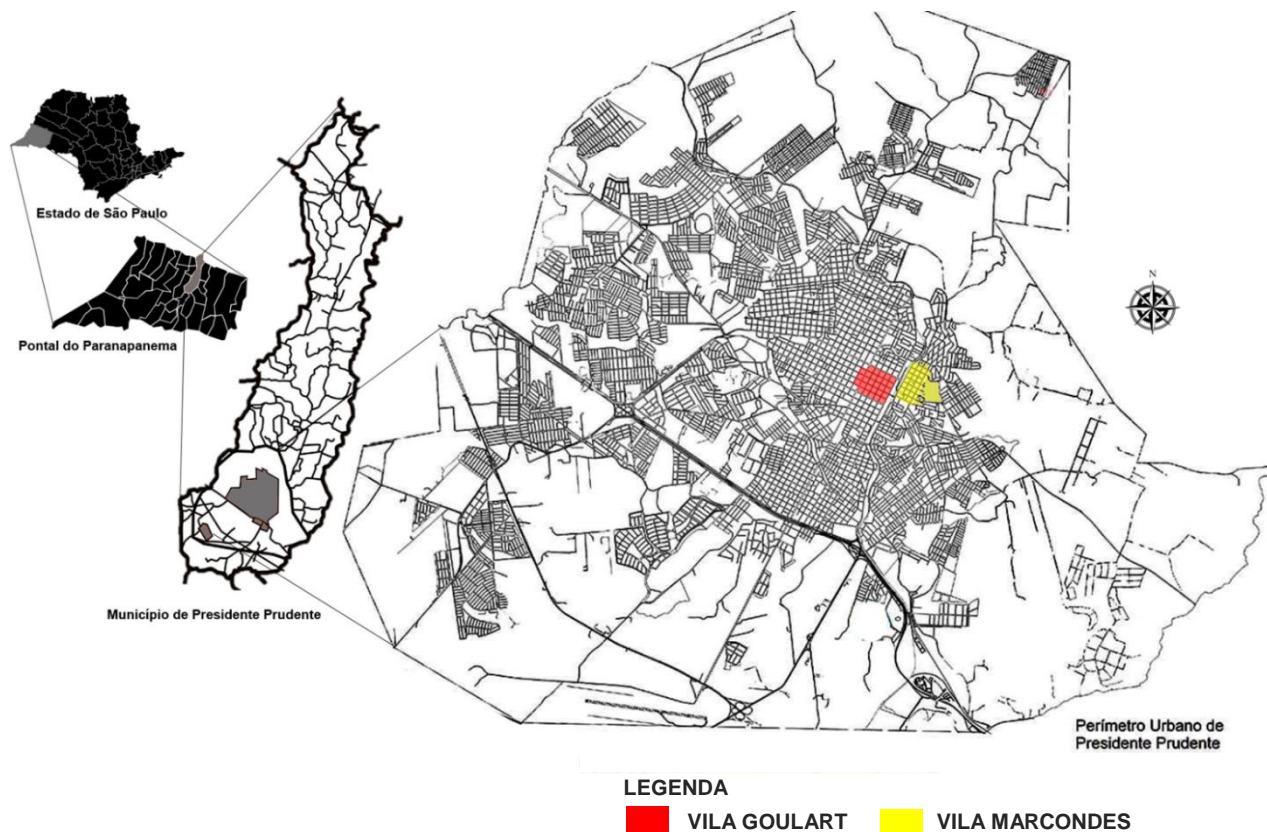
Diante dessa premissa, o presente artigo tem como finalidade compreender o Bairro Vila Marcondes, localizado no município de Presidente Prudente - SP, a fim de destacar as potencialidades que viabilizem sua reestruturação enquanto centralidade urbana e as consequentes mudanças que vêm acontecendo ao longo dos anos no local, este que teve uma importante participação no surgimento da cidade.

Para tanto foram necessários levantamentos documentais e bibliográficos com o intuito de compreender as convicções congruentes, analisando sua formação e suas características físicas e sociais de modo geral, além do levantamento *in loco* para catalogação de dados históricos e atuais.

BAIRRO VILA MARCONDES – PRESIDENTE PRUDENTE /SP

Situado em Presidente Prudente - SP, o Bairro Vila Marcondes, está ligado ao contexto histórico e social do município, no qual pode-se afirmar sua importante atuação centralizadora na consolidação do desenvolvimento da cidade (SCHWAMBACH et al., 2013).

Figura 1. Localização do Bairros Vila Goulart e Vila Marcondes na malha urbana de Presidente Prudente/SP.



Fonte: Jovens Conectados (2013); Firetti (2009); Silva (2014). Editado pelas Autoras (2019). Sem escala.

O Município de Presidente Prudente localiza-se na região Oeste do Estado de São Paulo, estando distante cerca de 558 quilômetros da capital paulista. Segundo Pereira (2002), o Município teve o início de sua urbanização baseada em dois núcleos urbanos instalados nas proximidades da ferrovia Alta Sorocabana, sendo aqueles separados pelos trilhos, Vila Goulart (em vermelho) e Vila Marcondes (em amarelo) (FIGURA 1).

Dado o exposto, pôde-se notar que, a localização da Vila Goulart se remete ao atual centro da cidade, mais conhecido como quadrilátero central, que de acordo com Ferragini, Jeronymo e Borges (2015), tal vila se localiza próximo a Estação Ferroviária, ou seja, do lado Oeste dos trilhos ferroviários, enquanto a Vila Marcondes encontra-se do lado Leste do mesmo.

Com ênfase no bairro Vila Marcondes, o próprio é datado de 1919, carregando consigo o nome de um dos fundadores, Coronel José Soares Marcondes, sendo um dos primeiros bairros que durante muito tempo teve força para ser o centro urbano da cidade devido a sua função comercial, já que o mesmo abrigava galpões, como por exemplo os da antiga Indústria Francisco Matarazzo – atual Centro Cultural Matarazzo – e pelo fato de ter sido construído adjunto à estação ferroviária, sendo este o principal setor que possibilitou serviços e fluxos econômicos por décadas e consolidou o crescimento do município (SCHWAMBACH et al., 2013).

Mendonça e Costa (apud CARENHO; SILVA; BORGES, 2014) ressaltam que o crescimento rural e econômico e a chegada da Linha Férrea influenciaram na separação dos dois núcleos urbanos, resultando assim nas duas primeiras vilas as quais receberam o nome de seus fundadores: Vila Goulart – Coronel Manoel Goulart – e Vila Marcondes – Coronel José Soares Marcondes.

Entretanto, a atitude dos dois coronéis, foi determinante para a consolidação social e urbana, conforme Schwambach et al. (2013, p. 443), enquanto a Vila Goulart conduziu o crescimento e desenvolvimento da cidade com a intensa presença de comércios e serviços próximos – Centro –, a Vila Marcondes estagnou-se por muito tempo e muitas das razões que acarretaram a tais circunstâncias são devido aos interesses econômicos no qual Coronel Goulart abriu espaço para a modernidade e sofisticação, enquanto Coronel Marcondes impossibilitou a implantação de muitas benfeitorias.

Ainda nessa vertente, segundo a autora, hodiernamente, o bairro apresenta sequelas devido às transformações ocorridas ao longo da segunda metade do século XX, tendo sua localização, a malha urbana, seu planejamento urbano defasado e o crescimento comercial no bairro como principais consequências disso (SCHWAMBACH et al., 2013).

Quando há a expansão das atividades comerciais em uma determinada área a mesma atrai um maior número de pessoas para residirem em volta desse “centro” ou próximo a ele, em grande parte, são pessoas de classe média alta, dessa maneira, enquanto o centro urbano é dotado de infraestrutura, os bairros concentrados ao longo do perímetro urbano, ou seja, bairros afastados do centro da cidade, são mais carentes desses equipamentos gerando o processo de segregação (VILLAÇA, 2001).

VILA MARCONDES E A CENTRALIDADE – UMA PLAUSÍVEL POSSIBILIDADE

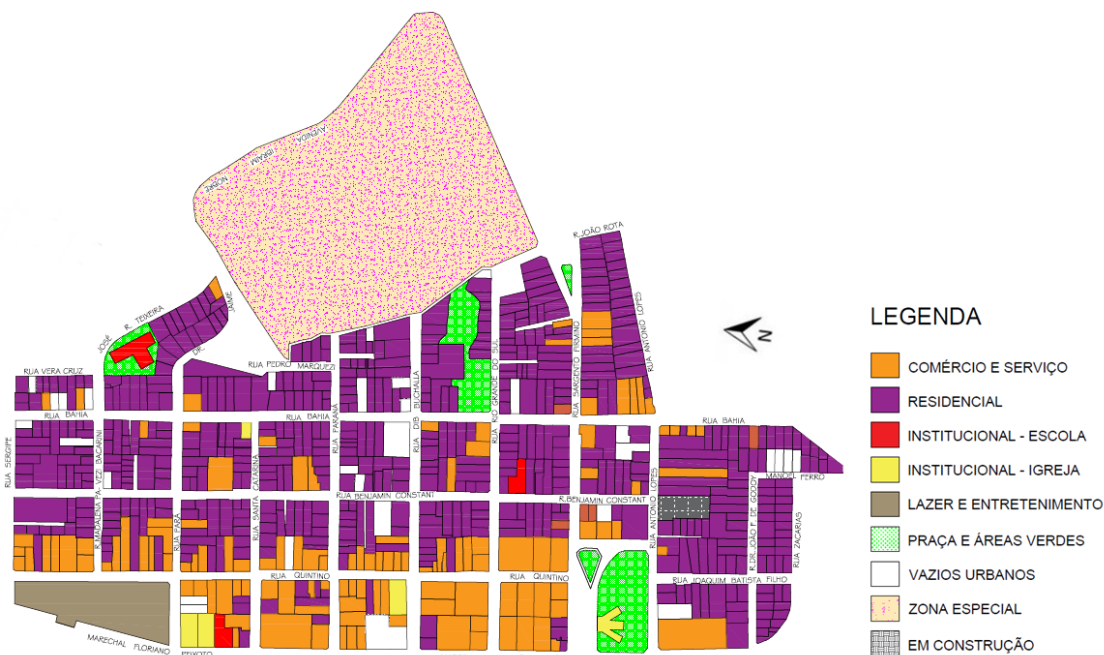
A centralidade, segundo Silva (2013), é compreendida como algo no qual se manifesta o começo de um centro, concentrando e atraindo fluxos, polarizando determinado espaço e é capaz de integrar e dispersar, que para Sposito (1991, p. 6):

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela.

Diante disso, é possível afirmar que o bairro possui a influência dispersora do centro da cidade, onde é nítido o caráter duplo da força centrífuga composta por um lado de fatores de repulsão das atividades e/ou pessoas do centro; e por outro de fatores de atração das pessoas e/ou atividades para áreas periféricas (SILVA, 2013).

Neste âmbito, o Bairro Vila Marcondes – que antes fora um bairro periférico e que devido ao crescimento da cidade foi inserido dentro no perímetro urbano – possui tal força que não só atrai pessoas em um raio municipal, mas também regional, ou seja, ali existe uma centralidade que apresenta possibilidades para o desenvolvimento urbano local devido aos seus marcos históricos os quais possuem grande capacidade de polarização – Centro Cultural Maratazzo, Linha Férrea e Santuário de Nossa Senhora Aparecida –, apresentando assim, uma predisposição de agente centralizador.

Alguns fatores de atração para uma área periférica segundo Silva (2013), são terras baratas com impostos e preços mais acessíveis e a facilidade no quesito transporte, ademais, mesmo o Bairro Vila Marcondes sendo um bairro constituído principalmente por residências (em roxo), ele se enquadra no tipo de eixo principal de negócios, ou seja, são ruas de intensa movimentação onde se concentram concomitantemente atividades econômicas, no qual o bairro dispõe de duas principais ruas onde há uma concentração de comércio e serviço (em laranja) – Rua Quintino Bocaiuva e Rua Marechal Floriano Peixoto –, são ruas comerciais que atendem preferencialmente o público do bairro (FIGURA 2).

Figura 2. Levantamento de Uso e Ocupação do Solo do Bairro Vila Marcondes em Presidente Prudente/SP.

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (2016). Editado pelas autoras (2019). Sem escala.

Todavia, se esta área demonstrar o seu potencial de polarização, de atrair o comércio e a economia, a especulação imobiliária traria seu efeito mais devastador: “[...] a transformação do solo em mercadoria, o que o torna sujeito às variações de mercado e às leis gerais desse sistema, como a livre concorrência e a lei da oferta e da procura” (PENA, [201-]), desta forma, a segregação social cresceria, o bairro continuaria a ter sua zona comercial em crescente expansão, fator esse que vem acontecendo nos últimos anos, expulsando as residências e consecutivamente os moradores e interferindo na identidade histórica do Bairro Vila Marcondes.

RESULTADOS E PROPOSTAS

Através das análises e levantamentos realizados no bairro, pôde-se constatar que após a desativação da estrada de ferro, os bairros adjacentes a ela ficaram esquecidos perante os olhos do poder público e da população, a degradação foi se consolidando e houve o declínio do interesse da especulação imobiliária.

Constatou-se ainda, que por ser um bairro antigo, o mesmo é composto principalmente por pessoas mais idosas e de classe média baixa. Um senso de territorialidade e comunidade foi sendo construído pela população, desse modo, a maioria não possui o desejo de ver o espaço físico sendo modificado já que estão acomodados com a situação em que se encontra e isso fez com que perante à cidade, o bairro se estagnasse e tornasse um local periférico e deteriorado o que resultou na segregação socioespacial que de acordo com Schwambach et al. (2013, p. 443):

A degradação do bairro se deve a uma série de fatores, como: a construção da estação no lado oposto, ao fim do transporte de passageiro pela ferrovia, construção do Viaduto Comendador Tanel Abud, esquecimento do setor público, crescimento urbano que tomou rumos opostos e a consequente desvalorização imobiliária que intensificou números edificações abandonadas.

Sendo assim, a implantação de uma centralidade visa recuperar o potencial do bairro, ou seja, resgatar a sua identidade. Portanto, uma das estratégias encontradas para transformar este bairro é o *Placemaking* que nada mais é do que um processo de planejamento de espaços públicos destinados à população (TANSCHIT, 2016), fornecendo à comunidade local um espaço de encontro e interação que estimulem e desenvolva um sentido de comunidade e colaboração entre os moradores e transeuntes, criando assim áreas de lazer e descanso.

Portanto, levando em consideração os aspectos apresentados, compreende-se que, a partir do momento em que a paisagem urbana se modifica, a sociedade local também se modifica, dado que, um ambiente construído e bem planejado influencia nos comportamentos mais ativos e conseqüentemente beneficia a saúde e bem-estar das pessoas, dessa maneira também é necessário que os vazios urbanos tenham usos diversos – como hortas, pomares e jardins comunitários – no qual acabam por transformar tais locais em pontos de encontro e de socialização como a prática da agricultura urbana, além de agregar beleza com ambientes mais verdes e coloridos, amenizando a urbanização em massa de edificações e trazendo vestígios de uma vida mais interiorana e mais saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas e levantamentos tomou-se conhecimento de que o potencial do Bairro Vila Marcondes está em sua identidade perante a cidade de Presidente Prudente (SP), que após a desativação da estrada de ferro, os bairros adjacentes a ela ficaram esquecidos perante os olhos do poder público e da população, a degradação foi se consolidando e houve o declínio do interesse da especulação imobiliária.

Contudo, o enfoque do estudo se deu pelo fator centralidade, que não necessariamente se encontra no centro da malha urbana, diante disso, estudou-se as possíveis maneiras que pudessem fomentar com essa nova centralidade local, fazendo um processo de planejamento adequado e conseqüentemente ligando os polos e fluxos de atração do bairro à cidade. Com isso, pôde-se constatar que, por ser um bairro antigo, o mesmo é composto principalmente por pessoas mais idosas e de classe média baixa, assim um senso de territorialidade e comunidade foi sendo construído pela população, à vista disso, a maioria não possui o desejo de ver o espaço físico sendo modificado já que, estão acomodados com a situação em que se encontra e isso fez com que perante à cidade, o bairro se estagnasse e tornasse um local periférico e deteriorado o que resultou na segregação socioespacial.

Ainda nessa vertente, conclui-se que, com a construção do Viaduto Comendador Tanel Abud e a estação no lado oposto, fez com que transpusesse no esquecimento, a expansão urbana tomasse rumos discrepantes, fazendo que não sucedesse mais uma valorização perante o setor público, intensificando abandonos das habitações, conduzindo assim, uma série de fatores no quesito degradação¹⁹.

REFERÊNCIAS

CARENHO, D.; SILVA, L.; BORGES, F. D. C. M. F. **O patrimônio industrial de Presidente Prudente diante da especulação imobiliária.** In: Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial, p.238-244 jan/abr 2017. <https://doi.org/10.5747/cs.2017.v01.nesp.s0038>

FERRAGINI, M. Silva.; JERONYMO, L. F.; BORGES, F. D. C. M. F. **Patrimônios e Preservação: Presidente Prudente.** In: Colloquium Humanarum, vol. 12, n. Especial, 2015, p. 305-312. <https://doi.org/10.5747/ch.2015.v12.nesp.000629>

PENA, R. F. A. **Efeitos da especulação imobiliária nas cidades.** Brasil Escola. [201-]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/efeitos-especulacao-imobiliaria-nas-cidades.htm>>. Acesso em: 12 Jul. 2019.

PEREIRA, F. L. F. **Descentralização das atividades comerciais e de serviços em cidades médias: uma análise de Sobral – CE.** Dissertação de Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, 2015.

PEREIRA, S. R. **Expansão e estruturação interna do espaço urbano de Presidente Prudente-SP.** In: Revista Formação, Presidente Prudente, v. 1, n. 9, p. 34-68, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1250/1252>>. Acesso em: 09 Jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. **Planta do Município de Presidente Prudente.** Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Setor de Geoprocessamento e Cartografia,

¹⁹ Ver Karin Fernanda Schwambach et al. **S.O.S. VILA MARCONDES.** (2013, p. 443).

2016. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/central_mapas.xhtml>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SCHWAMBACH, K. F. et al. **S.O.S. VILA MARCONDES**. In: Colloquium Humanarum, vol. 10, n. Especial, Jul-Dez, 2013, p. 441-448. <https://doi.org/10.5747/ch.2013.v10.nesp.000482>

SILVA, O. T. **O Conceito de Centro e Centralidade Como um Instrumento de Compreensão da Realidade Urbana**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UERJ. Rio de Janeiro, 2013.

SPOSITO, M. E.B. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista Geografia. São Paulo, Volume 10, p 1-18, 1991.

TANSCHKEIT, P. **Placemaking x gentrificação: a diferença entre revitalizar e elitizar um espaço público**. The City Fix Brasil. 2016. Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2016/07/19/placemaking-x-gentrificacao-a-diferenca-entre-revitalizar-e-elitizar-um-espaco-publico/?utm_source=TCFB&utm_medium=facebook&utm_content=gentrificacao&utm_campaign=redes_sociais>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

FIRETTI, R. et al. **Agrupamento de municípios do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, em função de variáveis relacionadas á agropecuária**. In: Congresso Brasileiro de Economia, Sociologia e Administração Rural, 2009, Porto Alegre. Anais do XLVII Congresso da Sobe, 2009.

JOVENS CONECTADOS. **Mapa Sul 1 - São Paulo segunda etapa**. Comissão para a Juventude CNBB. 2013. Disponível em: <<http://jovensconectados.org.br/simbolos-da-jmj-voltam-a-sao-paulo-e-peregrinam-no-vale-do-paraiba.html/mapa-sp2-sul-1>>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

SILVA, E. C. N.; NUNES, J. O. R. **O tecnógeno na cidade de Presidente Prudente-SP**. Sociedade & Natureza (UFU. Online). 2014. v. 26, p. 483-496. <https://doi.org/10.1590/1982-451320140307>

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL E LEGISLATIVA

Andreza Benvindo Soares, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Presidente Prudente – SP. E-mail: andreza_benvindo@hotmail.com

RESUMO

Por muito tempo diversos recursos naturais foram absorvidos de forma desordenada pelo crescimento em massa da sociedade, acarretando em perdas consideráveis desses, assim como meio de preservar a biodiversidade foram criadas as Unidades de Conservação - UC com propósito de minimizar e conservar esses patrimônios. Desse modo, o intuito do mesmo é demonstrar sua importância perante ao mundo globalizado e como a preservação dessas áreas podem contribuir para proteção da natureza e das espécies raras presentes em nosso território, bem como o incentivo ao uso sustentáveis da nossa matéria prima. Para isso, foi necessário a realização de levantamentos bibliográficos objetivando compreender as características sociais e físicas de modo abrangente.

Palavras-chave: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, RECURSOS NATURAIS, PRESERVAÇÃO.

CONSERVATION UNIT: A CONCEPTUAL AND LEGISLATIVE APPROACH

ABSTRACT

For a long time, many natural resources have been disorderly absorbed by the mass growth of society, leading to considerable losses and, as a way of preserving biodiversity, Conservation Units - UCs have been created to minimize and conserve these assets. Thus, its goal is to demonstrate its importance in this globalized world and how its preservation can contribute to the protection of nature and rare species present in our territory, as well as to encourage the sustainable use of our raw material. For this, it was necessary to conduct bibliographical research aiming to comprehend the social and physical characteristics in a comprehensive way.

Keywords: CONSERVATION UNIT, NATURAL RESOURCES, PRESERVATION.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo os seres humanos dependiam exclusivamente dos recursos naturais para sua sobrevivência, com o caminhar da história, começaram a usufruir desses recursos de forma desordenada para garantir a sua continuidade, desmatando e degradando boa parte da matéria prima (LOPES, 2015).

Com a expansão tecnológica e o processo de globalização, o século XXI tem sido marcado por diversas transformações que modificam o modo de vida da sociedade, principalmente as relações estabelecidas entre o Homem e a Natureza, servindo como incentivo para a preservação do meio natural (LOPES, 2015).

Sendo assim, para não abrir mão da manutenção dos recursos naturais e garantir o crescimento tecnológico, foram desenvolvidos meios de preservação dos ecossistemas naturais para reduzir os impactos a biodiversidade causadas pelos danos ambientais severos e irreversíveis. Esses espaços foram denominados de *Unidades de Conservação - UC* que a partir da década de 1990 passaram a ter mais importância a sociedade (LOPES, 2015).

Diante dessa premissa, o presente artigo tem como finalidade compreender os conceitos relacionados as Unidades de Conservação bem como as esferas responsáveis na gestão dessas áreas, que podem ser classificadas como Federais, Estaduais, Municipais e particulares, onde também serão apresentados os dois grandes grupos onde estão inclusa as Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, afim de destacar sua grande abordagem para a preservação dos ecossistemas presentes em nosso cotidiano.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento desse artigo, foram realizados levantamentos bibliográficos através de leituras e pesquisa embasadas em artigos, livros, leis e conteúdos disponibilizados por meios digitais, privilegiando a pesquisa exploratória qualitativa, afim de definir conceitos pertinentes, de forma a comparar as informações coletadas e fomentar o pensamento reflexivo e consciente sobre o tema, assim como compreender a sua formação, características físicas e sociais de modo geral.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)

Com os avanços industriais e o processo da globalização foram dispostos meios para que a sociedade se conscientizasse em salvaguardar a natureza e o meio ambiente, tentando minimizar os impactos ocorridos pela produção em massa (VALLEJO, 2017). Nessa mesma vertente, a criação das Unidades de Conservação - UC vem se consolidando por formas de intervenções governamental, com o intuito de reduzir as perdas da biodiversidade causadas pela sociedade, como a fauna e a flora, favorecendo condições, provendo educação e interpretações ambientais ligado com a natureza (VALLEJO, 2017).

Sendo assim, no Brasil foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, pelo então Presidente da República no ano de 2.000, através da Lei nº. 9.985 de 18 de julho, onde em seu artigo 2º, inciso I, descreve que as Unidades de Conservação Ambiental podem ser consideradas espaços onde dispõem de recursos ambientais gerido pelo Poder Público com intuito de preservar os limites referidos com equivalência (ICMBIO, 2009).

De acordo com Francisco (2019), as UC são espaços que conservam e preservam a biodiversidade, podendo ser formados por áreas consecutivas e institucionalizada promovendo o desenvolvimento sustentável, resguardando “os recursos hídricos, as características geológicas, culturais, as belezas naturais, recuperar ecossistemas degradados, entre outros [...]” (FRANCISCO, 2019, p. 1).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E PARTICULARES

Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, através da Lei nº. 9.985/2000, o Ministério do Meio Ambiente ([20--?]), descreveu que ocorreu uma grande contribuição das esferas governamentais (federal, estadual e municipal), que com estas gestões, houve facilidade na proteção e preservação das áreas naturais inclusa dentro de todo território brasileiro.

Para ser considerado uma Unidade de Conservação Federal, segundo Cunha (2008), deve-se estar incluso dentro de um ou mais Estado, dispor de áreas extensas e ainda intacta do bioma, compor de presenças da fauna e flora ameaçadas de extinção, proteger a bacia hidrográfica e atuar como corredores ecológico, além de proteger os elementos históricos inclusos dentro da área, dentre outros.

De acordo com o inciso III, do artigo 6º da Lei nº. 9.985/2000, descreve que haverá como órgão executor o Instituto Chico Mendes - ICMBIO que representa a esfera Federal, que segundo o Ministério do Meio Ambiente ([20--?]), é responsável pela análise do estado de conservação das espécies da fauna no Brasil e tomam medidas necessárias para as mesmas.

Em relação as esferas Estaduais, Cunha (2008) defende que é necessário ter a presença de fauna e flora; incluir ecossistemas em nível regional ou estadual; dispor da proteção das bacias hidrográficas, como abrigar elementos de valor histórico e cultural inseridos nessas áreas. O órgão que representa esta esfera pode estar ligado a Polícia Ambiental do município ou alguma fundação específica (CUNHA, 2008).

Nas esferas Municipais, Cunha (2008) afirma que deve-se proteger os ecossistemas em nível municipal como os cursos d'água e nascentes; atuar também com a inclusão dos corredores ecológicos e dispor de elementos que contribuam para os valores históricos, culturais e/ou antropológicos. Esta esfera pode ser representada pela Polícia Ambiental, fundação ou instituição específica (CUNHA, 2008).

Nesta mesma vertente, existe também as esferas Particulares, que são criadas pelo Poder fiscalização, mas faz parte como complemento às esferas estaduais e municipais, que devido o conhecimento de sua devida localidade juntamente com a ajuda da sociedade, consiga manter o equilíbrio dessas áreas.

Há casos em que às áreas de Unidades de Conservação serão de domínio exclusivo do Poder Público, como também há casos em que haverá a flexibilização, podendo haver o domínio público e a utilização de um particular em uma mesma área.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL E UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

As UC estão alocadas dentro de dois grandes grupos, que são as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 7º da Lei nº. 9.985/2000, as Unidades de Proteção Integral têm por objetivo “[...] preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (ICMBIO, 2009, p. 12).

Assim, conforme o ICMBIO (2009), essas áreas só podem ser utilizadas para turismo ecológico e para pesquisas científicas, não podendo ser habitadas pelo homem. Portanto, são áreas de posse e domínio público, ou seja, não podem ser adquiridas por esferas particulares e caso haja alguma área particular que venha ser reconhecida como Unidade de Proteção Integral, essa será desapropriada (ICMBIO, 2009). As Unidades de Proteção Integral é composta por cinco tipos: Estação Ecológica – ESEC, Reserva Biológica – REBIO, Parque Nacional – PARNA, Monumento Nacional – MONAT e Refúgio de Vida Silvestre – RVS.

A Estação Ecológica – ESEC de acordo com Francisco (2019, p.02), são “espaços destinados à realização de pesquisas básicas aplicadas à proteção do meio ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental”. Já segundo World Wide Fund for Nature ([20--?a], p. 2), essas áreas:

Têm como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. São áreas de posse e domínio públicos, sendo que as propriedades particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. É proibida a visitação pública, exceto com o objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

Desse modo, como dispõe o artigo 9º da Lei nº. 9.985/2000, as estações ecológicas são áreas exclusivas do Poder Público, portanto, cada ESEC possuirá um Plano de Manejo ou regulamento específico onde constatará se poderá ou não ocorrer a visitação do público e a realização de pesquisas em suas áreas (ICMBIO, 2009).

Já a área de Reserva Biológica - REBIO, são consideradas de posse e domínio do poder público, como descreve o artigo 10, da Lei nº. 9.985/2000, que pondera que seu objetivo é preservar os recursos naturais existentes em toda sua extensão, não contendo interferências das ações humanas, podendo resguardar o meio natural de forma equilibrada (ICMBIO, 2009).

Desse modo, segundo Francisco (2019), a REBIO pode ser considerada uma UC com destinação as espécies da fauna e flora servindo como abrigo e com grande importância científica. Entende-se que, em todas as UC é proibido o uso de maneira direta dos recursos naturais, e para tal modificação dentro dessas áreas são permitidos apenas com o objetivo de recuperação dos ecossistemas, conforme descrito no artigo 10 (dez).

O Parque Nacional - PARNA, é de posse e domínio público, podendo ocorrer a desapropriação das áreas particulares em seus limites, conforme a Lei nº. 9.985/2000. De acordo com o ICMBIO (2009), essas áreas atuam com total relevância na preservação do ecossistema, contribuindo para realizações de pesquisas e turismos em sua totalidade. Esta definição pode ser encontrada no artigo 11 da Lei nº. 9.985/2000, que os PARNA quando são de criação exclusiva dos Municípios ou Estados, estes são denominados Parque Nacional Municipal e Parque Estadual.

Em relação aos Monumento Nacional – MONAT, essa área tem um diferencial das demais, segundo o ICMBIO (2009), está poderá ser constituída por áreas particulares, e compatibilizadas a unidade, não precisando ter a desapropriação da área, desse modo, é citada pelo parágrafo 1º do artigo 12 da Lei nº. 9.985/2000 que: “O Monumento Nacional pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários” (ICMBIO, 2009, p. 13).

Desse modo, conforme o ICMBIO (2009), essa área tem como intuito a preservação dos sítios naturais considerados raros, de grande beleza cênica e únicos, pode ser instituído pelo poder público, seja quais for, mediante as consultas públicas e estudos ambientais. Portanto, estão sujeitas às restrições a visitação pública, caso não estejam estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, e aos órgãos responsáveis como previsto nos regulamentos.

Sobre o Refúgio de Vida Silvestre – RVS, essa área também como as áreas de Monumento Natural, poderão ser constituídas por áreas particulares, não necessitando ter a desapropriação (ICMBIO, 2009). De acordo com o artigo 13 da Lei nº. 9.985/2000, essa tem como principal objetivo “proteger ambientes

naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (ICMBIO, 2009, p. 14).

Compreende-se então que conforme o artigo 13, para a visitação pública e pesquisa científica, o RVS tem que seguir os parâmetros estabelecido pelo Plano de Manejo da unidade, e seguir as normas estabelecidas pelo o mesmo em questão (ICMBIO, 2009).

As Unidades de Uso Sustentável têm como principal objetivo, “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (ICMBIO, 2009, p.12), conforme instituído no parágrafo segundo do artigo 7º da Lei nº. 9.985/2000. Assim, essas podem assumir a presença de moradores, já que são imprescindíveis a viabilização da convivência harmônica entre o homem e a natureza com todos os seus recursos naturais presente, conscientizando a utilização do mesmo de forma sustentável (ICMBIO, 2009). Essas unidades são divididas em outras sete categorias: Área de Proteção Ambiental – APA, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, Floresta Nacional – FLONA, Reserva Extrativista – RESEX, Reserva de Fauna – REFAU, Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

A Área de Proteção Ambiental - APA, pode ser constituída por terras públicas ou privadas, desde que respeite os limites legais. Possuirá ainda um órgão responsável onde serão estabelecidas condições para visitas e pesquisas científicas (WORLD WIDE FUND FOR NATURE [20--?]b). No artigo 15 da Lei nº. 9.985/2000 dispõe que, “[...] é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas” (ICMBIO, 2009, p. 15).

Todavia, são áreas que levam em conta o desenvolvimento sustentável do meio ambiente e das populações locais que ali se interagem. Sendo assim, toda APA pode permitir a experimentação de técnicas e atitudes que unem as atividades aos meios naturais, como descreve o Artigo 15 (quinze) (ICMBIO, 2009).

Em relação à Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, essas podem ser constituídas por áreas públicas ou privadas, podendo sofrerem restrições em sua utilização, já que de acordo com o artigo 16 da Lei nº. 9.985/2000, pode ser considerada uma área com pouca ocupação humana e de pequena extensão, que “[...] tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza” (ICMBIO, 2009, p. 15).

Assim, são pequenas áreas que abrigam grande biodiversidade da fauna e flora. Para que sejam protegidas são de extrema importância a proibição de atividades que podem colocar em risco todo o ecossistema existente, por conta disso é necessário que os órgãos competentes protejam essas áreas (ICMBIO, 2009).

Nas áreas de Floresta Nacional – FLONA serão permitidos a permanência dos habitantes tradicionais que ali residiam desde sua criação, conforme previstos nos regulamentos da unidade. Assim, como descreve o artigo 17 da Lei nº. 9.985/2000 compreende-se que “[...] é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica [...]” (ICMBIO, 2009, p. 15).

De acordo com ICMBIO (2009), sua criação se deu pelo governo Municipal ou Estadual, nesses casos as denominações respectivas das áreas serão Floresta Municipal e Floresta Estadual, podendo ser permitida a fixação da população que habitam quando a sua criação, desde que esteja disposto no Plano de Manejo da unidade. Portanto, nesta área as visitas públicas e as pesquisas científicas são incentivadas, desde que respeitem as normas estabelecidas e as restrições propostas pelo órgão gestor da unidade (ICMBIO, 2009).

Sobre a Reserva Extrativista - RESEX, são áreas de domínio público, que quando aparecem em terras particulares, estas devem ser desapropriadas (ICMBIO, 2009). Além disso as Reservas Extrativistas são como conceitua o artigo 18 da Lei nº. 9.985/2000 que “[...] tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (ICMBIO, 2009, p. 16).

Devem participar do gerenciamento dessas áreas tanto a população extrativista como o poder público responsável pela criação de tal reserva (ICMBIO, 2009). A visitação pública e pesquisas científicas podem ser realizadas desde se estejam nos termos do Plano de Manejo, conforme descrito no artigo 18 (dezoito) (ICMBIO, 2009).

A Reserva de Fauna - REFAU, segundo o ICMBIO (2009), são reservas de domínio público, as áreas particulares nelas abrangidas devem ser desapropriadas. A visitação no local e a comercialização de produtos realizados por pesquisadores, serão permitidas de acordo com o projeto desenvolvido, desde que tenham a autorização do órgão responsável.

Portanto, como descrito no artigo 19 da Lei nº. 9.985/2000, a REFAU pondera que protege a “área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres e aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos” (ICMBIO, 2009, p. 17).

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, o artigo 20, caput e seus parágrafos traz todos os requisitos para concessão e utilização de uma RDS, mas é importante destacar que são áreas de domínio público, no qual dependendo do caso as áreas particulares que possam abrigar a mesma deverão ser desapropriadas. Assim, pode ser considerada “Uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo das gerações e adaptados às condições ecológicas locais [...]” (ICMBIO, 2009, p. 17).

Compreende-se que a RDS, proporciona a qualidade de vida das populações que são por ela abrangidas, permite que a visitação pública e exploração sustentável dos recursos naturais sejam realizados através das requeridas atividades desenvolvidas dentro da unidade, conforme descrito nas normas competentes do artigo 20 (vinte) (ICMBIO, 2009).

Já a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, é considerada “[...] uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (ICMBIO, 2009, p. 18). No parágrafo segundo, do artigo 21 da Lei 9.985/2000, descreve em quais hipóteses uma área será declarada como Reserva Particular do Patrimônio Natural que são: “Em caso de pesquisa científica; e em caso de visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais” (ICMBIO, 2009, p. 18).

Portanto, conforme descrito no ICMBIO (2009), para um bom funcionamento do RPPN os órgãos completares do SNUC, prestaram orientações necessárias sejam elas técnicas ou científica aos responsáveis da reserva, juntamente com a elaboração do Plano de Manejo da unidade.

Mediante ao assunto abordado, segundo Medeiros e Young (2011), as UC que foram criadas e administradas pelas esferas federais e estaduais, atualmente estão calculadas em torno de 698 unidades e as Reservas Particulares entre 973, ambas cobrem cerca de 15% dos biomas distribuídos no território Brasileiro e são gerenciadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Dessa forma, pode-se concluir que as Unidade de Conservação são de grande importância para manter as áreas protegidas, sejam elas com seus usos abertos e privados e/ou inserida dentro da Unidade de Proteção integral ou de Uso Sustentável, por mais que em muitas delas tenham grandes limitações, estas existem com o intuito de manter a biodiversidade em constante equilíbrio e as espécies nativas em segurança.

CONCLUSÃO

Assim é de extrema relevância compreender que as criações das UC são consideradas primordiais para a preservação dos diferentes ecossistemas existentes em nosso país, dado que com a sua não existência, continuaria existindo a exploração dessas áreas de forma desenfreada e cada vez mais perdendo as grandes variedades da fauna e flora.

Contudo, a inclusão da população aos assuntos abordados sobre preservar e resguardar, auxiliam na prática da educação ambiental, ao mesmo tempo que se faz a utilização dos recursos naturais disponíveis, com intuito de atrair a atenção dos visitantes aos diversos tipos de ecossistemas inseridos na área, contribui para a geração de cultura e vínculos com o patrimônio, além de criar um olhar mais crítico e sistemático sobre os problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, 2017.

CUNHA, J. R. **Problemas e Expectativas do morador do Parque Municipal da Lagoa do Peri: Subsídios a uma ação de Educação Ambiental como suporte à Gestão Participativa**. 2008. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FRANCISCO, W. C. **Unidades de Conservação Brasileiras**. Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/unidades-conservacao-brasileiras.htm>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ICMBIO MMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. In: Série Legislação ICMBio – Volume 1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2009.

LOPES, R. P. **Museu Sensorial Serra do Lajeado**. 2015. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

MEDEIROS, R; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a economia Nacional: Relatório Final**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 120 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**. [20--?]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SILVA, R. G. **A Lei 9.795/99 e a efetividade da sustentabilidade ambiental**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51926/a-lei-9-795-99-e-a-efetividade-da-sustentabilidade-ambiental>. Acesso em: 18 abr. 2019.

VALLEJO, L. R. **Unidades de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e de Políticas Públicas**. 2017.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Proteção Integral**. [20--?a]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/protint/. Acesso em: 18 abr. 2019.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Uso Sustentável**. [20--?b]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/unid/unid_us/. Acesso em: 18 abr. 2019.

RESUMOS DE PESQUISA

DIRETRIZES PROJETAIS PARA A REVITALIZAÇÃO DO CEASA DE PRESIDENTE PRUDENTE, E A ELABORAÇÃO DE UM MERCADO HORTIGRANJEIRO DIRECIONADO AO VAREJO.....	2201
MULHER E O ESPAÇO URBANO	2202
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL - UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO SHIRAIWA EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP	2203

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Poster

Arquitetura e Urbanismo

DIRETRIZES PROJETUAIS PARA A REVITALIZAÇÃO DO CEASA DE PRESIDENTE PRUDENTE, E A
ELABORAÇÃO DE UM MERCADO HORTIGRANJEIRO DIRECIONADO AO VAREJO

FABRÍCIA DIAS DA CUNHA DE MORAES FERNANDES BORGES

Nos anos 60, o governo decidiu criar a Central Estadual de Abastecimento S.A (CEASA), que tinha como objetivo controlar e regular a comercialização e distribuição de produtos hortigranjeiros. Porém, com o passar dos anos, várias situações e problemas foram afetando a atuação das centrais em relação a organização da distribuição dos produtos hortigranjeiros. O abandono do repasse financeiro do governo federal para o investimento na manutenção das centrais, foi um dos principais fatores. A CEASA de Presidente Prudente é um grande exemplo de situações problemáticas, a estrutura se encontra obsoleta, em ruína e subutilizada, problemas esses que desencadeiam um distanciamento do consumidor. Outra problemática é a limitação de venda destinada apenas ao comércio atacadista, não havendo um local destinado ao comercio varejista, algo que limita a arrecadação da central. Proposta de revitalização para a CEASA de Presidente Prudente, assim como a elaboração de um mercado hortigranjeiro direcionado ao setor varejista. Revisão bibliográfica e visita a campo. Foram realizadas pesquisas históricas, levantamento métrico, topográfico e fotográfico, assim como levantamento de documentos e dados. As diretrizes de revitalização da CEASA buscam reformular todo sistema logístico da central, a separação dos fluxos de carga e descarga, fluxo de consumidores, de pedestre e veículos, estruturação de todo estacionamento, a instalação de câmaras frias para melhor condicionamento dos produtos, um centro logístico de caixas plásticas e ampliação do setor de banco de alimentos. Também a criação de um espaço anexo destinado a comercialização no varejo. A CEASA de P. Prudente foi inaugurado em 1981. Antes da sua implantação, os estabelecimentos comerciais da região compravam os produtos diretamente dos produtores e de intermediários. A CEASA se situa na zona oeste no Bairro Jardim Jequitibás. Seu único acesso se dá através da Av. Presidente Juscelino Kubitschek e por ser o único acesso a central, ocorre o congestionamento em horários de chegada de carga na CEASA, devido a uma falta de planejamento na via que facilite o seu acesso. O exercício projetual desenvolvido e apresentado, visa suprir as problemáticas da área subutilizada, sendo possível demonstrar, refletir, discutir e até contribuir, de certa forma, para um futuro diálogo que vise a revitalização do mesmo. Órgão de fomento financiador da pesquisa: unoeste

Pesquisa (ENAPI)
Comunicação oral

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Arquitetura e Urbanismo

MULHER E O ESPAÇO URBANO

BIANCA AKINAGA BOTTI
CAMILA GONÇALVES DE SOUZA
ISADORA APARECIDA LEAL FARIA
MARIANE MIRANDA SANT' ANA
THAYS CAROLINA CARRION LORENTE

A análise urbana a partir do estudo de gênero se inicia com a segunda onda do feminismo, a partir dos anos 1970, momento em que se passa a questionar o papel da mulher na produção dos espaços, dos cômodos das habitações até as cidades, seu papel como agentes ativos, participantes da construção dos espaços urbanos, e passivos, como usuárias desses espaços (MERLI, 2018) Compreender e discutir as diferentes formas de se relacionar com os espaços urbanos de acordo com o gênero do usuário em questão O trabalho se baseia em levantamento teórico e análises bibliográficas, afim de compreender e discutir as relações da mulher com o espaço em que está inserida Quando se estabelece a hierarquia entre gêneros, o patriarcado assume o papel principal, criando definições culturais do que é apropriado para cada sexo, determinando culturalmente responsabilidades, deveres e lugares para cada um. Dessa forma, condicionadas a atividades de manutenção do lar e/ou cuidados com familiares e filhos, por exemplo, determina-se qual a relação da mulher com o espaço urbano, serviços e infraestruturas utilizados, a interação com a cidade, mostrando o panorama entre a divisão sexual do trabalho e as formas de apropriação dos espaços urbanos pelas mulheres (MONTANER; MUXI, 2014) As cidades se apresentam como um reflexo da sociedade em um determinado espaço, assim as cidades definidas por relações patriarcais têm esse fator refletido em seu planejamento e espaços (LEFEBVRE,2010). A experiência e vivência feminina não é considerada nos atuais métodos de planejamento e desenho urbano, resultando em cidades que limitam as mulheres, não oferecendo o suporte básico no alcance da sua autonomia (MERLI,2018) como a falta e precariedade de equipamentos públicos essenciais como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e restaurantes populares, adequação de passeios, iluminação pública e áreas públicas de lazer e estar (SANTORO, 2005). Além disso, a mulher no espaço público não pode simplesmente flunar, estando em constante estado alerta, preocupada a respeito de sua integridade física (ASSAD, 2019) É de suma importância a análise e entendimento de como as mulheres se relacionam com o espaço público para a partir disso criar políticas urbanas e intervenções no desenho urbano que contribuam para cidades justas e inclusivas. A partir do presente trabalho compreende-se a necessidade de pesquisas voltados ao tema, visto sua recente ascensão e discussão e a falta de bibliografia direcionada ao mesmo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Arquitetura e Urbanismo

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL - UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO SHIRAIWA EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

MARIANE MIRANDA SANT' ANA

YEDA RUIZ MARIA

A segregação socioespacial é definida por Villaça (2001), como um fator sustentado pela disparidade social como forma dominante de organização das metrópoles brasileiras onde, diferentes classes ou camadas sociais se concentram cada vez mais em regiões distintas da metrópole. Segundo Ferreira (2005) o capitalismo industrial evidenciou essa nova forma de divisão do espaço, marcada pela localização da terra e intervenção estatal. O presente trabalho tem como objetivo compreender as causas e consequências da segregação sócio espacial decorrente do processo de urbanização desordenado, tendo como estudo de caso o Bairro Shiraiwa na cidade de Presidente Prudente - SP. O desenvolvimento deste trabalho se baseia em levantamento teórico e análises bibliográficas e documentais, para compreensão de conceitos pertinentes e de dados oficiais, assim como teses, dissertações, artigos científicos entre outros, sobre segregação socioespacial, vulnerabilidade social e o bairro em estudo. O Bairro Shiraiwa, pertencente a área periférica da cidade de Presidente Prudente - SP e recorte espacial de estudo para o presente trabalho, é resultado do Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados que ocorreu no ano de 1991 na cidade de Presidente Prudente - SP. O bairro em questão não se encontra em uma das porções mais afastadas da cidade, entretanto se caracteriza pertencente ao processo de segregação socioespacial intrínseco no local, apesar de seu entorno possuir potencialidades e atrativos, assim como em seu interior, os mesmos ainda não foram explorados. Maricato (2003) afirma que a segregação urbana é uma das faces mais importantes da desigualdade social. Esse processo dificulta o acesso a serviços de infraestrutura urbana, atrelado a menos oportunidades de emprego e profissionalização, assim como maior exposição à violência, discriminação contra mulheres e crianças e racial, além do difícil acesso ao lazer. A partir dos fatos expostos, entende-se o impacto da segregação socioespacial em cidades de pequeno porte causadas pelo mal planejamento urbano e como a falta do mesmo reflete na vitalidade e identidade dos pequenos bairros, trazendo a problematização das ações e práticas governamentais e suas consequências, sendo eles no meio urbano ou social. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

"VAGA VIVA" - IMPLANTAÇÃO DE UM PARKLET NO CAMPUS II DA UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE) EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP	2205
AMBIENTAÇÃO DE ESPAÇOS COMUNS NA ESCOLA PROF.MIGUEL OMAR BARRETO (MOB) EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP	2206
DINÂMICA PARA COMPREENDER O ESPAÇO FÍSICO.	2207
HUMANIZAÇÃO DA ESCOLA PROF. MIGUEL OMAR BARRETO - FOCO EM AÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS	2208
INTERVENÇÃO URBANA EM ÁREA VERDE NA CIDADE DE PRIMAVERA (SP)	2209
MAQUETES FÍSICAS: A CONSTRUÇÃO DO SABER	2210
MENINAS NA STEM - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENGENHARIA E MATEMÁTICA	2211
PERCURSO URBANO "LINHAS DOS SABERES": A HISTÓRIA DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP	2212
PROJETO SER-HUMANO	2213
TRABALHO DE INVERNO 2019 - TETO SÃO PAULO.....	2214
VIVENCIAR A CIDADE E SUAS HISTÓRIAS: PERCURSO NA LINHA FÉRREA	2215

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

"VAGA VIVA" - IMPLANTAÇÃO DE UM PARKLET NO CAMPUS II DA UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE) EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP

AMANDA CAROLINA FELICIO VANTINI

TIAGO BONFIM DIAS

VICTOR MARTINS DE AGUIAR

YEDA RUIZ MARIA

Implantado no Campus II da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), em 2018, o parklet foi concretizado através de levantamentos, discussões, estudos e experimentações do Núcleo de Urbanismo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharia "Conselheiro Algacyr Munhoz Maéder". Os parklets se caracterizam nas cidades por serem áreas contíguas às calçadas onde ocupam o espaço de vagas de estacionamento de veículos, transformando assim o local em área de convívio. Durante o processo de coleta de dados na atividade do Núcleo, as constatações dos alunos circundaram na ausência de espaços para permanência no Campus II, além da dificuldade de locomoção dos pedestres em alguns pontos devido à descontinuidade dos trajetos. Embasado nesses dados, o objetivo do parklet é potencializar o uso da vaga de estacionamento para o convívio, portanto, que seja uma "vaga-viva". Dessa maneira, a heterogeneidade de suas atividades possibilitou a assimilação do parklet pelas pessoas como um espaço acessível e íntimo que pode oportunizar diferentes usos, enaltecendo as relações humanas que são diversas e efervescentes. Após a realização dos levantamentos e discussões, os alunos sugeriram a implantação do parklet próximo ao Bloco B3, ocupando 5 (cinco) vagas de moto. A escolha do local se justifica pelo fato de ser um espaço que em diferentes momentos do dia há pessoas circulando, seja com destino às salas de aulas, aos quiosques ou aos estacionamentos. Além de proporcionar o encontro entre as pessoas, a circulação entre o portão lateral da Universidade e os blocos acadêmicos, foi facilitada através do tablado de madeira e dos degraus do parklet. Em complementar a isso, o espaço evoluiu fomentando o processo de participação dos alunos na ocupação do espaço e o envolvimento em atividades acadêmicas. Dentre as atividades foram realizadas discussões com palestrantes, oficinas, rodas de música, reuniões, construção de mobiliários, ou seja, a imprevisibilidade e espontaneidade das atividades opcionais e recreativas recodificaram o pequeno espaço do parklet a um espaço de sociabilidade e convívio no Campus II.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Arquitetura e Urbanismo

AMBIENTAÇÃO DE ESPAÇOS COMUNS NA ESCOLA PROF.MIGUEL OMAR BARRETO (MOB) EM
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

LEILA MARIA COUTO ESTURARO

MARCELO JOSÉ DA MOTA

LULI HATA

YEDA RUIZ MARIA

O presente projeto desenvolveu ações na Escola Prof.º Miguel Omar Barreto (MOB) em Presidente Prudente - SP com o envolvimento de professores, alunos e funcionários abordando a importância do meio ambiente, da ambientação adequada para áreas de uso comum dentro do espaço escolar e identificação de qual local pretendia-se receber uma melhor adequação e reforma. Justifica-se o presente projeto no ambiente escolar para proporcionar aos usuários medidas que proporcionem melhorias do espaço por meios de práticas sustentáveis, práticas de educação ambiental, pensando nas presentes e futuras gerações. O presente projeto tem como objetivo apresentar um projeto de design de interiores em um espaço do ambiente escolar da Escola Prof.º Miguel Omar Barreto (MOB) em P. Prudente - SP escolhido pelos seus usuários, para melhorar seu uso e conservação. Após a realização do diagnóstico os usuários do ambiente escolar elegeram a necessidade da ambientação dos banheiros masculino e feminino utilizados pelos próprios alunos, visto que esses espaços são diuturnamente depredados, rabiscados e quebrados. O projeto desenvolvido de Design de Interiores foi realizado com uma proposta jovial, colorida, funcional e com uma identidade visual que possibilite a identificação dos seus usuários ao espaço comum, objetivando valorizar o ambiente e evitar assim sua degradação. A proposta apresentada foi com o uso de materiais reaproveitados ou de baixo custo, para que seja viável a sua implantação futura com valores a serem direcionados pela direção da escola junto a Secretaria de Ensino, ou pelos alunos em campanhas de captação de recursos financeiros. As ações propostas no presente projeto foram realizadas para o espaço escolar da Escola Prof.º Miguel Omar Barreto (MOB) em P. Prudente - SP. Primeiramente foi realizado um diagnóstico com os alunos e demais usuários do ambiente escolar para identificar a necessidade de um projeto de ambientação de um Designer de Interiores, objetivando proporcionar melhorias dos espaços objetivando aprimorar as atividades escolares no local. Seguidamente, foram apresentadas propostas com ações sustentáveis com o uso e reaproveitamento de materiais, para a solução dos problemas identificados e desenvolver um projeto de revitalização do ambiente escolhido para que os alunos colaborem com o bom uso do espaço comum.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

DINÂMICA PARA COMPREENDER O ESPAÇO FÍSICO.

CAMILA ZORATO VERNILO

Aula ministrada no Curso de gestão de Eventos de forma expositiva, dialogada, com aplicação de atividade prática, através de uma dinâmica para exemplificar a importância do conceito de espaço em ambientes. Esta dinâmica deve acontecer no primeiro dia de aula da matéria, pois ela trabalha o principal conceito que será discutido durante todo o semestre. O objetivo da atividade era entender na prática a noção de espaço físico e a importância de elaborar um projeto de ambientação de qualquer evento, pois assim não correr o risco de colocar mais pessoas do que é suportável no ambiente de acordo com as atividades a serem realizadas nele. O conceito trabalhado neste dia, logo após a dinâmica, é de que espaço é o ponto de partida de criação do projeto, estamos sempre se relacionando com ele seja espaço interno ou externo. Após todo o processo sobram apenas dois jornais para toda a sala, foi aberto para debate e discussão do que tinham percebido e sentido. Os alunos descreveram que já se sentiram assim em alguns espaços, onde parecia que havia mais pessoas do que suportava o espaço, descreveram sobre algumas experiências que tiveram, tanto como trabalhando em eventos que este fato aconteceu, como expectadores ou convidados de algum evento que participaram. Concluindo que é sempre importante respeitar a lotação máxima de cada lugar e sempre pensar nisso durante a execução dos projetos de ambientação, pois não querem que seu trabalho seja um desastre. Um bom projeto antes do evento é essencial para o sucesso do mesmo, conseguindo trabalhar nas aulas seguintes as etapas de um projeto de espaço físico. As carteiras foram afastadas para o canto da sala de aula, deixando espaço livre no centro. Cada aluno recebeu uma folha de jornal que foi colocada no chão, este representava ilhas, todo o restante do espaço o mar com tubarões. Para começar a dinâmica cada aluno deveria ficar em um jornal e assim ao som da música eles trocavam de "ilhas". Cada vez que a música era parada jornais eram retirados, fazendo com que houvesse mais pessoas do que "ilhas", precisando dividir espaço com outras pessoas na mesma folha de jornal, ou seja, ilha. Conforme foram feitas as retiradas de mais jornais não havia espaço para que todos os alunos se salvassem dos tubarões. Os alunos foram parte importante, pois deveriam perceber com o decorrer da dinâmica que chegaria um momento que não haveria mais espaço para todos no jornal, por consequência serem engolidos por tubarões.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

HUMANIZAÇÃO DA ESCOLA PROF. MIGUEL OMAR BARRETO - FOCO EM AÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS

LEILA MARIA COUTO ESTURARO

LULI HATA

MARCELO JOSÉ DA MOTA

YEDA RUIZ MARIA

A educação e o processo de escolarização são formas que podem contribuir para o desenvolvimento da responsabilização dos indivíduos sobre o meio ambiente e promover mudanças nos valores, atitudes e comportamentos, permitindo a formação de cidadãos éticos e conscientes do seu espaço e do seu ambiente. O presente programa de extensão buscou, por meio de uma pesquisa-ação colaborativa relacionada à prática pedagógica em Educação Ambiental, desenvolver e desencadear com professores do Ensino Fundamental II e Médio que atuam em diferentes disciplinas um processo crítico-reflexivo de ação educativa ao trabalhar com a temática ambiental. Neste sentido a proposta se justificou considerando que é a partir do espaço de vivência - a escola e seu entorno - que os sujeitos (professores e alunos) puderam refletir sobre as ações e relações que estabelecem com o espaço mais próximo e desenvolver a consciência do ambiente e para o ambiente, com vistas à sua apropriação e à sua transformação. O objetivo geral deste programa de extensão, foi a construção de ações sócio-ambientais com os docentes da Escola Prof. Miguel Omar Barreto. Os professores e alunos do local construíram valores, tendo como base não só a conservação da natureza, mas, principalmente, mudanças de seus comportamentos e atitudes na relação com o meio ambiente. O Mestrado em Educação analisou as contribuições de uma pesquisa-ação colaborativa para a prática docente de professores do Ensino Fundamental II e Médio de uma escola pública estadual ao trabalharem com a Educação Ambiental. O Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária propôs a inserção de espécies arbóreas em busca de qualidade visual e ambiental e a implantação da coleta seletiva no ambiente escolar. O Curso de Design Gráfico criou a identidade visual e suas aplicações em uniformes, em materiais gráficos e na fachada da escola. O Curso de Arquitetura e Urbanismo fez o levantamento métrico e fotográfico da fachada da edificação a fim de humanizar por meio de cores e mobiliários. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE Para a realização foram necessários o levantamento de campo para o acervo fotográfico, o levantamento métrico e as observações de como o espaço é usado pelos alunos e funcionários; o levantamento de pontos estratégicos com carência de espécies arbóreas e, por fim, a compreensão de cores que identifiquem os usuários.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

INTERVENÇÃO URBANA EM ÁREA VERDE NA CIDADE DE PRIMAVERA (SP)

STEPHANIE DIAS GERMANO

YEDA RUIZ MARIA

VICTOR MARTINS DE AGUIAR

O local de interferência é uma área verde pública que passou a ser apropriada pelas pessoas servindo como espaço de encontro, possui grande quantidade e variedade de vegetação, mas poucos equipamentos, sendo inclusive, alguns implantados pelos próprios moradores dos arredores. O núcleo de urbanismo em práticas colaborativas do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Engenharia da UNOESTE, propôs no ano de 2018, a implantação de intervenções físicas na cidade de Primavera-SP, onde o objetivo foi possibilitar novos encontros sociais, fazer com que o usuário enxergasse e usufrísse de maneira diferente o espaço e servir como suporte para o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso. Como conclusão, foram observados os comportamentos dos usuários durante o período de dois meses, sendo possível acompanhar um grande aumento de frequência de pessoas no local, tornando-se um ponto de encontro. Novos usos foram realizados no espaço, atingindo o objetivo da intervenção, a frequência de pessoas na área verde aumentou consideravelmente. Os que costumavam deixar o local em determinado horário passaram a estender seus períodos de permanência e vários usuários passaram a perceber a necessidade de uma melhor infraestrutura do local. A própria comunidade está fazendo a manutenção da intervenção e eles solicitaram para que a mesma não fosse retirada. A intervenção contribuiu consideravelmente para o entendimento da área, e demonstrou a importância da valorização do espaço público como promotor de trocas e convívio social. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE Inicialmente, a área foi observada durante uma semana, para reconhecimento do espaço, verificando o local mais adequado para a aplicação e elaboração da ideia de intervenção. Foi proposto a confecção de um tablado que abriga uma área de convivência, materializada pela aplicação de mobiliários e afins, feitos de materiais descartados no meio ambiente. Na segunda e terceira semana, se deu início a arrecadação de materiais pela cidade. Os comerciantes locais (supermercados e depósitos de materiais de construção) e moradores da cidade contribuíram de forma considerável. Após terem sido arrecadados os materiais necessários, na quarta e quinta semana, elaborou-se o mobiliário. A confecção do mobiliário e adequação dos paletes para o tablado, assim com o transporte dos mesmos, até o local de aplicação, foi realizado por voluntários. Na sexta semana, a intervenção foi implantada efetivamente na área verde.

Ensino (ENAENS)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

MAQUETES FÍSICAS: A CONSTRUÇÃO DO SABER

TIAGO BONFIM DIAS
JOAO MARCOS LOURENCO BULZAN
JEAN GUILHERME OLIVEIRA
YEDA RUIZ MARIA

Composta na grade curricular do 6º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), a disciplina de Ambiente Urbano se estrutura com o enfoque de conservar e preservar o meio natural, mitigando os efeitos gerados pelas produções urbanas. A matéria se desenvolveu em multidisciplinariedade com disciplina de Urbanismo III, que propunha um projeto de parcelamento do solo na mesma área de estudo. A gleba possui uma parcela de Área de Preservação Permanente e encontra-se dentro da malha urbana consolidada e próxima a uma importante avenida movimentada da cidade de Presidente Prudente. A gleba possui uma parcela de Área de Preservação Permanente e encontra-se dentro da malha urbana consolidada e próxima a uma importante avenida movimentada da cidade de Presidente Prudente. Por essa razão, durante o processo projetual do loteamento urbano, a necessidade de elaborar uma maquete física com a implantação da proposta de parcelamento do solo, surge na disciplina de Ambiente Urbano. Portanto, a materialização da ideia em forma de maquete permite a evasão da bidimensionalidade do papel, expondo com nitidez as potencialidades e fragilidades que envolvem o projeto. Na concepção do projeto urbano e ambiental sem a construção da maquete, alguns problemas poderiam passar despercebidos se camuflando em meio ao emaranhando de informações, dificultando assim o caminho para a melhor resposta projetual. A maquete possibilita o estudo espacial em diferentes ângulos, carregando com si as representações de topografia, entorno, gabarito de altura, uso e ocupação do solo, ventilação, insolação, sistema viário, volumetria, entre outros elementos significantes para se analisar os aspectos ambientais e os recursos naturais presentes na área de estudo. Na maquete física os problemas e os potenciais do espaço são aflorados, permitindo uma análise aprofundada entre o construído e o natural, contribuindo para a elaboração de diretrizes projetuais. Para isso, o desenvolvimento da disciplina de Ambiente Urbano contabilizou com uma maquete física, peça fundamental para o entendimento espacial da área e seus respectivos problemas, além disso permitiu reconhecer as possibilidades projetuais que o território disponibilizava.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

MENINAS NA STEM - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENGENHARIA E MATEMÁTICA

MARIANE MIRANDA SANT' ANA

BIANCA AKINAGA BOTTI

JULIANA BARRETO DA SILVA

YEDA RUIZ MARIA

O STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemáticas - é um movimento, o qual busca reunir essas quatro áreas do conhecimento em uma única esfera melhorando assim o desenvolvimento em ciência e tecnologia nas escolas. Apoiado nesse movimento, o "Meninas na STEM" foi uma iniciativa promovida pela ONU (Organizações das Nações Unidas) e aplicada na Universidade do Oeste Paulista voltado para meninas matriculadas no ensino fundamental II e médio em escolas públicas e privadas de Presidente Prudente e região. Com o objetivo de promover o incentivo à inserção de mulheres no âmbito dessas áreas, o projeto busca abrir possibilidades através da realização de oficinas práticas com as jovens, visa-se que desde cedo elas voltem seu olhar para o campo da tecnologia, da pesquisa e ao mundo acadêmico. Com a atividade foi possível atingir um público de quatrocentos meninas, percebendo através da qualidade dos mobiliários confeccionados como as meninas mostraram-se livres a se redescobrir por habilidades até então nunca apresentadas, opondo-se à dogmas culturais de desqualificação da força de trabalho da mulher no mundo da construção, possibilitando ainda, que as alunas tomem consciência de como pequenas atividades e ações podem transformar um espaço, através da experimentação do mobiliário confeccionado pelas mesmas inserido no espaço público. Pode-se concluir assim, a necessidade da inclusão das meninas desde cedo nas áreas do STEM e o despertar de possibilidades. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE O curso de Arquitetura e Urbanismo da UNOESTE em uma ação conjunta entre a coordenação, o Centro Acadêmico e o Núcleo de Urbanismo em Práticas Colaborativas, idealizou uma oficina de confecção de mobiliário, um banco que as próprias meninas iriam confeccionar e ao fim experimentar o espaço com o produto feito por elas mesmas. A oficina aconteceu entre os dias 09 a 05 de novembro de 2018 recebendo meninas nos períodos da manhã e da tarde, a qual foi apresentada através de material audiovisual, mostrando a concepção inicial da ideia, as ferramentas necessárias, assim, foi realizada a materialização do produto e por fim experimentação do mesmo no espaço público.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

PERCURSO URBANO "LINHAS DOS SABERES": A HISTÓRIA DO COMPLEXO FERROVIÁRIO DE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP

JEAN GUILHERME OLIVEIRA
JOAO MARCOS LOURENCO BULZAN
TIAGO BONFIM DIAS
VICTOR MARTINS DE AGUIAR
YEDA RUIZ MARIA

O percurso urbano titulado "Linha dos Saberes", em 2019, proporcionou aos alunos do 8º ano do Colégio Cristo Rei, Presidente Prudente, a experiência in loco da história do complexo ferroviário da cidade, visto este integrar a grade curricular da instituição. A linha férrea Sorocabana apresenta valor histórico e patrimonial para a cidade, porém também assume o papel de barreira socioespacial, evidenciando uma cicatriz urbana. Em razão destes diferentes contextos, a interação espacial entre o Centro e a Vila Marcondes ainda é um paradigma. A percepção cidadina, de que a área pós-linha, Vila Marcondes, se caracteriza pelo baixo desenvolvimento social e outras problemáticas, tem forte impacto na dinâmica urbana apesar da proximidade ao Centro. O percurso intentou discutir tais estigmas e abordá-los a partir de uma crítica urbana distinta da percepção cidadina da área pós-linha. O encerramento da atividade se deu com apontamentos deles sobre aspectos positivos e negativos da área do complexo ferroviário. Além de levantar e discutir os problemas socioespaciais, o percurso permitiu que os alunos experienciassem a pluralidade das relações da cidade, uma vez que muitos deles não conheciam a linha férrea. Seu propósito estabeleceu uma aproximação entre os alunos e a cidade, salientando o descaso com a conservação e preservação patrimonial de uma área histórica. Para dialogar com a faixa etária dos alunos foi elaborada uma metodologia clara e interativa. Houve testes desta antes da realização da atividade e alguns alunos do curso de arquitetura e urbanismo participaram como apoio na supervisão das crianças. Também foi distribuído no percurso um folder destacando a implantação do conjunto ferroviário e seus edifícios históricos com informações, datações e fotografias levantadas em reportagens de jornais e artigos científicos, que possibilitaram a contextualização e visualização das transformações dos lugares percorridos. Este material informativo bem como foi encaminhado aos pais dos alunos pela coordenação do Colégio. No dia do percurso participaram 45 alunos e foram percorridos com estes seis pontos: a antiga Estação Ferroviária, a Praça da Bandeira, o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, o terreno da Casa de Saúde São Sebastião, o antigo galpão da FEPASA e o Centro Cultural Matarazzo. Em cada ponto foram dirigidos questionamentos sobre a percepção que tinham dos espaços, a experiência urbana com a cidade e as relações com a disciplina de história do Colégio.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

PROJETO SER-HUMANO

MARIANE MIRANDA SANT' ANA

YEDA RUIZ MARIA

VICTOR MARTINS DE AGUIAR

O Projeto Ser Humano conta com uma ação de corte de cabelo gratuito, além de doação de agasalhos, para moradores de rua em uma área central de Presidente Prudente. A arrecadação e doação de roupas, surge se apoiando no movimento The Street Store, um movimento iniciado em 2014 na África do Sul que beneficia pessoas em situação de rua e possibilita que essas tenham direito a uma primeira experiência de poder de compra e aquisição de vestimenta digna. A atividade tem como objetivo trazer à tona seu valor como ser humano, análogo, que não se difere dos demais, apesar de sua condição social. Dessa forma, a finalidade do projeto foi possibilitar a autonomia de "compra", liberdade de escolha e ainda proporcionar o aumento da auto estima dessa camada que se encontra excluída da sociedade, por meio do tratamento estético - cabelo e vestimenta - buscando promover um sentimento de inicial pertencimento à comunidade e assim, parte de sua reinserção. Através da realização do projeto é possível concluir a necessidade do olhar da sociedade àquele menos favorecido, que deve ser visto antes de tudo como Ser Humano apesar de sua condição atual, principalmente em certas épocas do ano como inverno ou verão (de frio ou calor extremo) e datas comemorativas para a sociedade, onde se faz de suma importância o olhar sensível e solidário capaz de oferecer mais dignidade à vida dessas pessoas. Órgão de fomento financiador da pesquisa: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE Trazendo uma configuração totalmente diferente de campanhas de doação de vestimenta, foi utilizado um método onde os moradores de rua são chamados a uma "loja de rua", na qual as doações ficam expostas e os indivíduos podem se sentir à vontade e livres para escolher aquilo que lhes agrada, retirar e levar para si. As roupas foram expostas através de varais, na praça do Santuário Nossa Senhora Aparecida, com barbantes transpassados entre as árvores existentes no local.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

TRABALHO DE INVERNO 2019 - TETO SÃO PAULO

MARIANE MIRANDA SANT' ANA

ISADORA APARECIDA LEAL FARIA

BIANCA AKINAGA BOTTI

YEDA RUIZ MARIA

VICTOR MARTINS DE AGUIAR

A ONG TETO é uma organização sem fins lucrativos presente na América Latina e Caribe. A proposta de trabalho comunitário do TETO é focada nos assentamentos precários mais excluídos. Acredita-se que essa situação de pobreza possa ser melhorada por meio da construção de moradias de emergência em conjunto com as famílias, oferecendo melhores condições de vida, e melhorando o desenvolvimento da comunidade, além de formar jovens voluntários e voluntárias através do vínculo com os moradores e moradoras das comunidades. Sabendo que todas as pessoas têm direito a uma moradia digna, porém, que esse ainda é o sonho de milhares que vivem nas comunidades em condições precárias e que essa situação piora com a chegada das temperaturas baixas, no mês de julho a TETO realiza os Trabalhos De Inverno (TDI), com o objetivo de amenizar o problema dos assentamentos precários na época mais fria do ano. Trabalhando com famílias em situação de extrema pobreza e em locais sem saneamento, com casas feitas de papelão ou restos de peças de mobiliário, diretamente no chão de terra e sem quase nenhum telhado. A partir da participação na atividade voluntária foi possível compreender a discrepância social e as diferentes realidades existentes no país, além da imersão do trabalho voluntário, colaborando em aspectos como trabalho em grupo e superações pessoais. Foi possível assim, entender a necessidade de pessoas que se disponham a lutar em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. A atividade consiste na construção de moradias de emergência, uma solução concreta, realizável em curto prazo e de caráter provisório, possibilitando que possam ir em busca de outras necessidades sem se preocupar com questões básicas de moradia. Dessa forma, durante 4 dias do mês de julho de 2019, voluntários trabalharam com 40 famílias nas comunidades Benfica, Morro Manassés e Nova Vitória localizadas na Zona Leste de São Paulo, sendo construídas 40 moradias, feitas em painéis pré-moldados de madeira, medindo 18 metros quadrados, construídas sobre pilotis, que protegem o assoalho da umidade. A ong trabalha com a construção de duas casas em quatro dias, sendo uma casa a cada dois dias. O primeiro dia se destina à fundação (pilotis) e colocação do piso, o segundo dia, à colocação das "paredes" (painéis) e telhado, fazendo a entrega no fim do dia para a família, além da realização de dinâmicas de conscientização em torno da pobreza e suas causas, voltadas aos voluntários, durante os 4 dias de atividade.

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Comunicação oral

Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura e Urbanismo

VIVENCIAR A CIDADE E SUAS HISTÓRIAS: PERCURSO NA LINHA FÉRREA

JEAN GUILHERME OLIVEIRA
VICTOR MARTINS DE AGUIAR

A disciplina de Urbanismo II, presente no 5º termo da grade curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNOESTE, têm como enfoque propor ao estudante que reflita sobre a relação de centralidade na cidade. Utilizando um trecho histórico de Presidente Prudente, foi desenvolvido na disciplina em 2018 um percurso urbano pela linha férrea como forma de reforçar a representatividade histórica da área para a cidade e sua potencialidade como centralidade. Após isso, em 2019, o projeto inicial foi aplicado à monitoria para exteriorizar as discussões levantadas em sala de aula, assim como experienciar a dinâmica da cidade. Com o objetivo de resgatar a história fabril de Presidente Prudente-SP, o percurso intitulado "História Viva" buscou colaborar no desenvolvimento do trabalho final da disciplina de Urbanismo II, questionar a cidade sobre seu futuro pós-industrial, conscientizar os alunos sobre a importância dos edifícios históricos e a vivência dos espaços atuais como forma de reconhecimento da cidade. De maneira geral, a execução do percurso "História Viva" foi relevante devido à conciliação entre teoria e prática, o resgate à história do desenvolvimento da cidade e permitiu o aluno experienciar a pluralidade das relações vividas na cidade ocasionando uma percepção mais crítica as futuras análises urbanas. Para a realização do percurso urbano pela manhã no dia 16 de março de 2019, houve consultas em artigos científicos e pesquisa de imagens históricas a fim de possibilitar a contextualização dos lugares relacionados ao trajeto e mostrar as transformações que a área passou nas últimas décadas. A partir disso, o percurso foi definido e as peças gráficas foram produzidas, como folder e slides contendo imagens históricas. O percurso abrangeu 6 pontos de paradas, onde em cada um deles foram apresentados os valores históricos e sociais dos edifícios, como a antiga Estação Ferroviária, a Praça da Bandeira, o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, o terreno da Casa de Saúde São Sebastião, o antigo galpão da FEPASA e o Centro Cultural Matarazzo.